coleção | Relações Internacionais

Do Rio de Janeiro a Istambul

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Aloysio Nunes Ferreira
Secretário-Geral Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão

Fundação Alexandre de Gusmão

Presidente Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor Ministro Paulo Roberto de Almeida

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Gelson Fonseca Junior

Conselho Editorial da Fundação Alexandre de Gusmão

Presidente Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

Membros Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg
Embaixador Jorio Dauster Magalhães
Embaixador Gelson Fonseca Junior
Embaixador José Estanislau do Amaral Souza
Embaixador Eduardo Paes Saboia
Ministro Paulo Roberto de Almeida
Ministro Paulo Elias Martins de Moraes
Professor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
Professor José Flávio Sombra Saraiva
Professor Eiiti Sato

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Monique Sochaczewski

Do Rio de Janeiro a Istambul

contrastes e conexões entre o Brasil e o Império Otomano (1850-1919)

Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília – 2017

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília–DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Eliane Miranda Paiva
André Luiz Ventura Ferreira
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Luiz Antônio Gusmão

Projeto Gráfico e Capa:

Daniela Barbosa

Foto da capa:

A ascensão do Império Otomano (1280-1683)

Programação Visual e Diagramação:

Gráfica e Editora Ideal

Impresso no Brasil 2017

S678 Sochaczewski, Monique.
Do Rio de Janeiro a Istambul : contrastes e conexões entre o Brasil e o Império Otomano (1850--1919) / Monique Sochaczewski. – Brasília : FUNAG, 2017.

328 p. - (Coleção relações internacionais)
ISBN 978-85-7631-676-3

1. Sociedade internacional. 2. Diplomacia - Brasil - Império otomano. 3. Direito internacional público. 4. Rio de Janeiro (RJ) - aspectos históricos. 5. Constantinopla - aspectos históricos. 7. Imigração - Império otomano - Brasil. I. Título. II. Série.

CDU 327(81:496)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Para Leo, Dani e Rafa.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa de doutorado que deu origem a esse livro foi orientada por Matias Spektor e contou com amplo apoio do diretor do CPDOC/FGV, Celso Castro. Agradeço amplamente a ambos, desde a troca de ideias, indicação de bibliografia, cartas de recomendação, obtenção de concessão de financiamentos e também para viabilizar as inúmeras viagens relacionadas a ela. Ambos também abriram o caminho para minha experiência na docência no ensino superior, na própria FGV, instituição essa que se mostrou excelente para se estudar, pesquisar e também lecionar.

Gostaria imensamente de agradecer à Fundação Alexandre de Gusmão o interesse em meu trabalho, o profissionalismo e comprometimento com que fui tratada por seus funcionários e a oportunidade de publicação do presente livro.

Na Turquia, onde passei um semestre estudando e pesquisando, contei com a generosidade da professora Aylin Güney, à época no Departamento de Relações Internacionais da Bilkent University. Os professores Paul Latimer e Oktay Özel foram também essenciais, o primeiro ajudando com a parte administrativa de minha estada, e o segundo como professor de disciplina de História Otomana, essencial para essa tese, e interlocutor sempre disponível. Ainda

em Bilkent, as amizades de Helen Schwartz, David Barchard, Gürer Karagedikli, Grigor Boykov, Maryia Kripovska, Fahri Dikkaya e Asli Yigit me foram muito caras, assim como das minhas duas queridas *roomates* Gül Yücel e Duygu Akdevelioğlu. Foi ainda um luxo ter tido ali a oportunidade de assistir à palestra e pesquisar no acervo de Halil Inalcik, certamente um dos maiores otomanistas, que lecionou em Bilkent até sua morte, em 2016.

Agradeço ainda o apoio e amizade que encontrei na embaixada brasileira em Ancara, nas figuras de Marcelo e Marina Jardim, bem como de Antonio Carlos Antunes Santos e Caroline Cavalcanti. O então adido cultural da embaixada chilena na mesma cidade, Paulino Toledo, foi também de imensa atenção, compartilhando suas pesquisas sobre a estada de Francisco de Miranda em terras otomanas. Em Istambul, Sinan Kuneralp, Kazim Baycar, Ersin Adigüzel e a equipe do American Research Institute in Turkey (ARIT) merecem o meu mais profundo obrigado.

A minha aventura na língua turca foi inicialmente guiada por Beril Eraydin, a quem agradeço pelas muitas aulas, conversas e profunda amizade. Kátia Mindlin Leite Barbosa, com quem compartilho a paixão por Istambul, foi generosa em comentários e no fornecimento de fontes para esse trabalho. Teresa Cribelli, Sabrina Gledhill, Yaakov Keinan e Zachary Mazur foram amigos valiosos que ajudaram na versão de partes dessa pesquisa para o inglês, quando da apresentação em conferências e afins. Já Marco de Pinto, Mustafá Göktepe e H. Bayram Ozturk foram de uma generosidade ímpar, tanto com traduções do turco moderno quanto do turco otomano.

Tive a oportunidade de encontrar amigos brasileiros queridos na Turquia, como Liora Kitai, Luis Cohen e Marta Gomes. Os dois últimos, em especial, trouxeram junto à sua bagagem de volta para o Brasil, muitas dezenas de quilos de livros e cópias essenciais para

a redação deste trabalho. Ariel Gonzalez Levaggi e Paulo Botta, argentinos estudiosos da Turquia e do Cáucaso, tornaram-se também interlocutores importantes sobre essa pesquisa e outros projetos. Pelo intermédio do primeiro ainda, conheci Nilüfer Narlı, Ayşe Arar, Emine Tahsin, Ekrem Eddy Güzeldere, entre outros, e agora integramos a Latin America and Caribbean Turkey Academic Network (LACTAN) que, espero, tenha muitas atividades e vida longa.

Foi durante o doutorado que comecei minha carreira docente e agradeço, portanto, a todos os alunos e ex-alunos pela parceria em sala de aula e muitas amizades desenvolvidas a partir dali. Rafael Aleixo, Julia Albrecht e Natalia Leal, quando da tese, foram de ajuda inestimável. Paloma Cupello, Aline Gonçalves, Victor Carneiro e João Victor Osborne, em especial, me enchem de orgulho pelas lindas trajetórias e amizades queridas.

Nos arquivos, bibliotecas e casas de memória do Brasil e do exterior, contei com extrema boa vontade e simpatia por parte dos funcionários, com destaque para Neibe Machado e Thais Martins, do Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, por sua eficiência ímpar e enorme simpatia. O embaixador Gelson Fonseca Júnior, do Itamaraty, foi também de gentileza imensa.

Fabiana Marafiotti e Marcio Alonso foram também de imensa gentileza ajudando-me com as burocracias para obter o visto de estudante turco.

Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto foi companhia constante em aulas, mesas-redondas, eventos e afins, além de ter integrado a banca de avaliação da tese. É sempre um prazer e uma honra dialogar com Paulo, que é certamente a maior autoridade em estudos de Oriente Médio no Brasil.

Marcelo Valença e Guilherme Casarões proporcionaram também rica troca intelectual e inúmeras parcerias. Vicente

Saul Moreira dos Santos, Carmen Lícia Palazzo, Heitor Loureiro e, sobretudo, Maurício Santoro e George Ermakoff foram de enorme paciência e generosidade, quando da escrita. E quando da conversão da tese em livro, agradeço a parceria e amizade dos colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME): Tássio Franchi, Carlos Frederico Coelho, João Marcelo Dalla Costa, Ariela Leske, Luiz Rogério Goldoni, e Mariana Carpes. Na ECEME ainda, contei com amplo apoio dos generais Elias e Richard, dos coronéis Valtir, Luciano e De Francicsis, dos tenentes-coronéis Migon e Valentini, bem como dos majores Rafael Pinheiro e Ancelmo. Tem sido também um prazer ali lecionar e conviver com tantos alunos promissores.

Por fim, meu agradecimento à minha irmã, Janine Sochaczewski Anbinder pela ajuda com pesquisas e suporte familiar; à família Keinan pelo carinho; e à família Goldfeld pelo apoio, estímulo e auxílio de sempre. Hebe e Luciano estão presentes o tempo todo e Felix, infelizmente, se foi pouco depois da defesa da tese. Ele faz uma falta extrema e esse livro também é dedicado à sua memória.

O mais profundo, verdadeiro e apaixonado obrigado, porém, vai para Leonardo Goldfeld. É maravilhoso ter um marido que acredita nos seus sonhos e ajuda de toda forma a viabilizá-los. E para nossos filhos, Daniel e Rafael, todo amor do mundo.

APRESENTAÇÃO

O livro de Monique Sochaczewski traz grandes contribuições para a internacionalização da historiografia brasileira, apresentando novos objetos, ampliando horizontes de pesquisa e reconfigurando fronteiras analíticas. Ao estudar as relações entre o Império Otomano e o Império do Brasil através de fontes diplomáticas e não diplomáticas, a autora abre novas perspectivas no campo da história e das relações internacionais, trazendo o estudo da história, da política e da complexidade sociocultural do Império Otomano para o centro de uma análise comparativa com o Brasil Imperial. Dessa forma, o livro mostra que os dois impérios, apesar das enormes diferenças históricas e culturais, encontravam-se em uma posição estruturalmente semelhante no universo das relações internacionais do século XIX e como isso informou as relações diplomáticas, políticas e culturais que eles estabeleceram entre si.

Os impérios Otomano e Brasileiro encontravam-se em uma posição subordinada em relação às potências europeias que dominavam o cenário internacional e eram objeto de olhares curiosos e exotizantes de viajantes europeus, situação a qual procuravam reverter através de projetos e retóricas modernizantes que visavam dar realidade econômica e política ao potencial que ambos

consideravam inerentes a si, o Império Otomano por sua história e o Império do Brasil por sua geografia. As relações diplomáticas vão iniciar-se a partir das afinidades entre as casas monárquicas, e o livro analisa a importância do orientalismo de D. Pedro II nesse processo, assim como os interesses comuns dos dois impérios na arena internacional.

A relação entre os impérios ganhou um novo ímpeto com a imigração de milhares de súditos otomanos, árabes, armênios, judeus e gregos, para o Brasil. Essas levas migratórias provocaram reações tanto da sociedade e do estado brasileiro, que viram-se confrontados com imigrantes "exóticos" que não encaixavam-se no projeto de "europeizar" a sociedade brasileira que acompanhava as políticas migratórias, quanto do Império Otomano, que preocupava-se com a perda de súditos e mão de obra, os quais também criavam demandas diplomáticas a partir das dificuldades e violência que muitas vezes enfrentavam no Brasil. Assim, o livro de Monique Sochaczewski mostra como o estudo a partir de minuciosa pesquisa arquivística do Império Otomano e suas complexidades políticas e culturais permite situar melhor o Brasil nas relações internacionais do século XIX, assim como na sua própria história de país receptor de levas migratórias.

Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto
Antropólogo e diretor do Núcleo de Estudos
de Oriente Médio (NEOM), da UFF

SUMÁRIO

Nota 15

Lista de siglas e abreviaturas 17

Glossário 21

Introdução 25

Parte I
Da Sociedade Internacional

Capítulo 1
A sociedade internacional e os impérios periféricos 45

Parte II
Contrastes

Capítulo 2
O Brasil, o Império Otomano, os tratados e a diplomacia 73

Capítulo 3
Constantinopla, Rio de Janeiro e os "olhos estrangeiros" 129

Parte III
Conexões

Capítulo 4
Relações incógnitas: o Império Otomano, as Américas e o Brasil (1513-1876) 177

Capítulo 5
O Império Otomano, o Brasil e a imigração 225

Conclusão 273

Referências 279

Anexo de imagens 305

NOTA

O texto a seguir lida com diversos termos e nomes próprios em turco otomano (*osmanlıca*) e em turco moderno. A fim de facilitar a leitura, seguem algumas indicações:

c é pronunciado como dj de Djanira

ç é como ch em República Tcheca

ğ é mudo, mas prolonga a vogal precedente

ş é pronunciado como sh em shopping

h e y são pronunciados como consoantes, como *hit* e *yellow* em inglês

Já as vogais têm os seguintes sons:

a como em pai

e como em quer

i como em rio (a letra maiúscula também leva ponto, İ)

ı seria uma vogal com som como o primeiro "a" de cama, em português

o como fome

ö como no alemão, ou o francês *eu*

u como em rum

ü como no alemão, ou o francês *u* (em *une*)

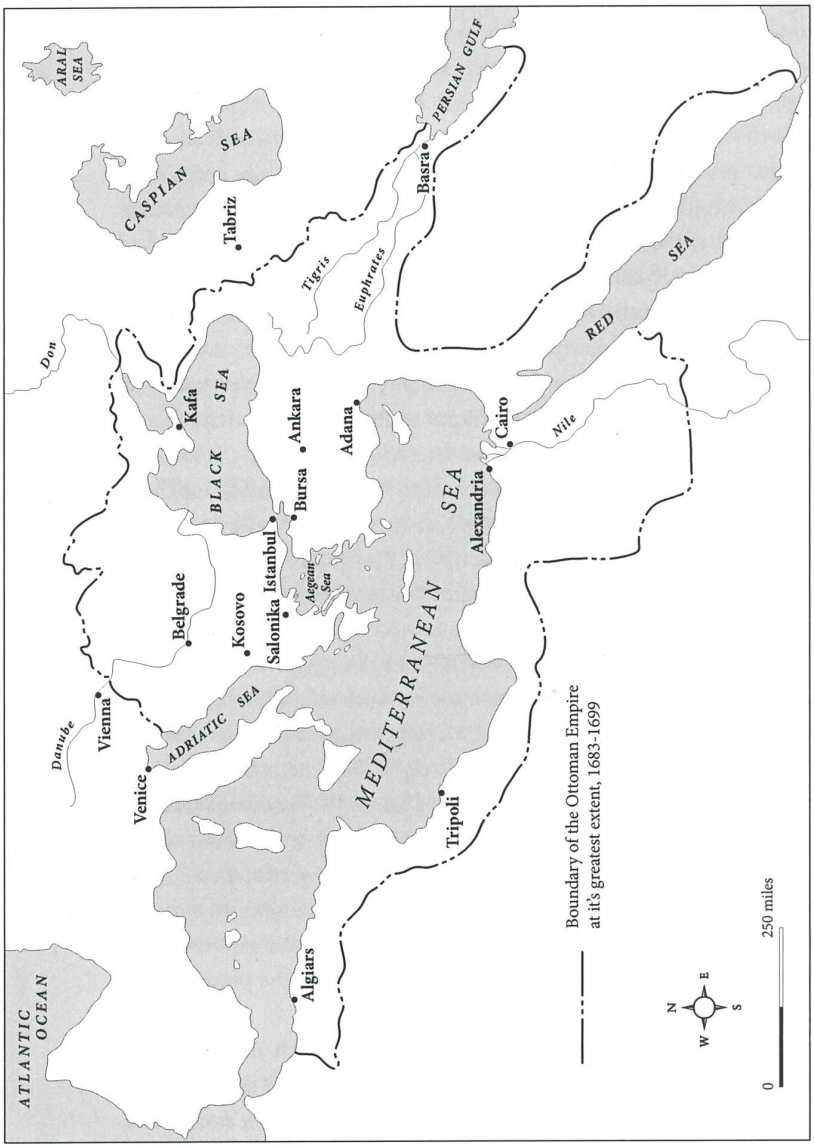
O sinal circunflexo (^) é por vezes usado para indicar uma vogal longa, como em *siyasî* (si-ya-sii, que significa "político"). Usado depois de consoantes como k e l, indica que a consoante é "macia", por exemplo *kâr* (k^{i}-a-r, que significa "lucro"), para distinguir de *kar* (k-a-r, que significa neve).

Até o início da República Turca, instituída em 1923, não era costume o uso de sobrenome por parte dos súditos otomanos. Isso só veio a ocorrer oficialmente com a chamada Lei dos Sobrenomes (*Soyadı Kanunu*) de 1934 sancionada por Atatürk. Por vezes, as pessoas eram identificadas pela profissão, como *Reis* no caso de almirantes ou por formas de tratamento como *Bey*, *Efendi*, *Çelebi* ou *Paxá* (*Paşa*, em turco), sempre após o nome próprio. A forma respeitosa de tratamento para mulheres, também seguidas ao nome, é de *Hanım*. Já as esposas e mães de sultões recebiam o titulo de *Sultan* após o nome próprio.

Com a instauração da República Turca, muitas cidades tiveram seus nomes trocados, "turquificando-os". Constantinopla passou a ser oficialmente chamada de İstanbul (Istambul, em português), Esmirna de İzmir, Edirna ou Andrianopla de Edirne e Brousse de Bursa. Como neste trabalho se trata da capital otomana no contexto do Império Otomano, ela em geral será referida como Constantinopla. As demais cidades, quando citadas, também seguem suas denominações quando do período otomano.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHI	Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty (Rio de Janeiro)
AIHGB	Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio de Janeiro)
BOA	Başbakanlık Osmanlı Arşivi (Arquivo Otomano do Primeiro-Ministro) (Istambul, Turquia)
FBN	Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)
FO	Foreign Office Archives in the Public Record Offices (Kew, Reino Unido)
HIC-BU	Halil Inalcık Collection – Bilkent University (Ancara, Turquia)
MIP	Museu Imperial de Petrópolis (Rio de Janeiro)
AN	Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)



O Império Otomano em 1683
Fonte: Resat Kasaba. A Moveable Empire: Ottoman nomads, migrants, and refugees. Seattle: University of Washington Press, 2009, p. 22.

GLOSSÁRIO

Ashkenazitas	Judeus oriundos da Alemanha e Europa Central
Ayans	notáveis
Bailo	representante veneziano em Constantinopla
Bizâncio	civilização considerada por aqueles à sua volta como herdeira das glórias de Roma. Seu caráter foi definido pela síntese cultural das tradições da Grécia, de Roma e do cristianismo. Forma como por vezes tratam Constantinopla
Califa	líder espiritual e chefe temporal do estado islâmico
Capitulações (ahdname)	Privilégios estendidos pelo sultão do Império Otomano aos Estados estrangeiros para o benefício de seus súditos ali residentes. Garantiam direito de viajar e negociar livremente, pagar baixas tarifas, não pagar impostos internos e julgar em corte consular própria casos civis e criminais ocorridos entre seus súditos
Cizye (ou Jizya)	imposto pago por não muçulmanos em estados muçulmanos como o Império Otomano

Dar-al-Islam	literalmente "casa do Islã". Território onde vivem muçulmanos
Dar-al-harb	literalmente "casa da guerra". Território onde vivem não muçulmanos
Dervixe	membro de ordem Sufi, dedicado a alcançar um plano espiritual elevado
Dönme	"convertido" ou "vira-casacas"– termo especialmente usado para judeus que se converteram ao Islã emulando Shabbetai Tzvi no final do século XVII
Dragomano	Derivado do árabe *turjuman*, que significa tradutor ou intérprete. Trata-se de súdito do sultão empregado por missões diplomáticas e consulares como intérprete e intermediário
Fatih	"conquistador". Diz respeito ao sultão Mehmed II (r. 1451-1481), conquistador de Constantinopla em 1453
Fatwa	parecer religioso formal islâmico
Fez	chapéu típico otomano usado no século XIX
Firman	decreto do sultão, geralmente contando com sua *tuğra*
Gazi	general muçulmano vitorioso
Harem	parte da residência restrita às mulheres; no caso do harém do sultão, este funcionava como uma instituição dentro do palácio
Hajj	peregrinação às duas cidades sagradas de Meca e Medina, incumbida a cada muçulmano ao menos uma vez na vida. Quem a cumpre é chamado de *Hajji*

Hamam	casa de banho
Imam (imã)	líder religioso islâmico
Janízaro	do turco *Yeni Çeri* (novo soldado). Membro de elite militar otomana existente entre o século XIV e 1826. Originalmente crianças cristãs dos Bálcãs convertidas ao Islã e treinadas para o serviço do Império Otomano. Muitos janízaros chegaram a altos postos da hierarquia otomana, como grão-vizires
Jihad	guerra por expansão ou defesa do Islã. Teoricamente a única forma de guerra permitida a muçulmano
Karaítas	judeus que já viviam no Império Otomano antes da chegada dos sefaraditas. Não seguiam o Talmud
Ladino	dialeto falado pelos judeus sefaraditas
Madrassa	escolas na cidade que enfatizam o estudo do Corão, do *hadith* e da lei islâmica
Millet	comunidade cuja organização autônoma era reconhecida pelo governo otomano
Osmanlıca	idioma turco-otomano
Reis ül-Küttab / Reis Efendi	Originalmente chefe da chancelaria do conselho do sultão, passou a atuar como ministro das relações exteriores
Romaniot	judeus que já viviam no Império Otomano antes da chegada dos sefaraditas no século XV. Falavam grego
Sefaraditas	judeus oriundos da Espanha (Sefarad) e de Portugal

Selamlık	literalmente parte da residência restrita aos homens; também usado para cerimônia da oração pública dos sultões às sextas-feiras
Sefaretname	relatório geral submetido ao sultão por um enviado otomano em missão ao estrangeiro
Serasker	comandante em chefe do exército otomano durante uma campanha; posteriormente, ministro da guerra
Sufi	adepto do sufismo
Sufismo	corrente mística do Islã que desde o século XII é organizada em tradições doutrinais e rituais ligados a um "santo fundador", as tradições ou caminhos místicos são denominados em árabe como *tariqa*, pl. *turuq*, termo que costuma ser traduzido em português como "ordem sufi"
Sürgün	deportação ou assentamento forçado de populações segundo os interesses da política imperial otomana
Tanzimat	"Reorganizações". Época de amplas reformas "modernizadoras" no Império Otomano. Diz respeito ao período que vai de 1839 a 1876, com alguns historiadores incluindo ainda o sultanato de Abdul Hamid II (1876-1909)
Tuğra	monograma do sultão
Ulemá	graduados das madrassas que se tornavam professores, palestrantes, teólogos e advogados
Umma	comunidade de fiéis muçulmanos
Vilayet	província otomana

INTRODUÇÃO

O livro que ora se apresenta se originou da tese de doutorado "O Brasil, o Império Otomano e a Sociedade Internacional: Contrastes e Conexões", defendida no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getulio Vargas em agosto de 2012. A pesquisa em questão envolveu seis meses de estudos e investigação intensa na Turquia, além de ampla pesquisa em acervos brasileiros e participação em eventos acadêmicos internacionais.

O interesse pelo tema, surgiu, sobretudo, pela ampla discussão a respeito das mudanças na Ordem Global no novo milênio, em que se testemunhava um relativo declínio da Europa e a ascensão de países emergentes tais como Brasil e Turquia. No caso da última, seu ativismo diplomático chegou a ser denominado de "neo-otomanista", por reativar conexões do passado imperial.

Como já dito por Benedetto Croce, toda história é contemporânea. Olhamos para o passado a fim de responder a importantes questões do presente. Este livro se volta ao século XIX para evidenciar o modo que o Brasil e o Império Otomano negociaram acesso e reconhecimento de uma sociedade internacional de cunho europeu e em vias de expansão global. Ambas eram entidades que

se buscavam estabelecer como independentes em um sistema profundamente marcado pela assimetria de poder, *status* e *ranking*. No processo, desenvolveram instrumentos para aceder ao mundo da diplomacia e conectaram-se por força de vetores materiais como comércio e migrações, mas também imagens e o perfil de suas representações diplomáticas.

As perguntas de pesquisa propostas são: como o Brasil e o Império Otomano negociaram acesso à sociedade internacional dos estados soberanos centrada na Europa? Quais resultados esperados e inesperados surgiram desse processo? Como e por que esse período coincidiu com o aparecimento das primeiras conexões entre essas entidades periféricas?

Meu objetivo é avaliar as relações do Brasil e do Império Otomano com a sociedade internacional no período que vai de 1850 a 1919, e estudar o início do contato entre ambos. Por um lado, mostro que o exercício de busca por adesão aos rituais, práticas e símbolos diplomáticos europeus criou relações assimétricas com o centro da sociedade internacional europeia. Por outro, revelo como esse processo deu origem a contatos diplomáticos entre as duas entidades, que rapidamente seriam assoberbadas por levas imigratórias. Ao fazê-lo, sugiro que o processo de transformação da sociedade internacional europeia em sociedade internacional global deve ser compreendido, em boa medida, como uma dinâmica que gerou fluxos entre países do hoje chamado Sul Global, um aspecto do processo de globalização da sociedade internacional que a literatura especializada tende a ignorar devido à ênfase quase exclusiva no alargamento do escopo imperial do centro europeu do sistema internacional da época.

O livro se divide em três partes. A primeira delas aborda temas conceituais a respeito do processo de expansão da sociedade internacional de cunho europeu durante o século XIX, focando

especialmente aquilo que aqui optei chamar por "impérios periféricos". No caso deste trabalho, essas entidades são o Brasil e o Império Otomano. Entretanto, abordagem similar poderia ter sido utilizada para lidar com outras formações imperiais do que, à época, eram as bordas do mundo ocidental e civilizado – os Estados Unidos da América em vias de expansão continental para o Pacífico, e o incipiente império asiático do Japão. A segunda parte oferece uma perspectiva contrastada sobre as maneiras pelas quais Brasil e Império Otomano buscaram se inserir na sociedade internacional europeia. Lido especificamente com o uso da diplomacia e dos tratados internacionais, por um lado, e com o uso estratégico das reformas urbanas, por outro. A parte final explora as conexões entre Brasil e Império Otomano por meio de canais diplomáticos formais e pela força não controlada nem bem-vinda por ambos os governos de uma verdadeira enxurrada migratória.

Não há aqui a pretensão de se fazer um estudo comparado entre Brasil e Império Otomano durante o século XIX. Em que valha tal escolha metodológica, prefiro aqui referir-me à ideia de "contrastes". A escolha deve-se à riqueza de fontes primárias que pude acessar para este trabalho: na dúvida entre explorar a complexidade das mesmas ou seguir o fio condutor de uma comparação sistemática, escolhi sempre a primeira.

A periodização deste estudo leva em conta um olhar mais global que local. Na década de 1850, ocorreram eventos-chave em ambas as entidades na busca por *membership* na sociedade internacional: a assinatura da Lei Eusébio de Queiroz no caso brasileiro, em 1850, e a participação do Império Otomano no Congresso de Paris, em 1856[1]. Já 1919, é a data do Congresso de Versalhes após a Primeira Guerra Mundial, ocasião em que o

1 O Tratado de Paris finalizou a Guerra da Crimeia, declarando o Império Otomano como parte do direito internacional e do concerto europeu e igualando o sultão com os monarcas europeus (Naff, 1984).

Brasil integrou a Liga das Nações enquanto o Império Otomano agonizou, perdendo, na Liga, autoridade sobre boa parte do que antes foram seus domínios.

Foi com a Primeira Guerra Mundial que os outrora "periféricos" Estados Unidos e Japão asseguraram lugar entre as potências mundiais. Foi com esta que o Império Otomano chegou ao seu fim de fato, sendo fragmentado em inúmeras unidades e tendo seu núcleo sofrido longa ocupação e "guerra de independência" se transformado na República Turca em 1923. Assim, apesar das similaridades, uma entidade vingou, conseguindo suprimir rebeliões internas, defender-se de ameaças externas, manter sua integridade territorial e assegurar sua sobrevivência na política internacional. Já a outra desmoronou, sendo dividida em territórios independentes ou dominados por estados europeus, diretamente ou na forma de mandatos.

***

Os anos de desenvolvimento dessa pesquisa coincidiram com a evolução da tendência historiográfica conhecida como "História Global". O movimento busca em grande medida superar o estado-nação como unidade de análise e privilegiar perspectivas não eurocêntricas, além de reavaliar as relações do Ocidente com o resto do mundo e trabalhar com escalas temporais e geográficas mais amplas (Olstein, 2015; Crossley, 2015). Entendo a pesquisa em questão como de certa forma filiada a tal abordagem, uma vez que se debruça sobre relações entre entidades periféricas e vai além das relações formais entre entidades estatais.

No que diz respeito à história internacional de maneira mais ampla e as reflexões metodológicas a seu respeito, Marc Trachtenberg (2006) norteou a pesquisa do início ao fim, sobretudo, no que diz respeito aos procedimentos a serem segui-

dos na pesquisa com fontes primárias e em área de estudos sem longa tradição no Brasil. Procurou-se assim manter o foco nas perguntas de pesquisa, olhar crítico em relação às fontes e busca por acesso aos "cânones" da história otomana antes de me aventurar na pesquisa propriamente dita.

David Armitage (2007) estudou a declaração de independência dos Estados Unidos articulando-a, entre diversos pontos, com a busca por admissão deste estado na "ordem internacional", servindo de inspiração para partes deste trabalho. Já Erez Manela talvez seja o mais destacado representante de uma nova leva de historiadores se debruçando sobre as transformações por que passou a sociedade internacional no início do século XX. Seu "The Wilsonian Moment" (2007) mostra como os Estados Unidos justamente tentaram reformular a ordem internacional ao final da I Guerra Mundial e a interseção de seus ideais com as rebeliões anticoloniais de 1919 no Egito, Índia, Coreia e China. Inúmeras foram as referências e inspirações em trabalhos sobre a história da inserção do Brasil no mundo. Luiz Felipe de Alencastro, José Murilo de Carvalho e João José Reis são os principais exemplos de historiadores neste quesito, tratando em especial da história do tráfico negreiro, da escravidão e da elite brasileira em uma perspectiva global ou comparada. Os diplomatas Evaldo Cabral de Melo, Alberto da Costa e Silva, Rubens Ricupero e Paulo Roberto de Almeida dedicam-se a melhor compreender o Brasil holandês, as relações Brasil-África e a inserção do Brasil no mundo, com grande conhecimento de acervos estrangeiros e preocupação em correlacionar seus objetos de estudo no contexto mais amplo das relações internacionais[2].

2 Entre as obras de Luiz Felipe de Alencastro, vale destacar "O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul" (São Paulo: Companhia das Letras, 2000); de José Murilo de Carvalho, "A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial" (Rio de Janeiro: Record, 2003); e de João José Reis, "Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos malês (1835)" (São Paulo: Companhia das Letras, 2003). De Evaldo Cabral de Melo, vale ressaltar

O embaixador Gelson Fonseca Júnior é um dos poucos a se dedicar a questões conceituais. Leslie Bethell, Richard Graham e Kenneth Maxwell são provavelmente os brasilianistas com mais publicações a respeito da inserção internacional do Brasil durante o século XIX, em especial sobre suas relações com a Grã-Bretanha e Estados Unidos. Jeffrey Lesser é autor dos mais importantes trabalhos sobre identidade e imigração[3]. Teresa Cribelli, entre os integrantes da nova geração de brasilianistas, merece menção por sua ampla pesquisa sobre como o Império do Brasil concebeu a ideia de modernização, trazendo nova e importante luz sobre suas relações com os Estados Unidos.

Em relação ao período inicial do século XX – chamado durante muito tempo de República Velha e recentemente "reinventado" como Primeira República –, Clodoaldo Bueno (2003) conta com importantes obras sobre a política externa do período em que o barão do Rio Branco esteve à frente do Itamaraty (1902--1912). Trata-se, porém, de trabalhos que seguem uma linha de "história da política externa", mais do que "o Brasil na história internacional". Historiadores também vêm realizando relevantes pesquisas sobre a diplomacia da Primeira República, debruçando-

"O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)" (Rio de Janeiro: Topbooks, 1998); de Alberto da Costa e Silva, "Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África" (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003); de Rubens Ricupero, "Rio Branco: o Brasil no mundo" (Rio de Janeiro: Contraponto, 2000); e de Paulo Roberto Almeida, "Formação da Diplomacia Econômica do Brasil" (São Paulo, Senac; Brasília: Funag, 2005). O diplomata Pedro da Cunha e Menezes é escritor responsável por importantes publicações sobre as conexões do Brasil com a Austrália, país em que serviu como cônsul, valendo ressaltar seus livros publicados por Andrea Jakobsson Studio, em 2004, "O Rio de Janeiro na Rota dos Mares do Sul" e "Oswald Brierly. Diários de viagem ao Rio de Janeiro, 1842-1867".

3 A obra de destaque de Gelson Fonseca Júnior nesse caso é "A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações" (São Paulo: Paz e Terra, 1998); de Leslie Bethell, "The abolition of the Brazilian slave trade" (Cambridge: Cambridge University Press, 1970); de Richard Graham, "Britain and the onset of modernization in Brazil" (Cambridge: Cambridge University Press, 1968); de Kenneth Maxwell, "Mais malandros: ensaios tropicais e outros" (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002). De Jeffrey Lesser vale atenção especial a "A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil" (São Paulo: Unesp, 2001).

-se sobre diplomatas-historiadores desse período como Oliveira Lima e também Joaquim Nabuco. Teresa Malatian (2001) é autora de alentada pesquisa sobre o primeiro e Luigi Buonafé (2008) de relevante tese sobre o último.

Ainda pensando no esforço de inserir o Brasil no mundo, vale muito ressaltar a tradução de importantes trabalhos elaborados em especial nos Estados Unidos sobre o tema. Gerald Horne (2011), Greg Grandin (2010), Steven Topik (2009) e mesmo David Grann (2009) são os autores que destaco. Quase todos foram traduzidos pela editora Companhia das Letras nos últimos anos e mostram-se contribuição valiosa neste esforço de se entender as conexões do Brasil com outras regiões e as percepções que outras regiões tinham do Brasil, como a especificidade das relações do Brasil com os Estados Unidos, tão importantes no último século e inacreditavelmente ainda subestudadas por aqui. O trabalho de Horne apresenta o papel do Brasil na história da escravidão no Hemisfério Ocidental, sugerindo a existência de um projeto de "império escravocrata" que teria ligado o Sul dos Estados Unidos, Brasil e Cuba.

***

Este trabalho também utiliza a historiografia otomana mais recente, bem como fontes coletadas na Turquia, almejando, portanto, dialogar com os novos esforços feitos por pesquisadores turcos e estrangeiros em ampliar o conhecimento sobre as relações internacionais do Império Otomano. Esse fenômeno é relativamente novo em função de longo preconceito do estado republicano turco com seu passado otomano e pelo fato de que só recentemente as fontes vêm sendo disponibilizadas para a pesquisa pública[4].

4 Esin Yurdusev (2004: 167-194), porém, avalia que somente 20% dos cerca de cento e cinquenta milhões de documentos otomanos estejam disponíveis no momento. Há um projeto corrente de digitalização destes antes de sua organização final.

São escassas as obras traduzidas para o português sobre o Império Otomano. Vale destacar, contudo, as pesquisas clássicas de Albert Hourani, "Uma História dos Povos Árabes" e "O pensamento árabe na Era Liberal: 1798-1939", trabalhos bem fundamentados em fontes primárias e em estudos contemporâneos que apresentam e analisam a história das sociedades árabes. A "Era Otomana" ganha capítulos específicos em ambas as obras, sendo embora concisos e voltados para a apreensão da maneira como os árabes eram tratados dentro do Império Otomano. Já o clássico de Donald Quataert "O Império Otomano: Das Origens ao Século XX" foi traduzido em Portugal pela Edições 70, em 2000, e é provavelmente a mais importante obra traduzida para o nosso idioma. Trabalhos de fôlego como "O Expresso Berlim-Bagdá" (2011), do ex-professor das universidades Bilkent e Koç, na Turquia, Sean McMeekin, a respeito das relações Império Otomano e Alemanha em sua fase final, e "Paz e Guerra no Oriente Médio" (2008), de David Fromkin, sobre o desmonte do Império Otomano, ganharam nos últimos anos cuidadosas edições em português.

Boa parte dos estudos do pesquisador "anglo-americano" Bernard Lewis também se encontram traduzidos para o português, valendo destacar "O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje". Lewis é alvo de relevantes críticas por conta de seu extremo eurocentrismo e envolvimento com a questionável política externa norte-americana na gestão George W. Bush para o Oriente Médio, mas tal fato não invalida seu pioneirismo em pesquisas em arquivos otomanos, evidenciados na importante obra "The emergence of modern Turkey", que segue distante do público brasileiro e é obrigatória mesmo em cursos oferecidos na Turquia.

Quanto à historiografia otomana de uma maneira geral e aquela publicada em inglês, trata-se das mais ricas e em plena

ebulição na Turquia e em diversos países. Erik Zürcher (2005), Halil Inalcık (1973) e Stanford Shaw (1977) são os autores de amplas histórias do Império Otomano, que juntamente com o livro de Quataert traduzido para o português, figuram entre as leituras obrigatórias de cursos sobre a entidade em questão nas melhores universidades do mundo. Carter Findley, da Ohio State University, em 2010 publicou obra importantíssima que revisita a historiografia otomana e turca clássicas, e que merecidamente contou com diversos prêmios como o "Joseph Rothschild Prize in Nationalism and Ethnic Studies". Findley faz inclusive largo uso da literatura neste livro, usando-a como forte auxílio para tratar das histórias otomana e turca.

Nas últimas décadas, novas fontes vêm sendo abertas a pesquisa, enriquecendo ou permitindo reavaliações de interpretações, em especial aquelas que somente entendem o Império Otomano em termos de suas relações com a Europa, sem compreender as dinâmicas internas próprias ou relações com outras regiões do mundo. Pesquisadores vinculados a universidades norte-americanas e canadenses, como Kemal Karpat (1974), Renée Worringer (2001), Cemal Kafadar (1996) e Pınar Emiralioğlu (2000) são alguns dos exemplos deste novo esforço.

Já Sinan Kuneralp[5], Selim Deringil (1999), Nuri Yurdusev (2004), entre outros, debruçam-se há tempos sobre a história diplomática otomana. Kuneralp é ainda um dos poucos pesquisadores a se interessar pela história das relações entre o Império Otomano e a América Latina – com um artigo no prelo sobre o tema –, juntamente com o chileno Paulino Toledo e o espanhol Pablo Asuero. Estes últimos têm publicados livros e

5 Sinan Kuneralp é também proprietário da editora Isis Press, em Istambul, e vem se dedicando a publicar documentos diplomáticos otomanos sobre questões como a Unificação Italiana e a Guerra Franco-Prussiana, além de estudos sobre a história diplomática otomana e turca em geral. Ver: <http://www.theisispress.org/Center_For_Ottoman_Diplomatic_History/>.

artigos sobre viajantes hispano-americanos que passaram pelo Império Otomano dos séculos XVIII ao XX.

Kazim Baycar é um jovem pesquisador turco que estudou a imigração de súditos otomanos para a Argentina e para os Estados Unidos, centrando-se no primeiro caso em sua dissertação de mestrado defendida na *Bosphorus University*, ampliando para os dois casos em sua tese de doutorado defendida na Universidade de Oxford. Já Mehmet Temel (2004) – atualmente professor na *Muğla University* – é aparentemente o único pesquisador turco a ter se aventurado por uma conexão do Império Otomano com o Brasil, listando mais do que analisando os documentos referentes às relações bilaterais pertencentes aos Arquivos do Primeiro-Ministro, em Istambul.

Sobre os eventuais contatos entre o Brasil e o Império Otomano, e mais especificamente das viagens de D. Pedro II a províncias otomanas na década de 1870, existem algumas obras baseadas nos diários do imperador: "D. Pedro II na Terra Santa", de Reuven Faingold, assim como "As viagens de D. Pedro II: Oriente Médio e África do Norte, 1871 e 1876" e "Brasil-Líbano: amizade que desafia fronteiras", de Roberto Khatlab. Estas tratam do conhecido interesse do imperador pelas línguas orientais e centram-se em suas viagens à região, sem, contudo, contextualizá-las na história otomana propriamente dita. "Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectivas" e "Diálogo América do Sul-Países Árabes" organizado por Heloísa Vilhena de Araújo, também tratam do tema, porém, de maneira bastante superficial.

Paulo Daniel Farah (2005: 75-95), diretor da Biblioteca América do Sul-Países Árabes (Bibliaspa), ressalta a importância de se estudar a história do Império do Brasil para além das fontes em línguas europeias, justamente ressaltando as possibilidades

quanto às conexões com o Império Otomano[6]. Paulo Daniel Farah foi o responsável pela tradução hercúlea diretamente do árabe para o português do relato da estada de um imã otomano no Brasil na década de 1860, intitulado "Deleite do estrangeiro em tudo o que é espantoso e maravilhoso". Este trabalho, como o clássico de João José Reis sobre a revolta dos malês na Bahia, trata principalmente da presença de escravizados muçulmanos no país. Como pude constatar na Turquia, o relato do imã Al-Bagdadi merece estudo bastante aprofundado, uma vez que teve ampla repercussão na própria época que foi escrita, sendo imediatamente traduzida para o turco-otomano e pouco depois para língua tártara. É Farah assim como Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, com suas preocupações em contextualizar a imigração árabe para o Brasil na história otomana, os iniciadores no Brasil desta corrente de estudos otomanos com a qual também procuro me vincular. Em paralelo, os estudos de Oswaldo Truzzi sobre especificamente a imigração árabe são dos mais importantes por buscar entendê-la no contexto hemisférico maior. Penso que a contribuição maior deste trabalho a esta "linha de pesquisa" é a de adicionar fontes otomanas obtidas na Turquia e também a de entender os imigrantes do "Oriente Médio" de uma forma mais ampla, correlacionando gregos, armênios, judeus e árabes como um todo.

***

Ao longo de 2007, contei com uma bolsa de pesquisa na Biblioteca Nacional brasileira com projeto intitulado "O Oriente Médio no acervo da Biblioteca Nacional". Meu intuito era o de levantar de forma organizada – aprofundando a pesquisa o máximo possível – as obras ali depositadas referentes à região que

6 Agradeço ao professor da FGV, João Marcelo Maia, por indicar-me tal texto quando ainda do início da minha pesquisa de doutorado.

hoje denominamos de Oriente Médio. Deparei-me com cerca de dois mil itens, sendo cerca de oitenta por cento pertencentes à Coleção Teresa Cristina, tendo, portanto, pertencido ao imperador D. Pedro II. Deste levantamento inicial, animei-me primeiramente a pensar em um projeto de pesquisa de doutorado sobre o óbvio e peculiar orientalismo de D. Pedro II. A leitura do livro "Istambul: cidade e memória", de Orhan Pamuk, exatamente no momento em que esboçava essas ideias, fez-me dar uma guinada. No livro de memórias do escritor turco ganhador do Nobel de Literatura em 2006, ele tratava da sua cidade natal como a sede de um antigo, importante e longevo império que perdera seu *status* para Ancara, capital instituída com a República turca, vivendo por isso uma profunda melancolia, que chama de *hüzün*. A comparação com a situação vivida pelo Rio de Janeiro em um passado não muito distante me veio de imediato quando da leitura e comecei a pensar na possibilidade de procurar também comparar o Brasil e o Império Otomano na virada do século XIX para o XX. Foi, portanto, da junção dessas duas experiências, e da conversa com profissionais experientes da área, que ressaltavam a validade de se levar adiante uma pesquisa que fugisse das "relações bilaterais" tradicionais, que cheguei à pesquisa que ora apresento.

Trata-se assim de um projeto que nasceu de fontes e de literatura, mas que foi se amarrando aos poucos em especial em função das leituras e releituras das obras de Adam Watson, Hedley Bull e Edward Keene a respeito do que seria uma evolução, expansão e/ou estratificação da chamada sociedade internacional dos estados soberanos.

A sociedade internacional global cada vez mais permite conexões diretas e amplas no Sul, mas ainda em grande medida mediadas pelo Norte. Por um lado, desde 2009, já existem voos diretos entre o Brasil e a Turquia, e chegou à casa de dezenas

de milhares o número de turistas brasileiros que circularam por Istambul e Capadócia, além de serem significativos ainda os profissionais brasileiros de futebol e vôlei por toda a Turquia. Por outro lado, a troca acadêmica ainda é incipiente. Não tendo o Brasil uma grande tradição de estudos na área de História do Império Otomano, as indicações recolhidas para a bibliografia inicialmente consultada advieram, sobretudo, de listas de leitura de cursos sobre o tema ministrados nas mais respeitadas universidades do mundo e naquelas com tradição de estudos sobre a questão.

Foi o inglês, também originalmente do Norte, que justamente facilitou minha estada na Turquia, aprendendo com professores e pesquisadores locais sobre o estado mais adiantado das pesquisas, revisionismos correntes e tendências sendo seguidas. *Bilkent University*, onde passei um semestre, contava justamente em seus quadros quando ali estive com a maior autoridade sobre Império Otomano (ele mesmo nascido ainda quando era este que existia), Halil Inalcık, e cuja rica documentação amealhada durante mais de meio século de pesquisas está abrigada.

Bilkent em turco quer dizer cidade do conhecimento, e de fato a universidade é efervescente em pesquisas e projetos em geral, além de contar com, literalmente, riquíssima biblioteca. No que diz respeito à história otomana praticada ali – um dos centros mais respeitados do mundo –, percebi ainda grande ênfase nas relações e comparações do Império Otomano com o Ocidente, sendo tímidos, para não dizer raros, os trabalhos que ultrapassam essas fronteiras. Percebi assim que para minha pesquisa era de fato a literatura de Relações Internacionais a mais útil para desvendar o que estava por trás das conexões que a empiria me mostrava existir entre Brasil e Império Otomano. A escolha foi por um caminho difícil, sem tradição aqui e acolá, e o intuito foi o de realizar um trabalho de fato global.

Na Turquia, centrei a pesquisa na Biblioteca Nacional Turca, em Ancara, e nos Arquivos do Primeiro-Ministro, em Istambul, com visitas ainda ao acervo fotográfico da *Istanbul University* e algumas bibliotecas temáticas da cidade como a da *American Research Institute in Turkey* (ARIT) e do *Institut Français de Turquie*. Uma parte considerável das fontes na seção relativa a documentos otomanos dos Arquivos do Primeiro-Ministro[7] então abrigados na Sublime Porta (Fig. 1) está em francês, e alguns ainda em português ou espanhol. Cerca de metade, porém, encontra-se em turco-otomano, idioma turco com escrita árabe e em grande parte foram gentilmente traduzidos para este trabalho com a ajuda de Mustafá Göktepe e H. Bayram Ozturk. A este respeito, vale observar que, visando facilitar a leitura deste livro, optou-se por traduzir todas as citações em língua estrangeira para o português, sendo todas estas traduções feitas por mim.

Bases de dados de periódicos como *The Times, New York Times, O Malho, Jornal do Commercio*, e *O Estado de S. Paulo*, de legislação brasileira como o Senado Federal, de instituições donas de importantes acervos como a Biblioteca Nacional do Brasil e a *Library of Congress* bem como projetos de democratização de acesso a fontes históricas como o *Center for Research Libraries* também se mostraram muito importantes. O serviço de pesquisa de livros do *Google* assim como do projeto *Internet Archive* e a base *Gallica* da Biblioteca Nacional Francesa também se mostraram valiosos, permitindo em especial o acesso a obras de viajantes do século XIX, já em domínio público, que passaram tanto pelo Brasil quanto pelo Império Otomano, ou algumas obras fora de catálogo e mesmo periódicos. A verdade é que sem esses tipos de projetos de

7 Dos cerca de setecentos dossiês localizados neste arquivo com informações sobre o Brasil, digitalizei cerca de quatrocentos, não podendo fazer mais por conta das rígidas normas da instituição que só permitiam o acesso a vinte e cinco dossiês por dia.

digitalização e democratização de acesso a acervos, uma pesquisa como esta seria ainda impensável de se fazer no Brasil.

No Brasil, o Arquivo Histórico do Itamaraty, o Arquivo Nacional, a Fundação Casa de Rui Barbosa, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Museu Imperial de Petrópolis e a Biblioteca Nacional foram as instituições a que recorri a fim de buscar fontes primárias. Infelizmente, o primeiro esteve fechado por boa parte do tempo da pesquisa, não permitindo, sobretudo, um olhar mais aguçado sobre a documentação das legações do Brasil em Londres e Paris. A documentação relativa à legação brasileira em Constantinopla, o consulado em Alexandria, bem como da representação armênia no Brasil, porém, foram totalmente cobertas.

Realizei ainda pesquisa no *The National Archives* britânico. Se não deu para contar com um capítulo específico sobre as relações dos "impérios periféricos" com a Grã-Bretanha, justamente por acreditar que o trabalho com as fontes deveria ter sido mais demorado e aprofundado, elas foram inseridas em diversas partes deste trabalho. Na Inglaterra ainda, tive oportunidade de pesquisar no incrível arquivo do *The Rothschild Archive*, utilizando também no âmbito deste trabalho parte das fontes lá levantadas. Este acervo, assim como o *The National Archives*, clama urgentemente por pesquisas brasileiras[8].

Este trabalho utiliza também a iconografia como fonte útil e legítima para estudar história internacional. Aquarelas e estampas de viajantes que passaram por Constantinopla e pelo Rio de Janeiro, bem como as ricas coleções de fotografia dos soberanos do Império Otomano e do Brasil, servem de fonte e de objeto de

8 Para além de seu óbvio uso em termos de interesse sobre a história econômica, financeira e política do Brasil, o The Rothschild Archive permite vislumbrar as relações entre a comunidade britânica no Brasil, entre os europeus judeus que para cá se dirigiram, entre outros tantos temas não tão óbvios.

análise. Em que pese a proliferação de estudos artísticos sobre as duas entidades, há ainda poucos estudos a respeito da "propaganda de progresso" em nome da qual governantes em ambas as capitais mobilizaram formas não verbais de diplomacia.

***

Como dito acima, o livro é composto de três partes e elas são: "Da Sociedade Internacional", "Contrastes" e "Conexões". A primeira delas conta somente com um capítulo, intitulado "A sociedade internacional e os impérios periféricos", que lida com a orientação conceitual seguida, uma apresentação mais detalhada sobre os trabalhos da chamada clássica Escola Inglesa da teoria das relações internacionais em geral e especificamente como lidam com os não europeus. Especifica-se então entre estes o Brasil e o Império Otomano.

Segue-se para a parte "Contrastes", composta por dois capítulos. O capítulo 2, "O Brasil, o Império Otomano, os tratados e a diplomacia", é dedicado a contrapor os esforços empreendidos pelo Brasil e pelo Império Otomano visando ao reconhecimento europeu a aspiração a membros plenos da sociedade internacional. Para este fim, foram enfatizados os usos que cada entidade fez do direito internacional, da diplomacia formal e também da diplomacia não verbal. Esta última expressa na forma de participação em exposições universais e nas viagens dos soberanos.

Já o capítulo 3, "Rio de Janeiro, Constantinopla e 'os olhos estrangeiros'", debruça-se sobre o papel das reformas urbanas e arquitetônicas nas capitais dos estados em tela. Ele busca apresentar um panorama sobre o papel das capitais na história internacional, para então tratar das especificidades das capitais brasileira e otomana, de representações de artistas europeus feitas a seu respeito e divulgadas na Europa, para então centrar-se no

esforço feito dessa vez por seus governantes no final do século XIX de utilizar a fotografia como forma de divulgar seu progresso.

Por fim, a parte "Conexões" é também dividida em dois capítulos. O capítulo 4, "Relações incógnitas: o Império Otomano, as Américas e o Brasil (1513-1876)", trata de uma espécie de prólogo a respeito de visões mútuas que remonta ao século XVI, mas foca-se, sobretudo, no período entre 1850 e 1876 e nas tentativas de Brasil e Império Otomano lançarem mão do direito internacional e da diplomacia ao travarem contato mais próximo entre si.

Já o capítulo 5, intitula-se "O Império Otomano, o Brasil e a imigração". Aqui buscou-se tratar do novo ímpeto nas relações entre ambas as entidades em função das levas imigratórias de súditos otomanos que seguiram para o Brasil a partir da década de 1870. Apresentam-se os acontecimentos internos e externos do Império Otomano que explicam a alteração de *status* e a saída de milhares de súditos, assim como a especificidade de cada grupo étnico/confessional. Passa-se então para o esforço diplomático otomano para lidar com os impactos destes imigrantes no Brasil como em suas regiões de origem. Justamente esta imigração, nem estimulada pelos otomanos, nem originalmente bem-vinda pelo estado brasileiro, se configura como um caso de conexão não esperada, mas efetiva, no processo de transformação da sociedade internacional europeia em global.

PARTE I
DA SOCIEDADE INTERNACIONAL

CAPÍTULO 1
A SOCIEDADE INTERNACIONAL E OS IMPÉRIOS PERIFÉRICOS

Este é um trabalho de história internacional conceitualmente informado. Sem querer testar ou propor uma teoria a respeito do que chamo de "impérios periféricos", utilizo conceitos da disciplina acadêmica de Relações Internacionais para organizar tematicamente a rica empiria em arquivos brasileiros e otomanos. Este capítulo oferece uma breve revisão bibliográfica sobre os conceitos mais utilizados e apresenta a orientação do trabalho. Espera-se, assim, explicar e justificar o corte temático adotado.

1.1. Sociedade internacional: evolução, expansão e/ou estratificação

Em 1959, foi criado um grupo de acadêmicos denominado Comitê Britânico sobre Teoria da Política Internacional. Este era liderado pelo historiador da Universidade de Cambridge, Herbert Butterfield, e reunia-se periodicamente nesta universidade, bem como nas universidades de Oxford, Londres e Brighton, a fim de discutir os principais problemas e uma série de aspectos da teoria e da história das relações internacionais. O grupo recebia recursos

da Fundação Rockefeller e desenvolveu estudos com importante impacto até os dias atuais e que acabou por ficar conhecido como a Escola Inglesa da teoria das relações internacionais.

A Escola Inglesa estabeleceu uma distinção entre o chamado sistema internacional – até então objeto central da disciplina de Relações Internacionais – e a chamada sociedade internacional. A primeira categoria pode ser caracterizada assim: um sistema internacional existe quando,

> *dois ou mais Estados têm suficiente contato entre si, com suficiente impacto recíproco nas suas decisões, de tal forma que se conduzam, pelo menos até certo ponto, como partes de um todo. Naturalmente, dois ou mais Estados podem existir sem formar um sistema internacional, nesse sentido. (...) Mas quando os Estados mantêm contato regular entre si, e quando além disso sua interação é suficiente para fazer com que o comportamento de cada um deles seja um fator necessário nos cálculos dos outros, podemos dizer que eles formam um sistema. A interação dos Estados pode ser direta (quando são vizinhos, parceiros ou competem pelo mesmo fim) ou indireta (em consequência do relacionamento de cada um com um terceiro), ou simplesmente pelo impacto deles sobre o sistema. (...) A interação dos Estados que define um sistema internacional pode ter a forma de cooperação ou de conflito, ou mesmo de neutralidade ou indiferença recíprocas com relação aos objetivos de cada um. Essa interação pode abranger toda uma gama de atividades – políticas, estratégicas, econômicas, sociais –, como acontece hoje, ou apenas uma delas (Bull, 2002: 15).*

Já a sociedade de estados ou sociedade internacional, existe quando:

> *Um grupo de Estados, conscientes de certos valores e interesses comuns formam uma sociedade, no sentido de se considerarem ligados, no seu relacionamento, por um conjunto comum de regras, e participam de instituições comuns. Se hoje os Estados formam um sistema internacional, é porque, reconhecendo certos interesses comuns e talvez também certos valores comuns, eles se consideram veiculados a determinadas regras no seu inter-relacionamento, tais como a de respeitar a independência de cada um, honrar os acordos e limitar o uso recíproco da força. Ao mesmo tempo, cooperam para o funcionamento de instituições tais como a forma de procedimentos do direito internacional, a maquinaria diplomática e a organização internacional, assim como os costumes e convenções da guerra. Nessa acepção, uma sociedade internacional pressupõe um sistema internacional, mas pode haver um sistema internacional que não seja uma sociedade (Bull, 2002: 19).*

Para os autores da chamada Escola Inglesa, a transformação de sistema para sociedade internacional foi um processo histórico. Segundo eles, o mundo antigo teve diversos sistemas de estados: estão lá a Suméria, a Assíria, a Pérsia, a Grécia Clássica, o Sistema Macedônico, a Índia, a China, Roma, o Oikumene Bizantino e o Sistema Islâmico. Esses evoluíram para uma sociedade internacional europeia e, por fim, a nossa "sociedade internacional universal do presente" (Bull, 2002: 15; Watson, 2004: 37).

Nessa concepção, a Europa começou a tomar forma como uma *sociedade* regional e internacional no século XV e a expandir-se rapidamente no século XIX. Como resultado dessa expansão, as

mais diversas regiões do planeta foram incorporadas aos moldes da sociedade europeia, alargando essa formação para o mundo inteiro na sequência da Segunda Guerra Mundial e da descolonização (Gonçalves, 2002: 18).

Ainda segundo essa concepção, a evolução do sistema europeu de relações interestatais e a expansão do poder europeu em todo o mundo foram processos simultâneos e mutuamente constitutivos. O símbolo e o instrumento dessa expansão foram a estrutura jurídico-política do estado soberano, que começou a se consolidar no final do século XVIII e início do século XIX com a conclusão dos processos que desembocaram nas independências dos Estados Unidos, do Brasil e das demais colônias hispânicas nas Américas.

Essa literatura ressalta a falta de uniformidade e de sistematização, mas toma como garantida a noção de "expansão", o processo gradual de adesão global às ideias, rituais, símbolos e práticas europeias nas áreas de diplomacia e relações internacionais. Essa suposta incorporação começou no século XIX, para ser concluída no século XX. Ela mesma já indica a ascensão de potências não europeias como os Estados Unidos e o Japão, no final do século XIX, e sua efetiva participação na gestão da sociedade internacional (Watson, 1985: 30), mas, no geral, parte da premissa não falada de que os sistemas internacionais extraeuropeus não questionaram nem desafiaram de modo sistemático a formação europeia central – seja porque já fosse a Europa uma força hegemônica ou devido aos limitados contatos existentes entre essas diversas entidades.

Adam Waston (1985: 30-2) indica como características dessa fase de expansão: 1) uma hegemonia efetiva das grandes potências; 2) uma mudança do conceito de colônia, de assentamento de imigrantes a domínio do homem branco sobre não brancos da Ásia e África; 3) concordância, apesar da competição, entre as potências

europeias sobre as esferas de influência que impediram guerras entre si; 4) intensificação da exploração dos não europeus com forte componente de propagação da civilização cristã; 5) criação de uma elite europeizada por todo o mundo não europeu. Nesta listagem, ficam de fora o comportamento e a reação dos não europeus em relação a esta. No que toca as elites, por exemplo, fala que em alguns aceitaram a superioridade das instituições europeias e outros viram vantagens pessoais nesta ao "se adaptar às formas do conquistador". Deixa de fora um importante componente de rejeição ou de um interesse parcial por parte destas elites em adotar instituições, ideias e práticas europeias, adaptando-as às peculiaridades de suas culturas e projetos. Nega um protagonista na periferia.

Para os autores "clássicos" da Escola Inglesa, o Brasil aderiu como parte do processo de independência de colônias europeias, como uma espécie de Neo-Europa – uma admissão livre de maiores obstáculos (Watson, 1985: 127-141)[9]. O Império Otomano, por sua vez, o fez buscando salvar sua própria condição de vasto e multiétnico império, tendo sua participação no Congresso de Paris, em 1856, como marco fundamental de integração à sociedade internacional europeia do sistema de estados do qual fazia parte (Naff, 1985: 143-169).

Nessa concepção, as instituições têm papel primordial. No período que vai do Congresso de Viena, em 1815, até a criação da Liga das Nações, em 1919, estas são entendidas como "instituições primárias" e são basicamente compostas por: soberania, não intervenção, territorialidade, diplomacia, direito internacional,

9 A narrativa histórica de Watson tem importantes *insights* sobre a especificidade da manutenção das relações do Brasil com a Europa e de certa similaridade entre Brasil e Canadá, mas conta também com erros históricos crassos, como quando fala em abdicação de D. Pedro II em 1889, quando foi obviamente deposto e então exilado.

guerra, equilíbrio de poder e gestão entre as grandes potências (Zhang, 2001).

Este trabalho lida explicitamente com as instituições da "diplomacia" e do "direito internacional" (expresso, sobretudo, na forma da assinatura de tratados), com vistas a estudar o processo de interação entre a Europa e essas entidades até então periféricas, e mesmo entre as próprias entidades periféricas. Ao fazê-lo, esta pesquisa vai além dos procedimentos verbais, filiando-se ao crescente campo de estudos da chamada "linguagem não verbal da diplomacia". Assim, o trabalho adota como premissa o princípio segundo o qual os discursos verbais não são os meios exclusivos de comunicação entre estados.

A diplomacia não verbal de viagens de chefes de estado, por exemplo, já se faz presente em instigante análise de David Motadel (2011) sobre visitas de xás persas à Alemanha na virada do século XIX para o XX. A representação pictórica também constitui parte significativa na linguagem diplomática, como demonstra Michael Auwers (2016) em sua análise do papel do pintor Peter Paul Rubens nas relações de paz anglo-espanholas do século XVIII, e Philip Mansel (2004: 189-219) em seu estudo sobre os diplomatas europeus que serviram em Constantinopla. Celeste Zenha (2004), Ana Maria Mauad (1997) e Selim Deringil (1999) já indicam também a relevância da fotografia nas relações internas e internacionais do Brasil e do Império Otomano.

Para Edward Keene (2008) não existe um "núcleo" estável em um modo de expansão. Existem regras do jogo que são negociadas a cada passo em um modo de "estratificação". Keene observa que há dois eixos principais da estratificação da sociedade internacional no início do século XIX: um foi definido em termos de desigualdades de recursos materiais, o mais importante é a distinção entre as grandes potências e as menores; o outro foi

baseado em desigualdades resultantes da situação de prestígio das nações "civilizadas" e de diferentes casas dinásticas. A expansão da sociedade internacional, de acordo com Keene, era um resultado da crescente importância do primeiro destes tipos de estratificação por capacidade material sobre o segundo tipo de estratificação por prestígio ou *status*.

Da mesma forma, são relativamente poucos os estudos da Escola Inglesa que tratam do que Shogo Suzuki (2009) chama de "lado obscuro" ("dark side") da sociedade internacional, como o uso da força, a imposição da lei imperial e a negação de direitos individuais e de propriedade das sociedades autóctones. A tradicional "história da expansão" ignora em geral a violência, a traição, a subjugação, a expropriação e o assassinato em massa que acompanharam a expansão da sociedade europeia. Como ressalta Fred Halliday (2009: 18), trata-se de uma distorção significativa não só em termos políticos ou morais da história colonial europeia, mas também para explicar ao mundo em que hoje vivemos. O sistema de estados originalmente europeu de fato se espalhou pelo mundo – e não é eurocentrismo reconhecê-lo, mas constatação de um fato –, mas em grande parte derrotando, subjugando, formando e deformando sociedades e entidades com os quais travou contato. As dificuldades que o mundo moderno teve com o mundo não europeu são, para Halliday, não o resultado de uma expansão incompleta dos valores westfalianos ou a resistência de sociedades não democráticas, islâmicas ou asiáticas a valores democráticos, mas, acima de tudo, o caráter violento da própria expansão.

Edward Keene (2002:97) fala ainda de um modo dualístico, que ao mesmo tempo que se via a formação de um sistema westfaliano de estados soberanos iguais e mutuamente independentes dentro da Europa, havia sistemas imperiais e

coloniais que se estabeleciam fora desta e condicionavam soberania aos direitos individuais, especialmente de propriedade. Fala em tolerância entre os estados europeus e promoção da "civilização" para fora destes. Já existe uma literatura incipiente que trata dessa dualidade, sobretudo no caso japonês, como já mencionado acima. É de Shogo Suzuki importante trabalho sobre o encontro da China e do Japão com a sociedade internacional europeia e de como o último teria emulado práticas dos membros "civilizados" desta ao se engajar em políticas imperialistas em relação à primeira e também à Coreia. Renée Worringer (2001) volta-se para a maneira como o Japão encantou as elites otomanas em Istambul, e também no Cairo, passando a lhes servir de exemplo de potência asiática bem-sucedida em sua relação com a Europa – sobretudo após a vitória na guerra contra a Rússia em 1905 –, mas não aceitou seu pedido de relações igualitárias, exigindo a concessão de capitulações para que fossem estabelecidas relações formais entre ambos[10]. A síntese bem-sucedida da ética e cultura oriental à ciência e tecnologia ocidental conseguida pelos japoneses fazia os otomanos desejarem deixar de ser "o homem doente da Europa", para ser o "Japão do Oriente Próximo".

As reflexões no âmbito da Escola Inglesa a respeito de critérios ou padrões de civilização são basicamente tributárias ao trabalho de Gerrit Gong (1984). Para Gong, enquanto a Europa se expandia para o mundo não europeu, ocorria na realidade um confronto não somente em termos político, econômico ou militar, mas, sobretudo, em termos de civilizações e seus padrões de cultura. O cerne deste confronto era o "padrão de civilização" pelo qual diferentes civilizações se identificavam e regulavam

10 As relações formais só se dariam entre Japão e a República Turca, em 1924. Worringer (2001: 88) ainda dá pistas do interesse otomano na guerra sino-japonesa, uma vez que esta desviava a atenção europeia, como rivais e competidores em seus domínios, para bem longe de si.

suas relações internacionais[11]. As práticas que se tornaram aceitas como "civilizadas" eram aquelas provenientes dos países europeus e logo passavam a ser exigidas pelo sistema internacional centrado na Europa. O "padrão de civilização" é assim uma expressão da assunção, tácita ou explícita, usada para distinguir aqueles que pertencem a uma sociedade particular daqueles que não pertencem. *Membership* neste sentido era condicionado a um certo grau de homogeneização, requisitando dos estados não europeus que fizessem reformas sociais e políticas e que aceitassem as regras e princípios da sociedade internacional.

Entendo que, em meados do século XIX, entidades não europeias de variados portes passaram a demandar ou a ser demandadas a integrar uma sociedade internacional de núcleo europeu. Trata-se de um período importante de "virada imperial", sobretudo britânico, em que o planeta passou a ser esquadrinhado, ocupado e as relações da Europa com o mundo redefinidas com base em um centro europeu. Assim, como sugere a Escola Inglesa, o período foi marcado pela expansão da sociedade internacional de cunho europeu mundo afora, de forma extremamente estratificada, seja entre os próprios europeus e também entre os próprios não europeus.

Este trabalho lida com a posição do Império Otomano e do Império do Brasil nesse quadro geral. À época, não era fácil classificá-los como bárbaros ou selvagens, mas os governos e as elites políticas de ambos trabalharam arduamente para obter

11 Para Gong (1985: 179) na virada do século, este "padrão de civilização" emergiu de forma suficiente a definir os requisitos legais necessários a um país não europeu como a China para ganhar *status* civilizado pleno na sociedade internacional. Estes pré-requisitos incluíam: 1) a garantia de vida, liberdade e propriedade de estrangeiros; 2) demonstrar uma organização governamental eficiente; 3) aderir a práticas diplomáticas aceitas; 4) e seguir princípios do direito internacional. Um quinto pré-requisito, mais subjetivo, dizia respeito à aceitação de normas e práticas da sociedade internacional "civilizada", que incluía rejeição à poligamia e à escravidão, consideradas não civilizadas e assim, inaceitáveis.

reconhecimento de civilização e fazer parte, assim, do primeiro grupo. Nisso, ambas as entidades obtiveram sucesso apenas parcial. Este trabalho argumenta que, no processo da busca por reconhecimento, ambos os impérios investiram vastos recursos materiais e intangíveis, como pode ser visto nas reformas de suas respectivas capitais ou na ênfase dada às exposições universais. Sugere-se aqui, também, que em grande medida o esforço por reconhecimento fugiu ao controle dos respectivos governos: enquanto eles trabalharam para estabelecer relações diplomáticas formais uns com os outros, seguindo o padrão europeu, a realidade impôs-se na forma de vastas levas imigratórias informais e indesejadas tanto na origem quanto na chegada. Essas ligações informais e à revelia dos projetos governamentais de um e outro lado tiveram – e têm – grande vulto e ajudam a explicar a evolução das relações entre essas comunidades não europeias.

1.2. *Membership,* legitimidade, reconhecimento e soberania

A busca pela obtenção de *membership,* por parte de entidades não europeias, faz-se presente então. Trata-se de termo difícil de traduzir para o português em sua acepção aqui tratada, mas que seria algo como associação, adesão, inclusão ou simplesmente busca pela "qualidade de membro". A verdade, porém, é que *membership* passa a ideia de que, para fazer parte de um grupo, uma comunidade política deve seguir regras definidas por terceiros, seguindo uma clara lógica de inclusão e exclusão na arena internacional.

O Império Britânico ao longo do século XIX foi a grande potência de destaque na sociedade internacional de então. Com o "mundo restaurado" após o Congresso de Viena era, por ordem decrescente de influência, para a Inglaterra, para a França, e também para a Áustria e para a Rússia que se voltam os novos

estados ascendentes e os antigos impérios decadentes em busca de reconhecimento e respeito por sua legitimidade e soberania.

> *Para países transatlânticos, dependentes do comércio marítimo, o decisivo era, no fundo, a decisão da potência naval e mercantil por excelência, a Grã-Bretanha. Esta, por sua vez, condicionava seu julgamento final a algumas questões centrais, duas das quais irrenunciáveis: a celebração de acordos que lhe garantissem liberdade de comércio e a abolição do tráfico de escravos (Ricupero, 2011: 139-40).*

Os princípios da legitimidade expressam concordância social mínima sobre quem está autorizado a participar das relações internacionais, e também sobre as formas apropriadas de sua conduta (Clark, 2005: 2). Um estado ser reconhecido como independente e legítimo (seja por legitimidade dinástica ou nacional)[12], celebrando tratados e estabelecendo relações diplomáticas, não significava, porém, ser visto necessariamente como membro pleno da sociedade internacional. Boa parte dos não europeus, mesmo reconhecidos como legítimos e soberanos,

12 A forma de governo escolhida pelos estados também devia obter legitimidade interna e externa no período em tela. Durante os séculos XVII e XVIII, era a legitimidade dinástica e religiosa que prevalecia. Nestes, os interesses e as razões do soberano impunham-se à coletividade por direito divino. O estado moderno contava ainda, como seu principal atributo, com a soberania sobre seu território. Detentor da soberania sobre um determinado território e sobre sua população, o monarca derivava a sua legitimidade do universo religioso e da concepção de reino dinástico. Este direito divino foi, aos poucos, posto em xeque em função das ideias iluministas, sendo acelerado com a Revolução Francesa. Entre todas as transformações trazidas com esta, a contestação da legitimidade dinástica seria muito importante, mas não definitiva, uma vez que o Congresso de Viena marcou o movimento de retorno o *statu quo ante*. A Santa Aliança, formada pelas grandes potências, conferiu-se o direito de intervenção em territórios soberanos sempre que a ordem, entendida como a ordem monárquica, fosse ameaçada por movimentos revolucionários. Esta se estabeleceu para fazer frente às ondas liberais e nacionalistas na Europa, mas tiveram implicações nas Américas, que passaram a temer a intervenção desta em apoio a tentativas de recolonização. As bases da legitimação do Estado de forma estritamente dinástica estavam irremediavelmente corroídas. A partir de 1848, com a "Primavera dos Povos", a legitimação dos estados europeus passou cada vez mais a emanar a ideia de nação e não do direito divino do soberano. Crescia a importância da legitimidade nacional. (Santos, 2004: 35-38)

acabaram permitindo ou se viram forçados a permitir, direitos extraterritoriais de potências ocidentais – um importante indicador de *status* de inferioridade e subordinação, comprovando ser sua soberania apenas parcial[13].

Extraterritorialidade refere-se ao regime legal no qual um estado clama jurisdição sobre seus cidadãos que residem em outro país. O Brasil oficialmente só a manteve por um certo período, até 1844, como herança do Império Ultramarino Português, na forma dos juizados conservadores britânicos. O Império Otomano, que concedia capitulações a nações europeias desde o século XV e as considerava um gesto de boa vontade por parte dos sultões para com os infiéis, ao longo do século XIX (mais especificamente de 1825 a 1923), viu-se refém de ação extraterritorial crescente por parte de potências europeias em seus territórios. A Pérsia também concedia capitulações de forma análoga aos otomanos, mas estas também mudaram seu *status* em 1828, com o Tratado de Turkmanchai, e só foram extintas com Reza Khan Pahlevi em 1928. No Japão, os direitos extraterritoriais existiram de 1856 a 1899 e, na China, de 1842 a 1943. Estados ocidentais usaram cortes extraterritoriais para estender sua autoridade sobre Pérsia, Japão, China e Império Otomano, embora essas não fossem colônias europeias. Ao fazê-lo, estes estados limitaram a autoridade dos sistemas legais locais e o fizeram, por vezes, com a colaboração de grupos das elites locais (Kayaoğlu, 2010: 1).

Assim, embora essas entidades fossem formalmente reconhecidas como independentes e soberanas, não eram membros plenos da sociedade internacional de núcleo europeu. O que faltava a eles era o chamado "padrão de civilização". Em ambos os casos, a permanência da escravidão era um item importante, embora

13 Alguns os denominam em função destes direitos por semicolônias. Outros chamam a atuação das potências neste sentido de "Imperialismo legal" ou "Imperialismo informal".

esta tivesse especificidades em cada parte. No caso otomano, a garantia de vida, liberdade e propriedade estrangeira por vezes se embolava com a condição dos cristãos otomanos e este foi um importante item nas relações complexas do Império Otomano com as potências europeias.

1.3. Os impérios periféricos

A Escola Inglesa clássica denomina as entidades não europeias que demandavam adesão ao longo do século XIX exatamente de estados não europeus (non-Europeans), não ocidentais (non-Western) ou mesmo de "marginais". Faz grande sentido denominá-los "estados marginais", uma vez que viviam à margem do meio social em que queriam estar integrados. O termo "marginal", porém, carrega, em português, também o sentido de "delinquente", "fora da lei", que não é o caso aqui. Poderia ainda optar-se por termos como "subordinado", "secundário", "subalterno", "intermediário", mas a verdade é que se considera aqui válido o uso do termo "periférico" para caracterizar os estados existentes no período em tela que não eram nem potências e nem colônias desamparadas.

"Estados periféricos" são, então, entidades políticas consideradas soberanas e assim reconhecidas – mesmo que somente por um tempo – pela sociedade internacional, mas que se mantinham à sua margem em termos de atividade, poder ou importância. Em termos da geografia do poder, o centro foi composto por boa parte do tempo por alguns estados europeus, a saber: Grã-Bretanha, França, Império Habsburgo, Prússia e Rússia. A Alemanha pós-unificação mantém o posto de potência que já era da Prússia e a Itália unificada também o ganhava então.

Outras entidades periféricas incluíam, por exemplo, estados de menor porte como Marrocos, Afeganistão, República de Natália,

Estado Livre de Orange, República Sul-Africana, Texas e Havaí, assim como as entidades que surgiram na América Hispânica, todas intituladas repúblicas, seja em função do exemplo estadunidense ou da intenção ostensiva de se colocar em contraponto à Europa. É digno de nota, porém, que na América Hispânica, por um momento, Simon Bolívar aspirou a um império regional também, mas este não vingou. Já Estados Unidos, China, Pérsia, Sião (Tailândia), Brasil e Império Otomano eram os "impérios periféricos".

A utilização da expressão império por parte de entidades periféricas no século XIX foi politicamente orientada. Para uns denotava poder em expansão e avanço em direção à modernidade (Lieven, 1995: 607), conforme evidencia o caso brasileiro. Para outros, carregava conotação negativa, já fosse pelo componente de exploração comumente associado ao imperialismo, como no caso norte-americano, já fosse expressão de decadência de um ideal universal como nos casos otomano e chinês, nos quais a identidade civilizacional era definida em termos universais antes da decadência típica do século XIX.

O termo periferia popularizou-se no âmbito político internacional como "o conjunto dos países pouco desenvolvidos em relação às grandes potências, estas consideradas como centro de um sistema socioeconômico mundial". Esse sentido adveio da teoria da dependência, popularizada na década de 1960 e reforçada com a teoria do sistema-mundo na década seguinte[14]. No âmbito deste trabalho, a opção pelo termo periferia não descarta a noção anteriormente popularizada e, ao juntá-lo ao termo império, procura-se justamente aqui apresentar um outro olhar possível para a configuração internacional da segunda metade do século

14 Entre os autores da teoria da dependência, destaque para: Fernando Henrique Cardoso & Enzo Faletto. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004; Immanuel Wallerstein. *The Modern World System*. New York, Academic Press, 1974.

XIX e início do XX. "Império periférico" procura, portanto, passar a ideia de uma comunidade política relevante e com ambições crescentes na sociedade internacional, mas que, entretanto, não goza do *status* que suas lideranças acreditam merecer. O conceito é naturalmente vago, mas sua força reside em ressaltar a estratificação das relações internacionais no século XIX e seu brutal impacto sobre o posicionamento de comunidades políticas como o Brasil, o Império Otomano, os Estados Unidos e o Japão.

Assim, ressalto aqui que dentro dos "estados periféricos", alguns cumpriam os requisitos de forma total ou somente parcial de serem chamados de impérios: China, Japão, Pérsia, Sião, Etiópia, Brasil, Império Otomano e mesmo Estados Unidos. A acepção do termo é variada em cada caso. No caso do Império Otomano (1299-1922), o termo império dá uma boa ideia da forma diversa de dominação sobre seus territórios, além de criar um paralelo com o Império Habsburgo, que também possuía variadas partes constitutivas[15]. No caso otomano, a dominação sobre os Bálcãs, Anatólia e províncias árabes variava de acordo com inúmeros fatores, mas estes raramente ganhavam autonomia e contavam com enviados de Constantinopla para gerenciá-los. Já a África do Norte, Crimeia e Arábia mantinham suas linhagens dinásticas hereditárias, só renovando o reconhecimento de Constantinopla cada vez que um novo sultão assumia (Bennison, 2009: 54)[16].

15 Nuri Yurdusev (2003: 14) ressalta que na historiografia otomana, existem quatro diferentes teses a respeito das origens e da natureza do Império. A primeira argumenta que o Império Otomano era uma continuação direta/indireta do Império Bizantino e o sistema otomano derivava de instituições bizantinas. O segundo argumento foi difundido pelo historiador Fuad Köprülü em palestras que fez na Universidade de Sorbonne em 1934. Ele argumentava que as origens do Império Otomano e seu caráter poderiam ser considerados como parte dos movimentos de migração de tribos turcas e assim, dentro da tradição turca. Já a terceira tese diz que o Império Otomano era um estado ghazi (guerreiro) e baseado na ideia islâmica de *Jihad* e conquista. Por fim, é também comum tratar o Império Otomano como um exemplo de império nômade que surgiu de instituições tribais.

16 Os otomanos buscavam promover o conceito de um império centralizado, e insistiam neste ponto, mas separatismo de províncias e mesmo autonomias estiveram presentes nas relações entre Constantinopla e algumas províncias, sobretudo, as regências do Norte da África (Trípoli,

Ao longo do século XIX, o Império Otomano manteve oficialmente sua soberania, embora tenha perdido diversos territórios para o domínio europeu, bem como para nacionalismos diversos. A garantia incondicional de sua integridade territorial era como o "Santo Graal" da diplomacia otomana (McMeekin, 2010: 108). A questão do seu possível desmembramento total e seu impacto nas relações intraeuropeias ficou conhecida então como "Questão Oriental". A competição entre Grã-Bretanha e Rússia nas suas bordas ganhou o título de "Grande Jogo".

O Brasil, por sua vez, era um ex-integrante do Império Ultramarino Português tornado independente oficialmente em 1822 na forma de uma monarquia constitucional. A opção pelo título "império" aparentemente respondia a várias demandas locais: simbolizava a extensão continental do território, que por seu tamanho merecia ser assim denominado; se distinguia de Portugal, a antiga metrópole, que se autointitulava Reino (Souza, 1999: 259)[17]; fazia justiça às preferências políticas de D. Pedro I, profundo admirador de Napoleão Bonaparte; ou ainda levava em conta a longa tradição da festa popular do Império do Divino. (Ribeiro, 1995; Schwarcz, 2001). A opção por se autodenominar império englobava ainda um interesse em manter a legitimidade dinástica comum à Europa restaurada após o Congresso de Viena, que, como se verá adiante, não se deu sem certa polêmica. Era uma declaração de afiliação maior ao Velho do que ao Novo Mundo.

Tunis e Argélia), conhecidas na Europa como "estados bárbaros". Estas "províncias privilegiadas" podiam manter suas próprias frotas, manter impostos navais e militares no lugar de enviar recursos para Constantinopla e assinar tratados por si só, embora em condições estipuladas pelo sultão otomano. Tinham governos hereditários, o que conferia ainda mais autonomia, mas ao mesmo tempo mantinham seus compromissos com Constantinopla oferecendo ajuda em casos de guerra; seguindo as estruturas militares, governamentais e fiscais otomanas; e cada governante recebia marcas de investidura otomana em cerimônias solenes quando de sua ascensão ao poder.

17 A opção pela coroação de D. Pedro I, cerimônia inexistente na realeza portuguesa, também fazia parte da liturgia de poder que "engendrava um soberano distinto do português". Ocorreram significantes descontinuidades nos sentidos das cerimônias monárquicas.

O título só deixou de ser usado em 1889, com a instauração da República, quando o estado em questão passou por uma nova fase de "reinvenção", distanciando-se ostensivamente da Europa e voltando-se para as Américas. No âmbito deste trabalho, porém, mesmo a República pode ser entendida ainda como um "império periférico" em função da sua extensão territorial e mesmo poder regional.

No caso de China, Etiópia, Japão, Pérsia, Sião e Império Otomano, estas eram entidades lideradas por imperadores ou figuras análogas ao imperador como o xá persa ou o sultão otomano.

Não são poucos os que identificam os Estados Unidos como um "império que não ousa dizer seu nome" (Ferguson, 2004), e é válido destacá-lo entre os "impérios periféricos" como uma entidade peculiar. Buscaram construir-se como um ideal revolucionário de nova nação, que se inspirava na República romana "com suas liberdades políticas e precedente de governo popular" (Bordewich, 2009: 100). Sua autoimagem era – e ainda é em grande medida – de rompimento brusco com o passado colonial e, por consequência, com a Europa[18]. Faz sentido, porém, apreender sua trajetória ao longo do século XIX e XX sob as lentes de um império. Vale lembrar que os Estados Unidos passaram boa parte do século XIX expandindo-se, incluindo diversos novos territórios, conquistando e subjugando povos nativos. Dois territórios, inclusive, foram estados independentes reconhecidos diplomaticamente antes de

18 David Armitage em entrevista à *Revista de História da Biblioteca Nacional* diz a respeito: "Críticos do imperialismo americano têm frequentemente achado paradoxal que uma nação gerada pelo ato de rejeitar um império tenha se tornado um. Eles têm contraposto os ideais fundadores aos seus desígnios imperiais em casos como Filipinas ou Vietnã. Apesar disso, penso que não há tanto paradoxo se recordarmos que os EUA nasceram em um mundo de impérios em 1776: eles se autoproclamaram "estado livre e independente" num mundo onde o número de estados era inferior a quarenta. Em sua busca por segurança e prosperidade, conduzido por um crescente senso messiânico, os EUA tornaram-se um império territorial na América do Norte. E prosseguem como um dos dois grandes territórios imperiais que começaram sua expansão neste período. O outro é a China". Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br>. Acesso em: 28 dez. 2016.

serem incorporados: o Texas, tornado independente do México, acabou se tornando o vigésimo oitavo estado em 1845 (Ferguson, 2004: 38); já o Reino do Havaí conseguiu manter-se independente de 1810 a 1893, mas por fim foi também incorporado aos Estados Unidos como quinquagésimo estado em 1959. Com a vitória sobre a Espanha na guerra de 1898, os Estados Unidos ganharam também domínio sobre Porto Rico, Cuba, Guam e Filipinas.

***

Em grande medida, somente é possível pensar em "impérios periféricos" porque a Europa os reconheceu como tais. Essa concepção eurocêntrica é o que se vê no trabalho de Adam Watson (2004). A seu ver, se conseguiam manter-se independentes, era porque contavam com importância estratégica ou comercial que faziam com que a dominação deste por uma potência europeia se tornasse inaceitável por seus rivais.

> *China, Pérsia e Afeganistão são exemplos na Ásia, Etiópia e Marrocos na África, embora Pérsia e Marrocos tenham sido divididos em esferas de influência no início do século XX. Também tinham os significativos casos do Império Otomano e do Japão (Watson, 2004: 105).*

De fato, o jogo intraeuropeu na periferia, por vezes denominado de "Questão do Oriente", "Grande Jogo", "Imperialismo informal" ou "Imperialismo legal", teve um papel muito importante e de longo impacto. Os impérios periféricos, porém, contaram com suas próprias estratégias de sobrevivência e inserção: seja jogando uma potência contra a outra, como fez Sião com França e Grã-Bretanha; seja buscando alianças entre os próprios estados periféricos, como foi o caso dos Estados Unidos no "Hemisfério Ocidental"; forjando os mais variados "pans", como o pan-

-islamismo e o pan-asianismo[19]; ou mesmo derrotando estados europeus no campo de batalha, como foram os casos da Etiópia contra a Itália e do Japão contra a Rússia.

Outra importante estratégia compartilhada pelos "impérios periféricos" foi o crescente movimento por busca de adesão à sociedade internacional europeia. Por espontânea vontade ou de forma induzida, chegava ao fim a política de isolamento ou de "não cumprimento" das normas que se estabeleciam na arena internacional. As entidades em questão eram, ou se viam, forçadas a participar da sociedade internacional, mas em um nível inferior ao das potências europeias, elas mesmas desiguais entre si. A sociedade internacional que na própria Europa já tinha diferenças de poderes, na medida em que se expandia, ampliava sua estratificação. "Periferializava" entidades que antes se mantinham isoladas ou com razoável autonomia.

O Império Otomano, que por tanto tempo assombrara a Europa, era rebaixado em *status*. China e Japão, que optaram pelo isolamento quando da primeira expansão europeia, eram forçados a participar. Brasil era obrigado a cumprir o que prometia em seus tratados e a Pérsia a se resignar. As elites destes estados buscavam sofregamente sobreviver da forma mais independente possível e buscar a "modernidade" que lhes conviesse. Em todas elas, havia uma percepção de que somente estados reconhecidos como "civilizados" poderiam fazê-lo e se iniciava uma fase de reformas de "autocivilização", como o *Tanzimat* (1839-1876) no Império Otomano, a restauração Meiji (1868) no Japão. Os "Novos Otomanos" no Império Otomano e a "geração de 1870" no Brasil, ressaltando suas diversidades internas, também tiveram

19 O pan-latinismo é a exceção. Como esclarece Santos (2004: 61), este data de 1850, quando da invenção do conceito de "América Latina", antecipado pelo francês Michel Chevalier, em 1836. Este propunha a restauração da preeminência da "raça" latina sob a liderança e inspiração da França e deve ser entendido mais no contexto da luta por esferas de influência entre França e Grã-Bretanha.

papel importante em pensar estas entidades e propor caminhos a seguir. As elites buscavam fazer com que as entidades em questão fossem iguais em termos econômicos e/ou militares às potências europeias, mas também serem reconhecidas como "potências civilizadas" contando com plenos direitos e considerações na sociedade internacional. Mas como se procura mostrar nesse livro, em que pese a brusca assimetria de poder e influência, os periféricos gozaram de boa dose de espaço de manobra.

1.4. Brasil e Império Otomano

Trata-se assim de entidades não europeias lidando com suas relações com a Europa e também entre si ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX. O Brasil era uma comunidade política recentemente independente em busca de reconhecimento e o Império Otomano era a entidade antiga em declínio, enfraquecendo-se. Uma ascendia e outra decaía, ambas buscando estratégias de sobrevivência e de gestão de questões internas.

É digno de nota que são crescentes os estudos sobre as especificidades das relações do Brasil e do Oriente Médio com a sociedade internacional, sob a perspectiva da Escola Inglesa. Em relação à porção meridional das Américas, estes tradicionalmente a entendiam de uma forma única, sem se ater as suas inúmeras diferenças internas, sobretudo entre a América de passado hispânico e aquela que foi dominada por Portugal. Acreditava-se que o reconhecimento diplomático de suas existências como entidades independentes das antigas metrópoles era, por si só, sua admissão à sociedade internacional europeia. O foco dos estudos históricos no caso "latino-americano" tradicionalmente se dá mais em função da "diplomacia da canhoneira" e da dependência econômica. São recentes os trabalhos preocupados com a análise do direito internacional e das relações de tratados sob as lentes da Escola Inglesa.

Carsten-Andreas Schulz, em sua dissertação de mestrado defendida na Universidade de Oxford (2011), faz uma importante contribuição no sentido tanto de esclarecer as distinções desta porção do continente americano como em defender o argumento de que o Brasil, apesar do reconhecimento de sua independência, não foi aceito como membro. Para tanto, debruça-se sobre a questão de o Brasil ter herdado de Portugal, e mantido até 1844, a instituição do juiz conservador britânico. Seu ponto é que estados legítimos eram aqueles capazes e empenhados em proteger em seu território a vida e a propriedade de estrangeiros. Schulz, porém, não avança no papel da manutenção do tráfico negreiro até 1850 e da escravidão em geral como também dos aspectos importantes da "semiadesão" brasileira.

Uma distinção mais clara entre o Brasil e os demais estados da América Hispânica se faz necessário. As repúblicas que nasceram do esfacelamento do império ultramarino espanhol contaram com tratados de amizade e comércio com europeus que estabeleciam reciprocidade entre as partes contratantes. Ao mesmo tempo, porém, foram vítimas uma longa lista de intervenções e interferências estrangeiras, inicialmente europeias e depois norte-americanas. Como aponta Schulz (2011), o que explicaria estas intervenções, apesar da declaração de reciprocidade, era o não cumprimento das suas obrigações internacionais, o que comprometia seu posicionamento na sociedade internacional e legitimava de certa forma o uso da coerção e outros meios que eram considerados inaceitáveis entre estados "civilizados". Para Schulz, a capacidade do estado de proteger a vida e a propriedade de estrangeiros em seu território era determinante se um estado seria tratado como igual, mais do que a assunção de povos civilizados, bárbaros ou selvagens. De fato, as antigas colônias ibéricas na porção meridional das Américas partilhavam uma herança europeia e foram reconhecidos como nações independentes, mas

foram, porém, tratados como desiguais pelos membros do núcleo da sociedade internacional.

Leslie Bethell (2012: 131-177), assim como Luís Cláudio Villafañe Santos (2004), se esforçam em escritos recentes, sobretudo, em desvencilhar a ideia de o Brasil integrar a América Latina. Historicizam a questão e defendem a peculiaridade brasileira na região de, de fato, manter-se mais próximo da Europa do que de sua região por boa parte do século XIX. Não exatamente como uma Neo-Europa, como prega Watson, mas como uma entidade que procurava casar seus interesses internos e externos com o ambiente internacional de então. Entrava de cabeça na escravidão, que cumpria um importante papel interno, quando esta já não tinha espaço na sociedade internacional. Uma entidade periférica que procurava se inserir no mundo via direito internacional e diplomacia, mas também declarando intenção de cumprir os tais padrões de civilização. E a Guerra do Paraguai teve um papel fundamental interno sobre um dos pilares que mantivera a união territorial da ex-colônia portuguesa, mas que agora ameaçava seu *status* de civilizado e democrático: a escravidão. Selou também o destino da concepção do Brasil como Império, levando à proclamação e estabelecimento da República. Interessante notar o sentimento de alteridade que se estabeleceu em relação à América Hispânica considerada violenta, instável e mesmo bárbara (Bethell, 2012: 170).

Santos contrasta a forma como a América do Sul justamente se concebeu em relação à Europa. As repúblicas oriundas do Império Espanhol se afastando ostensivamente e mesmo se opondo a esta e o Brasil preferindo manter a ligação até por temer pôr em risco as bases de sua própria legitimidade. Santos (2004: 134-135) reforça a posição de Bethell de que, no caso brasileiro, o "outro" era justamente o conjunto das repúblicas americanas. O Brasil

fez parte do "mundo restaurado", mas com atenuantes ao aceitar a monarquia constitucional e não absolutista. O "americanismo", na realidade só surgiu no final do século. Apesar de ver-se como um império civilizado e europeu e, assim, dono de uma natureza distinta dos vizinhos anárquicos (2004: 28), o Brasil sentiu-se ameaçado diante do imperialismo europeu daquele período. O pan-americanismo, numa vertente mais monroísta que bolivarista, funcionava então como uma forma de proteção. Conturbadas negociações de arbitragens com nações europeias, precedente de intervenção europeia em nação vizinha, temor pela vastidão de seu território, atenção ao que o imperialismo europeu fazia na África e na Ásia foram algumas das razões que levaram a uma "aliança não escrita" com os Estados Unidos, que já não eram mais periféricos, encontrando-se então na posição crescente de potência.

Já o Império Otomano, um dos mais vastos e longevos impérios da história, não é tema novo de estudos sob as lentes da Escola Inglesa. Sua configuração política englobava o que atualmente chamamos de Oriente Médio, Norte da África e Europa Oriental, do século XVI até o final da Primeira Guerra Mundial. Somente o Marrocos, o Irã e partes da Península Arábica mantiveram-se aparte do Império Otomano. Mais do que uma entidade oriental, tinha um papel no jogo das potências na Europa e no Mediterrâneo, sendo ou não reconhecido como um estado nos moldes westfalianos. Participar do jogo europeu não queria dizer, contudo, ser parte da Europa. E tratando-se de um Império islâmico, a identidade estatal estava enraizada numa mistura de conceitos que incluíam a sociedade muçulmana universal (a *umma*), a autoridade político-religiosa unificada na forma do califado e a distinção primordial entre terras islâmicas (*dar al-islam*) e terras da guerra ou infiéis (*dar al-harb, dar al-kufr*). Sofria ainda importante

influência de atitudes turco-mongóis em termos políticos e sociais (Bennison, 2009: 43)[20].

O estado otomano, porém, reconhecia uma multiplicidade de entidades políticas independentes, muçulmanas ou não muçulmanas, com as quais guerreava, assinava tratados e permitia comércio através de suas fronteiras. Não seria incorreto, inclusive, entender que o Império Otomano com suas dependências e estados muçulmanos vizinhos configurassem uma sociedade interestatal subglobal no sistema interestatal maior que incluía a Europa e outros estados muçulmanos nos quais o Império Otomano tinha um papel importante, mas esta é uma posição que foge da Escola Inglesa clássica.

Como se verá com mais atenção nos próximos capítulos ao tratarmos da história diplomática e das mudanças pelas quais passou sua capital, o Império Otomano já interagia com a Europa desde a Idade Média. Estas relações se davam, porém, em um nível totalmente diferente em termos de percepção hierárquica, com o Império Otomano percebendo-se absolutamente como superior. Até o final do século XVIII pode-se pensar no Império Otomano como parte de um sistema subglobal, bem diferente do modelo centro-periferia eurocêntrico. Este funcionava mais em termos de suas relações com a Pérsia xiita, com a qual balanceava, e uma série de unidades políticas menores que ou eram suas próprias províncias autônomas, seus clientes. ou simplesmente seus vizinhos, como o Marrocos. Existia um nexo cultural regional peculiar no qual o Império Otomano funcionava como potência.

20 "(...) o sultão otomano também era o Guerreiro da Fé, Guardião das Relíquias Sagradas, Protetor da Peregrinação e Servidor das Duas Cidades Sagradas". Os otomanos "seguiam a escola Hanafi da lei sunita, a mais tolerante e flexível em relação aos não muçulmanos, seus soberanos casavam-se com princesas sérvias e gregas – o que significou que vários sultões otomanos tiveram mães cristãs –, e seus principais conselheiros e generais eram muitas vezes conversos recrutados do serviço público bizantino" (Mazower, 2007: 169, 135)

> *Uma sociedade muçulmana trans-estatal vibrante e dinâmica funcionou dentro do Império Otomano (...), uma sociedade que clamava um ideal universal, mas também reconhecia seus limites na forma do dar al-harb, o mundo não muçulmano, e nas divisões sectárias dentro do Islã (Bennison, 2009: 47).*

As transformações pelas quais passava a Europa expressas no seu crescente poder militar e econômico influenciaram e ajudaram a mudar esta dinâmica própria e aos poucos o Império Otomano tinha sua posição alterada, passando a ser percebido como uma entidade mais fraca. Por questões internas e externas, buscou oficialmente aderir às normas da sociedade internacional europeia e a data de 1856 é tida por boa parte da historiografia como o marco em que pela primeira vez um estado não cristão e não europeu foi formalmente admitido nesta (Göl, 2003: 5).

1.5. Observações finais

Este capítulo inscreveu-se no âmbito de pesquisas e preocupações identificado com a chamada Escola Inglesa de teoria das relações internacionais, partindo de suas concepções de sociedade internacional, instituições primárias (sobretudo direito internacional e diplomacia), padrão de civilização, assim como suas reflexões sobre reconhecimento, legitimidade, soberania e *membership*. Propõe um olhar mais acurado sobre duas entidades periféricas, aqui denominadas "impérios periféricos", que se destacam numa miríade de outras tantas entidades em situações parecidas quanto a sua posição em relação à sociedade internacional europeia.

Existem várias lentes possíveis e válidas de análise da história internacional e aqui se escolheu desenvolver a ideia de "império periférico" para sintetizar o processo de negociação da entrada

do Brasil e do Império Otomano em uma sociedade internacional assimétrica, operada pela Europa, mas essencialmente permeável ao ativismo daqueles que se encontravam nas bordas dessa formação internacional.

PARTE II
CONTRASTES

CAPÍTULO 2
O BRASIL, O IMPÉRIO OTOMANO, OS TRATADOS E E A DIPLOMACIA

Foi comum o esforço empreendido pelo Brasil e pelo Império Otomano para obter reconhecimento europeu de sua legítima aspiração a membros plenos da sociedade internacional. Os resultados foram obviamente díspares: enquanto o Brasil expandiu território e manteve-se integralmente vinculado ao poder central, o Império Otomano esfacelou-se. O intuito deste capítulo é caracterizar esse esforço, enfatizando os usos que cada entidade fez do direito internacional (na forma da assinatura de tratados), da diplomacia formal e também da chamada diplomacia não verbal.

2.1. Sobre diplomacia e multilateralismo

O processo de diálogo e negociação pelo qual os estados independentes em um sistema conduzem suas relações e buscam seus propósitos, para além da guerra, é a diplomacia. É o principal meio pelo qual os estados se comunicam, permitindo o estabelecimento de relações regulares e complexas. Trata-se, portanto, de um dos principais elementos da sociedade internacional dos estados soberanos (Watson, 2005: xvi).

A diplomacia tem sua origem na Antiguidade e, durante sua longa trajetória, desenvolveu princípios coletivamente observados, tais como a inviolabilidade dos mensageiros e das mensagens, a extraterritorialidade das embaixadas, a hierarquia das fontes de direito internacional e uma língua franca marcada por precisões técnicas. Na Europa renascentista, a diplomacia ganhou espaço até então inédito na ordenação do incipiente sistema de estados nacionais. Depois de amargar centenas de anos de pouco prestígio, a carreira diplomática passou a atrair os estratos mais altos da sociedade, gerar bons salários e obter uma nova "dignidade".

De certa forma, como complemento às atividades dos embaixadores residentes, foram criados na Europa ao longo do século XVIII os primeiros ministérios das relações exteriores. Estes procuravam lidar com o crescente acúmulo de relatórios, diálogos e negociações entre os estados, bem como supervisionar para que as linhas mestras da política externa formulada pelos soberanos fossem cumpridas. Inicialmente serviam basicamente para informar os governantes, mas aos poucos passaram a ser consultados também para tomada de decisões. O termo diplomacia, propriamente dito, também data de então, sendo cunhado em 1796 por Edmund Burke (Berridge & James: 2001: 63).

Quando das negociações pós-guerras napoleônicas, no Congresso de Viena, a diplomacia teve papel fundamental no estabelecimento de um sentido de autoridade baseado em cinco potências, incluindo a França derrotada. Estabeleceu-se um Concerto Europeu para a manutenção da ordem na Europa e em suas colônias como modelo de gestão organizado em função da prática sistemática da diplomacia. Nesse ambiente, também evoluiu um novo protocolo de ordens de precedência das missões diplomáticas: grandes potências teriam prerrogativas formais sobre outro tipo de entidade política. A ideia de hierarquizar

missões diplomáticas formalmente não era nova – suas origens remontam ao tratado de Paz de Vestfália (1648), primeira vez em que se faz distinção formal entre grandes, médias e pequenas potências, um critério crucial para definir acesso às principais mesas de negociação e autoridade para votar as matérias em questão (Wight, 2002: 107-16).

O multilateralismo típico do Congresso de Viena marcaria todo o século, como pode ser visto na Convenção de Genebra, de 1864[21]. Seu foco era a questão do tratamento médico em campos de batalhas e contou com representantes de doze governos europeus[22]. A Declaração de São Petersburgo de 1868 lidava com o banimento de armas desumanas em campos de batalha, e desta vez contou com o Império Otomano entre os signatários. Uma União Internacional de Telégrafos foi criada em 1865, seguida pela Organização Meteorológica Internacional em 1873 e União Postal Universal em 1874, todas lidando com normatizações técnicas importantes. As conferências de Haia de 1899 e 1907 aprofundaram questões debatidas na Convenção de Genebra, esta mesma revista em 1906, no intuito de unir "esforços para resolver disputas internacionais de forma amigável", e estabeleceram a Corte Permanente de Arbitramento[23]. Dessa vez, porém, contavam com representantes de estados periféricos e serviram de importante

21 Convenção é um sinônimo para tratado usado normalmente para tratados multilaterais ou de interesse geral (Berridge & James, 2001: 52).

22 Grão-Ducado de Baden, Reino da Bélgica, Reino da Dinamarca, Império da França, Grão-Ducado de Hesse, Reino da Itália, Reino dos Países Baixos, Reino de Portugal, Reino da Prússia, Reino da Espanha, Confederação Suíça e Reino de Wuttemberg foram os primeiros signatários em 22 de agosto de 1864. Noruega e Suécia assinaram em dezembro do mesmo ano.

23 Esta na realidade não era nem permanente nem era uma corte, consistindo em uma lista de árbitros. Quando uma disputa era submetida a esta, cada uma das partes selecionava dois árbitros da lista e eles selecionavam um quinto. Ganhava quem contasse com a maioria dos votos (Berridge & James, 2001: 182).

ensaio para a diplomacia multilateral que se estabeleceria após a Primeira Guerra Mundial, na figura da Liga das Nações[24].

Foi nesse ambiente de crescente formalização e multilateralização da vida diplomática do século XIX que Brasil e Império Otomano negociaram sua adesão e participação à sociedade internacional.

2.2. Negociando a adesão

O processo de independência brasileira arrastou-se em sucessivas etapas entre a chegada da coroa portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, o reconhecimento formal britânico e português entre 1825 e 1827, até o retorno de D. Pedro I à Europa em 1831. O período coincidiu com o processo segundo o qual o Congresso de Viena passou a aceitar novos membros, nominalmente os "novos estados de assentamento" do continente americano. A legitimidade dessas entidades podia ser nacional ou dinástica, produto de guerras sangrentas, consentimento ou pagamento de reparações. O reconhecimento europeu formalizava-se por meio de tratados e do estabelecimento de relações diplomáticas, mormente na forma de legações lideradas por ministros plenipotenciários e enviados extraordinários[25].

24 Em 1899, participaram vinte e seis estados. Além das potências europeias e estados de segundo porte daquele continente, somente México, Brasil, China, Japão, Pérsia, Sião e Império Otomano foram convidados. Brasil não enviou representantes, porém. Em 1907, o convite partiu do presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, e, além dos impérios periféricos, todas as repúblicas americanas, com exceção de Honduras e Costa Rica, participaram, chegando a quarenta e quatro estados. A segunda conferência foi um importante prólogo das instituições internacionais, demonstrando "que praticamente todas as nações do mundo que reconhecia e aplicava o direito internacional podia se encontrar, discutir e debater questões de interesse universal". Reconhecia a "solidariedade que une membros da sociedade das nações civilizadas, (...) desejosos de estender império da lei e fortalecer a apreciação pela justiça internacional".

25 As legações eram missões diplomáticas residentes ou não residentes lideradas por um diplomata de segunda classe. Esta era a forma mais típica de missão diplomática, já que as embaixadas eram trocadas somente entre potências principais. Saíram de moda após a Segunda Guerra Mundial (Berridge & James, 2001: 147).

O Império Otomano contou com embaixadores europeus residentes em sua capital desde o século XIV, chegava a enviar missões a capitais europeias em casos específicos. Entretanto, recusava-se a agir em reciprocidade até o final do século XVIII, tornando-se parte formal da sociedade europeia. Era uma diplomacia em grande parte não convencional, com mecanismos próprios como as capitulações, os *sefaretnames* – relatos de viagens – e os dragomanos – intérpretes e tradutores (Yurdusev, 2003). O resultado diplomático disso era a rejeição à ideia de reciprocidade diplomática. Tal postura foi alterada apenas no século XIX, em face do desmembramento eminente. Assim, o Império Otomano somente passou a oficialmente fazer parte da sociedade internacional em 1856, com o Congresso de Paris, quando foi convidado a integrar as negociações após a Guerra da Crimeia, na qual lutou contra os russos, ao lado de britânicos, franceses e sardos.

Em que pese a igualdade formal prevista, esses "impérios periféricos" não eram aceitos no mesmo pé de igualdade dos estados europeus. Alguns dos acordos que assinavam envolviam cláusulas dando tratamento diferenciado a cidadãos e entidades europeias, suspendendo parcialmente sua própria soberania. Essas regras arrogavam aos europeus, sobretudo à Grã-Bretanha, autorização de intervir em assuntos internos, como no caso do tráfico de escravos, sobretudo no caso brasileiro, e na proteção de minorias, no caso otomano. A navegação em suas águas, seja no Rio Amazonas ou nos Estreitos otomanos, também era objeto de regulamentações nas quais a soberania das entidades periféricas era subordinada à hierarquização típica da sociedade internacional europeia do século XIX.

Nesse período, Brasil e Império Otomano investiram amplamente na melhoria de suas estruturas diplomáticas com vistas

a negociar melhores condições de participação, mitigando a força das potências europeias e assegurando a integridade territorial. A percepção de ameaça era real: Portugal poderia, por exemplo, tentar reverter o processo de independência brasileiro ou mesmo intervir quando da queda da monarquia em 1889, ao passo que Rússia ou França, em defesa a minorias cristãs, podiam intervir no Império Otomano, como ocorreu durante o imbróglio que levou à Guerra da Crimeia de 1853-6 e à intervenção francesa no Líbano em 1860. A Grã-Bretanha, por sua vez, detinha amplo arsenal diplomático para o uso da força em questões referentes ao tráfico de escravos e à cobrança de dívidas.

As seções seguintes lidam com o estabelecimento do aparato diplomático, a assinatura de tratados com a Grã-Bretanha, a busca por alternativas às potências tradicionais europeias e a diplomacia multilateral.

2.2.1. O estabelecimento do aparato diplomático

Nem o Brasil nem o Império Otomano começaram suas atividades diplomáticas no século XIX. O Brasil nasceu, na década de 1820, do Império Ultramarino Português, do qual herdara vasta experiência em assuntos diplomáticos. Essa expertise, como revela a história diplomática brasileira referente ao século XIX, fez toda a diferença na formação das fronteiras, na gestão da rivalidade com vizinhos hispano-americanos e na obtenção de reconhecimento europeu (Almeida, 1998; Cervo & Bueno, 1992). Por sua vez, o Império Otomano aceitava embaixadores em sua capital desde o século XV e tinha ampla experiência diplomática *ad hoc*.

Em ambos os casos, a década de 1830 assistiu à construção de um serviço diplomático formal nos moldes europeus. Tanto para o governo otomano quanto para o brasileiro, o acesso à rede diplomática global ocorria por meio das respectivas legações em

Londres. Não se tratava apenas do fato de a capital britânica ser o principal centro econômico, cultural e político do período, mas também da posição de fiador que o governo britânico adotara em relação ao Brasil (*vis-à-vis* Portugal) e ao Império Otomano (*vis-à-vis* a Rússia). Para o Brasil, a legação em Londres serviu até a segunda metade do século de "posto avançado" de sua secretaria de assuntos estrangeiros. Para o Império Otomano, era lá que se amealhavam importantes informações para reformar o estado em busca de sobrevivência diante de inúmeras ameaças internas e externas.

Como dito, a diplomacia do recém-independente estado brasileiro se baseou em grande parte na máquina burocrática deixada pelos portugueses[26]. Um "Ministério e Secretaria de Assuntos Estrangeiros do Estado Imperial" já existia desde os primeiros dias da independência e seu primeiro ministro foi José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), nomeado ainda em janeiro de 1822. Esta diplomacia desenvolveu-se então de acordo com o critério monárquico, reforçado pela centralização promovida pelo Primeiro Reinado (1822-1831) e, de forma mais vigorosa, pelas regências (1831-1840). Esta primeira fase, porém, deve ser entendida mais como "reativa" aos desafios internacionais[27], e isso se dá porque a primeira burocracia diplomática brasileira foi formada por uma elite treinada por Portugal que era herdeira de muitos *fait accomplis* e compromissos externos que teve que administrar enquanto as obrigações internacionais fossem válidas.

26 Somente em 1830 o governo brasileiro estabeleceu um regimento próprio para seus cônsules no estrangeiro, uma vez que as instruções que seguiam eram de 1789, dadas pela Junta do Comércio de Lisboa.

27 Ao se avaliar a listagem dos chanceleres na obra *Ministros de Estado e Secretários-Gerais das Relações Exteriores* (Brasília: MRE, 1987), versão atualizada de documento mandado publicar pelo Barão do Rio Branco em 1910, chama atenção a incrível rotatividade dos primeiros ministros de assuntos estrangeiros. Poucos duraram mais de um ano no cargo. Não por acaso, a obra em questão se inicia ainda no reinado de d. Maria I e regência de d. João VI, com os "Ministros e Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra" desde 1808.

Houve, assim, certa continuidade funcional e administrativa entre a América Portuguesa e o Brasil independente, em especial no que diz respeito aos funcionários especializados. Eram poucos diplomatas, com baixos salários e trabalho pesado, tendo que informar, consultar e negociar tratados bilaterais[28]. Esses diplomatas eram em geral homens brancos que dominavam o francês, escolhiam boas vestimentas e tinham *savoir faire* à mesa. Como ressalta Cristina Patriota de Moura (2003: 44):

> *Procurava-se reproduzir a representação dinástica europeia enviando como representantes diplomáticos, homens que estivessem "à altura" da nobreza do velho mundo, literalmente "para inglês ver", para dar a impressão de que o império brasileiro era composto de uma verdadeira aristocracia correspondente aos mais rígidos critérios de civilização europeus*[29].

Essa primeira leva de diplomatas teve que lidar com a negociação do reconhecimento da independência brasileira, feita primeiro pelos reinos africanos do Benim e de Lagos e pelos Estados Unidos, e depois por Portugal e Grã-Bretanha e demais estados europeus. O reconhecimento da antiga metrópole, Portugal, e da principal potência de então, Grã-Bretanha, certamente, foram os casos mais importantes e foi a legação do Brasil em Londres que negociou o reconhecimento português da independência – e com este, consequentemente, o da Grã-Bretanha – e de empréstimos

28 Durante os anos 1830 e 1840, entre vinte e trinta diplomatas representaram o Brasil no exterior. Os requerimentos para ser um cônsul brasileiro eram: ser cidadão brasileiro, jurar a Constituição Imperial, ter comportamento regular, domínio das línguas francesa e inglesa, conhecimento das Leis Mercantil e Marítima, e "usos e estilo do comércio". Em 1862 os requerimentos eram "línguas inglesa e francesa", tendo os candidatos que traduzir a primeira e "traduzir, escrever e falar" a segunda; conhecimento de História e Geografia, especialmente brasileiras, e informação sobre os tratados celebrados entre o Brasil e as potências estrangeiras, além dos princípios gerais da "lei do público e do povo".

29 Este "padrão" perpassou todo o período do Império, e mesmo por um bom tempo depois dele, sendo só recentemente alterado de fato.

para o estado nascente, a compra de embarcações para a marinha embrionária, bem como a contratação de tropas, entre outras questões fundamentais para o estado que se esboçava[30].

O caso específico do reconhecimento britânico da independência brasileira vale atenção por mostrar a complexidade de interesses e pressões com que uma diplomacia incipiente teve que lidar. Eram tantas que, em janeiro de 1823, o encarregado de negócios do Brasil em Londres, Felisberto Caldeira Brandt, chegava a falar da "alternativa de seguir a política da China de renunciar relações com as nações"[31].

Havia uma agenda própria britânica, que buscava condicionar o reconhecimento, se não a abolição total da escravidão, ao menos ao fim do tráfico negreiro; a manutenção de certas prerrogativas que tinha com Portugal, como a figura do juiz conservador da nação britânica; e ainda um temor que vencesse "a torrente democrática no Brasil" – i.e., republicana –, preferindo-se uma monarquia constitucional. Os ingleses mostravam-se também desconfortáveis com a opção tomada em 12 de outubro de 1822 pelo título de império, considerando que este "ofende o amor próprio de alguns gabinetes

30 Felisberto Caldeira Brandt, o primeiro representante brasileiro em Londres, recebeu as credenciais de Encarregado de Negócios em 12 de agosto de 1822. Militar de carreira dizia ter aceitado o cargo na esperança de ser logo substituído, por estar "inteiramente convencido de [sua] incapacidade para a carreira diplomática". Foi de fato substituído por Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa, que participou do Congresso de Viena na delegação portuguesa e já tinha servido ao Brasil em Paris. Este apresentou suas credenciais a Canning em 1824, mas mesmo assim permanecia "incógnito", enquanto não se resolvesse o reconhecimento da independência. De Londres então se observava proximamente o desdobramento das independências na América Hispânica, por vezes imitando iniciativas tomadas pelas novas repúblicas vizinhas em Londres, em especial no que diz respeito a empréstimos. Modelos de apólices colombianas foram enviadas ao Rio de Janeiro para estudo. Constam ainda informes sobre as resoluções do Congresso de Verona sobre a Península Ibérica; informações sobre o levantamento de recursos para as despesas do envio de colonos de Hamburgo para o Brasil; informações sobre maquinários modernos, como engenho de descaroçar algodão; a designação de cônsules brasileiros para portos britânicos; remessa de "puz vaccinico" para a Corte. Tratava-se também de matérias pagas pela legação em periódicos ingleses buscando fazer boa imagem do Brasil, etc. (216.1.01; 216.1.02 – AHI)

31 216.1.01, AHI.

e impede o reconhecimento da autoridade em consequência da disputa do título"[32]. Já existia um precedente europeu de ter "embirrado com o título como fizeram com o Grão-Duque da Rússia". D. Pedro I pretender ser aceito como detentor do título de imperador era "rebelião contra seu pai e incompatível com os tratados existentes". Empacava-se com a doutrina da legitimidade dinástica cara à Santa Aliança, com a qual a Grã-Bretanha procurava contemporizar. E foi somente após Portugal ter aceitado o uso de tal título e ter assinado o Tratado de Paz, Amizade e Reconhecimento, em 29 de agosto de 1825, que finalmente levou a Grã-Bretanha a também reconhecer a independência do Brasil e seu regime de governo. O Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre a Grã-Bretanha e Irlanda e o Império do Brasil data de 17 de agosto de 1827, e seu atraso de quase dois anos se deveu, sobretudo, a questões sobre o tráfico negreiro.

Foi somente com os reconhecimentos consecutivos por parte das demais potências e demais estados europeus – feitos em grande parte a partir da legação do Brasil em Londres com as demais legações europeias naquela cidade –, na forma de tratados de amizade, comércio e navegação que estabeleciam relações diplomáticas formais, que o Império do Brasil passou a contar com diplomatas seus formalmente aceitos em cidades como Roma, Viena, Paris, Hamburgo e São Petersburgo. Se negociados em Londres, os tratados com os estados europeus foram assinados em geral na corte do Rio de Janeiro, por ministros plenipotenciários e os monarcas prussiano e holandês eram mencionados como "nosso bom irmão" ou "primo", reforçando a legitimidade dinástica comum[33].

32 216.1.01, AHI.

33 Ao longo de 1828 e 1829, foram ratificados os tratados com a Prússia, Estados Unidos, Países Baixos e França. Tratados de amizade, comércio e navegação com alguns complementos a respeito de questões de limites começaram a ser assinados com países vizinhos sul-americanos somente nos

A legação em Londres, desde o início, serviu como uma espécie de "posto avançado" da Secretaria de Assuntos Estrangeiros, repassando correspondência, jornais e impressos para as demais legações brasileiras na Europa, assim como respondendo por pagamentos referentes a estas. Era lá ainda que se negociavam os principais empréstimos, sobretudo com a casa de N. M. Rothschild. Por vezes, servia ainda de entreposto de correspondência e pagamentos para as legações no próprio continente americano, com exceção da região do Prata, e mesmo da África[34]. Os diplomatas e funcionários nela lotados sistematicamente se queixavam, além dos altos custos de vida na capital britânica, da falta de recursos e pessoal para dar conta de tanta atividade extra, ademais das inúmeras obrigações da legação em si – de longe a mais importante –, bem como de cansaço extremo e problemas de saúde decorrentes do excesso de trabalho. Muitas vezes foi também através desta legação que se estabeleceram, ou se buscou estabelecer, relações entre o Brasil e outros estados, mesmo do nosso continente, como o México na década de 1820. De Londres ainda acompanhava-se com vivo interesse a política europeia e britânica para outros impérios periféricos como Sião, China e Pérsia.

***

anos 1850 e 1860. Com a China um tratado similar foi assinado em 1881, com o Japão em 1895 e com a Pérsia em 1903. O Império Otomano foi o primeiro dos "impérios periféricos" a estabelecer relações com o Brasil, exatamente na mesma época em que o Brasil começou a formalizar suas relações com seus próprios vizinhos regionais. Como se verá mais adiante, esses contatos também foram mediados pelas representações otomana e brasileira em Londres. Sobre todos estes tratados ver base de legislação histórica do Senado Federal, disponível em: <www.senado.gov.br>.

34 Na prestação de contas da legação de Londres referente aos anos de 1853-1854, além das suas próprias despesas, relata as despesas das legações e consulados em Paris, Lisboa, Prússia, Viena, Nápoles, Roma e Toscana, São Petersburgo, Turim, Madri, Bruxelas, Haia, Copenhague, Washington, Peru, Venezuela e Guiana Francesa. Por vezes apareciam ainda intermediação de contatos com Nova Granada, Equador e Chile. Na prestação de contas de 1855-56 e 1856-57, aparecia ainda o consulado em Angola (216.3.1, AHI).

Quando do advento da sociedade internacional europeia, no Renascimento, o Império Otomano pairava a seu largo e em grande parte era levado em consideração, já que dominava um terço do continente. Travou negociações com Estados europeus, como no caso das negociações com "italianos" contra a França em 1494, teve papel importante nos cálculos europeus de Carlos V (r. 1500-1558) e chegou a assinar alguns tratados com estes. Em suma: era uma força significativa no sistema de equilíbrio de poder europeu do século XV até bem adentro do século XVII, os séculos formativos do sistema.

Apesar desta interação histórica, o Império Otomano não era parte da sociedade internacional europeia e só aos poucos passava a aceitar e seguir de forma sistemática suas instituições. Desde o século XV, contava com embaixadores europeus e de outros estados muçulmanos em sua capital, mas até o final do século XVIII não se sentia obrigado a agir em reciprocidade. Até então simplesmente não reconhecia igualdade em nenhuma outra entidade, julgando-se superior. Sua diplomacia funcionava de maneira *ad hoc*: enviando emissários eventualmente para propósitos específicos, como anúncio da coroação de um novo sultão ou para assistir nova coroação na Europa ou para negociações de tratados.

> *O Império Otomano, como os sistemas imperiais normalmente fazem, tinha todas as noções e, talvez, as pretensões de universalismo e autossuficiência. Este senso de superioridade inerente ao sistema imperial, acrescentado aos princípios do Islã de Dar Al-Islam/ Dar Al-Harb impediu o Império Otomano de entender a diplomacia como as potências europeias o faziam. Enquanto os otomanos se tornaram uma potência global através dos séculos XV ao XVII eles usavam a diplomacia em sua própria maneira (Yurdusev, 2004).*

Durante os séculos XVII e XVIII, o Império Otomano enfrentou muitos desafios internos e externos, e fazer mudanças se tornava fundamental para sua sobrevivência como uma entidade centralizada assegurando ao sultão o poder central. Internamente teve que lidar com um papel crescente e poder concorrente de grupos políticos, militares e religiosos como os *ayans*, *janízaros* e *ulemá* (Karpat, 1974: 79-98). Externamente, tornou-se incapaz de defender sua integridade territorial especialmente em guerras contra os impérios russo e habsburgo[35]. A força militar decaía e a Rússia em especial começava a se apresentar como um rival poderoso ao Norte. A diplomacia nos moldes europeus que era desdenhada até então tornava-se instrumento vital para balancear o poder russo e o envolvimento com o Ocidente se mostrava necessário para conter o imperialismo russo.

> *Diplomacia era uma arma decisiva para o sultão e a Sublime Porta em mais de um caminho: poderia ajudar a evitar danos ao império; poderia atrair ajuda para o império; e poderia persuadir as potências europeias que o império merecia apoio porque estava melhorando através de meios de um processo de reformas e se aproximando a formas ocidentais (Davison, 200: 449).*

Durante o sultanato de Selim III (r. 1789-1807), surgiu a primeira preocupação significativa com as questões europeias, percebendo-se de uma maneira mais fraca. Desejando reorganizar e aprimorar o exército, Selim III promulgou o *Nizam-i Cedid* (*Nova Ordem*) em 1792 e 1793. A ordem incluía novos regulamentos sobre os governos provinciais, taxação das províncias, controle sobre o comércio de grãos e outras questões administrativas e fiscais. De longe, a mais importante, porém, era a de prover um

35 Durante o século XVIII o Império Otomano lutou guerras contra Veneza (1714-18), Áustria (1716), Pérsia (1723-27 e 1743-46), Rússia e Áustria (1736-39), Rússia (1768-74 e 1787). Em 1798 Napoleão Bonaparte invadiu a província do Egito.

novo corpo de infantaria regular, treinada e equipada nas linhas europeias. Ele planejou e executou em parte uma reforma em larga escala das forças armadas otomanas no intuito de levá-las ao nível dos exércitos ocidentais em técnica, equipamento, treinamento e habilidades (Lewis, 2002: 57-9). Livros e professores europeus foram usados para implementá-las e enviados otomanos visitaram países europeus para preparar relatórios sobre o estado de seus exércitos. Esta foi uma importante janela aberta para o Ocidente. Todas estas inovações encontraram sérias resistências internas e Selim III foi destronado e morto em 1807.

O segundo vetor de mudanças importantes no contexto da *Nova Ordem* se deu no campo da diplomacia. Selim III decidiu enviar pela primeira vez um embaixador residente para a Europa, Yusuf Agah Efendi, para Londres. Tratava-se de um ensaio para que logo depois enviasse pela primeira vez embaixadores residentes para outras capitais europeias como Viena em 1794, Berlim em 1795 e Paris em 1796 (Arı, 2004: 37-59). O objetivo destas embaixadas era o de observar de perto todos os aspectos da "civilização europeia", aproveitar a oportunidade para treinar funcionários civis para que aprendessem línguas estrangeiras – principalmente o francês, que era a língua diplomática de então – e para que melhorassem seus conhecimentos científicos e também proteger eventuais interesses de negociantes otomanos. Os diplomatas foram recrutados da burocracia da *ulemá* e não foram treinados para a tarefa. Para a primeira missão em Londres, o embaixador britânico em Constantinopla foi chamado a dar um mínimo de informação a respeito da viagem, credenciais e *ranking* de precedência. Nesta época ainda, cônsules, principalmente gregos, foram enviados para cidades em que o Império Otomano tinha relações antigas como Malta, Messina, Nápoles, Gênova, Marselha e Alicante, além de Amsterdã e Londres (Findley, 1972).

> *O Império Otomano entendia ser a Grã-Bretanha então a dona das instituições mais desenvolvidas de seu tempo. Coube à primeira embaixada ali buscar entender de perto essas instituições, como o Parlamento, sua constituição, o governo e os ministérios funcionavam. O exército, a defesa em geral, os assuntos financeiros e, em especial, a marinha também eram foco de atenção cuidadosa. Vida social e costumes também eram descritos, assim como detalhes da cidade de Londres. É interessante notar que dessa primeira experiência, a Sublime Porta estabeleceu um modelo para as demais embaixadas enviadas para capitais europeias: as preparações, os tipos de presentes que seriam enviados às embaixadas, assim como custos de manutenção e salários. O próprio sultão Selim III leu os relatórios enviados por Yusuf Agah e por vezes fazia marcações nas margens destes: Parece que alguns dos relatórios foram vistos como fontes valiosas de inteligência. Os conteúdos dos relatórios revelam que o sultão estava particularmente interessado não só em preocupações militares, mas também em administração, política e economia do Império Britânico. No lugar das grandes diferenças entre as instituições britânicas e otomanas, suas reformas da "Nova Ordem" já tinham criado condições para o próprio sultão e outros otomanos reformistas usarem modelos estrangeiros para reconstruir as instituições do império. Por outro lado, os relatórios de Yusuf Agah continham informações valiosas para a Porta sobre a condução de sua política externa e a formulação de suas reformas de acordo com práticas das grandes potências europeias (Yalçınkaya, s.d.).*

A falta de qualificação ou interesse entre seus vários súditos, as relações diplomáticas voláteis no clima da era napoleônica,

o fracasso de criar uma agência coordenadora central em Constantinopla e, finalmente, o período de reação e incerteza após a deposição e morte de Selim III colocaram obstáculos à continuação do desenvolvimento de seu novo sistema. Nenhuma embaixada foi mantida após 1811, embora alguns consulados tenham sobrevivido.

Como já dito, por muitos séculos a diplomacia era de mão única no Império Otomano. Embaixadores residentes eram aceitos em Constantinopla e, através das figuras dos dragomanos, poderiam contatar a Sublime Porta, através do *Reis ül-Küttab*, conhecido também como *Reis Efendi*, o chefe dos secretários. Esses personagens eram importantes porque os otomanos se recusavam a usar a "língua franca" da diplomacia. Os custos das embaixadas estrangeiras em Constantinopla eram em boa parte custeados pelo estado otomano e o processo de decisão em assuntos internacionais estava basicamente concentrado nas figuras do sultão e do grão-vizir. A tarefa do *Reis Efendi*, que se reportava diretamente ao último, era principalmente de informá-los.

Foi, portanto, o sultanato de Selim III que gerou as forças de mudança e produziu precedentes essenciais, e até mesmo fracassos importantes, a respeito de assuntos diplomáticos. Como até então os otomanos não entendiam a diplomacia em termos iguais aos europeus, mesmo depois de quase meio milênio de contato, lhes faltava habilidade em lidar com os métodos europeus. Mahmud II (r. 1808-1839) começava a mudar tal situação criando instituições e retomando a ideia de embaixadas residentes permanentes.

Em 1821, foi criada a Câmara de Tradução (*Tercüme Odası)* da Sublime Porta. Esta aos poucos ganhou uma feição próxima de um ministério em moldes europeus e, em 1836, o *Reis ül-Küttab* de fato mudava seu nome para Ministério das Relações Exteriores. O último *Rei Efendi*, Akif Efendi, tornou-se o primeiro chanceler e

logo contou com grande poder e prestígio, secundando somente o Grão-Vizir (Kürkçüoğlu, 2003: 137). Em 1834, era retomada a representação diplomática na Europa, com embaixadores em Londres, Berlim, Viena e Paris[36]. Apesar das dificuldades, o corpo diplomático passava então a ser fixo e atuava como importante intermediário tanto para as comunicações diplomáticas *strictu sensu* como para a transmissão de ideias ocidentais, que teriam efeito revolucionário no desenvolvimento futuro da burocracia e da sociedade otomana como um todo. Era, porém, ainda em grande parte composto por cristãos convertidos ao Islã, armênios e gregos, sendo raros muçulmanos de nascença.

A questão da legitimidade não era um tema controverso em relação ao Império Otomano, mas sua soberania sobre suas províncias, sim. Perdera-a sobre a Grécia e não contou com o apoio europeu para reavê-la. Por meio do Acordo Comercial Anglo-Otomano de 1838 e da Convenção de Londres dos Estreitos de 1841, porém, contou oficialmente com apoio britânico para assegurar sua soberania sobre o Egito, que anteriormente havia se rebelado na figura de Mehmet Ali, e para auxiliá-los em caso de novo conflito com russos. Nos documentos de então, porém, o sultão era denominado de "Vossa Alteza", e não "Vossa Majestade" como as demais potências europeias. Apesar dos esforços otomanos em seguir os padrões europeus de diplomacia, a forma de tratamento só se equiparou quando da Guerra da Crimeia (Kürkçüoğlu, 2003: 142-3).

O Acordo Anglo-Otomano, também conhecido como tratado de Balta Limani, foi longamente negociado por Mustafá

36 Teerã passou a contar com embaixador permanente em 1849 e foram criadas as seguintes missões permanentes: Atenas em 1840, Estocolmo (junto com Haia) em 1854; São Petersburgo em 1857 (tornada embaixada em 1873); Turim em 1857 (substituída por Roma em 1870, elevada para embaixada na década de 1880); Bruxelas em 1857 (com encarregado de negócios até 1879) e Washington em 1867.

Rechid Paxá, o diplomata de maior destaque pós-mudanças otomanas em prol da diplomacia, e os britânicos. Ele concedia vantagens comerciais como: 1) a permissão de comprar artigos *in loco* e exportá-los com taxa de 9%; 2) a manutenção da taxa de importação de 3% de produtos para o Império Otomano; 3) a livre circulação de mercadorias importadas pelo interior do império; 4) abolição dos monopólios otomanos; 5) a conservação de todas as capitulações e tratados existentes entre os países (Kodaman, 1991). Mais tarde estas condições foram também concedidas à França (1838), Sardenha (1839), países nórdicos (1840), Espanha (1840), Holanda (1840), Bélgica (1846), Prússia (1840), Dinamarca (1841) e Toscana (1841). É comum ver o Acordo Anglo-Otomano como "copo meio vazio", mostrando vulnerabilidade otomana diante da voracidade imperial britânica, mas vale entendê-lo também como "copo meio cheio", uma vez que inaugurou uma época de relações próximas com a Grã-Bretanha que permitiram ao império contar com seu apoio em diversas horas de crise e também para suas reformas internas (Shaw & Shaw, 1977: 50, 56).

2.2.2. Os efeitos dos tratados com a Grã-Bretanha

O reconhecimento britânico da independência brasileira e da soberania otomana sobre a província rebelde do Egito foi recompensado com a assinatura de tratados com pontos favoráveis para seus interesses comerciais, religiosos ou humanitários. Estes protegiam também estas entidades de eventuais tentativas portuguesas de retomar a antiga colônia, e russas de se impor ao Império Otomano. Com o Brasil, foram assinados os tratados de abolição do tráfico de 1826[37] e o tratado comercial do ano seguinte[38]

37 Este englobava o Acordo Anglo-Português de 1817.

38 De acordo com este tratado, navios britânicos e brasileiros tinham direito de busca, detenção e envio para adjudicação em caso de traficantes de escravos. Contava ainda com comissões mistas no Rio de Janeiro e em Freetown, então África Ocidental Britânica.

e, com o Império Otomano, o já citado acordo anglo-otomano de 1838 e a convenção dos estreitos de 1841[39].

Apesar do reconhecimento da legitimidade e da soberania, os acordos em questão sobrepunham-se em parte às suas soberanias. A questão da extraterritorialidade se mostrava presente em ambos, com os juizados das cortes britânicas em ambos os casos, sendo que no Brasil por período relativamente curto. Se no caso brasileiro a questão da supressão do tráfico negreiro foi o ponto essencial da assinatura de tratados e das dificuldades diplomáticas entre as partes, no caso otomano, este ponto, apesar de existente, não foi o mais importante. Ali, a questão das minorias cristãs do Império, em especial os armênios, tinha mais relevância. É válido ressaltar que os tipos de escravidão eram muito diferentes em ambos os casos, mas também é interessante ressaltar a forma diferenciada como a grande potência lidou com estes impérios periféricos sobre o mesmo tema.

A escravidão e o tráfico de escravos no Brasil eram práticas continuadas do Império Ultramarino Português, embora em uma nova lógica, e eram calcadas em africanos cativos escravizados trazidos para o Brasil para trabalhar principalmente na agricultura. A demanda britânica pela extinção do tráfico já existia quando das negociações do reconhecimento de sua independência e, como dito, discussões a seu respeito atrasaram este em dois anos após Portugal tê-lo feito. Deste então até 1850, deu-se ainda em função deste uma fase de negociações tensas com

39 O Congresso de Viena proclamou o tráfico de escravos "repugnante aos princípios da humanidade e moral universal" e prometeu sua abolição gradual. O Tratado Quatripartite, de 1842, entre Grã-Bretanha, Prússia, Áustria e Rússia, garantia direito mútuo de inspeção dos navios no mar. Os britânicos tentaram aprovar um ato internacional em 1864 proclamando explicitamente traficantes de escravos como piratas e obrigando seus signatários a passar leis permitindo seus súditos/cidadãos de serem julgados em cortes criadas para combater a pirataria. Este não foi adiante por potências como a Áustria acusarem tais medidas como se sobrepondo à soberania estatal.

a Grã-Bretanha[40]. O Brasil tentou de todas as formas postergar o prazo do fim do tráfico, mas, por fim, lei de 7 de novembro de 1831 determinava que fossem livres todos os escravos que entrassem no Brasil vindos de fora. Ficou conhecida, porém, como lei "para inglês ver", uma vez que este não acabou de fato.

Na década seguinte, ao mesmo tempo em que o tráfico não era reprimido na prática e exasperava os britânicos, tentativas de negociar uma forma efetiva de eliminá-lo foram infrutíferas. A ameaça real do *Aberdeen Act* – lei aprovada pelo parlamento britânico que entendia o tráfico como pirataria e assim "alvo legítimo dos navios de guerra de qualquer nação para procurar e capturar no alto mar seja qual bandeira tivessem" (Bethell, 1970: 255) – serviu de incentivo final para a supressão de fato do tráfico, através da Lei Eusébio de Queiroz de 12 de julho de 1850[41].

Para os britânicos, o Brasil finalmente cumpria seus tratados anteriormente assinados e seguia "os princípios comuns da humanidade e preceitos fundamentais da religião cristã" (Bethell, 1970: 344). Entendiam que operações navais conseguiram em alguns meses o que a diplomacia britânica não conseguiu em décadas[42]. A supressão final do tráfico de escravos nos anos 1850-1, vinte anos depois de ter sido declarado ilegal pelo tratado com a Grã-

40 "Sua tolerância com o comércio negreiro reduzia o império à categoria dos estados barbarescos do Norte da África – oficialmente províncias otomanas – implicados na pirataria. Sob a alegação de estancar estas atividades no Mediterrâneo, a Grã-Bretanha havia fincado pé em Gibraltar e Malta e a França invadira a Argélia (1830)" (Alencastro, 1997: 29).

41 É importante, porém, se ter em conta o contexto interno do jovem estado, que, diferente da lei original de 1831, tinha um governo com autoridade e poder suficientes para impor sua vontade (Bethell, 1970: 341).

42 Leslie Bethell (1970: 345) cita opinião de Palmerston sobre China, Portugal e América Hispânica como provavelmente não muito diferente da que tinha sobre o Brasil: "Estes governos semicivilizados (...) todos necessitam serem repreendidos a cada oito ou dez anos para manter a ordem. Suas mentes são muito rasas para receber alguma impressão que se mantenha mais do que este período e ameaças são de pouco uso. Eles pouco ligam para palavras e não só tem que ver a vara (*stick*), mas também a sentir nos seus ombros antes que cedam ao único argumento que levam convicção, o *argumentum baculinium*".

-Bretanha, não retirou, porém, a questão do tráfico das relações Brasil-Grã-Bretanha. Mesmo com o fim do tráfico negreiro e apesar de inúmeras demandas brasileiras, o *Aberdeen Act* só foi abolido em 1869: era considerado como uma "carta na manga" britânica para que não voltasse. Demandas mútuas a respeito de prejuízos, com o Brasil clamando reparação por navios mercantes ilegalmente alvos de busca inglesa e os britânicos demandando por perdas de comerciantes na guerra da independência, no bloqueio do Rio da Prata (1825-7) e inúmeras revoltas provinciais dos anos 1830 e 1840 também complicavam as relações.

A questão do destino dos "emancipados" e "africanos livres" foi também tema importante, lembrando ilegalidade do tráfico pós-1831, e era sempre trazida à tona pelo governo britânico. Por fim, a "Questão Christie", foi tida como tão grave pelo Brasil que levou à interrupção de relações diplomáticas. O diplomata William Dougal Christie era da opinião de que o Brasil não fora capaz de defender vidas e propriedades britânicas por ocasião dos incidentes com os navios britânicos *Prince of Wales* e *HMS Forte*, que levou ao bloqueio do Rio de Janeiro por seis dias na virada de 1862 para 1863, e cinco navios mercantes foram apreendidos em águas brasileiras. A recusa britânica em se desculpar ou reparar violação da soberania brasileira, foram os motivos que levaram à interrupção das relações diplomáticas.

Percebe-se, assim, que a diplomacia brasileira, nascida com certa experiência em relação aos meandros europeus devido à experiência portuguesa, teve que lidar com conflitos quase contínuos com a maior potência de então em relação a um tema tido como essencial para a existência do Brasil como estado monárquico centralizado: a escravidão. Apesar da ameaça de guerra, porém, esta nunca se concretizou e se o tráfico foi interrompido em função de suas pressões, a escravidão perdurou

enquanto o novo estado julgou necessária sua duração, por mais críticas que recebesse.

A preeminência econômica britânica no Brasil se manteve até o início do século XX, mas seu poder político diminuiu em especial após a questão Christie (Graham, 1976). O Brasil recusou-se a assinar um novo acordo antitráfico aceitável à Grã-Bretanha, mas mesmo assim esta revogou o *Aberdeen Act* em abril de 1869. Este gesto é tido como o fim da questão do tráfico negreiro e um importante capítulo nas relações anglo-brasileiras, embora demandas de ressarcimentos tenham persistido. Como se verá a seguir, começava-se a buscar alternativas diplomáticas ao poder britânico.

***

A escravidão também existia no Império Otomano[43], só que lá não era fácil distingui-la. Ali também existia escravidão de negros, mas em grande medida se tratava de não muçulmanos, em especial de mulheres, levadas para haréns e trabalhos domésticos. As esposas e mães de sultões e grão-vizires eram normalmente escravas e houve casos dos próprios grão-vizires serem ex--escravos. Tratava-se assim de uma escravidão baseada na fé e não na raça. Sua condição era temporária e os filhos da união sexual de mulher escrava com seu dono livre nasciam livres; e sua mãe era libertada imediatamente após a morte do dono (Frank, 2012: 435-6). Era um sistema aberto de escravidão, diferente da "fechada" escravidão ocidental racializada e sem mobilidade social (Zilfi, 2010: 99).

43 A história da escravidão otomana coincide com a ascensão, se não o nascimento do império, no século XIII. Seu sistema descendia de tradições pré-islâmicas, do "Oriente Médio" e do Mediterrâneo (Zilfi, 2010: 105).

O Império Otomano procurou se esquivar de tratados banindo tráfico de escravos, e na prática a escravidão subsistiu em seus domínios até seu colapso final, na Primeira Guerra Mundial. Quando assinava tratados neste sentido, estes nunca eram postos em prática realmente. A pressão britânica a este respeito começou a ser sentida na década de 1830, e desde então o Império Otomano frisava a diferença da escravidão otomana daquela do Novo Mundo. No contexto da Guerra da Crimeia, seja por conta da aliança com os britânicos ou por conta das dificuldades logísticas, o tráfico de escravas da Circássia e da Geórgia foi temporariamente banido. Já em janeiro de 1857, um *firman* imperial bania o tráfico de escravos africanos, mas revoltas no Hijaz resultaram na exceção da maior parte da Península Arábica. Os ministérios otomanos do Interior e da Polícia eram responsáveis pela sua supressão, mas não agiam com dedicação e, por vezes, os próprios ministros compravam escravos recém-chegados a Constantinopla (Frank, 2012).

A convenção assinada com a província otomana do Egito em 1877 marcou o início do esforço mais determinado por parte dos ingleses de prevenir importação de escravos. Em 1880, uma convenção suprimindo o tráfico de escravos foi assinada pelo Império Otomano e a Grã-Bretanha obteve direitos de busca em navios otomanos em diversas regiões, mas não no Mediterrâneo. A Conferência de Berlim de 1885 e a Conferência de Bruxelas de 1889 envolveram o Império Otomano em acordos internacionais proibindo tráfico de escravos e, em 1890, foi signatário de tratado que proibia tráfico africano, mas ainda sem grandes efeitos.

A verdade, porém, é que além de ficarem confusos com a peculiaridade da escravidão otomana, o Império Otomano tinha peso diferente do brasileiro na visão política britânica e, assim, a abordagem em relação à questão do tráfico foi bem diferente. Em 1869, o chefe do departamento de tráfico de escravos *Foreign*

Office dizia ser contra tratado que incluíssem direitos de busca em navios otomanos, porque os vapores que carregavam escravos também carregavam passageiros de todas as denominações, peregrinos de todas as cores, negros livres que eram serviçais domésticos de alguns passageiros e homens negros livres viajando por conta própria. Desta forma, era impossível para o comandante distinguir quem era escravo de quem não era (Frank, 2012).

Já o mesmo Palmerston que impunha o fim do tráfico no Brasil, considerando esse tema fundamental, dizia que no Império Otomano a escravidão era tão embrenhada nos hábitos sociais que pedir para aboli-la era o mesmo que pedir para o sultão virar cristão (Frank, 2012: 419). Em 1873, o embaixador britânico em Constantinopla, Henry Elliot, era instruído a tentar acordo com a Sublime Porta que banisse importação e exportação de escravos e, embora fosse desejável a supressão da escravidão como um todo, este não era um ponto do acordo. Envolver-se demais com esta questão poderia causar desconforto político entre as partes.

Diferente do caso brasileiro, a questão do tráfico de escravos não configurava assim um fator de cerceamento da soberania otomana. Um ponto importante para os europeus, britânicos em particular, era a questão do tratamento recebido por súditos não muçulmanos do sultão. Como agradecimento ao acordo de 1839, tido como essencial para salvar o império, o sultão Abdul Medjid prometeu um programa de reformas em decreto imperial proclamado em Gülhane, em novembro de 1839. Este garantia, entre vários pontos, aos súditos do sultão segurança de vida, honra e propriedade, o que já configurava um importante passo para súditos muçulmanos e não muçulmanos, pois pela primeira vez limitava autoridade antes absoluta do governante. Já um decreto de reforma (*Islahat Fermanı*) foi declarado em 1856, após o tratado de Paris e influenciado por este, e declarava que todos os súditos do

sultão eram iguais e introduziam uma série de instrumentos para melhor gerir questões dos não muçulmanos.

2.2.3. A busca por alternativas

Na década de 1870, o Brasil já contava com setenta diplomatas com presença efetiva em cerca de trinta países e hospedava vinte e seis representações estrangeiras. Já contava com uma tradição diplomática relevante, sendo ainda sua legação em Londres bastante atuante e a mais importante[44]. No final do período imperial e início da República, ocorreu uma importante mudança na percepção internacional do Brasil e, consequentemente, de sua atuação diplomática, no sentido de uma busca por alternativas diplomáticas às potencias tradicionais europeias: o pan-americanismo e a aproximação com os Estados Unidos.

O caso do reconhecimento do novo regime é emblemático desta mudança. Se no contexto do reconhecimento diplomático da independência brasileira, a Grã-Bretanha desempenhara papel dos mais importantes, o mesmo não se deu quando do reconhecimento do regime republicano brasileiro. As primeiras entidades a reconhecer a República foram os vizinhos continentais como Venezuela, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru, México e Equador. Os Estados Unidos reconheceram então em 29 de janeiro de 1890, mesmo ainda incertos quanto à questão democrática do novo

44 De 1855 a 1888, com pequenos intervalos, o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário brasileiro na capital britânica foi o alagoano Francisco Inácio de Carvalho Moreira (1815-1906). Bacharel em Direito com formação em Olinda e São Paulo, Carvalho Moreira teve breve atuação como advogado e como político no Brasil antes de se envolver com a diplomacia. Serviu entre 1851 e 1853 em Washington e chegou a Londres em agosto de 1855. Entre suas atribuições estava a de abrandar as relações que tinham se tornado tensas em função da questão do Aberdeen Act e captar para o Brasil grandes capitais "destinados a promover o progresso industrial e o aparelhamento econômico do Império". Ainda em 1855 a firma N. M. Rothschild & Sons foi nomeada agente exclusivo do Brasil e em função da negociação e assinatura de inúmeros empréstimos com esta, Carvalho Moreira acabou se tornando bastante próximo ao barão Lionel de Rothschild e, posteriormente, de seu filho Alfred. Essa proximidade foi muito útil em sua tarefa de levantar financiamento para a construção de estradas de ferro, para o desenvolvimento do café e para a Guerra do Paraguai (Mendonça, 2006: 74; 137).

regime. O primeiro estado europeu a reconhecer a República foi a França, seguida então por Portugal e Alemanha. A Grã-Bretanha só reconheceu o novo regime em maio de 1891. A reticência britânica em reconhecer o novo regime se dava em grande parte porque – assim como as demais nações europeias no geral – via com incerteza a queda do Império. Além de considerarem a centralização de poder, a paz social e a moeda forte do regime anterior como reconfortantes, acrescido do fato deste ser governado por uma dinastia europeia, percebiam a ditadura militar que assumia como mais um caso de caudilhismo hispano-americano. O *Times* londrino e o *New York Times* apostavam até mesmo em desintegração em vários estados distintos (Topik, 2009: 120, 177; Priore, 2008: 256). Na incerteza, investimentos eram suspensos, empréstimos negados, e os republicanos chegaram a temer, sinceramente, que os europeus, sobretudo Grã-Bretanha e Portugal, tentassem restaurar a monarquia.

No âmbito interno, o governo que nascera para trazer mudanças e melhorias mostrava-se mais autocrático que o de D. Pedro II. Contratos governamentais eram concedidos de forma arbitrária, um estado de sítio era proclamado, crescia a censura e a destituição de oponentes de cargos políticos. A questão constitucional colocava-se como uma condição para o reconhecimento europeu. Portugal, de fato, só o fez depois de eleita a assembleia constituinte, e a Grã-Bretanha só após a promulgação desta. A Rússia só reconheceu o novo regime após o falecimento de D. Pedro II.

O processo de busca por reconhecimento internacional por parte do novo regime se articulava ainda com a busca por reconhecimento interno e o caso da Revolta da Armada (1893--1894) é sintomático por nela se encontrar a armada contra o governo liderada pelo exército. Este episódio específico, como

demonstra Steven Topik (2009), é relevante por demonstrar a suplantação dos europeus pelos norte-americanos como prioridade da política externa brasileira. Por ocasião desta, inclusive, relações foram cortadas com Portugal por este extrapolar o direito de asilo, abrigando revoltosos e os levando a território estrangeiro, onde se livraram de prisão.

Em fins de 1889, Brasil e Argentina negociavam suas fronteiras e pretendiam levar tal questão à arbitragem dos Estados Unidos. Nesse meio tempo, a República foi proclamada e, assim, toda a questão do reconhecimento do novo regime também esteve em grande parte envolta com a necessidade de resolução, de forma definitiva, de todas as questões limítrofes do Brasil com repúblicas independentes ou impérios europeus. Esta foi a obra principal das duas primeiras décadas da Primeira República. Era crescente a desconfiança por parte da República que se instalava em relação ao imperialismo europeu pós-Congresso de Berlim (1884-5). Temia-se investidas estrangeiras nas fronteiras e em outras frentes. No caso específico do Brasil com a Grã-Bretanha, houve um grande desapontamento da diplomacia brasileira com o arbitramento da questão de limites com a Guiana, mediada pelo Rei Vitor Emanuel III contra o Brasil, bem como com a ocupação da Ilha de Trindade, em 1895, desta vez arbitrada pelo monarca português a favor do Brasil.

O diplomata brasileiro Salvador de Mendonça já se empenhara durante toda a década de 1890 em estreitar as relações comerciais e financeiras do Brasil com os Estados Unidos. Joaquim Nabuco e Barão do Rio Branco passaram parte daquela década lidando com negociações de fronteiras e desta experiência passaram a entender o imperialismo britânico como uma ameaça territorial séria, sendo a aliança com os Estados Unidos como o que restava: "monroísmo ou recolonização europeia" (Buonafé,

2008: 231)[45]. Por um lado, a crença de que era a ocupação efetiva do território que conservaria a soberania territorial e, por outro, o esforço crescente para projetar imagem do Brasil como civilizado para que não fosse arrolado pelas grandes potências da época como alvo de suas pretensões territoriais. Tratava-se de mostrar ao mundo que a maior república da América Latina não deveria ser confundida com as outras repúblicas ao sul do Rio Grande, que boa parte dos governos ocidentais ainda associavam à anarquia.

"Sem esquadra, torpedos ou exército", como ressaltava o Barão do Rio Branco, não restava alternativa a uma eficiente diplomacia para resolver a questão de limites brasileira de forma favorável. Estas de fato se deram de forma "amigável e honrosa", estabelecendo um dos grandes discursos da política externa brasileira desde então: de ser um país continental, com dez fronteiras pacíficas. Neste período também foram significativas as investidas alemãs no Brasil, no contexto de sua busca por mercados externos e áreas de influência pós-unificação, sobretudo, na busca por novos negócios e exportação de material militar; mas o envolvimento na Primeira Guerra se deu ao lado da Tríplice Entente.

A neutralidade declarada por boa parte do conflito evoluiu para o estado de beligerância no final da guerra, tendo como justificativa oficial a amizade com os Estados Unidos e a solidariedade continental em um momento crítico na história do mundo (Garcia, 2005: 27). Visava também a não ser discriminado por seus tradicionais parceiros comerciais, na expectativa de contar com algum apoio ou recompensa no futuro. E, de fato, garantiu sua presença na Conferência de Paz, em Paris, cumprindo sua aspiração de participar das grandes decisões mundiais, embora em posição subordinada ainda.

45 A rivalidade do Brasil com vizinhos sul-americanos também explica a busca de proximidade com os Estados Unidos.

***

Nos anos 1870, o Ministério das Relações Exteriores otomano já apresentava uma estrutura bastante diversificada com mais de vinte sessões diferentes. A mais importante era ainda a Câmara de Tradução, cuja função de traduzir os documentos a respeito dos assuntos estrangeiros conduzidos em outras línguas que não o turco-otomano assegurava a formação de novas elites. A Câmara era uma espécie de clube político e literário, em que aqueles que tinham a chance de ser admitidos aprendiam a compreender o mundo moderno. Papéis correlatos tinham as embaixadas, legações e consulados. Os serviços diplomáticos otomanos cobriam apenas um rol de dez países, mas eles asseguravam de alguma forma uma conexão eficiente com grandes capitais como Londres, Paris, Viena, São Petersburgo, Berlim, Washington e Roma. Destas chegavam informações e análises destinadas a servir de ajuda a projetos de reforma da Sublime Porta (Dumont, 1989: 474).

Esta atuação diplomática mais experiente e ampla teve um papel importante no esforço otomano por sobrevivência em sua fase final. 1876, o ano em que, como se verá adiante, o imperador D. Pedro II perambulou por longos meses por domínios otomanos, foi um ano marcante de dificuldades do Império, como moratória de sua dívida externa, revoltas na Bósnia, Sérvia, Montenegro e Bulgária e a ameaça de nova guerra com a Rússia. Seguiram-se ainda importantes baques sobre seu território, como a anexação britânica do Chipre em 1878, a tomada da Tunísia em 1881 pelos franceses e do Egito, também pelos britânicos, no ano seguinte. Neste contexto, a Alemanha, recém-unificada e desejosa de maior atuação internacional, surgia como importante parceiro diplomático e militar para o Império Otomano. Não havia tradição imperial alemã e suas terras eram distantes, além de não ser um estado liberal, características bem-vindas para Constantinopla

(McMeekin, 2010: 38). Sua crença era que os alemães proveriam defesa em relação a outras potências europeias, permitindo assim a continuação das reformas domésticas, tornando-se com elas, quem sabe, suficientemente fortes para existir sem proteção de grande potência (Ilich, 2007: 127, 131-2). Recusava-se vestir a carapuça de "doente da Europa".

Berlim teve um papel importante em 1878 quando se negociava o armistício russo-otomano, com os primeiros sendo forçados a devolver muitos territórios conquistados do segundo. Uma missão militar alemã já funcionava no Império Otomano desde 1883[46]. Em 1889, o Kaiser Guilherme II, coroado no ano anterior, visitou Constantinopla contando com recepção calorosa e pública do sultão. Era o primeiro monarca europeu a fazê-lo. Em outubro de 1898, nova visita, desta vez adicionando Rhodes, Malta, Jerusalém, Beirute e Damasco a Constantinopla. Pouco tempo depois desta última, os alemães tiveram papel financeiro e técnico importante na construção de duas estradas de ferro, de criação de uma "artéria estratégica na Turquia Asiática", fortemente aliadas com projeto de sobrevivência imperial: para o Hijaz e para Bagdá[47]. Seu apoio na área da inteligência também foi útil para monitorar "agitadores" antissultão na Europa (McMeekin, 2010: 43). Como reação às limitações religiosas impostas pelo *Tanzimat*, ao tratamento dado por russos, franceses e britânicos aos muçulmanos sob seu domínio, à histeria dos europeus quando por morte de cristãos sob domínio otomano e silêncio quando de massacres de muçulmanos, era crescente uma ideologia pan-islâmica quando Abdul Hamid II assumiu o sultanato em 1876.

46 Melhorias vistas no exército otomano quando de guerra contra a Grécia em 1897 eram creditadas a essa parceria.

47 Estas estradas de ferro tinham importante papel na estratégia do sultão Abdul Hamid II de reafirmar seu poder de sultão e para fazê-lo forte califa do mundo muçulmano sunita. Previa ainda trazer curdos e árabes de volta ao poder direto de Constantinopla.

Este se aproveitou deste sentimento já presente e buscou reforçá-lo usando para estreitar seus laços com seus súditos e ainda usar como uma carta em relação às potências europeias com súditos muçulmanos (Shaw & Shaw, 1977: 259-60). O sultão detinha o título de califa desde 1517, mas este não era entendido como de muito peso até o final do século XIX, quando se passava a reafirmar o papel do califa como chefe da *umma* global dos fiéis. Tentativas internas de destroná-lo ou externas de despedaçar seu império passavam a ser mal vistas e usava-se esta carta de forma efetiva em sua diplomacia.

> *Os britânicos, os russos e os franceses eram advertidos, com alguma veemência, de que agressão contra o Império Otomano ou a seus próprios muçulmanos levaria a uma revolta muçulmana unida contra eles com apoio total otomano. O Islamismo assim tornou-se arma ideológica exercida pelo sultão para conter o imperialismo das potências ocidentais assim como os movimentos nacionalistas de minorias que ameaçavam o império (...) Apesar de suas declarações posteriores ao contrário, o Islamismo intimidou as potências. (...) O fato que a agressão europeia contra os otomanos parou após a ocupação britânica do Egito e que as rivalidades imperialistas das potências foram desviadas para competição militar e econômica durante os anos restantes do longo reinado de Abdul Hamid pode ser atribuída em parte ao sucesso de seu uso do Islã como arma para repelir os agressores (Shaw & Shaw, 1977: 260).*

Os alemães abraçavam tal projeto pan-islâmico e no contexto da Primeira Guerra Mundial, já com os Jovens Turcos no poder otomano, acreditavam-no útil para promover uma *Jihad* contra a

Grã-Bretanha, em especial. Esta última, que tinha cem milhões de muçulmanos sob seu jugo e temendo assim por seu poder, passou a empenhar-se em ajudar dois projetos concorrentes ao califado de Constantinopla a ganharem espaço: dos hashemitas e dos sauditas (McMeekin, 2010: 65).

A parceria com a Alemanha acabou de fato se mostrando um "beijo de morte" para o Império Otomano, pois foi no contexto da Primeira Guerra Mundial que este oficialmente chegou ao fim, se esfacelando. Como mostra McMeekin (2010: 108), porém, vale ter atenção aos esforços diplomáticos otomanos antes da guerra, quando não contavam com o apoio de nenhuma potência europeia e que, por fim, conseguiram envolver a Alemanha em um tratado que a obrigava defender sem forçar os turcos a lutar. Estes haviam se comprometido a garantir incondicionalmente as fronteiras otomanas, concordaram com a abolição das capitulações restantes, prometiam apoiar os turcos a ganhar de volta terras dos Bálcãs e da Anatólia, assim como ilhas do Egeu perdidas em guerras da década de 1870, prometiam compensações financeiras ao fim da guerra e concediam um encouraçado poderoso como o *Goeben*, que fazia parecer obsoleta a frota russa no Mar Negro. O Império Otomano levou adiante ainda durante um bom tempo a possibilidade de neutralidade para as demais potências europeias e aboliu unilateralmente as capitulações em 8 de setembro de 1914. "Aceitar o fim das capitulações poderia ser um trunfo para qualquer lado na guerra pela Sublime Porta, mas era agora muito tarde para isso: os turcos jogaram eles mesmos o trunfo, não permitindo a nenhuma coalizão vencer" (MacMeekin, 2010: 119).

Foi a decisão dos ministros da Guerra e da Marinha, Enver e Djemal Paxás, respectivamente, que de fato levou o Império Otomano à guerra de fato, se impondo a um gabinete bastante propenso à neutralidade. Ataques gratuitos à Rússia levaram-na a

declarar guerra contra o Império Otomano em novembro de 1914, deslanchando o fim deste como também da dinastia Romanov que lá reinava. Ironicamente, a Rússia que levara o Império Otomano a redimensionar a diplomacia passando a acatar padrões, normas e rituais europeus a seu respeito, no final das contas o levou a uma guerra de morte, mas aquela Rússia também morria ali.

2.2.4. A diplomacia multilateral

Durante a segunda metade do século XIX, apesar das fragilidades econômicas e políticas que ainda possuía, o Brasil passou a participar com certa intensidade da ordem econômica internacional que se estabelecia. Esteve presente em conferências multilaterais e aderiu aos primeiros tratados técnicos e econômicos que estabeleceram a cooperação entre os estados. As adesões à Declaração de Paris sobre Lei Marítima (1858), à União Geral Postal (1874), à Convenção Telegráfica Internacional (1877) e à Convenção sobre Propriedade Industrial (1883) foram os primeiros passos na direção da maior participação: a 1ª Conferência Pan-americana realizada em Washington entre 2 de outubro de 1889 e 19 de abril de 1890. Esta justamente perpassou o período de ruptura entre o Império e a República e lidou com temas centrais do arcabouço formal da sociedade internacional, como emolumentos consulares, extradição e propriedades artísticas e literárias.

A participação brasileira na II Convenção de Haia (1907), responsável por lidar com questões formais de guerra e da criação de uma corte permanente de arbitragem, foi importante palco de atuação internacional brasileira, na figura de Rui Barbosa, mas também por trazer a público um discurso que clamava por igualdade entre os estados em relação à sociedade internacional[48].

48 O Brasil foi convidado a tomar parte da I Convenção de Haia, em 1899, mas o presidente Campos Salles recusou alegando passar por difíceis condições financeiras, bem como contar com fracas forças navais e terrestres. O México foi o único estado latino-americano a participar.

"O Brasil saía do âmbito das questões imediatas e próximas para alargar sua mirada e suas responsabilidades" (Cardim, 2007: 63). Trata-se do momento inaugural da presença brasileira em foros internacionais, reivindicando um papel de natureza mais igualitária na elaboração das normas que deveriam reger os grandes problemas internacionais da época (Vargas, 2000: 8). É significativa, assim, sua percepção do Brasil como uma potência média de então:

> *Entre os que imperavam na majestade da sua grandeza e os que se encolhiam no receio da sua pequenez, cabia, inegavelmente, à grande república da América do Sul um lugar intermediário, tão distante da soberania de uns como da humildade dos outros. Essa posição de meio termo que nos cumpria manter, com discrição, com delicadeza e com dignidade (Cardim, 2007: 108).*

Apesar do discurso clamando por igualdade e sua percepção como potência mediana, é interessante o horror de ser colocado no mesmo patamar ou mesmo abaixo de outro "império periférico", o Império Otomano. Ao ser colocado abaixo deste no *ranking* dos estados para o Tribunal Permanente de Arbitramento há uma verdadeira grita oficial e na imprensa (Fig. 4). O Brasil "que se libertara de tiranias e acabara com a escravidão", vencendo, portanto, entraves para ser reconhecido como civilizado, e que educava "na paz, no direito e na liberdade", era posto abaixo do Império Otomano "dos massacres, das opressões, das tragédias, do fetichismo e da orgia", por este possuir maior número de homens em seu exército[49]. Uma interessante charge publicada em *O Malho* mostra também o Brasil querendo entrar pela porta da paz no Concerto das Grandes Nações (Fig. 5), mas sendo barrado pelas potências que não reconheciam seu *status* e recebendo aceno do

49 *O Malho*, 1907, p. 6.

Japão, que entrara pela porta da guerra e já era reconhecido em melhor posição[50].

Sua participação na Primeira Guerra Mundial, do lado britânico, mesmo que mais simbólica que efetiva, lhe concedeu por fim credenciais para participar das negociações da Conferência de Paris, e, por fim, um ingresso como representante no congresso da Liga das Nações. Data de então, de forma definitiva, a internacionalização de fato da política brasileira (Cardim, 2007: 52). Retomou então o tema das possibilidades e limites da inserção dos estados, que não eram grandes potências, na gestão do sistema internacional concebido pelo Tratado de Versalhes, mas então em outro contexto totalmente diferente do Concerto Europeu e com outras possibilidades de inserção, ainda demandando *membership*, porém.

***

Em 1865, o Império Otomano aceitava a Convenção de Genebra do ano anterior, sendo que em 1876 declarava que usaria o crescente e não a cruz como símbolo de suas equipes médicas em campos de batalha, ressaltando sua peculiaridade cultural e religiosa. O Império Otomano participou das conferências de Haia de 1899 e 1907, bem como da revisão da conferência de Genebra em 1906. Nestas demonstrava em especial preocupação com o *status* dos estreitos de Dardanelos e Bósforo em caso de guerra.

Se no caso brasileiro a ausência de um exército forte fora compensada por uma diplomacia eficiente que lhe assegurara a paz, no caso otomano, apesar da visível melhoria da diplomacia, não houve como fugir das guerras e, com elas, do seu esfacelamento final. A partir da ascensão dos Jovens Turcos, em 1908, elas se

50 *O Malho*, 1907, p. 27.

apresentaram em diversas e terríveis frentes contínuas: guerra da Tripolitânia (1911), guerras dos Bálcãs (1912-13) e, finalmente Primeira Guerra Mundial (1914-18). Esta última, ao lado dos alemães, austríacos e búlgaros, contra Grã-Bretanha, França e Estados Unidos. A ab-rogação unilateral dos privilégios das capitulações de todas as potências estrangeiras, em 8 de setembro de 1914, teve um importante papel na escalação do conflito. A Grã-Bretanha passava então a lutar ferozmente para destruir o "grande estado-tampão que, no passado, outros governantes britânicos tinham travado guerras para salvaguardar" (Fromkin, 2008: 80). Um dos exemplos maiores desta ferocidade, e talvez o marco da transformação radical da diplomacia para a guerra entre ambas as entidades, foi a campanha de Galípoli, entre 1915 e 1916. Calcula-se cerca de cento e oitenta mil mortos dos integrantes australianos e neozelandeses – ANZAC – das forças britânicas[51]. As relações formais só foram retomadas com a República da Turquia, em 1924, e a Grã-Bretanha, assim como a França, foi designada pela Liga das Nações mandatária sobre várias partes de antigas províncias otomanas, como a Palestina, a Jordânia, o Iraque, além de assumir oficialmente no âmbito da Primeira Guerra Mundial o Egito, que já ocupava desde 1882. Diplomacia e direito internacional perdiam seu valor e o Império Otomano morria. Do núcleo duro de suas cinzas, porém, nasceu a República da Turquia, cuja fonte importante de seu nacionalismo era justamente nunca ter sido uma colônia[52].

51 "Em sentido geral, a magnitude do comprometimento e do fracasso da Grã-Bretanha em Galípoli fez com que parecesse vital, anos mais tarde, que o país desempenhasse um papel mais importante no Oriente Médio do após-guerra, para dar algum sentido a tão grande sacrifício" (Fromkin, 2008: 186).

52 Nacionalismo este que nascera quase que em paralelo ao pan-islamismo da Era de Abdul Hamid II, também respondendo às dificuldades por que passava o Império Otomano diante de suas relações com a Europa. Originalmente surgiu como um nacionalismo otomano, chamado de "otomanismo", que promovia a ideia de pátria para todos os súditos, independente de raça e religião, iguais perante a lei e leais à dinastia otomana. A recusa de minorias a aceitarem essa igualdade, o sucesso de movimentos nacionais de unificação na Itália e na Alemanha, a aspiração nacionalista de grupos não

2.3. Diplomacia não verbal

Nas últimas décadas, vem crescendo o interesse em pesquisas sobre a chamada comunicação não verbal da diplomacia, o que muitos identificam como sua "linguagem corporal" ou, simplesmente, seus rituais e símbolos[53]. A premissa básica é que gestos e protocolos diplomáticos fazem do meio uma mensagem: a decisão oficial por um aperto de mãos, a seleção de enviados diplomáticos, a troca de presentes durante visitas internacionais, a hierarquia das legações, a arquitetura e localização de embaixadas podem ser elementos essenciais na configuração da política de poder entre as nações (Jönsson & Hall, 2002). Esboçam-se, assim, estudos sobre a representação de diplomatas na ficção, o uso da literatura em vários tipos de trocas diplomáticas, a ligação entre retórica e diplomacia, o papel da tradução e intérpretes na política internacional, a interação entre carreiras literárias e diplomáticas e linguagens materiais e gestuais da diplomacia.

Raymond Cohen (1981) é autor de interessantes escritos a respeito da comunicação não verbal na política internacional chamando atenção para o repertório de significados, princípios de codificação e funções comunicativas de padrões únicos de comportamento, como o caso específico da demonstração ostensiva de poder naval. A este respeito, apresenta casos de demonstração

turcos dentro do Império Otomano levaram a uma crescente consciência de uma identidade turca e quase que forçou a germinação de um nacionalismo turco. Sua lógica vinha em grande parte de filósofos europeus e orientalistas. A consciência da existência de turcos não otomanos também se fez presente quando da chegada de refugiados e da divulgação de casos de perseguição e opressão nas mãos dos russos após a Guerra da Crimeia (Shaw & Shaw, 1977: 260-1)

53 Em fevereiro de 2012, foi criado por professores, alunos e pesquisadores das universidades da Antuérpia, Estocolmo, Turku, Aarhus, Helmut-Schmidt, Ludwig-Maximilians e Bilkent, o grupo virtual de discussão "New Diplomatic History". Este se empenha em acrescentar aspectos normalmente não contemplados nos estudos da história diplomática. Seu intento é o de estudar a diplomacia de forma a integrar narrativas políticas e econômicas com outras perspectivas e metodologias como prosopografia, sociologia do conhecimento, teoria de gênero e análise de redes. Lida com a história das instituições diplomáticas, linguagens, normas, símbolos, literatura, associações, atitudes e métodos.

de sentimentos por parte de entidades políticas, como triunfo, desafio, raiva, descontentamento e amizade. Trata ainda de casos de "sinais intrínsecos", como ameaça de bombardeamento, direitos de passagem e ameaça de interceptação, e de "sinais de reforço", como apoio e coerção.

2.4. O Brasil, o Império Otomano e a diplomacia não verbal

Se nos tópicos acima se tratou dos esforços brasileiro e otomano em criar estrutura para lidar com a diplomacia – sendo o Brasil, embora novo, bebendo da antiga experiência portuguesa, e o Império Otomano, embora antigo, engatinhando em seus usos permanentes – e com o direito internacional expresso na forma de tratados, aqui se propõe um olhar sobre o aspecto não verbal da busca por reconhecimento internacional das duas entidades em foco neste estudo. Proponho neste tópico relatar e contrastar a maneira específica como ambos buscaram reconhecimento e prestígio através da participação em eventos internacionais e viagens. Foca-se em especial na participação das exposições universais da segunda metade do século XIX, em especial em duas delas por sua extrema força simbólica: a exposição universal de Paris, de 1867, que contou com a presença do sultão Abdul Aziz II; e a exposição do centenário da independência dos Estados Unidos, na Filadélfia, em 1876, que contou com a participação do imperador D. Pedro II. Estas nos dizem muita coisa sobre o método usado por ambos buscando adentrar e participar da sociedade internacional. Da mesma forma, seguindo, sobretudo, o interesse nas relações destas entidades com a Grã-Bretanha, trata-se também das visitas e encontros entre representantes destas entidades com aqueles do Império Britânico.

***

A segunda metade do século XIX, foi o período das exposições universais no mundo ocidental. Iniciadas em 1851 em Londres, as exposições se deram em várias cidades da Europa e da América do Norte e se tornaram, conforme as palavras de Eric Hobsbawm, "grandes novos rituais de autocongratulação", celebrando triunfos econômicos e industriais. O jornal britânico *The Times* falava de uma "generosa rivalidade da excelência na indústria", de uma "competição amigável" entre as nações que eram convidadas a expor e a competir por prêmios.

Desde a década de 1840, a França realizava exposições industriais nacionais que teriam servido de inspiração para a Grã-Bretanha. Liderada pelo príncipe Albert, foi criada uma comissão organizadora para que em 1851 fosse realizada em Londres "A Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações". Um Palácio de Cristal projetado pelo arquiteto Joseph Paxton serviu de espaço para a apresentação de produtos de diversas nações. De maio a outubro de 1851, quatorze mil exibidores de vinte e cinco países e quinze colônias britânicas mostraram seus produtos para um público de cerca de seis milhões de pessoas.

Em 1855, ocorreu a primeira exposição universal em Paris. Em seguida, em 1862, Londres voltou a sediar outro evento deste. Em 1867, era mais uma vez a capital francesa que hospedava uma exposição universal e em 1873 era a vez de Viena, 1876 da Filadélfia, 1886 de Berlim, 1889 de Paris, 1893 de Chicago e 1900 de Paris novamente. De evento a evento, os números de nações participantes que exibiam seus produtos e de visitantes crescia. Passava a fazer parte do calendário internacional de então.

Grã-Bretanha, França, Estados Unidos estiveram presentes desde o início nas exposições universais e revezavam-se oferecendo cidades para sediar o evento. A participação dos países de uma maneira geral se dava através de convite dos estados sedes. Os

governos dos países convidados então, conjuntamente com setores empresariais de diversos ramos da atividade econômica, enviavam amostras de produtos, visando realizar algum tipo de publicidade ou efetivar negócios. O tempo de duração era em média de quatro meses e era comum serem realizadas exposições provinciais e nacionais prévias.

O Brasil participou pela primeira vez em 1862, em Londres, e o Império Otomano em 1867, em Paris. Muitos são os autores que tratam do interesse europeu nestas entidades como foco de intensa curiosidade, em especial a última, já apelidada de "doente da Europa". Estas participações podem ser também entendidas como esforços que estas entidades periféricas faziam para adentrar na sociedade internacional dos estados soberanos. Faziam parte dos expositores não europeus que não eram colônias e atraíam imensa curiosidade geral. As próprias exposições, por seu turno, são compreendidas como ocasiões em que a sociedade internacional em expansão reafirmava seus valores morais que a constituíam como sociedade.

Inicialmente, somente participavam das feiras mediante o envio de emissários e de produtos, mas, também, através da ida do soberano em pessoa para o sítio do evento. Essa participação da pessoa que personificava o estado em questão é bastante significativa e envolvia uma série de rituais, cerimônias e símbolos que reforçavam o ritual maior, que seria uma fase de um rito de passagem, em que o estado passava a pertencer de certa forma a um grupo, à sociedade internacional dos estados soberanos. O sultão Abdul Aziz em Paris, em 1867, e o imperador D. Pedro II na Filadélfia, em 1876, participaram de recepções, encontraram-se com os soberanos dos estados anfitriões e com outros tantos que também acorreram aos eventos, trocaram presentes, foram condecorados, fizeram

discursos, participaram de procissões, visitaram as exposições e ainda estenderam suas viagens a outros países.

Em 1863, foi realizada em um prédio especialmente construído no hipódromo de Constantinopla a Exposição Geral Otomana com formato baseado nos eventos europeus. Seu objetivo era modesto, buscando, sobretudo, promover a indústria interna. Segundo Zeynep Çelik (1999), pensou-se inicialmente em somente apresentar produtos otomanos, mas indústrias europeias também acabaram participando. O interior do espaço era dividido em treze seções que apresentavam, entre outros, produtos de agricultura, artesanato, têxteis, produtos industrializados, artefatos de couro, móveis, tapetes e instrumentos musicais. A agricultura, porém, ocupava maior espaço e ganhava maior ênfase na exposição como força principal da economia otomana. Segundo a autora, a Feira tornou-se um evento popular que podia ser visitado cinco dias por semanas pelos homens e às quartas e sábados pelas mulheres. Como no Ocidente, recreações diversas eram oferecidas ao público, como shows gratuitos da banda do Exército. A Exposição gerou atividades comerciais e de turismo, tendo vários estrangeiros – entre eles jornalistas, empreendedores e industriais – se dirigindo para a capital otomana especialmente para visitá-la.

Apesar desta experiência doméstica prévia, a primeira vez que o Império Otomano participou de exposições universais foi em Paris, em 1867, contando neste ano com um pavilhão. Nesta ocasião ainda, o sultão Abdul Aziz visitou a seção otomana – composta de exposição de cerâmicas, têxteis e reproduções de edifícios na arquitetura otomana –, sendo esta a primeira vez que um governante otomano ia à Europa sem ser para fins bélicos. Abdul Aziz aproveitou a oportunidade para visitar outras cidades europeias como Londres, Coblentz e Viena. Neste decorrer, encontrou-se ainda com a Rainha Vitória, o Kaiser prussiano

Guilherme I e o imperador austríaco Francisco José I. Vale ressaltar que era acompanhado de um séquito que incluía seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Fuad Paxá, seu embaixador em Paris, Djemil Paxá, seu filho, Youssou Ezedim, e seus sobrinhos, Murad e Abdul Hamid, que seriam seus sucessores no sultanato. Sua viagem era oficial e envolvia toda a pompa e circunstância prevista.

Abdul Aziz foi um dos poucos, se não o único dos sultões, que buscou visitar diferentes partes de seu Império, sendo a mais documentada destas a visita que fez ao Egito em 1863 e não era raro encontrá-lo em visitas a estabelecimentos públicos. A viagem de Abdul Aziz à França foi uma resposta ao convite feito por Napoleão III e durou ao todo seis semanas entre junho e agosto de 1867, nas quais o sultão buscou adquirir algumas das novas descobertas tecnológicas para o Império Otomano. Neste período, ambas as entidades trabalhavam em conjunto na construção do Canal de Suez, no Egito, que foi inaugurado em 1869 e tinham uma agenda de conversações que envolvia a questão das minorias cristãs sob domínio otomano.

Relatos de jornais diziam que a população de Paris se dividia entre aqueles que viram o sultão e aqueles que não viram. O encontro de Napoleão III com o sultão foi narrado por muitos, como Mark Twain, que se dizia tão ansioso em ver os dois soberanos "que poderia assistir a vinte exposições". O enviado do jornal britânico *The Times*, em 24 de maio de 1867, ao anunciar que o sultão participaria do evento, brincava dizendo ser possível esperar agora Prestes João, já que o sucessor do profeta seria agora convidado do representante de Carlos Magno. Na semana seguinte, chamava atenção para a excitação que envolvia Paris e o sentimento que se tinha de se viver um "momento histórico", um "ponto de inflexão" na história do Islã. De acordo com a lei islâmica, um califa não poderia sair de *Dar Al-Islam*, a Casa do Islã,

para *Dar Al-Harb*, a Casa da Guerra, a não ser para fins bélicos de converter os infiéis. O jornal *The New York Times*, em 8 de maio de 1921, explicava a ida de Abdul Aziz à França como uma visita a uma província, uma vez que para burlar a proibição religiosa, Napoleão III teria lhe dado a França de presente.

Mesmo que seja questionável esta história e não explique a justificativa dada em termos religiosos para a visita à Grã-Bretanha, Áustria, Alemanha e Bélgica, ela coloca a questão da importância da religião na política otomana. A ida pessoalmente do sultão, que era também califa, à Europa pode ser interpretada como busca por reforçar seu papel no Oriente, como chefe máximo do Islã, ou por mostrar-se moderno, aberto ao progresso e, portanto, capaz de participar do sistema europeu. Sua presença fez diferença também para o público local, abalando crenças românticas e desmistificando estereótipos. Este primeiro contato com a vida europeia e formas externalizadas de sua cultura ajudaram ainda a consolidar sua crença em políticas radicais que adotava internamente.

Em 13 de julho de 1867, *L'Illustration* trazia uma gravura que retratava o encontro do sultão e de seu séquito com Napoleão III em um salão do Palácio Elysée (Fig. 6)[54]. De fato, as roupas dos dois soberanos pouco diferiam, e ambos portavam faixas e medalhas, embora as vestes de Abdul Aziz parecessem mais militares e as de Napoleão de gala. O otomano em compensação trazia na cabeça o fez típico, no rosto a barba e uma espada à cintura. Inúmeros *cartes de visite* de Abdul Aziz feitos neste ano na Europa mostram-no sempre com roupas escuras à europeia, mas sempre com o fez (Fig. 8). Abundam descrições sobre a decepção do público europeu com a ausência de símbolos orientais ou típicos de um monarca na figura do sultão. Um texto do *Times*

54 Abdul Aziz levou consigo todos os príncipes herdeiros que poderiam eventualmente lhe suceder, a fim de evitar um possível golpe para que fosse destronado (Kuraiem, 1943, p. 67).

londrino chegava a dizer que em alguns eventos os militares de sua comitiva vestiam-se com mais pompa que seu soberano. Da mesma forma, não são poucas as descrições do verdadeiro frisson que as participações otomana e egípcia causaram. Café turco, rua do Cairo, dança do ventre, dervixes rodopiantes: o Oriente que já se divulgava em textos e fotografias, por fim, vinha à Europa (Fig. 7). E ele era diferente do imaginado.

***

A primeira participação brasileira em exposições universais se deu em 1862 (Fig. 9). De acordo com relatório feito pelo conselheiro Carvalho Moreira, o intuito era "tornar o Império mais conhecido e devidamente apreciado, apresentando alguns espécimes de seus múltiplos e valiosos produtos naturais, com o fim de permutá-los e de excitar os capitais, braços e inteligência da Europa para sua extração e preparo". Levou para expor armas, minérios, artesanato indígena, borracha, café, fumo, mate e pequenas máquinas. Neste primeiro evento, foram enviados e contratados comissários para representar o país, e alguns expositores brasileiros ganharam medalhas que orgulhosamente passavam a divulgar em periódicos como o *Almanak Laemmert*. O único estranhamento com a organização da exposição se deu quando foi sugerido ao Brasil que dividisse o fornecimento de jurados com a Hispânica, energicamente negada pelo conselheiro tendo em vista "a extensão da população e comércio do Império"[55].

D. Pedro II, assim como Abdul Aziz, já buscava ao longo de seu reinado viajar por províncias de todo o território sob seu governo. Porém, já havia saído de seu país antes de viajar para a Exposição Universal da Filadélfia. Em 1871, quando do falecimento de sua

55 Era essencial se dissociar do resto do continente, visto como anárquico pela Europa durante boa parte do século XIX.

filha, a princesa Leopoldina, na Áustria, dirigiu-se a aquele império para visitar seu túmulo e para reunir o genro e netos e trazê-los de volta para o Brasil. Aproveitou ainda esta ocasião para circular por alguns países da Europa e também pelo Egito.

Suas viagens tinham que ser aprovadas pela Assembleia Geral de acordo com artigo 104 da Constituição de 1824, que dizia que se o imperador saísse do país sem consentimento, seria entendido que abdicou a Coroa, e suas motivações alegadas eram normalmente para cuidar de questões de saúde suas ou da imperatriz Teresa Cristina. Nessas ocasiões, sua filha Isabel era confirmada pela mesma Assembleia como princesa imperial regente do país. Se autointitulava nessas viagens Pedro d'Alcântara, dizendo que o imperador ficara no Brasil e recusando na maior parte das vezes recepções oficiais. 1876 foi o ano de sua segunda viagem internacional, que só se concluiu no ano seguinte. Incluiu uma longa estada em terras otomanas, como se verá mais para frente.

Um correspondente do jornal *New York Herald*, James O'Kelly, foi destacado para cobrir a viagem imperial desde o Brasil e suas reportagens, juntamente com anotações do próprio D. Pedro II em seus diários, são as principais fontes desta estada nos Estados Unidos. O'Kelly desde o início reforçava ser o imperador do Brasil o soberano de uma grande nação e representante de uma "elevada linhagem", correndo-lhe nas veias o sangue dos Bragança, Bourbon e Habsburgo. Ressaltava ser o Brasil um país jovem como os Estados Unidos e de que sua visita era a primeira de um monarca naquela República[56].

Em 22 de março de 1876, o enviado do *New York Herald*, ainda do navio, escrevia, dando sua opinião de como a cidade de Nova York deveria receber o soberano brasileiro. Dizia que a forma de

56 Enganava-se, porém, neste último ponto, já que o rei do Havaí, David Kalakaua, havia visitado o país em 1874, sendo inclusive recebido pelo presidente Ulysses Grant.

recepção deveria ser ponderada, já que o imperador gostaria de viajar incógnito, como já havia feito na Europa em 1871, mas que sua viagem deveria ser considerada oficial. Para O'Kelly, D. Pedro II era um imperador e devia ser distinguido como o chefe da "maior nação irmã, com a qual as nossas relações são de paz e amizade perfeita". Todos os requisitos e solenidades compatíveis com a forma de governo dos Estados Unidos deveriam ser cumpridas, e para tanto, sugeria o jornalista, uma esquadra deveria comboiar seu navio até o porto e o presidente e altos funcionários do governo deveriam recebê-lo no desembarque. Ressalta "não conhecer a etiqueta diplomática indicada para tais casos", mas que poderiam improvisar "estabelecendo o precedente".

D. Pedro II chegou de fato à Nova Iorque e empreendeu longa jornada por diversas regiões dos Estados Unidos, percorrendo de trem e barco estados como a Califórnia e Massachusets nos meses de abril e maio, buscando aproveitar a vida cultural, visitar empresas e instituições de serviço público e contatar filósofos, estudiosos e escritores de áreas de seu interesse. Seu profundo interesse pelas coisas fez com que O'Kelly escrevesse no *Herald*: "Quando voltar à Pátria saberá mais acerca dos Estados Unidos do que dois terços dos membros do Congresso".

Em 8 de maio, passou por Washington e na ocasião esteve com o presidente Ulysses Grant num breve encontro de cerca de vinte minutos, não oficial, seguindo então para a Filadélfia para participar da inauguração da primeira exposição universal em solo americano. No dia 11 de maio, já empreendia nova viagem pelos Estados Unidos, voltando somente em finais de junho para se dedicar atentamente aos pavilhões. Por ocasião da abertura solene do evento, conta o enviado do *New York Herald* que o imperador apresentou-se de braços dados com a primeira dama dos Estados Unidos e que a imperatriz Teresa Cristina acompanhava o presi-

dente Grant. Seguiram então visitando algumas seções e "S.M. revelava com garbo ao Presidente e a Mrs. Grant a significação dos produtos exibidos pelo seu País, flores, tecidos de penas de pássaros, ricas e belas madeiras talhadas e esculpidas em forma primorosa". Por fim, puxaram a alavanca que fazia o mecanismo do Machinery Hall entrar em funcionamento.

De 20 de junho a 5 de julho de 1876, depois de ter viajado ainda mais pelos Estados Unidos e também pelo Canadá, D. Pedro II dedicou-se a percorrer cuidadosamente toda a Exposição do Centenário da Independência dos Estados Unidos, tornando-se, segundo alguns textos, ele próprio uma atração. Vinte e nove representações, entre elas o Brasil, foram detidamente visitadas pelo monarca brasileiro. Normalmente acompanhado dos respectivos comissários, procurava apreender o máximo do que via, em especial buscando o que "há de aproveitar no sentido de aperfeiçoarem a indústria nossa", como escreve em 5 de julho. Afora o grande desconforto com o calor e a ansiedade com a apresentação que seria feita em 4 de julho de hino especialmente composto pelo maestro Carlos Gomes, D. Pedro II mostrava-se verdadeiramente interessado nas novas tecnologias que se apresentavam no Machinery Hall, como o telefone de Graham Bell.

Dos eventos dos quais participou e das visitas que recebeu, apreende-se também o interesse em desenvolver uma rede de contatos tanto por conta de seus interesses pessoais científicos e literários como em virtude de sua importância política como chefe da nação brasileira ou como monarca.

Os relatos do enviado de James O'Kelly dão conta da verdadeira curiosidade do povo dos Estados Unidos pela figura do único monarca das Américas. Sua ampla visita por boa parte do território do país pode ser também entendida como uma

espécie de procissão, em que buscava conhecer o jovem país e seus desenvolvimentos e também apresentar-se, dar-se a conhecer.

***

As participações brasileira e otomana nas exposições universais da segunda metade do XIX podem ser entendidas como o esforço destas entidades em participar de um ritual de "autocongratulação" europeia e norte-americana, como partes da sociedade internacional de então. Os casos específicos das visitas do imperador brasileiro e do sultão otomano em duas edições destas reforçam ainda mais este desejo.

A forma como a Europa e também os Estados Unidos olhavam para estas entidades e seus soberanos era, porém, bastante diferente. D. Pedro II era o monarca da "jovem nação irmã", era cristão, e, embora nativo do Brasil, descendia das mais importantes linhagens europeias. O fato de "não parecer um rei", vestindo-se com roupas comuns, portando chapéu de palha e preferindo abrir mão de "benefícios" da posição que ocupava, mais do que decepcionar, atraía o público norte-americano interessado neste "monarca do Novo Mundo". O Brasil, que então começava a tomar parte dos eventos internacionais, incrementou sua participação a ponto de no início do século XX sediar a III Conferência Pan-Americana em 1906, na então capital, a cidade do Rio de Janeiro. A primeira visita em solo brasileiro de um chefe estrangeiro se deu em 1899, já na República, com o presidente argentino Julio Roca. Por ocasião da Conferência Pan-Americana em 1906, o secretário de estado dos Estados Unidos, Elihu Root, compareceria, sendo a primeira alta autoridade daquele país a visitar o Brasil.

Já Abdul Aziz não deixa de ser a personificação do Outro que por tanto tempo atemorizou os europeus: os turcos, os mouros. Não só era soberano de um importante império, mesmo que

enfraquecido, como era o chefe máximo dos muçulmanos, não só de suas províncias como também de regiões que passavam a ser dominadas pelos europeus como a Argélia, e também da Índia britânica. O fato de vestir roupas europeias fazendo a concessão de usar o fez típico (não por acaso abolido posteriormente por Atatürk) decepcionava mais do que agradava. O Império Otomano até se esforçou em mandar representações para as exposições universais e cogitou sediar em Constantinopla um evento destes em 1894, mas questões políticas internas, além de um terremoto, não permitiram levar tal intento adiante.

***

Por cinco meses, no ano de 1862, o príncipe de Gales esteve em Constantinopla e outras províncias otomanas. Era a primeira visita de um membro da família real britânica à região desde as Cruzadas e foi organizado por seu pai, o príncipe Albert, pouco antes de falecer, como parte do *Grand Tour*.

Depois de visitar a exposição universal de Paris, o sultão Abdul Aziz e seu séquito seguiram então de navio para o porto de Dover, na Grã-Bretanha, onde foram recepcionados pelo mesmo príncipe de Gales que lhes visitara cinco anos antes e um grupo de políticos e oficiais. Seguiram então para Londres onde, como hóspedes oficiais da rainha Vitória, ficaram instalados por onze dias no Palácio de Buckingham. Os passeios realizados pelo sultão na capital e adjacências normalmente estavam focados em melhor conhecer a Marinha local como estaleiros, docas, e mesmo navios mercantes, mas também estiveram em instituições como bancos e correios. Receberam ainda diversas homenagens como um

concerto especial no Palácio de Cristal, um jantar oferecido pelo Duque de Cambridge e um baile oferecido pelo Mayor of London[57].

O ponto alto da visita foi justamente sua inspeção a todo o esquadrão da Marinha Real, em 17 de julho de 1867, "o mais significante espetáculo jamais testemunhado em águas britânicas", segundo o *The New York Times*. Encontrou-se várias vezes com a rainha Vitória, que lhe concedeu a Ordem da Jarreteira, a mais ilustre das ordens britânicas e concedida somente a soberanos (Gök, 2003: 28-33).

Ao longo de seu reinado, D. Pedro II realizou três viagens ao exterior e nas duas primeiras delas esteve na Grã-Bretanha. Como dito acima, suas viagens tinham que ser aprovadas pela Assembleia Geral, e suas motivações oficiais eram originalmente de ordem pessoal. Nessas ocasiões, sua filha Isabel era confirmada pela mesma Assembleia como princesa imperial regente do país. Se autointitulava nestas viagens Pedro d'Alcântara, dizendo que o imperador ficara no Brasil e recusando na maior parte das vezes recepções oficiais, apesar de também contar com uma pequena comitiva. As críticas de então e atuais a estes empreendimentos advinham justamente deste "informalismo" do imperador, assim como da longa duração dos périplos, em especial em períodos de grande turbulência política como a década de 1870.

Em 1871, saiu do Brasil, iniciando o périplo por Portugal, passando por Espanha, França, Inglaterra, Bélgica, Alemanha, Itália e Egito, antes de retornar a Portugal, e de lá, ao Brasil. Sua insistência em viajar incógnito, vestido de maneira simples e carregando sua própria mala, em um "misto de turista e funcionário público", incomodara em especial a Condessa de Barral:

57 Em sua visita a Londres em novembro de 2011, o então presidente turco Abdullah Gül citou tal recepção, em Guildhall, como marco importante de longevas relações entre Turquia e o Reino Unido.

> *Ela sabia o quanto custava para a imagem do país um monarca sem modos. D. Pedro II era, na comparação com outros monarcas, um caipira (...) Por que apertar as mãos de todo mundo, se nenhum príncipe o fazia? Por que bater nas costas das pessoas, se tais hábitos não existiam nos "países civilizados"? Por que insistia em falar em seu péssimo inglês, quando seu francês era corrente? Não podia se arrumar melhor, para os jantares aos quais era convidado em vez de "dar pontapés aos usos e costumes"? (Priore, 2007: 195-6).*

Se sua simplicidade e sem-cerimônia amedrontavam a condessa por acreditar que poderiam projetar uma imagem ruim do Império do Brasil, seu profundo interesse em tudo ver, visitar e conhecer atraía elogios da imprensa e de políticos por onde passava. Quando de sua primeira visita à Grã-Bretanha, foi recepcionado em Dover por membros da legação brasileira, familiares e representantes do governo britânico, bem como uma massa de curiosos. Ficou em terras britânicas de 19 de junho a 12 de agosto, dedicando boa parte do seu tempo a percorrer as ruas de Londres e a visitar instituições como National Gallery, Kew Gardens, British Museum, Royal Geographic Society, Royal Observatory e Torre de Londres, entre outros. Chocou ainda a população local ao visitar o bairro de Whitehall e algumas sinagogas. Foi ainda a Liverpool e a Manchester visitar indústrias têxteis e esteve também nas universidades de Oxford e Cambridge. Recebeu visitantes variados no Claridge Hotel, mas seu verdadeiro desejo, não realizado, era encontrar-se com Charles Darwin (Besouchet, 1975: 140).

Apesar do caráter incógnito, porém, encontrou-se algumas vezes com o príncipe de Gales, com políticos e autoridades locais, bem como diplomatas estrangeiros. Esteve algumas vezes com a rainha Vitória, recebendo e retribuindo uma visita protocolar assim que chegou, passando dois dias como hóspede real no Castelo

Osborne, e outros tantos no Castelo de Windsor. Neste último, recebeu das mãos da soberana a mesma Ordem da Jarreteira, que ela também concedera ao sultão Abdul Aziz.

Em 1876, fez nova viagem ao exterior que só se concluiu no ano seguinte, começando pelos Estados Unidos, seguindo então para a Europa e domínios otomanos. Desembarcou em Liverpool em 23 de julho de 1876, pernoitando em Londres e seguindo então para a Bélgica para entrevista com médicos que tratavam da imperatriz. Retornou à Grã-Bretanha no final do segundo périplo ao exterior, repetindo a ânsia de aproveitar seu tempo, visitando o máximo de instituições possível. Passeou mais uma vez pelas ruas de Londres, foi ao Palácio de Cristal onde se encontrou com o rei Leopoldo da Bélgica. Visitou os Museus Soane, das Índias e Madame Tussaud, a Grovesnor Gallery e ainda as coleções do Conde Dudley e do Duque de Westminster. Acompanhado da imperatriz, visitou um orfanato nos arredores de Londres e com o Barão do Bom Retiro inspecionou a Prisão de Pontoville. De Londres, seguiu para Edimburgo, Belfast, Dublin, Dundee, Glasgow, Keswick, Cork, Liverpool e Oxford, também buscando visitar as principais instituições científicas, culturais e também sociais destas cidades e passando alguns momentos com o cônsul brasileiro em Liverpool, José Maria da Silva Paranhos[58]. Quando de seu retorno à Londres, participou de cerimônia pública no Jardim de Horticultura, ocasião em que também estava presente o ex-presidente dos Estados Unidos general Ulysses Grant. Gladstone em discurso nesta ocasião justamente elogiou D. Pedro II por "sua atividade febril, a inquietação e curiosidade permanentes (...) em busca de novos conhecimentos".

58 José Maria da Silva Paranhos, mais tarde Barão do Rio Branco, serviu como cônsul do Brasil em Liverpool de 1876 a 1893.

Nessa segunda viagem, as homenagens oficiais ao imperador se reduziram ao mínimo, uma vez que a corte guardava luto pelo falecimento do Duque de Darmstadt, marido da segunda filha da rainha Vitória. A soberana, porém, o recebeu uma vez no castelo de Windsor e o visitou no hotel Claridge. D. Pedro II por várias vezes visitou também o príncipe de Gales no Palácio de Buckingham, assim como a princesa de Gales no Malborough House. Quase toda noite recebia no Claridge Hotel. Numa dessas ocasiões recebeu, inclusive, o embaixador otomano, Musurus Bey, que conforme se verá mais adiante, foi o responsável pela assinatura do tratado de comércio, amizade e navegação com o Brasil, em 1858.

Sergio Danese entende as viagens de D. Pedro II de uma maneira geral não como viagens de estado, mas périplos mais assemelhados a *tours* de distração e prazer com ênfase em contatos sociais e familiares. Reconhece, porém, que trazem os elementos de relações públicas, de prestígio e de marketing do Império e do país, que caracterizariam mais tarde a estratégia das visitas internacionais dos presidentes brasileiros desde o primeiro momento. A noção de representação e de prestígio junto a meios políticos, sociais, intelectuais e científicos dos países visitados é, a seu ver, o que haveria de mais marcante.

Acredito, porém, que vale destacar, que para além da não intencionalidade declarada do imperador, o fato é que seus atos e contatos no âmbito de suas visitas à Grã-Bretanha também podem ser entendidas como "diplomacia de mandatário" ou "diplomacia de chefe de estado". Era o imperador do Brasil e como tal era retratado pela imprensa e tratado por todos. Os próprios encontros com a rainha Vitória denotam essa percepção que havia de sua importância.

2.5. Observações Finais

Se no caso brasileiro a diplomacia assegurou o reconhecimento de sua legitimidade dinástica, no início do século XIX, e nacional, no final deste, não assegurou reconhecimento como membro da sociedade internacional europeia quando da Convenção de Haia em 1907. Sua integridade territorial foi no geral respeitada, tendo os direitos extraterritoriais europeus sobrevivido somente por alguns anos e tratados fronteiriços definitivos assinados na virada do século XIX para o XX. A escravidão, embaraçosa para sua imagem como civilizado e entrave nas relações com a maior potência de então, sobreviveu por quanto se julgou relevante em sua política interna. Diplomacia e direito internacional se mostraram instrumentos fundamentais para um estado fraco militarmente, que com o uso hábil destes manteve sua vastidão territorial herdada do passado português unida e praticamente incólume.

No caso otomano, a questão da legitimidade do governo não era contenciosa, a não ser em termos do tratamento dado aos cristãos e quando do fornecimento de apoio militar europeu e da assinatura de tratados aos poucos se exigia tratamento mais igualitário a estes em relação aos demais súditos muçulmanos. Em face do crescente expansionismo russo, a diplomacia era entendida pelos otomanos como essencial para uma melhor relação com a Europa visando atuar segundo suas regras para obter apoio em relação à manutenção de sua integridade territorial – mesmo em termos de conflitos internos como foi o caso egípcio –, como meio de viabilizar contato com instituições e tecnologias que aplicadas no Império Otomano o revigorariam. Diplomacia e direito internacional de fato asseguram uma sobrevida, mas o Império Otomano, diferente do Brasil, não conseguiu se ver livre

das questões militares e se desmembrou, deixando de existir como tal ao fim da Primeira Guerra Mundial.

Vale notar que mais do que pensar em imposições europeias que os forçava a relações subalternas em relação à Grã-Bretanha, por exemplo, vale talvez ressaltar que ambas as entidades tinham uma agenda própria e viam no Império Britânico um importante instrumento seja para contrabalancear Portugal ou Rússia ou para ajudar na instalação ou na reforma de suas respectivas entidades. A partir da década de 1880 essa percepção mudou em ambas as entidades. As duas passaram a buscar alternativas, seja na forma de alianças na sua própria região, como o caso brasileiro com os Estados Unidos, ou associando-se a um estado revisionista como a Alemanha para o Império Otomano. Pan-americanismo e Pan-islamismo também podem ser lidos nesta chave, embora o último tenha também um importante caráter interno de tentativa do sultão de reafirmar sua autoridade e centralidade ao império como um todo.

Brasil e Império Otomano estabeleciam sua diplomacia e instituições correlatas nas mesmas décadas de 1820 e 1830, sendo o primeiro ascendente, mas herdeiro de uma tradição portuguesa e o segundo fragilizado, e por isso mesmo, buscando o uso de instrumento que por tanto tempo recusara por se sentir superior. Ironicamente, o novato era mais experiente do que o mais longevo e vasto. As embaixadas e legações tiveram ainda importante papel de ligação de suas entidades com o mundo. No caso brasileiro, servindo como postos avançados de contato com outras regiões, inclusive do próprio continente americano, e no caso otomano como fonte constante de inspiração e modelo para inúmeras reformas que se planejava internamente.

Por fim, foi comum a percepção da utilidade dos usos não verbais da diplomacia na forma de viagens dos governantes e participação nas exposições universais então em voga.

CAPÍTULO 3
CONSTANTINOPLA, RIO DE JANEIRO E "OS OLHOS ESTRANGEIROS"

Na metade do século XIX, as capitais do Império do Brasil e do Império Otomano passaram por significativas transformações urbanas e arquitetônicas. No processo, se transformaram em verdadeiras vitrines dos impérios que sediavam, mediando a compreensão estrangeira a respeito da posição de cada uma dessas entidades soberanas na sociedade internacional. Este capítulo lida com a conexão entre cidades capitais e o processo de negociação de acesso desses dois impérios periféricos à sociedade internacional de núcleo europeu. Para isso, revela a medida em que as elites locais também procuraram utilizar a arquitetura e o urbanismo como instrumento para convencer as potências europeias de seu respectivo pertencimento ao mundo da civilização.

O capítulo avança por partes. Primeiro, sintetiza o conhecimento a respeito do papel que as capitais têm na história internacional. Em seguida, apresenta brevemente a trajetória de Constantinopla e Rio de Janeiro como tais. A terceira parte utiliza as "viagens pitorescas" de Antoine Ignace Melling e Jean-

-Baptiste Debret na primeira metade do século XIX como exemplos de esforços de artistas europeus apresentarem estas capitais periféricas ao Ocidente. Finalmente, o trabalho lida com os usos dados pelo sultão Abdul Hamid II (r. 1876-1909) e por D. Pedro II (r. 1840-1889) a suas respectivas coleções fotográficas na segunda metade do século como formas de "propaganda" de seu progresso.

3.1. Sobre capitais, centralização do poder e diplomacia

A capital de uma entidade política seja ela um estado-nação, um império ou mesmo uma colônia é, a princípio, a cidade principal, onde se encontra a sede do poder público. Trata-se de centro e símbolo do poder. Representa unidade e síntese do estado. Assim, pode funcionar como "vitrine", apresentando para o resto da entidade e para o mundo a feição que o estado quer ter, expresso em monumentos, prédios públicos, traçados urbanos e afins. Pode, também, funcionar como instrumento político, uma espécie de "escola" que ensina para as demais unidades constitutivas do estado (províncias, estados, etc) como se portar. Alguns países passam a ideia de serem profundamente identificados com suas capitais, sendo praticamente inconcebível imaginar alguma mudança, como Paris para França, Londres para Inglaterra e Viena para Áustria. Outros não são tanto, gerando inclusive enganos como é o caso do Canadá com Ottawa, Austrália com Canberra e Brasil com Brasília.

Por vezes, o *status* de capital é objeto de acirrada contenda política, como é o caso de Jerusalém[59]. Às vezes, o país mantém

59 Interessante notar que John Mearsheimer e Stephen Walt em seu polêmico "The Israel Lobby and the US Foreign Policy" referem-se sistematicamente a Jerusalém como capital de Israel, no sentido de ser naquela cidade que de fato se decide a política do país. Já Trita Parsi em "Treacherous Aliance" usa Tel Aviv, a capital reconhecida pela comunidade internacional e onde de fato se localizam as embaixadas. A BBC em 2007 teve que publicar desculpas formais por ter identificado Jerusalém como capital do país, no lugar de Tel-Aviv em matéria sobre esportes.

uma capital política e administrativa e outra econômica, como acontece com a Costa do Marfim, que tem em Yamoussokro a primeira e em Abidjan a segunda. Outras vezes, a antiga capital ainda se mantém centro da vida política e econômica impedindo que a nova capital ganhe logo o *status* desejado, como foi o caso do Paquistão com Karachi (sua capital de 1947 a 1959) e ainda seu maior centro comercial e industrial, além de principal porto. Amsterdam é constitucionalmente a capital holandesa, embora a sede do governo e do parlamento fique em Haia. É este também o caso, na Nigéria, de Lagos, que, apesar de ex-capital, se mantém tão importante quanto Abuja, que a substituiu em 1991. Há ainda casos mais curiosos como o da África do Sul, que possui três capitais: Pretória, Cidade do Cabo e Bloemfontein. A primeira é a capital administrativa, a segunda legislativa e a última judiciária. Nenhuma das três, contudo, é a maior cidade do país, posição que cabe a Johanesburgo.

Washington DC, que hoje é imediatamente entendida como a capital norte-americana, demorou a ter seu *status* entre os diplomatas. Projetada em pormenores e declarada capital em 1800, em substituição à Filadélfia, sofreu resistências. Na segunda metade do século XIX, não era raro encontrar o corpo diplomático em Nova York, se deslocando para a capital somente nas ocasiões de representação oficial ou de acentuado interesse político, como a disputa a que deu lugar à eleição presidencial de 1876 (Nabuco, 2005: 85).

Apesar da demora em de fato ser aceita normalmente como capital do país, a construção de Washington foi fundamental para que a união fosse mantida entre o Norte abolicionista e o Sul escravista, criando "um símbolo massivo que incorporaria o espírito da nação que mal existia ainda, e o qual muitos dos Pais Fundadores temiam não sobrevivesse por muito tempo"

(Bordewich, 2008: 8). No contexto dos primeiros anos após a independência norte-americana, construir uma capital era importante tanto para assegurar uma tênue unidade interna como para ser vista pelo mundo, e em especial pelas potencias europeias, como uma amostra da força da nova nação.

> *Fracasso, consequentemente, iria revelar uma fraqueza fatal, encorajando os inimigos que, como os americanos os viam, rodeavam a frágil república como lobos famintos. A Grã-Bretanha hostil dominava os mares, ocupava o Canadá e se recusava a abandonar fortes estratégicos no território noroeste. Nova Orleans e trans-Mississipi estavam tomados pela Espanha hostil. Por todo lugar ao longo da fronteira apalache, os colonos iam além da autoridade federal do governo, provocando nações indígenas a conflitos que não queriam e que a república ainda mal financiada e subdefendida não podia bancar. Longe dali, no Mediterrâneo, corsários africanos pilhavam navios norte-americanos de forma impune. Intelectuais europeus zombavam da república como uma mistura semicozida de "radicais e café, escravidão e ervilha verde, besouros e estatísticas" (Bordewich, 2008: 6-7).*

Os motivos que levam um estado a declarar uma cidade sua capital são, portanto, os mais variados. História, geografia, economia, projeção de poder e lutas por hegemonia são os principais. São Petersburgo, fundada pelo tzar Pedro, o Grande, e tornada capital em 1713, juntou várias razões, servindo "ao mesmo tempo como símbolo e catalisador de suas ambições para a Rússia – um monumento a suas vitórias sobre os suecos, um porto para um tzar naval, e uma metrópole ocidental para a Rússia modernizada" (Montefiore, 2016: 144). Pode acontecer, porém, que motivos

prosaicos sejam as razões para a declaração de uma nova capital, como ser a terra natal do dirigente, como é o caso da Yamoussokro, citada acima, local de nascimento de Felix Houphouet-Boigny, presidente da Costa do Marfim em 1983, ano da transferência.

A construção do poder central, essência do estado na sociedade internacional de estados soberanos, pressupõe a institucionalização de uma cidade-capital eficiente. Uma vez que esta é escolhida, tem lugar um processo de invenção de uma tradição, mormente política[60]. A capital pode ser inscrita no mesmo rol de instrumentos como a criação de bandeiras, hinos nacionais, uniformes militares, feriados, cerimônias, heróis e símbolos oficiais públicos (Çelik, 1986: xvii). Juntamente com periódicos, romances, censos, mapas, museus e mesmo a disciplina histórica, as capitais ajudam a forjar o sentimento de uma comunidade política imaginada (Anderson, 2008: 226, 265).

As capitais funcionam de certa forma como declarações físicas de sua opção política. O poder do estado e a influência do chefe de estado são lembrados por meio de edifícios imponentes, monumentos ou espetaculares vias públicas. Ironicamente, no século XIX, Londres, a capital da potência com "inconteste papel de vigilante do mundo", era talvez a única exceção entre as grandes capitais. Viena, São Petersburgo, Roma e, principalmente Paris, ostentavam "sua grandiosidade". Viena passara por profunda reconstrução em meados do século; São Petersburgo, "por si só um monumento criado para anunciar a chegada da Rússia ao mundo" (Figes, 2010: 87), ostentava uma constelação de cinco praças; Roma ressaltava suas ruínas veneráveis; e Paris, os experimentos

60 Nos moldes como Eric Hobsbawm (1997: 9, 272) define como tal: um conjunto de práticas, "normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado".

de Haussman. Mesmo Washington, no Novo Mundo, contara com os serviços de planejamento de um francês renomado, L'Enfant (Cannadine, 1997: 123). A capital atuava como palco do "teatro de poder" e sua composição urbana tinha importante função política, além de social. Isso se fez bastante evidente na segunda metade do século XIX.

***

É comum se encontrar na bibliografia citações de Paris como capital do mundo no século XIX. Era por excelência uma "metrópole moderna da civilização", o exemplo de cidade que resolvia seus problemas quanto a conflitos sociais, saneamento e mobilidade, propagando uma ideia de civilização para a própria Europa e para o mundo. Se Londres era o centro financeiro, e a referência política em especial para "impérios periféricos" como o Império Otomano e o Império do Brasil era, sobretudo, para Paris que se olharia em busca de inspiração e indicações de como proceder a fim de comprovar sua filiação a uma matriz europeia de planejamento urbano e organização social.

Cada qual era herdeira de uma dinâmica própria, seja de um forte e importante passado turco-islâmico, no caso otomano, ou do Império Ultramarino Português, no caso brasileiro. Eram cidades vistas como não ocidentais com dinâmicas próprias que, expostas a certas imposições culturais e físicas vindas da Europa, responderam de forma análoga. Constantinopla carregava uma complexa herança e o *status* não colonial (Çelik, 1986: xvi), o que gerava bastante resistência a um projeto de "ocidentalização". Foi no século XIX que as políticas urbanas baseadas na lei islâmica foram substituídas por administração urbana, instituições e organizações inspiradas em precedentes europeus, que mudava o paradigma de vida, gerando várias resistências.

O Rio de Janeiro, por sua vez, herdara do sistema colonial do qual fizera parte uma rede de conexões no Atlântico Sul do qual resistia em se desfazer a fim de atender demandas europeias. Foi na metade final do século XIX que a balança pesou mais no sentido de uma adoção de políticas urbanas na capital inspiradas nos modelos europeus.

A fim de atenuarem as imagens de "oriental" ou "tropical", carregadas de uma aura negativa por terem em comum a escravidão exposta em suas ruas e a falta de solução a questões de saneamento[61], por exemplo, optavam por administração urbana, instituições e organizações inspiradas em precedentes europeus. Novos tipos de prédios foram ainda introduzidos desta vez se conformando com os requisitos de um estilo de vida moderno.

No caso do Império Otomano, uma fachada europeia simbolizava de certa forma o rejuvenescimento do Império, na sua busca por sobrevivência pós-fracassos militares na virada do século XIX para o XX (Salgueiro, 2001: 21); já no brasileiro, representava a instituição e consolidação de fato de um império nos trópicos. O intuito final era o mesmo: assegurar sua preeminência interna, assim como sua soberania e reconhecimento na sociedade internacional dos estados soberanos.

No que diz respeito à preeminência interna, é importante ter em mente as lutas segregacionistas e separatistas travadas por províncias como Egito e Grécia, assim como Pernambuco e Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX. Em termos de símbolo de sua soberania, era nestas cidades que se instalavam as embaixadas no caso otomano e as legações no

61 Daniel Kidder e James Fletcher (1857: 89) falam do "cheiro expatriado da Arábia infeliz" ao tratar do mau cheiro e da falta de esgoto no Rio de Janeiro da década de 1850. Ambos nominalmente citam as memórias do reverendo Robert Walsh, que morara tanto no Rio quanto em Constantinopla no início do século.

caso brasileiro[62]. Um era um império em processo de decadência e esfacelamento em novas unidades e o outro um "arquipélago" de províncias em busca de unidade.

Na primeira metade do século XIX, instituições foram herdadas, criadas ou transformadas a fim de permitir que estas entidades fossem reconhecidas na sociedade internacional e minimamente participassem desta, mas ainda secundárias em uma estrutura com muitas conexões outras além da Europa. O "ocidentalismo", assim denominado por Gilberto Freyre (2011: 38-9) como uma forte conexão com a Europa e idealização de sua "civilização", se colocou aos poucos em ambas as entidades – nunca completa e definitivamente, é importante frisar. Os navios a vapor – e a ameaça de suas canhoneiras, com precedente conhecido no Extremo Oriente – talvez sejam o item mais importante neste primeiro momento, ajudando a desfazer uma série de conexões globais pré-existentes – a serem melhor expostos mais adiante –, centralizando os contatos e o comércio otomano e brasileiro com a Europa.

Telégrafos, iluminação a gás, bondes e estradas de ferro foram apresentados e introduzidos em geral por empresas estrangeiras, ajudando a reconfigurar a aparência física destas capitais, tornando-as menos "exóticas" e, portanto, mais "civilizadas" e "modernas", afinadas com um padrão internacional. Estas mesmas tecnologias ajudaram em um contato mais próximo por parte das capitais com as demais províncias, permitindo uma gestão mais centralizada.

No Rio de Janeiro, o primeiro telégrafo foi inaugurado em 1852 e a iluminação a gás em 1854. As primeiras estradas de ferro

62 Em ambos os casos, existiam regiões alternativas para onde as embaixadas e legações se mudavam no verão para fugir do intenso calor. No caso otomano, era para Tarabya, na parte mais setentrional do lado europeu do Bósforo. Já no caso brasileiro, era a cidade serrana de Petrópolis, onde a família imperial também veraneava.

começaram a ser construídas em 1852. Já os bondes puxados a burro passaram a circular em 1865 e, em 1892, chegavam os bondes elétricos. Empresas britânicas e francesas receberam a quase totalidade das concessões, por vezes se associando a empresários nativos, em especial o Barão de Mauá.

Já em Constantinopla, a Guerra da Crimeia (1853-1856) foi o marco fundamental do início significativo de progressos nos tipos de comunicação. O telégrafo foi introduzido pelos britânicos e franceses no contexto da guerra, a fim de poderem se comunicar com suas capitais. Depois desta guerra seu uso ficou por um tempo restrito à Sublime Porta, antes de se tornar um serviço público com um departamento específico no Ministério de Obras Públicas, contando com várias linhas pela Rumélia e Anatólia na década de 1860. Foi também na década de 1850 que se instalaram estradas de ferro, começaram a circular carruagens para uso público e se instalou iluminação pública. Os "trams" foram instalados em 1876, mas só foram eletrificados, porém, em 1911, quando os Jovens Turcos governavam o país de fato (Shaw & Shaw, 1977, vol2: 120, 91, 287).

Capitais que comumente eram comparadas pelo profundo impacto da beleza de suas paisagens quando da chegada dos navios ao Bósforo ou à Baía de Guanabara[63] e pela comum decepção que se tinha ao desembarcar e se deparar com falta de planejamento urbano ou a presença acintosa da escravidão, buscaram caminhos de certa forma similares visando unidade interna e papel internacional.

63 Era comum as baías de Nápoles e de Sidney também serem lembradas nestas comparações feitas por viajantes como Robert Walsh. Este ainda falava da paixão comum de brasileiros e otomanos pelo uso de fogos de artifício em suas festividades públicas.

3.2. Constantinopla e Rio de Janeiro

De acordo com escavações arqueológicas feitas nos anos 1950, a atual Istambul data do terceiro milênio antes de Cristo. Inicialmente foi uma colônia megara restrita à primeira colina do lado europeu do Bósforo e, em 330 d.C., foi proclamada capital do Império Romano por Constantino, que a chamou de "Segunda Roma". Alguns documentos da época fazem referência a ela também como "Nova Roma", mas o nome que acabou se firmando foi o de Constantinopla, cidade de Constantino[64].

Os romanos fizeram dela sua capital, imersos em dificuldades: primeiro, era uma cidade cara; segundo, era excepcionalmente grande; terceiro, foi desenhada para ser o centro político do império e local privilegiado de encontro entre as civilizações gregas e romanas. Todas elas, questões importantes no temário da longa história da capital em questão. Largas somas foram gastas por sucessivos imperadores bizantinos, especialmente Justiniano, e sultões otomanos, e sua escala de atividades superava de longe qualquer outra feita em centros urbanos dentro das respectivas fronteiras imperiais. Constantinopla era o centro político do Estado Bizantino e, a partir de 1453, de forma ostensiva e proposital, tornou-se capital do Império Otomano[65]. Por toda sua

64 Sobre Constantinopla há uma vasta bibliografia produzida, com reforço em 2010 por ter sido aquele ano que Istambul foi escolhida como capital cultural da Europa. Para este capítulo, além do trabalho de Zeynep Çelik, citado acima, as seguintes obras serviram de base: LEWIS, Bernard. *Istanbul and the civilization of Ottoman Empire*. Norman: University of Oklahoma Press, 2004; MANSEL, Philip. *Constantinople: City of the World's Desire, 1453-1924*. London: John Murray, 2004; FREELY, John. *Istanbul: the imperial city*. London; New York: Viking, 1996; DOĞAN, Kuban. Istanbul, an urban history: Byzantion, Constantinopolis, Istanbul. *Istanbul: Economic and Social History Foundation of Turkey*, 1996. Uma importante exposição sobre esse tema esteve em cartaz no Sabancı University Sakıp Sabancı Museum, em Istambul, envolta de grande divulgação na mídia turca em 2010: "Legendary Istanbul. From Byzantion to Istanbul: 800 Years of a Capital". Ver: <http://muze.sabanciuniv.edu>.

65 Em 2012 a megaprodução cinematográfica turca "Fetih 1453" (Conquista de 1453), justamente sobre a tomada otomana de Constantinopla das mãos bizantinas, levou milhões de turcos ao cinema e gerou acalorada polêmica pela forma como tratam os gregos como decadentes, a perseverança turca e mesmo um apelo religioso sobre a cidade, que fora citada pelo profeta Mohammed.

história foi local de confronto e coexistência de diferentes culturas desde então, habitando, portanto, o imaginário ocidental desde muito antes da chegada de europeus ao Novo Mundo. Aliás, foi sua tomada de mãos cristãs que levou os europeus a buscarem caminhos alternativos para as Índias, "descobrindo" assim as Américas.

Vale ressaltar, porém, que Constantinopla foi, na realidade, a terceira capital otomana, sendo precedida por Bursa e Edirna, que assim como a primeira foram também conquistadas dos bizantinos. Bursa foi conquistada em 1326 pelo sultão Orhan (r. 1324--1361), tornou-se capital em 1335 e lá se encontram as tumbas dos primeiros sultões da dinastia de Osman. Vários complexos que englobavam mesquita, escola religiosa e cozinha que fornecia sopa aos necessitados foram lá construídos para abrigar os turcos de diversas regiões da Anatólia que para lá se dirigiam nos primórdios da presença desta etnia na região.

Edirna, antiga Orestia ou Adrianópolia, na Trácia, foi conquistada cerca de 1361 e a segunda capital otomana foi ali instalada em 1365 (Kuran, 1996: 114-131). Foi a partir de Edirna que o sultão Bayezid I (r.1389-1402) comandou a primeira tentativa de cerco a Constantinopla e mesmo quando esta deixou de ser capital não perdeu imediatamente sua importância militar, já que diversas expedições rumo à Europa partiam dali. Incêndios e terremotos no século XVIII, porém, devastaram-na, restando pouco de seu importante passado.

Foi, portanto, de forma gradativa a aproximação dos otomanos a Constantinopla, até sua tomada por Mehmet II (r. 1451--1481) e consequente transformação em centro do poder. Esta tinha importância por ser ligação entre a Europa e a Ásia, combinava boa defesa terrestre e marítima, além de todo o peso

simbólico[66]. Quando da conquista a cidade era pouco mais do que ruínas e dos cerca de cinquenta mil habitantes que antes viviam ali, os que sobreviveram foram levados justamente para Edirna para serem vendidos como escravos (Lewis, 2004: 100). Enviados do sultão seguiram para diversas regiões do império a fim de "convidar" quem quisesse para se instalar na cidade recém-conquistada tomando as casas, jardins e vinícolas ali remanescentes. Esta migração, na realidade em grande parte forçada, de diferentes elementos do Império para Constantinopla ficou conhecida como *sürgün* (Shaw, 1991: 28), "exílio" em português. Passavam então a afluir para a cidade pessoas de todas as províncias, e começaram a ser construídas mesquitas e outras instalações.

Constantinopla convertida em capital turco-islâmica em grande parte aproveitou a estrutura deixada pelos bizantinos. Quase todas as basílicas e igrejas foram imediatamente convertidas em mesquitas e os habitantes não muçulmanos seguidores de religiões monoteístas foram agrupados em *millets* – ou "nações", de acordo com sua religião, cada qual encabeçado por seu próprio líder religioso[67]. A nova cidade otomana se desenvolveu em torno dos complexos de mesquita construídos pelo sultão e grão-vizires,

66 A cidade era chamada pelos ocidentais de Constantinopla, mas na verdade possuíra outras denominações. Tsargrad ou cidade do czar, para os eslavos, Bizâncio para gregos e romanos ou, acima de tudo, Constantinupolis, cidade de Constantino, que fundou a cidade imperial no século IV. Os sultões otomanos mantiveram o termo Constantinopla, mas seria a corruptela das palavras "eis ten polin", "para a cidade" em grego, que levaria a Istambul já chamada desde o Império Otomano e adotada oficialmente já no período da república turca. Philip Mansel (2004) diz que poucas pessoas usavam um só nome de forma consistente para a cidade. Outros nomes, epítetos e abreviações incluíam: Islambol, Stambul, Estambol, Kushta, Cons/ple, Gosdantnubolis, Rumiyya al-kubra, Nova Roma, Nova Jerusalém, a Cidade da Peregrinação, a Cidade dos Santos, a Casa do Califado, o Trono do Sultanato, a Casa do Estado, a Porta da Felicidade, o Olho do Mundo, o Refúgio do Universo, Polis, a Cidade.

67 Assim, o *millet* grego era liderado pelo patriarca ortodoxo, o armênio pelo patriarca gregoriano e o judeu pelo rabino-chefe. A autoridade garantida pelo sultão se estendia não somente para questões religiosas, mas também para questões legais que não casos criminais, já que estes eram sempre julgados por juízes do sultão. "Assim o sistema de *millet*, que foi continuado pelos sucessores do Fatih (Conquistador) até o final do Império Otomano, se tornou instrumento de política governamental – uma que combinava bem com o caráter multiétnico do estado otomano" (Freely, 1986: 183).

estrutura seguida pelos sucessores de Mehmet II. Estes, assim como em Bursa, envolviam escolas teológicas, cozinhas públicas, hospital, *caravançarai* (espécie de hospedaria), escola primária, biblioteca, *hamam* (banho público) e mercado.

Mehmet II foi ainda o responsável pela construção do *Topkapı Sarayı* – palácio imperial até o início do século XIX – e pelo *Kapalı Çarşı*, o Grand Bazaar, assim como pelo estabelecimento do primeiro tratado diplomático com os venezianos em 1454, autorizando-os a comerciar na capital mediante o pagamento de impostos, assim como a manter uma colônia comercial na cidade com um *bailo* – embaixador – apontado pelo doge para dirigir seus negócios e representá-los junto ao sultão. A residência deste foi construída em Pera, no lado oposto do Chifre de Ouro, e os representantes de outras "nações" europeias passaram a também construir suas embaixadas neste bairro, bem como suas residências e igrejas de suas comunidades. Quase todas foram erguidas em um caminho que passou a ser chamado de *Grande Rue de Pera* (Fig. 17), atualmente Istiklal Caddesi, em Beyoğlu (Freely, 1996: 187). Foi o contato com Veneza também que permitiu a estada de Gentile Bellini – seu mais renomado artista – em terras otomanas de 1479 a 1481. Bellini foi o responsável pelo famoso retrato do sultão Mehmet II, hoje pertencente ao acervo da *The National Gallery*, de Londres.

Desde a tomada do Cairo em 1517 o sultão passou a se intitular também califa[68], líder do Islã, passando tal título para seus sucessores. Constantinopla, que já abrigava um importante lugar de peregrinação muçulmana, a tumba de um dos companheiros do profeta Maomé, Eyüp, passava a abrigar relíquias sagradas do Islã – o manto do profeta, pelos da sua barba, a marca do seu pé e

68 Diz-se que o último califa abássida al-Mutawakkil III teria transferido os direitos do califado para Selim I em 1517 (Freely, 1986: 192).

outros objetos sagrados, tais como seu arco – e ser a protetora das cidades sagradas de Meca e Medina. Tornava-se a sede do califado, sendo que os sultões, porém, estavam isentos de um dos pilares do Islã: a ida para Meca, o *hajj*. De acordo com Donald Quataert (2000: 99, 123), desde o início do século XVII os *ulemás* – o corpo de clérigos muçulmanos – haviam emitido um parecer religioso formal (*fatwa*), determinando que estes tinham que permanecer na cidade para administrar a justiça em vez de deixar a capital, em peregrinação. Eram responsáveis, porém, pela segurança dos peregrinos que a faziam e anualmente enviavam presentes.

Do século XV, quando de sua conversão em capital otomana, até o final do século XVIII, Constantinopla acabava por configurar uma "personalidade própria". Apesar da longa presença de cristãos e judeus, de comerciantes europeus e da existência de embaixadas desde o século XV, era uma cidade basicamente turco-islâmica, tanto ligada à Europa como voltada para o Oriente, com importantes relações com a Pérsia Safávida, os estados da Ásia Central, a Índia Mughal e o Norte da África. Durante este período, Constantinopla apresentava um perfil bem mais complexo do que a noção simplista de "ocidentalização", ainda majoritário na historiografia, permite vislumbrar[69].

Como dito antes, a virada do século XVIII para o XIX, em especial os reinados de Selim III (r. 1789-1808) e Mahmud II (r. 1808-1839), foi certamente o período de mudanças na configuração interna e nas relações exteriores do Império Otomano, levando-o a uma gradual aproximação da Europa e consequente incorporação de muitas de suas práticas e regras. Guerras com

69 ERIMTAN, Can. *The Sources of Ahmed Refik's Lâle Devri and the paradigm of the 'Tulip Age': a teleological agenda.* Ver também ERIMTAN, Can. *The perception of Saadabad: the 'Tulip Age' and Ottoman-Safavid Rivalry*. In: SAJDI, Dana (Org.). *Ottoman Tulips, Ottoman Coffee: Leisure and Lifestyle in the Eighteenth Century*. London: I. B. Tauris, 2008. Aparentemente são ainda poucas as pesquisas sobre as relações do Império Otomano com estas regiões. Missões diplomáticas, trocas de presentes e peregrinações faziam parte dos contatos entre estes no século XVIII.

a Rússia, tomada de território (Argélia, 1830), revoltas internas em algumas províncias (Egito, 1831-33), independência de outras (Grécia, 1821-30), entre várias questões, levaram o Império Otomano a uma maior aproximação com as potências europeias. No que diz respeito à sua capital, como reflexo deste movimento, iniciava-se uma consciente quebra com a herança turco-islâmica preponderante até então. Para Zeynep Çelik (1986), a mudança foi tão radical como a transformação de cidade bizantina em otomana no XV. As políticas urbanas baseadas na lei islâmica passavam a ser finalmente substituídas por administração urbana, instituições e organizações inspiradas em precedentes europeus. A cidade cosmopolita por natureza e influenciável igualmente por Ocidente e Oriente passava a tender mais para o primeiro.

Com a assinatura do tratado anglo-otomano de 1839 e consequentes acordos parecidos com outras nações europeias, passava a haver maior presença de naturais daquele continente, na forma de comunidades de comerciantes, vivendo principalmente onde já viviam os cristãos otomanos, ditos levantinos: as regiões de Pera e Gálata. O estreito de Bósforo ganhava nova importância internacional, seja pela necessidade russa de atingir "águas quentes" ou de nações europeias acessarem o Mar Negro.

Data da década de 1840 uma série de alterações na organização administrativa formal das províncias a fim de que a autoridade central se fizesse mais presente. Ocorreu um rápido crescimento na burocracia central e esta, neste período, passava a se fazer presente em todos os cantos do império, se não minando, pelo menos atenuando o poder dos notáveis locais. Constantinopla passava a aumentar o controle e a interferência do estado na vida cotidiana das pessoas, algo que não era característico do estado otomano até então.

Foi na década de 1850 que os sultões finalmente trocaram o Palácio do Topkapı por novas residências que construíam.

Abdul Medjid I foi o responsável pela construção do Palácio de Dolmabahçe (1856) situado nas margens do Bósforo. Çirağan, Beylerbeyi e Yıldız foram ainda construídos com aparências mais europeizadas, estando mais próximos ao Bósforo, mas preservavam conformação interna clássica otomana, com os tradicionais *selamlık* e *harem*, divisões internas entre a parte dos homens e das mulheres.

Neste período, a Sublime Porta, complexo de prédios administrativos precedidos de porta ricamente ornamentada, acabou por se tornar sinônimo do estado que se reconfigurava. Era a burocracia que praticamente sequestrava o poder do palácio (até 1876) e que coordenava as reformas que incluíam itens de um estado moderno como construções de escolas em massa; a configuração de um serviço postal; a construção de estradas de ferro, faróis, museus, navios e torres com relógio; e a instituição de certidões de nascimento e passaportes, bem como a elaboração de um censo.

Estas transformações foram também em grande parte impulsionadas pelas necessidades de comunicações e transporte que a Guerra da Crimeia colocava na região, tendo Constantinopla um papel fundamental nela[70]. Em 1854, criava-se a figura do prefeito (*şehir emini*), que auxiliado por um conselho municipal composto por comerciantes e representantes das guildas da cidade, realizou mudanças inicialmente nas regiões da cidade habitadas por maioria europeia. Dez anos depois, sua autoridade se expandia por toda a cidade, incluindo as ilhas do mar de Mármara, e em 1868 passava a funcionar como uma prefeitura de fato, com quatorze distritos e com participação de representantes da população na sua gestão. Questões de pavimentação de ruas e calçadas, abastecimento de

70 O principal hospital para cuidar de feridos britânicos no campo de batalha na Crimeia, foi estabelecido em Üsküdar (conhecida à época como Scutari), no lado asiático do Bósforo. Florence Nightingale ali atuou e essa experiência foi fundamental para as melhorias futuras em questões sanitárias e hospitalares, entre outras questões (Figes, 2010: 302, 471).

água, iluminação e limpeza pública, bem como regulamentação de construções e manutenção e limpeza destas, ficavam a seu encargo. Durante a fase final do Império Otomano, no sultanato de Abdul Hamid II (r. 1876-1908) e no período dos Jovens Turcos (1908--1919), essa estrutura pouco se alterou (Shaw & Shaw, 1977: 91-5; Mazower, 2007: 249).

***

O Rio de Janeiro substituiu Salvador em 1763 como capital da América portuguesa. Sua maior proximidade com as regiões conflituosas com os espanhóis ao sul, assim como o fato de ser o porto que escoava o ouro da região mineradora tiveram enorme peso para a decisão da metrópole portuguesa pela mudança. Como ressalta Maria Fernanda Bicalho (2003: 85), porém, o cálculo era mais amplo:

> *A centralidade daquela cidade-porto não se impôs apenas por sua posição na colônia americana, mas em todo o Império português, e ainda no quadro da geopolítica ultramarina e colonial das demais potências europeias. O (...) Rio de Janeiro tornara-se capital num momento delicado para Portugal e seus domínios no quadro das relações internacionais; dentro do qual, acirrada a disputa ultramarina entre os demais Estados europeus, colocava-se o problema da preservação dos territórios coloniais, ou a "defesa do patrimônio" luso no ultramar.*

Desconfiava-se então de um projeto britânico de invasão do Brasil – e especificamente de sua capital – não só alimentado por relatos de contrabandistas ou por suspeitas de possível conluio dos jesuítas com estes, mas também por conta da publicação da obra *Voyage round the World in HMS Delphin*, de John Byron, que detalhavam o porto e as fortificações da cidade e reforçavam

fragilidades e ineficiência das defesas. A cidade já havia sido sequestrada pelo corsário francês Duguey-Trouein em 1711, o que configurava um importante precedente para os temores portugueses.

Por mais que se esforçassem, era cada vez mais difícil para os portugueses manterem a cidade, e a colônia como um todo, vedada aos estrangeiros. Começava então um período de grandes viagens científicas ao redor do mundo empreendidas por franceses e britânicos, e de boa parte delas publicou-se obras que acabaram por dar grande publicidade na Europa de regiões pouco conhecidas. Dados geográficos e marítimos detalhados da cidade assim como sua descrição minuciosa eram então divulgados (Pratt, 1999).

Desde a conversão da cidade do Rio de Janeiro em capital, esse espaço certamente sofreu transformações importantes, "palco de trabalhos contínuos de fortificação e de obras urbanas" (Alencastro, 1987: 30), sendo estas potencializadas após a chegada da Família Real em 1808. Um séquito de cerca de doze mil súditos lusos e mais toda uma gama de comerciantes, fornecedores de serviços, exilados das guerras napoleônicas das mais diversas nacionalidades para cá também afluíram a partir de então. Luiz Felipe de Alencastro (1999: 13) ressalta ainda o grande número de administradores e colonos de outras partes do Império Ultramarino Português, em especial Angola e Moçambique, além de monarquistas latino-americanos derrotados nas guerras de independência da região que também se dirigiram para a corte fluminense. Um caos momentâneo ocorreu quando o Rio de Janeiro de repente teve que acomodar tanta gente, mas a cidade também se beneficiou da riqueza trazida e da nova movimentação comercial iniciada. A capital foi sendo aos poucos remodelada e ganhando equipamentos e instituições como o Jardim Botânico, o

Banco do Brasil, a Impressão Régia, a Real Academia dos Guardas-Marinha, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica e a Real Academia Militar. O Real Teatro de São João, a Real Biblioteca e a Missão Artística Francesa animaram a vida cultural incipiente para o "padrão civilizado e europeizado".

O que é bastante relevante desta primeira metade do século XIX é o grande cosmopolitismo e dinamismo da cidade, sendo esta bastante conectada à África, aos Mares do Sul, ao Oriente e servindo de importante ligação para os Estados Unidos em fase de reconfiguração de seu espaço territorial. Capital de todo o Império Ultramarino Português, de 1808 a 1822, o Rio de Janeiro teve reforçadas suas ligações com a outra margem do Atlântico, através do tráfico negreiro, e com colônias mais distantes como Goa e Macau[71]. Desde o início do século XIX, passava também a ser "descoberta" pelos viajantes europeus não ibéricos, abundando missões científicas que começavam seus trabalhos na capital, em grande parte afinadas com as legações diplomáticas ali instaladas[72].

No que diz respeito às ligações com a África, o trabalho de Luiz Felipe de Alencastro é certamente a obra de referência sobre a forma complementar como as colônias portuguesas no Atlântico se integravam em um só sistema de exploração colonial. Alberto da Costa e Silva (2003) e Manolo Florentino (1997) reforçam essa complementaridade dizendo que muito do que se passava na África

71 A imperatriz Leopoldina em sua correspondência com a irmã Maria Luisa fala de "poltronas e mesas de madeira amarela e marrom de Macau" ao descrever sua residência em carta de 20 de janeiro de 1818. Em 6 de dezembro do mesmo ano diz ter encomendado caxemira indiana e algumas cacatuas e que esperava enviar para a irmã na Europa dali a quatro meses. Em 10 de maio de 1819 exortava: "Escreve-me o que desejas da Índia e da China, porque um de meus camareiros viajará para lá e assim posso te providenciar tudo o que for possível daqueles países" (Bojadsen, 2006: 325,348, 353).

72 "Especialmente depois de 1815, com o fim das guerras napoleônicas, quando navegar para o exterior tornou-se mais seguro, viajantes franceses, alemães, russos e ingleses, entre outros, podiam ser encontrados nos arredores da cidade e no topo das montanhas coletando plantas, insetos e aves, observando e registrando todos os aspectos da natureza. Aos poucos, a fauna, a flora e as paisagens brasileiras integraram-se ao repertório imagístico dos trópicos na Europa" (Martins, 2001: 103).

Atlântica repercutia no Brasil e vice-versa. Ventos e correntes criavam uma espécie de "autoestrada" no Atlântico Sul em alta atividade na primeira metade do século XIX.

Na época da navegação à vela, a escala no Rio era praticamente obrigatória e embarcações de bandeira francesa e britânica paravam na cidade em busca de víveres, reequipamento e reparos. O Rio de Janeiro fazia parte também da rota dos Mares do Sul, integrando uma "rede de portos de escala" e, não à toa, abundam desenhos, esboços e diários de viagens feitos por marinheiros, naturalistas e servidores públicos, entre outros, em acervos australianos e mesmo da África do Sul (Menezes, 2007).

No caso britânico a cidade se mostrava muito importante pelo que oferecia de material e de estratégia:

> *Era um porto ideal para os necessários reequipamentos e reparos, uma vez que as embarcações eram supridas com água potável vinda diretamente das montanhas que emolduravam a cidade, com madeira de suas matas, além de uma variedade de outras provisões como charque, açúcar, cachaça, tabaco e lenha. (...) O pronto acesso ao Rio de Janeiro e a seus serviços contribuiu para a proteção das rotas comerciais em direção a Calcutá, a Bombaim e ao Cantão. A colonização da Austrália, em seus primórdios, também beneficiou-se das facilidades do porto carioca (Martins, 2001: 69-70).*

Leandro Joaquim (1738-1798) justamente retratou a passagem da *First Fleet* pela Baía de Guanabara em seu caminho para Botany Bay[73], na Austrália, carregando seus setecentos e trinta e seis prisioneiros. Segundo Júlio Bandeira (2007:172), este

73 O óleo sobre tela "Visita da esquadra inglesa" pertence ao acervo do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.

foi o primeiro momento em quase trezentos anos de existência em que um artista "brasileiro" representou o estrangeiro.

O Canal do Panamá só foi finalmente aberto em 1914 e até meados do século XIX a rota do Cabo Horn era a preferida pelos norte-americanos para acessar sua costa oeste. Quando da corrida do ouro no final da década de 1840, em especial, centenas de navios que faziam o trajeto do Nordeste dos Estados Unidos para a Califórnia, faziam, portanto, escala obrigatória no Rio de Janeiro. Milhares de cidadãos norte-americanos passaram regularmente pelo Rio e, como mostra Gerald Horne, o contato com a cidade, e em particular com a instituição da escravidão nela presente, teve importante papel no acirramento dos ânimos entre abolicionistas e escravistas daquele país:

> *Para muitos, que nunca tinham visto de perto essa instituição peculiar [a escravidão], o Brasil despertou sentimentos abolicionistas, contribuindo para aumentar a tensão nacional. Em outros, reforçou a ideia da normalidade da escravidão, calcificando preconceitos existentes (Horne, 2010: 126).*

A seu ver, a viagem para a Califórnia, passando pelo Rio de Janeiro, consolidou diferenças regionais nos Estados Unidos, facilitando mais ainda o advento da Guerra Civil, anos depois. Horne (2010: 131) localizou também diversas fontes que demonstram uma preocupação de cidadãos dos Estados Unidos, em especial quadros da sua Marinha, em avaliar o Brasil, "calculando o que seria preciso para assumir o controle, derrubar o regime, e plantar a "bandeira das estrelas e faixas" – atitude estimulada por seu desprezo pelos habitantes". Marinheiros tomaram notas cuidadosas sobre fortes e disposição dos canhões para defender a cidade.

Com o fim de fato do tráfico negreiro, em 1850, o Rio de Janeiro sofreu profunda transformação. A ligação com a África foi interrompida de forma abrupta e efetiva. As conexões com os Mares do Sul e com o Oriente minguaram. A ligação dos Estados Unidos entre suas duas costas passava a ser feita em grande parte por ferrovias. Foi quando a cidade começou a se tornar de fato nacional, servindo de "escola" – no sentido de criar uma identidade interna – e "vitrine" – servindo de exemplo interno, mas também de foco da atenção internacional – da condição de nacionalidade que se esboçava.

> *Entre a diversidade regional esboçada nas diferentes partes da Colônia desde o Seiscentos e a influência estrangeira continuamente manifestada após a abertura dos portos em 1808, o Rio de Janeiro funciona como uma grande eclusa, recanalizando os fluxos externos e acomodando os regionalismos num quadro mais amplo, pela primeira vez verdadeiramente nacional (Alencastro, 1999: 24).*

Os recursos até então empenhados no tráfico negreiro e retidos na Europa e nos Estados Unidos passavam a ser usados na própria cidade, que sofreu nova leva de melhoramentos urbanos. A importação de produtos dobrou de 1850 para 1851, se iniciando também uma fase de um comércio "ostentatório", com a importação de cavalos, pianos, papéis de parede e outros produtos que davam um ar mais "ocidental" à cidade. Se inicialmente era ainda basicamente africana, com cerca de cento e dez mil escravizados, com o advento da imigração portuguesa em 1856, mudou gradativamente sua aparência e também sua fala, em muito influenciada pelo sotaque lusitano.

Foi, portanto, após 1850 que o Rio de Janeiro se "territorializou". Não era exatamente periférico até então, mas basicamente

dependente ou tributário. Após 1850, passava a ser periférico de fato, profundamente ligado à Europa, com alguns poucos interesses próprios na região do Prata. O Rio de Janeiro passava a ser capital política, econômica e cultural do país, estabelecendo um padrão de comportamento que moldaria o país "pelo século XIX afora e o século XX adentro". Iniciava de fato a criação de uma tradição nacional que passava pelo papel da capital, mas também de um "prolongamento da Europa". Essa última justamente uma tradição inventada neste período.

***

Do que foi dito aqui se apreende a década de 1850 como um período importante de mudanças tanto em Constantinopla como no Rio de Janeiro. Por um lado, estas capitais espelhavam mudanças claras relativas a um maior ativismo europeu para além de seus limites. Foi o caso da Guerra da Crimeia, que opondo integrantes do Concerto Europeu, incluiu um membro não europeu na aliança e viabilizou no âmbito do conflito uma série de alterações técnicas, como a introdução do telégrafo no Império Otomano, e com ele fornecendo meio importante na gestão mais firme de suas províncias distantes, mas também com suas representações diplomáticas na Europa. Por outro, os governos otomano e brasileiro passavam aos poucos a emular práticas e padrões europeus de urbanismo enfraquecendo e superando suas outrora importantes ligações e influências, muitas vezes até mais condizentes com sua realidade. Gilberto Freyre (2011: 44-5) cita diversos exemplos de hábitos trazidos ao Brasil pela herança moura de Portugal, pelos escravos muçulmanos (malês) ou por suas conexões imperiais com o Oriente, como as ruas estreitas, os guarda-sóis, as varandas e as cortinas que ajudavam a vencer o trópico "ensombrando-o". Grassou um "ocidentalismo" em ambas

as entidades, por um lado impactadas pela maior presença e demanda da Europa, e por outro como uma opção de nova ligação a ser voluntariamente enfatizada.

Rio de Janeiro e Constantinopla funcionavam como palco de importantes mudanças que acompanhadas de perto pelos diplomatas ali residentes ou propositadamente divulgadas no estrangeiro ajudavam como mais um instrumento na busca por inserção internacional do Brasil e do Império Otomano.

3.3. Melling e Debret

Constantinopla e Rio de Janeiro, cada qual por sua razão, eram cidades em grande medida vedadas ao olhar europeu por séculos. A primeira figurava em relatos ocidentais desde o século XV, mas raras eram ainda as obras que tratavam de iconografia a seu respeito. Já o Rio de Janeiro e a América portuguesa de uma maneira geral eram ostensivamente fechados ao olhar europeu por parte da metrópole portuguesa[74]. As principais "janelas" que permitiram uma ideia da porção portuguesa da América foram abertas por franceses no século XVI, através das obras de Andre de Thevet e Jean de Lery, e holandeses no século XVII, com Albert Eckhout e Franz Post.

No caso otomano, algumas obras que permitiam um olhar sobre a cidade circularam desde o século XVI, sendo algumas com mais destaque, como é o caso daquela elaborada entre 1707 e 1708 pelo artista flamengo Jean-Baptiste Vanmour a pedido do embaixador francês Charles de Ferriol, o barão de Argental. As estampas de Vanmour buscavam representar as diferentes nações

74 Andrew Grant, em seu *History of Brazil*, ressaltava que, com exceção de China e Japão, em nenhuma parte do mundo se criava tantos obstáculos à entrada de navios estrangeiros como o Brasil (*apud* Freyre, 2011: 55).

que viviam no Levante naquele período, foram gravadas pelo engenheiro Le Hay e publicadas em Paris em 1714[75].

A Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, possui dois exemplares desta obra rara, um deles trazido com a Família Real quando de sua transmigração para o Brasil. Destas pranchas se tem uma boa ideia de como se organizava a sociedade otomana, com imagens dos diferentes ofícios bem como de grupos étnicos e religiosos com suas respectivas vestimentas. Estão lá o sultão (Fig. 11), o chefe eunuco, o mensageiro da corte, a mulher judia levando mercadorias para os haréns, o patriarca ecumênico, além de albaneses, judeus (Fig. 12), búlgaros, gregos, persas e árabes, e mesmo um homem turco se mutilando para provar seu amor, entre outros (Figs. 9 e 10). Era então tão grande o apetite por conhecimento do Império Otomano que a obra foi rapidamente reimpressa na França e traduzida para o alemão, o italiano, o inglês e o espanhol, tornando-se principal fonte de "turquerie" para artistas como Francesco Guardi e Amédée Van Loo. Vanmour ganhou ainda o título de "Pintor do Rei no Levante" (Mansel, 2004: 217).

Já o Rio de Janeiro contou aqui e ali com imagens furtivas feitas de seus fortes e sua costa, mas as primeiras imagens da cidade em si são do final do século XVIII, elaboradas pelo mesmo Leandro Joaquim que retratou a primeira frota britânica em seu caminho para a Austrália. Mesmo antes da abertura dos portos, porém, já constam fontes europeias, em especial britânicas, com detalhes da cidade, mas eram poucas e sem grande divulgação. William Alexander, que acompanhou a missão diplomática britânica de Lord Macartney à China, em 1792, foi um dos que fez imagens da cidade (Martins, 2001: 63).

75 *Recueil de cent estampes representant differentes nations Du Levant, tirées sur lês tableaux peints d´aprés nature en 1707 et 1708 par les orders de N. de Ferriol ambassadeur du roi a la porte et gravées en 1712 et 1713 par les soins Mr. Le Hay*. Ce recueil se vend a Paris... avec privilege du roi, 1714.

Na virada do século XVIII para o XIX, dois artistas europeus se dedicaram a não só retratar as capitais em questão, como a participar da elaboração de rituais e símbolos ligados a um novo *status* que ambas as capitais gradualmente ganhavam. Com olhar observante, e conhecimento artístico, desenharam panoramas, retrataram usos e costumes, deixando importante registro e fonte infindável de pesquisas nos dias atuais: Antoine-Ignace Melling (1763–1831) no caso otomano, e Jean-Baptiste Debret (1768--1848) no caso brasileiro. Ambos converteram as imagens das capitais em questão em "viagens pitorescas" publicadas na Europa no início do século XIX e principais responsáveis pela divulgação de seus contornos e afins. Ainda hoje, estas são consideradas imagens significativas das entidades em questão, servindo exaustivamente de ilustração para itens de decoração, capas de livros e matérias em revistas especializadas, contando o último inclusive com um catálogo *raisonné* publicado anos atrás (Bandeira & Lago, 2007), além de diversas edições *fac-similares*. Representam de certa forma um olhar curioso europeu, mas ao mesmo tempo trazem um "que" de autenticidade local por conta do tempo que cada qual viveu em cada cidade, o que permitiu uma melhor compreensão e familiaridades com suas estruturas e hábitos.

Melling foi o artista e arquiteto europeu que se tornou mais familiar ao palácio otomano desde que Gentile Bellini foi enviado pelos venezianos no século XV. Como diz Orhan Pamuk (2007: 73, 84), Melling era de certa forma um "europeu autêntico", já que era nascido no ducado de Baden, portanto "alemão", descendente de franceses e italianos. O início de sua estada em Constantinopla em 1784 foi também bastante "europeia", mas sem lealdade específica a nenhum país, tendo servido à embaixada russa, mas executado também desenhos para os embaixadores da Grã-Bretanha e da Holanda. Talvez possa ser incluído no rol dos dragomanos levantinos que viviam em Constantinopla nesse tempo que

"olhavam um país mais como uma carreira do que uma causa" (Mansel, 2004: 217). Era próximo também do Barão Hubsch Von Grossthal, ministro da Saxônia, banqueiro da embaixada russa e amigo pessoal de alguns ministros otomanos. Hubsch foi o responsável por apresentar Melling a seus novos patrões, desta vez nada europeus: a família do sultão otomano. Ao perceber que Hatidje Sultan, irmã e confidente do sultão Selim III (r. 1789--1808), havia ficado impressionada com o jardim de sua residência em Büyükdere – no norte da margem europeia do Bósforo – e interessada em ter um parecido para si, Hubsch indicou Melling para realizar o trabalho. Por cerca de cinco anos, Melling cuidou dos projetos de jardins e palácios da princesa, desenhou vestidos, objetos e móveis e também quiosques para o sultão e para a mãe deste (Pamuk, 2007, 229-231).

A invasão francesa ao Egito, a falta de pagamentos e algumas querelas pessoais forçaram Melling a deixar os serviços da princesa em 1798. Viveu em Constantinopla, porém, até 1802, onde também se casou com uma "levantina" – uma moça da comunidade cristã local – e nasceu sua filha. Voltou por fim para a Europa, optando por viver na França, onde atuou como artista daquela corte e contou com apoio do governo para publicar seu "Voyage pittoresque de Constantinople et des rives du Bosphore"[76].

Originalmente Melling fez desenhos da cidade de Constantinopla e do Bósforo, Büyükdere, Bebek, o porto, o arsenal e o palácio para o sultão e sua irmã. Estes mais tarde serviriam de base para sua famosa obra e ainda hoje as críticas são unânimes em descrevê-los como "obras de arte com observação acurada".

76 *Voyage Pittoresque de Constantinople et des Rives du Bosphore d'apres les dessins de M. Melling, architecte de l'Empereur Selim III, et desinateur de la sultane Hadidge sa soeur*. Publié par MM. Treuttel et Würtz. A Paris Chez Les Editeurs, Rue de Bourbon, n. 17, F. S. G; A Strasbourg, Rue des Serruriers; A Londres, 30 Soho-Square. De L'Imprimerie de P. Didot, l'Aine, Imprimeur du Roi. MDCCCXIX. O exemplar acessado na pesquisa em questão foi uma edição fac-similar de 1969, publicado em Istambul pelo Yapı ve Kredi Bankası, pertencente à *Halil İnalcık Collection*, da Bilkent University.

Pamuk acredita que Melling talvez seja o único artista que tenha conseguido desenvolver o olhar de um residente, um legítimo *istanbullu*.

São quarenta e oito pranchas que, diferente da obra encomendada por Ferriol citada acima, contextualizam os tipos humanos da cidade em suas localidades de ação, embora, como frisa Orhan Pamuk (2007: 77, 80), em suas paisagens "é quase como se não houvesse um centro (...) o ponto de vista dá a impressão de mudar o tempo todo". Além de vistas panorâmicas e dos detalhes arquitetônicos e topográficos da capital, incluiu cenas cotidianas, que segundo o turco Pamuk, "outros artistas do Ocidente, influenciados pelas ideias ocidentais de apresentação, jamais conseguiram dominar" (Figs 13 e 14). Mesmo quando escolhe tratar de um harém, que tanta curiosidade atiçava no público ocidental, o representa "com uma dignidade e uma elegância muito distantes das costumeiras fantasias lúbricas dos ocidentais". Estão lá também detalhes de um "estilo híbrido" de arquitetura, que combinava motivos tradicionais otomanos a outros de origem ocidental, bastante característicos deste período.

A França era "pátria das belas artes", como diz a introdução da obra, e foi ali que Melling viveu seus últimos anos, servindo de diversas maneiras àquela corte. Para escrever o texto que descreveriam as imagens retratadas em sua *Viagem Pitoresca*, foram chamados orientalistas renomados, mormente viajantes que passaram pelo Império Otomano e diplomatas que lá serviram ou proximamente. Se as imagens em questão procuravam se contrapor às descrições dos romances, buscando a "verdade" (Melling, 1969: 19), os textos explicativos que as acompanhavam faziam imenso juízo de valor sobre "a falta de civilização turca", levando em conta a afronta que fazia aos costumes diplomáticos. Junto ao castelo das Sete Torres, do lado europeu da cidade, está escrito:

> *Os turcos são quase que o único povo que não usufruiu da civilização estabelecida nos países submetidos a seus exércitos, nem daquela onde seus mais fiéis aliados trabalharam tão em vão a lhes fazer gozar dos benefícios. Um só fato é suficiente para constatar este triste fenômeno: os turcos possuem uma prisão para os embaixadores.*

É de se crer que Melling visava reconhecimento e recursos com a publicação de sua obra, dezessete anos depois de ter retornado para a Europa. O que publica, porém, é um apanhado de vistas e situações que mais do que julgar, apresenta a capital otomana, situações típicas e seus personagens, sendo estes ao longe contextualizados, mas sem ênfase específica.

Durante o ano que a obra de Melling foi publicada em Paris, Jean-Baptiste Debret encontrava-se no Brasil, fazendo esboços do que seria seu "Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, ou Sejour d'un artiste français au Brésil". Como explica na página de rosto da obra, trata-se especificamente do período de ascensão e queda de D. Pedro I como soberano daquela entidade.

Em prefácio do catálogo *raisonné* de Debret, José Murilo de Carvalho diz que este "inaugura entre nós a história da vida privada em imagens". De fato, as centenas de gravuras, desenhos, óleos e aquarelas produzidas em seus quinze anos passados no Brasil vêm permitindo as mais variadas pesquisas sobre a vida privada no início do Oitocentos. A atuação do artista francês também permite, porém, uma melhor compreensão da transição do Brasil de Reino Unido a Portugal para um estado independente, buscando consolidar sua soberania interna e externamente. Fez parte ativa da elaboração de rituais e símbolos deste, ajudando a conceber a bandeira, uniformes e medalhas.

Debret viveu no Rio de Janeiro, acompanhando a transformação da cidade, sede do Império português, a capital do Império do Brasil. Trabalhou como artista e cenógrafo das Cortes portuguesa e brasileira, participou da implantação e organização de uma academia de artes na cidade, desfrutou do movimentado ambiente social da sede do império e, ao longo de todo esse período, recolheu imagens que, futuramente, iria usar como base para a elaboração de sua obra (Lima, 2007: 29-30). "Viagem pitoresca" pode ser entendida como uma obra que sustentava a tese de que o Brasil trilhava no início do século XIX um caminho que levaria inevitavelmente ao progresso das grandes civilizações europeias. Há um aspecto construído da obra e do argumento elaborado por Debret neste sentido, como também em relatórios que enviou ao Instituto Real de França na década de 1840.

> *Debret, como que tomado de responsabilidade sobre o Brasil, faz questão de afirmar que o país fez grandes progressos rumo à civilização. Tudo o comprovava: a riqueza dos detalhes cenográficos, o refinamento do baile, o comportamento generoso do imperador, etc. A última sentença da descrição das melhorias verificadas na capital e um aviso aqueles que, em terras brasileiras, gostariam de continuar sentindo-se na Europa: "em uma palavra, podemos desde já lhes oferecer todos os elementos da civilização, elevados, se o desejarem, ao mais alto grau de exagero" (Lima, 2007: 118).*

Seu projeto intelectual entendia a chegada da Corte portuguesa no país em 1808 como marco fundamental, sobretudo sua elevação à categoria de Reino Unido em 1815. Este marco, por sua vez, daria origem às mudanças que deveriam ser feitas na nova capital do Império português. Assim se traçava a linha que unia os acontecimentos políticos no Brasil à presença dos franceses na

capital, "atores em cena de um mesmo espetáculo, a partir do ano de 1816". A obra dividida em três volumes começava então tratando dos índios, ou seja, o "estágio da não civilização", mas também lugar de origem de uma população civilizada. A seguir vinham os "usos e costumes dos brasileiros civilizados", bastante conectados com a chegada dos artistas franceses, "uma oportuna coincidência com o avanço da civilização no Brasil". Por fim, a história política e religiosa.

Diferente de Melling, foi Debret mesmo quem litografou suas aquarelas, quem escreveu os textos e organizou todo o material para a publicação (Figs 15 e 16). Ao invés de tomar as imagens elaboradas por Debret "como dados que ilustram uma experiência de viagem, a partir da qual o viajante tem a incumbência de dar a conhecer a realidade visitada ao público leitor, Debret elabora um pensamento a respeito do Brasil e autoriza suas imagens a falar a esse público, a partir de suas reflexões" (Lima, 2007: 35, 102). Foi movido pela intenção de elaborar uma espécie de biografia nacional.

Ambas as obras se inserem no contexto do *boom* de livros do gênero "viagem pitoresca" da primeira metade do século XIX. Melling e Debret têm uma permanência longa nas regiões visitadas e ocasionalmente podem até ter se encontrado em Paris, uma vez que Melling após sua estada em Constantinopla passou a servir àquela corte, na mesma época em que Debret era ainda pintor de história de Napoleão Bonaparte. Inconsciente ou conscientemente procuravam apresentar "novos integrantes entre as nações civilizadas", com suas idiossincrasias e potencialidades. Constantinopla e Rio de Janeiro eram os cenários.

Melling e Debret apresentam um primeiro olhar europeu mais atento às capitais otomana e brasileira com larga divulgação na Europa. As cidades retratadas ainda viviam uma fase híbrida em

que a influência europeia não era única nem determinante. Suas obras, embora projetos eminentemente pessoais, traziam consigo uma proposta de mostrá-las como pitorescas, mas também com elementos civilizados. Serviram como importante prólogo para usos que os governantes brasileiro e otomano fariam consciente e deliberadamente na segunda metade do século.

3.4. Fotografia e "periferia"

"Autorretrato otomano" e "Imagem e autoimagem do Segundo Reinado" estes são os termos usados por Selim Deringil (1999) e Ana Maria Mauad (1997), respectivamente, para intitularem capítulos de obras que tratam da importância da fotografia nos governos de Abdul Hamid II (r. 1876-1908) e D. Pedro II (r. 1840--1889). Ambos os monarcas desenvolveram profunda ligação com a técnica em questão e fizeram largo uso desta também para fins de governo. O intuito neste tópico é tratar desta ligação comum e especificamente dos usos que fizeram de imagens de suas capitais como forma de divulgação e propaganda de seu "progresso".

Se Paris era a capital inspiradora de um ideal civilizador, também vinha daquela cidade o conhecimento técnico da arte fotográfica, logo difundido no Império Otomano e no Brasil. A grande coleção de fotografias, porém, não estava na cidade-luz, mas em Londres, com a rainha Vitória (Dimond & Taylor, 1987: 22)[77]. Iniciada pelo príncipe Albert, esta acabou por se tornar a grande coleção da realeza europeia, chegando a cinquenta mil itens hoje armazenados no Palácio de Windsor. Para o príncipe consorte, a fotografia era arte e também um sistema de registro, já para a rainha era mais registro que arte. Apesar de ser fonte de prazer, era uma ajuda à memória, a fim de compreender quem

77 A coleção real francesa se dispersou, tendo sofrido com incêndios da comuna de Paris e exílio (Aubenas, 2004).

eram os demais governantes europeus, funcionários e afins, cujas *cartes de visite* ajudavam a dar a conhecer. Estão lá registros de importantes eventos políticos do longo período em que reinou, como a assinatura do Tratado de Nanquim (China) de 1842, a Guerra da Crimeia (1853-56) e a conferência de paz de Paris (1856), que justamente contou com representantes otomanos pela primeira vez.

A rainha Vitória logo percebeu a validade de um uso político da fotografia, autorizando venda de retratos seus em 1860, abrindo assim uma nova era na percepção pública da monarquia:

> *O significado do gesto não passou despercebido do público, que imediatamente entendeu a importância de ser capaz de possuir uma fotografia da Família Real, algo que antes lhes era negado. A experiência de possuir uma foto da rainha era distintivamente diferente de possuir uma gravura ou litografia. A fotografia era "real"; não era um retrato idealizado, mas algo real, feito em um estúdio da Rua Mayal, no dia 10 de maio de 1860. Em um sentido a publicação dos retratos era um reconhecimento tácito por parte da rainha de que o público podia invadir sua privacidade através da fotografia. A ampla disseminação dos retratos permitiu inúmeras pessoas "verem" a rainha e sua família pela primeira vez, e então ajudou a trazer a população para perto da monarquia (Dimond & Taylor, 1987: 20).*

Constam ainda na coleção real britânica inúmeras imagens de suas colônias, locais de seu interesse político como o Afeganistão e também de outras capitais do mundo, como Constantinopla visitada pelo Príncipe de Gales em 1862, quando lá ainda reinava Abdul Aziz (r. 1861-1876). O primo e sucessor deste último, Abdul Hamid II (r. 1876-1908) assim como o imperador D. Pedro II

(r. 1840-1889) formaram importantes coleções de fotografias que, entre outros temas, retratavam as sedes de seu poder. Aquela amealhada por Abdul Hamid II chegou a cerca de trinta e três mil itens e hoje se encontra armazenada na biblioteca da *Istanbul University* e possível de ser pesquisada somente em visita ao local. Cerca de duas mil cópias destas, porém, encontram-se disponíveis na *internet* através do portal da biblioteca do Congresso dos Estados Unidos[78]. Como e porque tal material chegou a esta instituição será tratado adiante.

No que diz respeito à coleção de D. Pedro II, esta foi doada à Biblioteca Nacional (BN) brasileira em 1891 e, a seu pedido, recebeu o nome de Coleção Teresa Cristina, em memória de sua esposa então recém-falecida. Segundo informações da própria BN, chegam a vinte e três mil itens, mas apesar de tombada como Patrimônio da Humanidade pela Unesco, ainda hoje não foi totalmente catalogada e muitas delas foram roubadas em 2005[79].

Ávidos colecionadores, artistas amadores e promotores do oficio, cada qual fazia diferente uso privado da coleção, sendo para o sultão sua principal ligação com a realidade de seu império, enquanto que para o monarca brasileiro aparentemente complementava a visão de seu reino, que envolvia viagens por províncias e contato direto com políticos e afins. O sultão desenvolveu profunda neurose após os episódios violentos do início de seu reinado, optando por viver recluso no palácio de *Yıldız*, em Constantinopla. Supõe-se que usou as fotografias em

78 Disponível em: <http://www.loc.gov/pictures/collection/ahii>.

79 Vale ressaltar que a coleção de D. Pedro II conta com cerca de mil fotografias relativas a províncias do Império Otomano, principalmente o Egito. O imperador realizou duas viagens a esta região e estas fotografias são tanto registros de locais que visitou como também material de estudo. Fotos de sítios arqueológicos egípcios por vezes têm anotações manuscritas no verso, espécies de tentativas do imperador de decifrar hieróglifos e em seu diário cita a surpresa ao visitar determinado sítio, pois era em muito diferente do que vira na fotografia (Sochaczewski, 2010).

questão como forma de monitorar seu império e aprender sobre o mundo em geral (Atasoy, 1989: v).

> *Enquanto olhava álbuns de fotografias das principais famílias de Istambul ele poderia escolher entre estas estudantes para entrar na escola militar. No 25º aniversário do seu reinado ele decidiu que prisioneiros no império se beneficiariam de anistia ao olhar suas fotografias de corpo inteiro individualmente ou em grupos de três e identificados por nome, crime e período de sentença (...) Abdul Hamid era capaz de seguir as visitas de chefes de estado em tour pelo império, e cerimônias de inauguração de hospitais e instituições de mesmo porte pelas fotografias que lhes eram presenteadas. Ele também enviou álbuns de fotografias para outros chefes de estado a fim de apresentar o país (Özendes, 1995: 28,30)*[80].

No que diz respeito aos "usos externos" das fotografias, as estratégias de ambos os soberanos tiveram muito em comum. Ambos deram especial atenção ao material enviado para as exposições universais então em voga, cuidando para selecionar imagens de suas capitais que minimizassem o "exótico" e capitalizassem aspectos de suas sociedades que se encaixassem com tendências do *mainstream* mundial (Deringil, 2001: 151), transmitindo a imagem de estados modernos e "civilizados". O sultão foi um pouco além, porém, doando *sets* de álbuns praticamente iguais para importantes instituições como a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e o Museu Britânico em Londres.

Trata-se de cinquenta e um álbuns praticamente idênticos que cobrem o período de 1880 a 1893 e que capturam acima de tudo a modernização de diversos aspectos do império, em especial

80 Não foram encontradas fotografias referentes à visita de D. Pedro II em sua coleção fotográfica na Istanbul University, porém.

sua capital. A doação se deu a ambas as instituições em 1894, somam pouco mais de mil e oitocentas fotografias e os exemplares ingleses foram transferidos depois para a Biblioteca Britânica. Recentemente a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos digitalizou e disponibilizou em seu portal absolutamente todas as fotos em questão[81] (Figs. 15, 16, 17 e 18).

Fotógrafos comerciais otomanos bastante conhecidos como Abdullah Frères, Pascal Sébah e Phébus são os autores da maioria das imagens, embora o fotógrafo militar Ali Riza Paxá e a Unidade Fotográfica da Escola Imperial de Engenharia também tenham dado sua parcela de contribuição.

Os irmãos armênios Vhichen, Kevork e Hovsep Abdullah mantinham estúdio com o nome de Abdullah Frères desde 1858 em Istambul. Em 1863, por conta de um retrato feito do então sultão Abdul Aziz, passaram a contar com o título de fotógrafos oficiais, podendo inclusive usar um monograma imperial. Em 1878, porém, retrataram russos que haviam derrotado o Império Otomano na guerra recente e por isso o sultão Abdul Hamid II os proibiu até 1890 de usar o monograma (Hannavy, 2007: 1). Mantiveram uma filial no Cairo de 1866 a 1895 e em 1900 venderam seu negócio de Istambul a Sébah e Joaillier.

Que cidade se vê a partir deste material? O que pretendia mostrar Abdul Hamid II com ele aos ingleses e norte-americanos presenteados? Aparentemente, um império moderno, que possuía um exército renovado, dono de instalações primorosas e atualizado em relação às técnicas adiantadas de exercícios e afins. Constam

81 Mark Mazower (2007: 230-1) ressalta o uso que Abdul Hamid II também procurou fazer das antiguidades achadas em solo otomano como meio de consolidar as relações internacionais, ignorando muitas vezes o apelo de Osman Hamdi Bey, o próprio diretor do Museu Arqueológico Imperial, fundado em 1880. Boa parte das peças hoje em solo alemão foi dada pelo sultão, diferente do que ocorre em muitos museus britânicos, franceses e mesmo norte-americanos, que obtiveram suas peças de maneira ilegal.

centenas de imagens relativas a este tema. Não mais janízaros exóticos, mas soldados com fardas bastante próximas daquelas usadas na Europa, embora tendo o fez como item importante. Paradas e exercícios militares, armamentos modernos, exercícios de salva-vidas, convés bem equipados de navios de guerra e estudantes da academia militar imperial em atividades como aulas de esgrima. Inúmeros são os registros da fachada do imponente prédio assim como de suas instalações, como dormitórios, refeitórios e sala de instrumentos tanto da academia imperial do Exército, da escola militar de medicina como de diversas escolas militares provinciais. Consta ainda uma série de fotos das armas, armaduras, capacetes e afins pertencentes ao Império Otomano e expostas em um museu, assim como de armamentos tomados de "países inimigos". Os hospitais militares também têm suas instalações, fachadas e corpo de médicos e assistentes retratados. Há ainda registros da fábrica de uniformes militares, de canhões e de torpedos. Enfim, um império com um passado militar respeitado e com um presente de renovação.

Além do exército, as instituições que se criavam e ganhavam prédios imponentes próprios constam entre as fotografias. Estão lá as fachadas da Sublime Porta, dos ministérios da Justiça, Finanças, Polícia, Comércio e Obras Públicas e Justiça, além do Conselho de Estado. O Banco Agrícola é visto de perto e o belo prédio do Banco Otomano é tomado do Bósforo. Consta ainda uma pequena série de fotografias com as fachadas das embaixadas da Grã-Bretanha, Alemanha, França, Itália e Rússia em Tarabya, no Norte do lado europeu da cidade, local para onde estas se mudavam no verão. Um império com instituições bastante similares às europeias e que albergava com decência – se não estilo – as representações estrangeiras.

O ensino também ganhava atenção nesta segunda metade do século XIX, em Constantinopla e nas províncias. Abundam fotografias de fachadas, plantas e instalações de escolas imperiais ou particulares e principalmente de seus alunos (Fig. 19) e também alunas. Por vezes constam ainda estatísticas em *osmanlıca* com dados de algumas das escolas e imagens de alunos das escolas de surdos e de cegos. Escolas de serviço público, de artes e ofícios, de Direito, de Medicina, assim como seminário de professores e a Biblioteca Pública Sultan Beyazit foram alvos das lentes dos fotógrafos.

Abdul Hamid II habitou o palácio de Yıldız e inúmeras são as imagens do exterior e também do interior deste (Fig. 18). Os jardins com o imenso lago, a sala de jantar com luxuosos lustres de cristal, o salão em que recebia visitantes e diversos outros aposentos. É interessante notar que existem alguns registros das cerimônias do *Selamlık*, realizadas às sextas-feiras, embora não se veja o sultão nestas. Depois desta, o sultão recebia o público para audiências. O trajeto seguido por algumas ruas da capital por imensa procissão é retratado, embora a maioria destas diga respeito à movimentação de soldados em frente à Hamidiyye, mesquita que fica na entrada do palácio.

Há ainda uma considerável série de vistas da cidade tanto do lado europeu quanto do lado asiático (Fig. 20). Destacam-se obviamente os minaretes e as mesquitas gigantescas, mas o estreito coalhado de navios a vapor, em seus caminhos de ida ou de volta do mar Negro. As antigas muralhas e os palácios de Topkapı e Dolmabahçe têm seu destaque. Há ainda uma série grande de imagens do interior de Topkapı, com destaque para seus tesouros, o trono e os inúmeros aposentos, já que este por séculos foi a morada oficial dos sultões. Interiores de mesquitas da capital também fazem parte da coleção.

Destas vistas se apreende um pouco aqui e ali cenas do cotidiano, como as atividades dos pescadores e dos barcos que transportavam os mais variados produtos e pessoas pelo Bósforo, Chifre de Ouro e outros canais e rios da cidade. Um lampião a gás, porto, pontes e estações de trem e algumas poucas imagens de ruas. Uma delas mostra a movimentada Pera – atual Beyoğlu – com seus trilhos de bondes, pessoas vestidas à moda ocidental e letreiros em letras latinas (Fig. 17). Uma fotografia capta um dia movimentado na ponte que liga Gálata a Istambul, com seus vendedores ambulantes, famílias, casais, atravessando a ponte nas duas direções. Não há ali dervixes rodopiantes, banhos turcos nem mulheres em harém. O Império Otomano apresentado por um dos últimos de seus sultões buscava mostrar-se diferente da ideia de "doente" que desde meados do século circulava na Europa. Tinha exército, educação, instituições, meios de transportes modernos e pouca religião.

Segundo Deringil, as participações otomanas nas exposições universais envolviam também o esforço de se apresentar o Império Otomano como líder do mundo islâmico, embora um membro moderno da comunidade das nações civilizadas, e também uma vigilância constante a fim de repelir qualquer tentativa de insultar o prestígio da Sublime Porta. O esforço de se apresentar como "moderno" ou mesmo "normal", no caso otomano, esbarrava numa ideia ocidental persistente de um "Oriente imutável". Ao selecionar quais fotografias seriam enviadas para a exposição de Chicago, em 1893, Abdul Hamid II tinha estas contradições em mente e ditava pessoalmente a seu secretário particular:

> *A maior parte das fotografias tiradas [por fotógrafos europeus] para venda na Europa vilaniza ou zomba de Nossos Bem Protegidos Domínios. É imperativo que as fotografias a serem tiradas nesta instância não insultem o povo muçulmano ao mostrá-las em uma luz vulgar ou*

> *menosprezadora' Yıldız ordenou que todas as fotografias tiradas deveriam ser vetadas pelo palácio antes de serem enviadas para Chicago (...) (Deringil, 1999: 156).*

O envolvimento otomano no fenômeno das exposições universais envolvia tanto a forma como as decisões eram alcançadas como o que apresentar e como fazê-lo. Para Deringil (1999: 157), o processo de seleção das facetas que os otomanos queriam apresentar de sua sociedade e civilização "provê uma espécie de código matriz da autoimagem otomana".

No caso brasileiro, aos relatos dos viajantes e da imprensa sobre as transformações por que passava o Brasil logo se somou uma rica iconografia, formada em grande parte por fotografia. Muito já se falou sobre o pioneirismo do imperador D. Pedro II (1840--1889) por seu gosto pela fotografia e recentemente acumulam--se textos sobre sua coleção doada à Biblioteca Nacional em 1891, com declaradas vinte e três mil imagens, embora a verdade seja que esta ainda carece de muito estudo e reflexão. A coleção, apesar de tombada como Patrimônio do Mundo pela UNESCO, não está nem mesmo toda catalogada como se verificou anos atrás quando de um imenso roubo do qual foi vítima[82].

Acredito que avaliar o material ali depositado em especial sobre a Corte, como era chamado o Rio de Janeiro, é importante para se ter uma ideia de como o próprio imperador via sua cidade natal. Diferente de Abdul Hamid II, que doou para importantes instituições fotografias do que queria que fosse visto, acredito que o caminho para entender a estratégia usada pelo imperador brasileiro para tanto é acompanhar o material enviado para as exposições universais. Maria Inez Turazzi (1999) é autora de importante trabalho sobre o tema e é em suas pesquisas que me baseei.

82 Fotografias de Camilo Vedani referentes à Bahia foram devolvidas à BN pela Polícia Federal por terem seu carimbo, mas não constavam no catálogo da mesma.

A coleção ainda não está toda digitalizada, embora seja válido destacar que, por conta de patrocínio fornecido pela Getty Foundation, todos os álbuns que a integravam foram restaurados e digitalizados, estando disponíveis no portal da instituição, no *link* Biblioteca Digital. Parte das fotografias avulsas foi bastante divulgada por conta do projeto expositivo e editorial "De volta à luz", mas não se encontra ainda acessível via *internet*. O francês Revert Henrique Klumb, o carioca filho de franceses Marc Ferrez[83] e o português Joaquim Insley Pacheco são os principais fotógrafos. Os primeiros registraram principalmente a capital e as mudanças estruturais pelas quais passavam. Já Pacheco é o autor da maior parte dos retratos da Família Imperial, embora por vezes constem retratos feitos pelos primeiros e vistas feitas pelo último. Barbosa & Lobo, George Leuzinger e Victor Frond, entre outros, são também responsáveis por alguns importantes trabalhos.

Que Rio de Janeiro se apreende dessas imagens da Coleção Teresa Cristina? É uma cidade que moderniza seu sistema de abastecimento de água, que constrói estradas de ferro para facilitar suas ligações com o interior como a Rio-Minas e seu acesso ao Corcovado, e que realiza exposições nacionais como prévias de suas participações em eventos internacionais do mesmo tipo. É uma cidade movimentada com muitos transeuntes, em especial na Rua do Ouvidor retratada por Ferrez. Por vezes, fábricas como a Aliança em Laranjeiras e a Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado na Gávea ganham a atenção dos fotógrafos, mas a verdade é que os personagens dominantes parecem ser a natureza inebriante tendo sempre o Corcovado, o Pão de Açúcar ou a Pedra da Gávea ao alcance da vista. Ferrez a definia como "luxuriante e risonha" (Figs. 19, 20 e 21).

83 Acredita-se que Ferrez trabalhou com Klumb em seu estabelecimento antes de comprá-lo em 1862. BURGI, Sergio; KOHL. Frank Stephan O fotógrafo e seus contemporâneos: influências e confluências. In: *O Brasil de Marc Ferrez*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2005, p. 59-60.

Klumb e Ferrez retrataram a expansão urbana da cidade que aos poucos avançava sobre o mar e mangues com os "aterrados", cavava túneis e desmontava morros, sendo o segundo autor de importantes vistas panorâmicas que dão ideia do todo. A estação das barcas que fornecia o serviço de ligação a favor entre Rio de Janeiro e Niterói desde 1835 e os serviços de iluminação a gás inaugurados em 1854 fornecidos pelo barão de Mauá foram retratados por Klumb. Por vezes não se consegue esconder as ruas enlameadas, como acontece na foto que retrata o Largo do Paço ou a presença das roupas estendidas por lavadeiras próximas à fábrica de gás, ambas as fotos de Klumb de cerca de 1860. O infame Morro do Castelo é evitado ao máximo, aparecendo por vezes meio que por descuido.

Os paços da Quinta da Boa Vista e do Largo do Paço são retratados, assim como por vezes o Palácio Isabel, inclusive em seu interior. Homenagens públicas à família imperial quando do retorno das suas duas primeiras viagens internacionais foram retratadas por Marc Ferrez. Para a primeira, uma coluna erguida em frente ao Arsenal de Guerra, e para a segunda, uma decoração com fotografia feita na fachada da Casa Granado. A verdade, porém, é que esta não figura em eventos públicos. A exceção é o material divulgado por Bia e Pedro Corrêa do Lago na "Coleção Princesa Isabel".

A coleção Teresa Cristina certamente guarda uma amostragem mais ampla de imagens da capital, por vezes não tão belas, embora valha ressaltar a ausência da escravidão. E o que aparece entre o material enviado para a Exposição Universal de 1867, a quarta exposição universal e segunda na qual o Brasil participa oficialmente? E qual é o grau de envolvimento do imperador com a seleção deste material?

De acordo com Maria Inez Turazzi, estavam lá construções ferroviárias já realizadas e planejadas, trabalhos de exploração de recursos e a natureza ainda intocada no entorno dessas obras. Fotos de novas formas de transporte público, tratamento de esgoto e uso de energia também foram apresentadas. Nesta ocasião, o governo brasileiro distribuiu ao público uma publicação em inglês, francês e alemão, além de português, que buscava informar ao público aspectos do país. O catálogo oficial do evento registra a participação de vários fotógrafos com destaque para o suíço Georges Leuzinger, que foi premiado com um panorama fotográfico do Rio de Janeiro tomado da Ilha das Cobras. Leuzinger foi o primeiro fotógrafo atuante no Brasil a receber tal honraria internacionalmente.

Não há ali escravidão, epidemias ou cortiços, embora olhos atentos achem aqui ou ali indícios destes. O Império brasileiro apresentado pelo Segundo Reinado parece urbano e belo, condizente com uma nação que se pretendia "civilizada".

3.5. Observações finais

Constantinopla e Rio de Janeiro deixaram de ser capitais das entidades que substituíram o Império Otomano e o Império do Brasil no século XX. Hoje Ancara e Brasília servem de sede dos governos das repúblicas turca e brasileira. Com a perda da "capitalidade", ambas tiveram seus momentos de melancolia, a tal "hüzun" retratada pelo escritor turco Orhan Pamuk ao tratar das suas memórias da cidade nas décadas de 1950 e 1960, em seu livro "Istambul: cidade e memória". O Rio por sua vez em 1960 deixou de ser capital política com a transferência desta para Brasília e gradativamente perdeu seu peso econômico, há muito substituído por São Paulo. Viveu também seu "hüzun", tema de estudos de Marly Silva da Motta (2001), embora sem usar este termo.

Quem em 2010 visitava ambas as cidades, porém, já percebia um novo ânimo, talvez em função dos diversos eventos internacionais que passavam a sediar e que injetam nova autoconfiança nas cidades. Istambul em 2010 serviu de capital cultural da Europa e o Rio por sua vez sediou a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

O que se pode apreender, porém, de um contraste entre Constantinopla e Rio de Janeiro na metade do século XIX, é uma mudança bastante similar, em que outras ligações importantes (a Pérsia, no caso otomano e a África, no caso brasileiro) das entidades passaram a ser substituídas por um contato principal com a Europa. As belezas do Bósforo e da Baía de Guanabara continuavam a extasiar a todos, com descrições por vezes até comparativas por parte de viajantes sobre a impressão parecida que causavam (Fletcher & Kidder, 1857: 13), mas normalmente vinham seguidas de críticas à falta de organização nos moldes europeus. A descrição do impacto da chegada em Constantinopla feita pela Viscondessa da Fonseca Costa, parte do séquito que acompanhou a família imperial brasileira em sua visita de 1876, não era muito diferente daquela feita por muitos estrangeiros ao chegar *à* capital do Império do Brasil:

> *Este país é lindo, sobretudo a entrada [do Bósforo], é um espetáculo risonho que se apresenta aos olhos dos estrangeiros, mas logo que se desembarca, e entra-se na cidade tem-se grande decepção, pelo estado das suas ruas, feitio das casas, parece uma cidade abandonada, é um pais abençoado pelo clima e fertilidade e maltratado pela crença desse povo que não muda seus costumes tão diversos dos nossos*[84].

84 DVC-11.10.1876-Cos.c*. Carta dirigida à condessa de Lajes, dando notícias da viagem dos imperadores a Constantinopla e Grécia. Constantinopla, 11/10/1876. MIP.

No decorrer do século, identidades puramente "orientais" ou "tropicais" foram enfraquecidas, amainadas, apagadas em função da busca pela criação de uma identidade "civilizada", em uma busca por adesão a uma sociedade internacional europeia propositadamente divulgada por seus governantes. Um cosmopolitismo inerente a ambas as capitais acabou sendo aos poucos sufocado em função desta prioridade, cosmopolitismo até recentemente justamente buscado como diferencial de uma cidade que literalmente serve de ponte entre dois mundos, como é o caso da atual Istambul.

PARTE III
CONEXÕES

CAPÍTULO 4
RELAÇÕES INCÓGNITAS: O IMPÉRIO OTOMANO, AS AMÉRICAS E O BRASIL (1513-1876)

A "descoberta" das Américas pelos otomanos data de poucos anos depois de Colombo ter aportado no Novo Mundo e em muito se baseou em dados amealhados pelo próprio navegador. O intuito deste capítulo é primordialmente tratar da assinatura de tratado e das relações diplomáticas que se estabeleceram entre Brasil e Império Otomano a partir da metade do século XIX. Julgou-se útil, porém, fazer uma espécie de introdução retrocedendo aos séculos XVI, XVII e XVIII, tratando das visões mútuas já existentes entre o Império Otomano e as Américas em geral. Se em um primeiro momento as Américas faziam parte de um projeto otomano de império universal, no século XIX já eram entendidas de acordo com os novos estados que ali se estabeleciam e as possibilidades políticas e comerciais que poderiam oferecer em complemento ou alternativa à Europa. A parte seguinte do capítulo trata justamente do estabelecimento de relações diplomáticas formais, seguindo o "protocolo" da sociedade internacional, com a assinatura de tratados e envio de diplomatas. Conclui com a viagem de D. Pedro II a terras

otomanas, que, apesar de seu discurso contrário, não deixa de ter um componente de "diplomacia de chefe de estado".

4.1. O Império Otomano, as Américas e vice-versa

No contexto da chegada dos europeus ao Novo Mundo, os otomanos estavam inteirados de seus novos domínios e os levavam em conta em sua visão imperial de mundo. Da mesma forma, antes do século XIX ocorreram alguns contatos esporádicos entre naturais do continente americano e domínios otomanos. O intuito neste tópico é relatar esses contatos existentes visando contextualizar esses contatos "intraperiféricos" antes do advento da expansão da sociedade internacional europeia.

Piri Reis, como Muhiddin Piri (c. 1465-1554) ficou conhecido, foi o primeiro a presentear sultões otomanos com mapas e informações sobre o "Novo Mundo". Piri iniciou a vida nos mares aos doze anos como parte da equipe de seu tio, Gazi Kemal, uma espécie de corsário turco, convidado a fazer parte da marinha otomana pelo sultão Bayezid II (r.1481-1512). Serviu sob a tutela do tio por quatorze anos, seis deles (1487-93) nas costas do Norte da África, Itália, Espanha e ilhas do Mediterrâneo ocidental. Teria auxiliado a realocar judeus e muçulmanos da Espanha para o Norte da África durante o período da *Reconquista* espanhola pelos reis católicos, e participado de batalhas navais em Valência, Sicília, Sardenha e Córsega. Após o falecimento de seu tio em 1510, retornou à Galípoli natal e lá, elaborou um mapa-múndi, concluído em 1513. Em inscrições no mesmo, Piri Reis diz ter baseado seu trabalho em um mapa feito pelo próprio Cristóvão Colombo, além de quatro mapas portugueses (Soucek, 1994: 134). Mostra a costa da América do Sul bastante definida e "razoavelmente acurada" e seu interior repleto de criaturas fantásticas (Mcintosh, 2000). Informações sobre as viagens portuguesas para a região, em particular a de Pedro Álvares Cabral em 1500, curiosamente estão

em uma parte do mapa em que a América do Sul encontra certo "Continente Austral", que se acreditava existir:

> *8. No caminho para a província da Índia, um navio português encontrou vento contrário vindo da orla. O vento o levou da costa [ilegível]. Depois de ser levado por uma tempestade para a direção sudeste eles viram a orla bem próxima. Eles avançaram em sua direção [ilegível]. Eles viram que tinha boa ancoragem. Eles jogaram a âncora e foram à terra firme em seus botes. Eles viram pessoas andando ao redor, todos nus. Mas eles atiraram flechas com pontas feitas de espinhas de peixe. Eles permaneceram ali oito noites. Eles negociaram com estas pessoas através de sinais. Aquela barca viu estas terras e escreveu sobre estas [ilegível]. A dita barca, sem ir para a Índia, retornou a Portugal e deu as notícias. Eles enviaram oito caravelas. Eles descreveram estas costas em detalhes e a partir destas descrições isso foi aqui copiado (Mcintosh, 2000: 45).*

Em 1517, tendo acompanhado o traslado do grão-vizir Ibrahim Paxá (c.1493-1536) para a cidade de Alexandria, Piri Reis aproveitou a ocasião para seguir até o Cairo e entregar este mapa pessoalmente ao sultão Selim I (r.1512-20), que acabara de adicionar o Egito a seu império. Nos anos seguintes, resolveu juntar suas anotações, esboços e estudos em um livro que intitulou *Kitab-i Bahriye* (Livro do Mar), e que foi também presenteado a um sultão, desta vez Suleiman I (r. 1520-66), em 1526. Elaborou ainda um segundo mapa-múndi, dado para o mesmo governante dois anos depois.

Piri Reis seguiu na vida de almirante comandando parte da frota otomana por muitos anos. Seu fracasso em retomar Hormuz dos portugueses, no Golfo Pérsico, porém, teria sido a razão pela

qual o sultão o mandou decapitar. Tal fato teria ocorrido no Cairo, em 1554. Sua fortuna, amealhada nos tempos de corsário, foi levada para o Palácio do Topkapı, em Istambul. Na biblioteca deste mesmo palácio, convertido em museu pela República da Turquia, foi encontrado em 1929 parte de seu primeiro mapa-múndi. O mapa em questão é na realidade cerca de um terço do original e descreve o Oceano Atlântico com sua costa e ilhas e inclui muitas embarcações, animais, pessoas e inscrições.

Ao longo do século XX, muito se escreveu e especulou sobre Piri Reis e sua obra, ressaltando-se a falta de repercussão maior em sua própria época no Império Otomano. Svat Soucek (1994: 129-130) diz que, apesar do incrível trabalho de Piri Reis, as "descobertas" se mantiveram uma "terra incógnita" na Turquia, assim como no resto do mundo islâmico que, no século XVI, passava a ser incorporado ao Império Otomano. A atitude otomana era de indiferença ou rejeição. Opinião diferente tem Mevhibe Pınar Emiralioğlu: ela procura reavaliar esse tipo de afirmação argumentando que, na realidade, descrições visuais e textuais do Novo Mundo, bem como da Índia, do Oceano Índico e da China, não só atraíram a atenção do Império Otomano como foram usadas para articular uma visão de soberania imperial universal, que deveria ser irradiada aos rivais políticos e religiosos tanto no Oriente quanto no Oriente. Ao narrar e descrever dados geográficos do reino Otomano e de diferentes partes do mundo, geógrafos otomanos teriam reposicionado o Império no centro e estabeleceram ligações com as fronteiras geográficas do mundo conhecido.

> *Ao fazê-lo, eles cuidadosamente articularam suas regiões centrais onde eles procuravam consolidar os interesses imperiais otomanos, e as regiões periféricas onde eles esperavam estabelecer uma conexão entre seus leitores*

> *e mesmo regiões mais distantes do mundo ao recontar o número e o caráter dos habitantes muçulmanos e a incrível riqueza que eles encontraram (Emiralioğlu, 2006: 40).*

O centro era o Mediterrâneo, em especial em sua porção oriental, e a "periferia" China, Índia, Oceano Índico e o Novo Mundo. Os otomanos nunca viajaram para este último ou tinham interesses militares ou econômicos no Oceano Atlântico, mas seus "intelectuais", como os denomina Pınar Emiralioğlu, compilaram trabalhos sobre esta região, recontaram histórias sobre estes lugares e divulgaram informações sobre as correntes descobertas na área[85]. Estavam inteirados dos últimos desenvolvimentos militares e geográficos e informavam sua audiência sobre estes. A maior parte das obras sobre esta região, porém, é da segunda metade do século XVI, período em que a expansão geográfica otomana chegou a seu limite. As obras são o mapa de Hacı Ahmed de 1560, *Kitab ül-Mühit* de Seydi Ali Reis do mesmo ano, o atlas de Ali Macar de 1567 e *Tarih-i Hind-i Garbî* da década de 1580 (Emiralioğlu, 2006: 236-7). Neste período, o controle do Mediterrâneo pelos otomanos estava ameaçado e revoltas ocorriam na Península Arábica e o grão-vizir Sokullu Mehmed Paxá buscava pôr em prática projetos militares e econômicos para fortalecer o Império. O fracasso destes projetos não paralisou a busca por novas possibilidades de expansão territorial e o interesse intelectual no Novo Mundo deve ser analisado neste contexto.

O mapa denominado *Kemaliyle Nakş Olunmuş Cümle Cıhan Cumunesi (*A representação do mundo inteiro desenhada inteiramente), de Hacı Ahmed, data de cerca de 1560 e foi

85 Para Abbas Hamdani (1981: 329), havia uma intenção otomana de chegar ao Atlântico, no contexto das rivalidades entre otomanos e portugueses, mas que não se concretizou por conta das dificuldades impostas pela dinastia Saadi no Marrocos, bem como contínuos problemas nas frontes do império na Europa Central, Pérsia e Sul da Arábia.

encontrado no arquivo do Conselho dos Dez, em Veneza, em 1794. Na realidade, é provável que seu autor tenha sido um cartógrafo europeu interessado em vender mapas para muçulmanos que teria usado um nome fictício turco. Alguns estudiosos dizem que teria sido desenhado para Selim, o futuro sultão Selim II, quando da luta pelo trono em 1566. A obra trata da África, Europa, Ásia e Novo Mundo e nela o sultão é representado como o sol e centro do universo iluminando Europa, Ásia e África (Emiralioğlu, 2006: 263-5).

Kitab ül-Mühit de Seydi Ali Reis data da década de 1560 e além de dar coordenadas geográficas do Novo Mundo, ressalta que seu povo não acredita em nenhuma das três religiões e que nunca ouviu falar do profeta. Descreve a aparência física dos povos que ali vivem e diz que os portugueses até tentaram levar duas destas "criaturas" para sua capital. Declara que portugueses, franceses e espanhóis ali já se encontram e que exploram seus recursos (Emiralioğlu, 2006: 266-8).

Em 1583, foi a vez do sultão Murad III (r. 1574-1595) receber de presente uma obra que tratava do Novo Mundo: *Tarih-i Hind-i Garbî*. Existem duas edições impressas e dezenove cópias manuscritas ao redor do mundo. Entre as últimas, a cópia da Biblioteca Beyazit em Istambul é a mais antiga. O intuito do autor, não identificado, era informar o monarca sobre o Novo Mundo, relatando sobre plantas, animais e metais preciosos, e expressar seu desejo de que estas terras fossem dominadas um dia pelos otomanos, e governadas pela lei islâmica. Ao descrever a tomada do México pelos espanhóis e das riquezas enviadas de lá para a Espanha, bem como da distribuição de suas terras entre seus comandantes diz:

> *Requisita-se de Sua Gloriosa Majestade Excelência que no futuro a espada ávida de sangue do povo do Islã atinja esta terra vantajosa e que suas regiões e distritos sejam*

> *preenchidos com luzes das cerimônias do Islã e que as possessões e bens que foram mencionados e outros tesouros dos infiéis marcados pela desgraça sejam divididos, com a permissão de Deus, entre os mestres da Guerra Sagrada e a nação cheia de força (apud Emiralioğlu, 2006: 270)*[86].

Durante o sultanato de Ahmed II (r. 1703-1730), Ibrahim Müteferrika (1674-1745), um húngaro cristão convertido ao Islã, estabeleceu a primeira imprensa em terras otomanas, em Constantinopla, e pregava a utilidade desta para o desenvolvimento do Império Otomano. Compartilhava da visão do então grão-vizir Ibrahim Paxá, que acreditava que conhecer melhor a Europa melhoraria a política externa e fortaleceria o império. Das dezessete obras que publicou, duas faziam menção ao Novo Mundo. Uma delas, justamente *Tarih al-Hind al-Garbî al musamma bi Hadîs-i Nav* (*História das Índias Ocidentais, Conhecidas como Novo Mundo*), a quarta de sua série e que contou com quinhentas cópias publicadas na primavera de 1730 (Goodrich, 1987: 317). A outra foi *Cihannüma*, elaborada por Kâtip Çelebi. Adicionou a esta última mapas e outras informações geográficas em que descrevia o território e a história das Américas, informações antes pouco conhecidas mesmo pelos mais educados otomanos deste tempo (Shaw & Shaw, 1977: 235-8).

Até aqui se tratou de obras publicadas ou elaboradas no Império Otomano sobre o Novo Mundo. O primeiro relato ao contrário, escrito por um natural do continente americano sobre o Império Otomano, data de 1786. Seu autor, Francisco de Miranda (1750-1816), nasceu em Caracas e foi um militar que serviu ao Império espanhol em Cuba, apesar de acalentar o projeto político independentista na América Hispânica. Buscando fugir de uma

86 Ver também *Tarih-i Hind-i Garbî veya Hadîs-i Nev* (A History of Discovery of America). Ankara/Istanbul: Ministry of Culture and Tourism of the Turkish Republic/The Historical Research Foundation, 1987.

ordem de prisão na África por supostas infrações cometidas no exército real e ao mesmo tempo propagar seu projeto político, solicitar ajuda militar para este e também aprender sobre estados estrangeiros para este fim, partiu por uma viagem pelo mundo que durou quase uma década (Mansilla, 2004: 18). Estados Unidos, França e Inglaterra foram as primeiras paradas, seguidas por estadas em Nápoles e Ragusa, antes de seguir para terras otomanas. Em 15 de maio de 1786, chegou a Misolonghi e, de lá, passou para Patras, Corinto, Grécia, Mar Egeu, costas ocidentais da Ásia Menor, Estreito de Dardanelos, mar de Mármara, Constantinopla, Bósforo e Mar Negro, de onde seguiu em setembro para o Império Russo.

Aparentemente o objetivo de Francisco de Miranda em Constantinopla era, acima de tudo, contatar o representante russo que ali servia, Yakov Bulgakoff (embaixador de 1781 a 1789), mas acabou por se inteirar dos assuntos sociais, culturais e econômicos otomanos, bem como sobre informações a respeito da defesa, exército e armamentos (Kutlu, 2007: 173). Travou contato com suas autoridades e habitantes, além de desenvolver intensas relações com os membros do corpo diplomático de Constantinopla da época. O Império Otomano era então governado por Abdul Hamid I (r. 1774-1789), que justamente selara paz com a Espanha através do Tratado de Amizade e Comércio de 14 de setembro de 1782, encerrando séculos de enfrentamento no Mediterrâneo e na Europa.

Francisco de Miranda era leitor ávido dos relatos de viajantes europeus que passaram pelo Império Otomano no século XVIII e criticava a ênfase que davam aos defeitos sem citar as qualidades da Corte em questão. Ressaltava que a maior parte destes viajantes teve pouco ou nenhum contato com os turcos, limitando-se a permanecer nos bairros cristãos da cidade e fiando-se basicamente no que lhes contavam os dragomanos

cristãos. Talvez por ter viajado detidamente pela Europa antes de aportar no Império Otomano, ou por também nutrir críticas às potências daquele continente relativas à sua luta anticolonial na América Hispânica, procurara agir de maneira bastante aberta especialmente em Constantinopla, circulando por toda a cidade, elogiando e criticando os otomanos em igual medida. Ao visitar residências de paxás turcos, por exemplo, referia-se ao "asseio aerado, de dignidade e frescor" que lhe parece muito bem ao gosto e ao clima do país e da "riqueza do mobiliário interior, a comodidade e o asseio, tão diferentes das ideias que a Europa tem em geral da arquitetura e modo de viver desta gente" (*apud* Mansilla, 2004: 59).

Ao tratar de uma desgraça recorrente na capital otomana, os incêndios, relatou a atitude do sultão em relação a esta, bem diferente da imagem de indiferença para com o povo:

> *o Grande Senhor acudiu imediatamente – acode sempre – em pessoa. Se coloca em uma casa bem próxima à parte o fogo está mais vivo, para que seus guardas e mais pessoas se esforcem em preservar aquela casa e ataquem o fogo mais prontamente. Mas quando o fogo prossegue, ele sai e entra em outra casa (apud Mansilla, 2004: 41)*[87].

Comenta ainda sobre um tratado escrito pelo turco Ibrahim Efêndi sobre táticas militares:

> *Este dito livro foi escrito com belíssimo método, juízo, claridade e concisão. E com certeza, aqueles que têm querido nos dar ideias do gênio e caráter nacional dos turcos, se houvessem se ocupado de nos dar boas traduções de seus livros, nós teríamos melhor e mais*

87 Daniel Kidder e James Fletcher (1857) contam que quando da epidemia de cólera no Rio de Janeiro, no início dos anos 1850, o imperador D. Pedro II ficou na cidade a fim de inspirar a população. Visitou doentes e fez doações.

> *verdadeira opinião sobre eles do que a que atualmente reina geralmente na Europa (apud Mansilla, 2004: 67).*

A beleza da natureza, em especial a vista do Bósforo e cercanias é exaltada inúmeras vezes em seus escritos. Ao avistá-la de um ponto elevado chegou a declarar: "(...) todo o mar de Mármara, que é uma formosura e merece com certeza a visita de um viajante, sendo esta, talvez, a mais nobre e interessante perspectiva que se possa ter sobre o mundo inteiro". Já os passeios à pradaria de Büyükdere são descritos como únicos no mundo pela possibilidade de ali se encontrar gente de toda espécie: "neste gênero, pode talvez não encontrar na 'Pradaria de Büyükdere' objeto de comparação no mundo. Que diversidade de grupos pitorescos e charmosos!" (*apud* Mansilla, 2004: 61).

***

O primeiro estado do continente americano a travar relações formais com o Império Otomano foram os Estados Unidos. Estes, desde os primeiros anos após sua independência, enfrentavam dificuldades de navegação no mar Mediterrâneo em função dos ataques dos chamados estados Bárbaros: Argélia, Tunis e Trípoli, todos suseranos ao Império Otomano. Navios norte-americanos que negociavam na região eram sequestrados, a tripulação escravizada e exigia-se o pagamento de resgate. Uma marinha foi construída tendo em vista enfrentar essa dificuldade, entre outras, e dos anos de 1801 a 1805 uma guerra foi travada em Trípoli, vencida pelos Estados Unidos. Nos anos seguintes, estes se viram às voltas com novo conflito com a Grã-Bretanha, tendo seu comércio marítimo parcialmente destruído; mas em 1815 uma nova expedição foi feita contra a Argélia e esta definitivamente acabou com a ameaça da pirataria bárbara (Oren, 2007: 17-40). A paz na região incrementou o comércio com o porto otomano

de Esmirna e se buscava iniciar atividades no mar Negro sendo, portanto, importante a assinatura de um tratado com o Império Otomano. Por conta da guerra de independência grega (1821-30), que mobilizou grande simpatia interna dos Estados Unidos, este só foi assinado em 1830. No ano seguinte o primeiro encarregado de negócios do dos Estados Unidos se estabelecia em Constantinopla.

O principal interesse otomano nos Estados Unidos era o de ajuda para incrementar sua marinha de guerra e um norte-americano atuou como consultor nesse sentido (Field Jr, 1972: 1-14)[88]. Dois arquitetos navais norte-americanos então ajudaram a restaurar a marinha otomana destruída após a batalha de Navarino, no contexto da guerra de independência grega. Nos anos de 1850 e 1858, missões navais otomanas visitaram os Esta-dos Unidos e em 1862 um novo tratado comercial foi assinado. O principal "produto" de exportação norte-americano para o Império Otomano, porém, foram os missionários protestantes. Na década de 1830, estes estabeleceram sólida base de operação em Esmirna, Beirute e Constantinopla e na década seguinte surgia uma igreja protestante nativa, que acabou se subordinando à Grã-Bretanha, uma vez que os Estados Unidos preferiram não se imiscuir diretamente nas disputas entre as potências que se diziam protetoras dos *millets,* como os grupos religiosos não muçulmanos eram denominados no Império Otomano. Suas escolas em especial inspiraram o sultão Mahmud II (r. 1808-1839) a pedir ajuda para as reformas que promovia no ensino otomano e serviriam de base para importantes instituições de ensino, ainda hoje existentes (Daniel, 1964: 77-80)[89].

88 Field fala de um artigo separado e secreto ao tratado proposto pelos otomanos pelo qual navios seriam construídos nos Estados Unidos, com consultoria de especialistas do país.

89 Uma das mais importantes instituições acadêmicas da Turquia atual, a *Bosphorus University*, em Istambul, nasceu justamente de uma das experiências mais bem-sucedidas neste campo, o Robert College, fundado em 1863 pelo filantropo norte-americano Christopher Robert e pelo missionário Cyrus Hamlin. As atuais *American University of Beirut* e *American University of Cairo* também derivam de escolas missionárias estabelecidas neste contexto.

4.2. Os interesses mútuos, o tratado de 1858 e o "consulado incógnito"

O Brasil foi o segundo país do continente americano a estabelecer relações diplomáticas com o Império Otomano, mas constam também alguns indícios de contatos anteriores a este. No final de 1849, a Sublime Porta apontava João Samuel como cônsul otomano no Rio de Janeiro e em fevereiro do ano seguinte ele enviava para o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Paulino José Soares de Souza, correspondência da embaixada otomana em Londres, sobre sua designação como tal[90]. Uma vez tendo recebido o *exequatur* concedido pelo imperador D. Pedro II, comunicava em março a sua partida iminente para a Europa e que então Diogo Kenny responderia pelo cargo[91]. Kenny, ao contrário de Samuel, escreveria suas cartas para o ministério em inglês e as assinava como James, e não Diogo, e permaneceu ativo até 1853.

O tema desta correspondência foi basicamente o do tratamento rude dado por autoridades brasileiras a um capitão de navio de bandeira otomana e a única informação encontrada até esse momento a respeito de Kenny é a de que se tratava de um empresário inglês que, no ano de 1850, recebera o "privilégio exclusivo por dez anos" para estabelecer no porto do Rio de Janeiro um dique seco flutuante[92]. João (John) Samuel, por sua vez, era membro da família de banqueiros britânica Samuel, que desde a abertura dos portos atuava no Brasil através da empresa Samuel Philips and Co., inicialmente intermediando contatos para o ramo londrino dos Rothschild, e depois atuando por conta própria.

90 8/A-79, BOA.

91 289/4/9 AHI; *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1850, p. 19. *Almanak Laemmert*, 1851, p. 131.

92 Decreto N° 538, de 15 de maio de 1850.

Chegou ao Brasil em 1825, só retornando para a Europa de forma definitiva em 1850[93].

Nessa mesma época, o governo brasileiro aparentemente já se interessava em enviar para a capital otomana um encarregado de negócios, conforme indica correspondência trocada entre o embaixador otomano em Bruxelas, Visconde de Kerckhove, e a Sublime Porta, em Constantinopla:

> *Depois de alguns anos, este magnífico país começou a se desenvolver em todos os sentidos. O governo atingiu alguns admiráveis elementos de força e de prosperidade e parece que ele decidiu lucrar com isso. Os meus amigos brasileiros, retornados recentemente do Rio de Janeiro, me falaram muito do vivo desejo que o governo do imperador D. Pedro II tem de entrar em relações íntimas com o governo de Sua Majestade Nosso Augusto Soberano. A intenção do governo brasileiro é de enviar a Constantinopla um encarregado de negócios – Eu espero que esse posto seja confiado a um de meus amigos, Senhor Guimarães, homem forte e distinto, que muito viajou e que junta a um caráter muito amável uma feliz fortuna*[94].

A primeira tentativa brasileira de estabelecer um consulado em terras otomanas se deu em Alexandria, no Egito, e não na capital Constantinopla. Também não se tratava de um cidadão brasileiro enviado para a região, mas do cônsul geral português que ali servia. Seu nome era Andreas Papolani – provavelmente membro do *millet* ortodoxo grego, como seu nome sugere – e em

93 Para saber mais sobre os Rothschild em geral e seus interesses no Brasil, ver Ferguson, 1998: 128, 132, 135, 152. No Foreign Office (FO 566/92), em Londres, constam diversos pedidos enviados pelo barão de Rothschild nos anos de 1854, 1855 e 1856 para que o governo britânico ajudasse a firma Samuel Phillips & Co. no Brasil junto ao judiciário brasileiro. Respondiam que não podiam interferir no caso, mas que o cônsul britânico no Rio de Janeiro ajudaria seu agente.

94 Bruxelas, 7/1/1851. HR.TO.36/14, BOA.

outubro de 1852 iniciava uma troca de cartas com o então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Paulino Jose Soarez de Souza, sobre como proceder para obter seu exequatur. Enquanto buscava a autorização formal em questão, Papolani já passava a encaminhar correspondência para o Brasil, algumas com o timbre "Consulado Geral do Brasil em Alexandria do Egito". Tratava basicamente de informações sobre o andamento dos trabalhos da construção da estrada de ferro Alexandria-Cairo e da abertura do Canal de Suez e também do desenvolvimento da Guerra da Crimeia (1853--1856), opondo turcos, ingleses, sardenhos e franceses aos russos. Constam ainda alguns relatos de massacres perpetrados contra cristãos em domínios otomanos, como aquele ocorrido em Jedda, na península arábica, em julho de 1858[95].

Papolani recorreu ao encarregado de negócios português em Constantinopla, comandante Rabelo, a fim de obter auxílio para que seu exequatur fosse aceito. Este lhe explicou que para tanto era necessário o estabelecimento de relações oficiais entre o Brasil e o Império Otomano, mas acabou adoecendo e retornou para Lisboa para tratamento, o que levou à extinção da embaixada portuguesa na capital otomana. Quem procurou ajudar o "cônsul" brasileiro foi o antigo dragomano da legação portuguesa em Constantinopla, Antonio de Summerer, provavelmente um levantino. Summerer reforçava a necessidade do estabelecimento de relações oficiais e colocava-se à disposição para servir de ligação com o governo otomano[96].

Em maio de 1856, após sua participação nas negociações do Tratado de Paris, por conta do fim da Guerra da Crimeia, o grão--vizir e ministro das Relações Exteriores otomano Aali Paxá seguiu

95 237/1/17, AHI.

96 244/3/14-16, AHI.

para Londres onde participou de diversas atividades[97]. Nesta ocasião, ele fez os primeiros contatos com o ministro do Brasil naquela capital, Francisco Ignácio de Carvalho Moreira, visando à celebração de um tratado de amizade, comércio e navegação, levados adiante pelo embaixador otomano Constantino Musurus[98].

Ao avaliar a possibilidade da assinatura deste tratado, o Ministério das Relações Exteriores dizia achar conveniente o acordo em questão

> *sendo que a Turquia já figurava no quadro dos valores oficiais dos gêneros exportados no ano financeiro de 1854 a 1855 (...). Esse acordo não exige que verse sobre favores especiais, mas somente assegure os favores e garantias que no Império gozam os súditos e produtos estrangeiros em geral*[99].

Já a Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado, consultada a pedido do imperador, ressaltava em março de 1857 a peculiaridade de o governo otomano só reconhecer oficialmente as nações com as quais tinha celebrado tratados e que somente com esta formalidade poderiam ser admitidos cônsules brasileiros na Turquia. Dizia ainda ser "mais uma nação com a qual abrimos relações, que nos podem ser úteis, porque a Turquia consome café, do qual algum é nosso, suposto não lhe seja todo importado por embarcações turcas".

97 Barchard, 2006: 30; *Times*, 28/5/1856 e 30/5/1856.

98 O professor do Departamento de História da Universidade de Harvard, John Womack, ao comentar uma versão desta pesquisa, sugeriu que esta aproximação poderia ter sido supervisionada pelos britânicos a fim, talvez, de que o Brasil trouxesse do Oriente ópio a ser vendido na Guiana Inglesa, que contava com trabalho indiano e chinês desde 1838. Até o momento não se encontrou qualquer evidência que confirmasse esta suposição. Ao que parece, o Império Otomano tinha uma agenda própria ao contatar o representante brasileiro em Londres.

99 *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856, p. 13.

No relatório do ano seguinte, o Ministério das Relações Exteriores aprofundava as razões pelas quais seria importante para o Brasil abrir relações com a Turquia:

> *Aberto o Mar Negro e a livre navegação do Danúbio ao comércio do mundo, a maior parte das nações tem procurado, hoje mais do que nunca, estender as suas relações comerciais com o Império Otomano. Sendo já este Império um grande consumidor dos produtos brasileiros, na atualidade pode dar-se a este consumo também muito maior desenvolvimento. Até aqui a saída dos produtos brasileiros para os domínios daquele império tem-se quase operado pelo comércio indireto, e conviria muito favorecer e acoroçoar o comércio dueto*[100].

Os "produtos brasileiros" consumidos no Império Otomano eram, sobretudo, café. Aparentemente eram justamente famílias de comerciantes gregos estabelecidas em Londres e com experiência no comércio do Mar Negro e do Levante como um todo, que mais se dedicaram em lidar com a exportação de café do porto do Rio de Janeiro para o de Constantinopla, com eventuais negociações também em Malta e na província otomana da Grande Síria também. Escunas hanoverianas, suecas e norueguesas, brigues ingleses e barcas napolitanas e portuguesas entre outras embarcações europeias, carregavam milhares de sacas de café brasileiro para o Império Otomano, mas por vezes também levavam produtos como couro de boi e jacarandá e até mesmo passageiros, sobretudo para as firmas Rodocanachi & Franghiadi, T. Petrochino & Co. e A. Ralli & Co. Esta última era a única que aparentemente contava com escritório na Rua Direita, no Rio de Janeiro. Trata-se de famílias de comerciantes gregos originárias

100 *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857, p. 45.

principalmente de Chios, ilha no Egeu que fazia então parte do Império Otomano, e que eram aparentadas entre si[101].

Por fim, em 5 de fevereiro de 1858, em Londres, era assinado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, sendo ratificado por D. Pedro II no Rio de Janeiro em 10 de abril e pelo sultão Abdul Medjid, em Constantinopla em 18 de maio de 1858[102]. A assinatura das ratificações foi seguida de troca de condecorações, com D. Pedro II concedendo a Grã-Cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro ornada com brilhantes para Abdul Medjid, e este, a Ordem Medjidiye, também com brilhantes, em troca. Tudo intermediado pelos respectivos representantes diplomáticos em Londres. Estes diplomatas, assim como funcionários das respectivas legações, também receberam condecorações de segunda classe, o que foi motivo de longo imbróglio, aparentemente em função do embaixador otomano ter considerado sua condecoração de menor monta[103].

O tratado contava com onze artigos, sendo o segundo deles aparentemente o mais importante para o Brasil. Era aquele relacionado à autorização mútua para a nomeação de "cônsules gerais, cônsules e vice-cônsules em todas as cidades e portos do território da outra, onde julgar útil a presença de tais Cônsules por bem do comércio e por interesse de seus súditos, e onde as nações amigas tiverem igualmente semelhantes cônsules".

A primeira opção de um cônsul brasileiro para a Turquia aventada por D. Pedro II foi a do político e literato maranhense Manoel Odorico Mendes (1799-1864). Este foi nomeado para tal

101 *Jornal do Commercio*, 1850-1860.

102 P19 M14, AHI. Em 12 de março de 1858, D. Pedro II já adiantava sua ratificação ao sultão Abdul Medjid ressaltando seu interesse em aproveitar todas as oportunidades "para demonstrar boas relações". HR-TO 53.57, BOA.

103 HR-TO 53.37; HR-TO 53.51, BOA. 216.3.3, AHI.

cargo no ano de 1859, mas recusou por não julgá-lo compatível com suas perspectivas pessoais. Sua indicação se deu pela intenção do imperador de lhe proporcionar a oportunidade para conhecer as terras que abrigaram o teatro dos textos gregos a que se dedicava então arduamente a traduzir: *Ilíada* e a *Odisseia* (Yee, s.d.: 6)[104].

Diante da recusa de Odorico Mendes, mas certos da possibilidade finalmente de poder nomear um cônsul para a capital otomana, o governo brasileiro achou por bem selecionar um diplomata experimentado, brasileiro nato, e enviá-lo para a capital, Constantinopla. O escolhido foi o então cônsul-geral nos Reinos da Suécia e Noruega, Antonio Alves Machado de Andrade Carvalho, muito elogiado pelas autoridades locais. Em setembro de 1859, ele recebeu uma cópia do tratado de amizade de 1858 e uma carta patente na qual o imperador D. Pedro II o nomeava cônsul-geral do Brasil na Turquia. Em fevereiro de 1860, recebeu recursos para sua instalação no "Oriente" e em junho anunciava ter finalmente chegado a seu destino. Logo, porém, denunciava os problemas que enfrentava por conta de seu *status* de cônsul.

> *Eu não poderia residir em Constantinopla no meu caráter oficial (...) eu não poderia pedir o exequatur que fosse preciso para exercer as funções de meu emprego em qualquer parte da Turquia, num e noutro caso se opondo aos usos do país que não considera um cônsul geral chefe na capital, porém, como chanceler de uma legação e que só um ministro pode pedir um exequatur em oposição à regra seguida em todos os países onde os cônsules munidos de suas cartas patentes podem pedir por eles mesmos*[105].

104 *Almanak Laemmert* 1859.

105 244/3/14, AHI.

Mais uma vez, surgia a figura do dragomano que servira a Portugal, Antonio de Summerer, e este serviu de intermediário para que Machado conseguisse ser recebido pelo ministro das Relações Exteriores, Fuad Paxá, em sua casa de campo em 13 de junho. Fuad lhe disse então que "não era uso receber-se em Constantinopla um cônsul geral, cuja autoridade era só reconhecida pelos súditos de sua respectiva nação, a Porta não os reconhecendo que como chanceleres de Legação". A carta patente que Machado possuía não dizia o local de sua residência.

Aparentemente a questão envolvendo as trocas de condecorações entre os diplomatas brasileiro e otomano, quando da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, também teve um peso na falta de avanço entre ambas as partes. Ao longo de 1860, o governo otomano reclamou várias vezes do valor das condecorações dadas pelo Brasil, mas D. Pedro II recusava-se a aumentar seu valor e este impasse teria contribuído para a inação do embaixador otomano em Londres, Musurus Bey, a fim de auxiliar na questão da representação brasileira em Constantinopla[106].

Diante do impasse quanto a seu *status*, Machado optou por viver "no maior incógnito" enquanto a questão não fosse resolvida pela legação brasileira em Londres, responsável desde o início pelo estabelecimento das relações bilaterais. Provavelmente em função da ajuda que Summerer lhe prestava, enviou também um longo relatório em que tratava da especificidade dos serviços de um dragomano numa representação diplomática junto ao Império Otomano. Ressaltava que as notas oficiais bem como todos os papéis enviados pela Sublime Porta eram escritos em turco otomano, necessitando, portanto, dos serviços de tradução. Relatava ainda como outras embaixadas atuavam, com detalhes sobre moradia e salários de funcionários. Elogiava

106 216/3/07, AHI.

ainda diretamente o dragomano em questão, ressaltando sua boa vontade para auxiliar eventuais viajantes brasileiros em passagem pela capital otomana.

Enviou, também, relatos das agitações ocorridas na província da Grande Síria, ressaltando a existência de combates entre drusos e maronitas no Líbano, bem como inúmeros conflitos que ocorriam entre cristãos e autoridades otomanas em Esmirna, Bósnia e Herzegovina. Nos Bálcãs falava do papel dos russos que faziam largo uso da "arma dos tratados", ameaçando intervenção. Deixava antever sua visão pessoal da região em que se encontrava e de seu interesse para o Brasil:

> *Numa época em que a espada e os tributos da guerra mantinham o esplendor de algumas nações, a Turquia pela coragem de seus soberanos e de seus filhos chegou a se colocar no pé das nações mais potentes e mais ricas do mundo, porém, hoje que os descendentes de Maomé e os filhos do Islã, forçados pela necessidade transitória dos séculos depuseram o sabre e se deixaram baldos de ciência cair numa indolência culpável, que se viram ultrapassados pelas raças conquistadas, que a indústria otomana não está ao alcance das necessidades do país, e em que, sobretudo os sectários do Corão pretendem sustentar seus erros e seus vícios; acontece que não há riqueza, se a terra fértil dá ao camponês o sustento cotidiano o país sofre em geral porque seu estado financeiro e dos mais tristes. Não há orçamento nem coragem para o formar. Aos homens de maior boa vontade es lhes difícil explicar a cada muçulmano as razões imperiosas que obrigam o país a trilhar as nações cultas e cristãs. A desordem financeira é, pois, completa, os abusos parecem existir como no passado forçosamente*

> *porque o fausto oriental não pode abdicar em favor do bem estar da nação segundo a filosofia de certa parte da mesma. No interior do país batalhão há que esta em atraso de dois anos de soldos e geralmente os empregados de todas as repartições públicas estão sempre de seis a oito meses. (...) A Turquia é, entretanto um celeiro da Europa continental e o Bósforo esta povoado por mais de um milhão de almas e seu movimento tem chegado a mais de 5 milhões de toneladas num ano. Que recursos!*[107].

Em julho procurava relatar com mais detalhes sobre o massacre de cristãos em Damasco, ressaltando que se baseava em uma imprensa censurada e tinha dificuldades de obter informações por estar vivendo em sigilo, mas que fazia seu melhor para obter dados. Contava então que o ministro das Relações Exteriores Fuad Paxá em pessoa fora enviado pelo sultão para Beirute para tentar acalmar os ânimos e que Abd-el-Kader, herói da guerra de resistência argelina que vivia em Damasco protegeu cristãos e ainda "guardava em sua morada" milhares deles. Narrava ainda sobre os "espíritos agitados e tropas descontentes com atrasos dos soldos" e sobre o descontentamento

> *que os muçulmanos creem sua religião ameaçada pelos cristãos ajudados por certas potências; as proclamações confiscadas ultimamente em Smyrna estavam assim concebidas e os ulemás de Damasco durante a revolução não duvidaram proclamar do alto dos minaretes que a religião do Profeta estava ameaçada.*

Em agosto e setembro, perdurou um silêncio por parte da missão na Turquia. Em 7 de outubro de 1860, Machado escreveu de Paris dizendo que enquanto o ministro em Londres não resolvesse sua situação com o embaixador otomano, Constantino

107 244/3/14, AHI. Todas as citações de Machado a seguir são provenientes desta mesma fonte.

Musurus tinha preferido ir para a França com a família, no lugar da Itália também sugerida pelo governo brasileiro. Esta última estava em guerra e a família necessitava de repouso, pois ainda se achava atacada "das febres endêmicas do Oriente".

Em 1° de novembro, de Paris escreveu longo relato que aparentemente interessou muito à chancelaria, ou ao próprio imperador, uma vez que está todo anotado nas laterais. Fala que apesar dos quatro meses de residência em Constantinopla, teve dificuldades em acessar fontes, mas se propunha a fazer um relatório sobre a situação comercial do país, bem como das possibilidades do Brasil interagir com ele. "A Turquia tem tratados com diferentes potências e todas elas, à exceção de Portugal que já fora representado, são representadas por legações em Constantinopla e consulados nos portos e lugares em que o comércio ou a política exige a sua presença." Mencionava as capitulações e o tratado com a Inglaterra de 1838, listando os países que assinaram tratados parecidos até chegar ao Brasil. "Uma República do Panamá procurou igualmente há poucos meses estabelecer relações para a obtenção de um Tratado de Comércio e Amizade." Rússia e Áustria por sua vez contavam com tratados especiais por serem limítrofes.

Sobre o café, dizia que este era ordinariamente importado da Inglaterra e da França e que achava muito importante que fosse feita uma "introdução direta do artigo brasileiro". Falava de dez a doze navios que entravam anualmente no Bósforo carregados de café num valor aproximado de dois milhões de francos, mas com bandeiras que não brasileiras. Ressaltava que era o "café brasileiro o que mais se consome no Oriente, principalmente em Constantinopla, Trácia, Tessália e Bulgária" e sugeria que o governo brasileiro contasse com a presença de um funcionário nos conselhos da Comissão de Tarifas Otomana. Couro e açúcar poderiam ser também melhor negociados. Poderia haver ainda

um "engrandecimento da navegação do Brasil para o Oriente", transportando diretamente o café e outros produtos e também oferecendo serviços de frete na região. O Brasil deveria enviar

> *ao menos provisoriamente – um empregado diplomático e bem instruído de seus deveres no Oriente, seja porque sua presença é necessária ali para proteger e fazer desenvolver o comércio brasileiro naquelas paragens e mesmo para que não fique letra morta o Tratado de Comércio que o Brasil concluiu com a Turquia, dominado pelo bem real que dele deve esperar o comércio nacional.*

Em 4 de junho de 1861, dizia que imperador decidiu que passasse a exercer as funções consulares nos Países Baixos, sendo removido, portanto, da Turquia. O Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, de 1860, publicava:

> *O Sr. Antonio Alves Machado de Andrade Carvalho, que estava nomeado cônsul geral do Brasil na Turquia, foi removido nesse mesmo posto, para o reino da Holanda, em razão de não poder ser recebido em Constantinopla, a despeito do tratado de amizade e comercio celebrado em 5 de fevereiro de 1858 entre o Império e a Porta Otomana, cujo governo segue o princípio de não conceder exequatur sem que seja solicitado por agente diplomático"*[108].

Atuou então como cônsul-geral em Roterdã até 1883 e respondeu pela mesma posição em Paris até o fim do Segundo Reinado[109]. Permaneceu na capital francesa após a proclamação da República, já afastado do serviço diplomático, e lá se encontrou inúmeras vezes com D. Pedro II em seus dois últimos anos de vida.

108 *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros.* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1860, p.6.

109 *Almanak Laemmert*, 1862-1889.

Parte das informações citadas por Machado em seu relatório elaborado na Europa foram passadas a ele pelo dragomano Antonio de Summerer. Este enviou ainda para a chancelaria brasileira tradução de documentos encaminhados pela Sublime Porta a todas as representações diplomáticas na capital, durante a década de 1860 e figurou no *Almanak Laemmert* como cônsul-geral do Brasil em Constantinopla até 1877[110]. Aparentemente, porém, o objetivo de manter um representante em Constantinopla se complementava com a possibilidade de manter outro em Alexandria, cidade da província otomana do Egito.

Das tentativas de Andrés Papolani já relatadas até 1863, há um silêncio na documentação referente a este consulado. Em 29 de julho de 1868, o Conde Michel (Miguel) Francisco Debanné, nobre napolitano que havia servido como cônsul-geral das Duas Sicílias na mesma cidade, oferecia seus préstimos a D. Pedro II para ali atuar como cônsul geral. Dizia:

> *O Egito adquire dia a dia uma importância crescente no ponto da vida diplomática e comercial e eu não duvido que o governo de Sua Majestade Imperial não quis ser representado (...) O futuro que promete a este país o Canal de Suez destinado (?). O caminho das Índias, a natureza de seus produtos e a importância política que seu governo logo terá não podem deixar de atrair atenção toda particular do Governo de Sua Majestade o Imperador*[111].

110 Em maio de 1866, o embaixador otomano em Paris encaminhava para o sultão carta enviada por D. Pedro II comunicando o nascimento de seu primeiro neto, D. Pedro Augusto. Dois anos depois, nova correspondência deste via Paris, encaminhando álbum fotográfico sobre inauguração de palácio. HR TO 76/23, BOA.

111 O Conde Nicolau Debanne, seu sobrinho-neto, dizia que sendo fiel servidor da casa real de Nápoles, não queria servir aos inimigos desta, que assumiam então o poder nas Duas Sicílias, nem naturalizar-se otomano "embora possuísse ele importantes bens no Egito e que vários membros de sua família residissem no Oriente. Quis então que a sua pátria fosse aquela que se tornou a pátria da venerada

Pouco depois Debanné anunciava sua patente de cônsul honorário e sua correspondência contava inclusive com o timbre de "Consulado Geral do Império do Brasil no Egito e na Síria". Tratava então de informações sobre plantação de café no mundo árabe, enviando inclusive sementes do Iêmen, detalhava o andamento das obras do Canal de Suez e falava de epidemia de cólera na região[112]. Aparentemente, porém, o governo brasileiro aceitou seus serviços sem desligar Papolani. Em 1865 uma medalha da Ordem da Rosa foi ofertada a este último e desde então Debanné se manteve como único representante em Alexandria.

Michel Debbané passou a realizar festas pelo aniversário do imperador. Já em 1868 e em 1870, comunicava o término da obra de uma capela em Alexandria dedicada a São Pedro de Alcântara, de rito grego melquita. A inauguração da capela coincidiu justamente com o aniversário de D. Pedro II, em 2 de dezembro de 1870, e sua consagração contou com a presença do patriarca de "Antióquia, Alexandria, Jerusalém e todo o Oriente", Sua Beatitude Gregório, bem como do governador de Alexandria, Zulkifar Paxá, e foi seguida de banquetes e festejos. Aparentemente a capela era usada basicamente para celebração de missas e orações para o imperador e para a "nação brasileira", como ação de graças pelo "êxito vitorioso das armas brasileiras na Guerra do Paraguai"[113]. Debanne faleceu no início de 1872 e foi substituído por seu genro George Nacouz[114]. A documentação encaminhada por este para o ministério é basicamente composta de tabelas com dados sobre

filha dos seus antigos soberanos, Maria Thereza Christina". *O Paiz*, 4/12/1925. Vale notar que os Bourbons de Nápoles mantinham longa correspondência com a Sublime Porta e na década de 1840 comunicaram a esta o nascimento dos filhos nascidos no Brasil a Teresa Cristina e D. Pedro II. HR TO 296/13; 304/16; 304/3, BOA.

112 237/1/18. AHI. Em 5 de março de 1869 seu exequatur era concedido pelo Império Otomano: HT.TO.7388.2 BOA.

113 *O Paiz*, 4/12/1925.

114 HR TO 79/21, BOA.

exportações e importações do Egito. Em 1885 foi sucedido como cônsul-geral por José Debanné, que conservou suas funções sob a República.

Em 1911 o consulado brasileiro em Alexandria passava a ter *status* diplomático de fato, mantendo um Debbané no cargo, no caso o Conde Miguel Debbané. Neste mesmo ano ele encaminhava carta ao diplomata Oliveira Lima falando das potencialidades do comércio entre o Brasil e o Oriente e reclamava da falta de pró-atividade brasileira: "Suas madeiras, sua mandioca, seus cocos, seus fumos e charutos, suas bananas, suas especiarias e pimentas (...) e na impossibilidade de receber esses produtos do Brasil, vê-se forçado a dirigir-se alhures"[115].

Em 1916 realizou viagem a São Paulo e nesta ocasião proferiu uma série de palestras sob os auspícios da Sociedade Paulista de Agricultura justamente sobre as possibilidades de expansão do comércio brasileiro, sobretudo vendendo e transportando diretamente o café, "principalmente nos países orientais", sendo muito bem acolhido. Reforçava que "proibido o álcool no Oriente pela religião muçulmana e as condições do clima, só resta ao Oriente como bebidas, as de bases alcaloidicas"[116].

115 Contava ainda de palestras que realizou na Sociedade Khedival de Geografia do Cairo sobre o passado árabe da Península Ibérica e suas relações com o Brasil. *O Estado de S. Paulo*, 24/12/1911. Realizou também palestras no Instituto Egípcio sobre a estada de D. Pedro II no Egito. O jornal "Le Nil" reproduziu na íntegra sua fala. Ao tentar relacionar a figura de Napoleão, criador do Instituto Egípcio com o Brasil, disse: "Foi o vosso ilustre fundador, o general Bonaparte, quem criou indireta, mas efetivamente, o Egito de hoje, com sua nova civilização europeia. Foi ele também quem criou, posto que indireta e inconscientemente, o Brasil, que havia dez anos apenas se achava independente quando D. Pedro, na idade de cinco anos, era chamado ao trono. Foi com efeito para fugir à invasão de Napoleão que o príncipe regente de Portugal. D. João, deixou seu reino europeu e se refugiou em 1808 na sua colônia do Brasil, por ele breve elevada à categoria de reino". *O Estado de S. Paulo*, 6/5/1912, 10/5/1912.

116 *O Estado de S. Paulo*, 12/4/1916; 17/4/1916; 18/5/1916, 25/5/1916; 28/5/1916; 29/5/1916; 16/6/1916; 17/6/1916; 19/6/1916; 16/9/1916; Debbané foi ainda a Minas Gerais para realizar palestras sobre assuntos econômicos.

Ao que tudo indica, a primeira vez que o orçamento das Relações Exteriores contou com recursos para uma legação no Egito foi em 1918 e, neste ano, o Conde Nicolau Debbané foi afastado do cargo de cônsul-geral em Alexandria. Alegava-se que era "persona non grata" junto aos britânicos que de fato passaram a governar a província desde 1882, e por ter um processo correndo em tribunal local. Foi também Oliveira Lima que escreveu uma longa carta a *O Estado de S. Paulo* defendendo a honra e os serviços prestados por Debbané e sua família ao Brasil[117].

O Conde Nicolau Debbané em uma série de matérias publicadas no jornal *O Paiz* em dezembro de 1925 pregava que mais do que a "excursão usual de um soberano viajando em semi-incógnito", as estadas de D. Pedro II no Egito – a serem tratadas com mais detalhes adiante – tinham por trás estudos que realizou sobre a experiência napoleônica naquela região. Defendia que da mesma forma que Napoleão pediu para que parte dos "sábios" que o acompanhavam ao Egito realizassem pesquisas que averiguassem a possibilidade de o Egito substituir o continente americano numa eventualidade de perder o acesso a este último por conta do conflito com a Grã-Bretanha, D. Pedro II fez o exercício contrário. Ao plano da "América Mediterrânea" de Bonaparte, D. Pedro II respondeu com o plano de um "Egito americano". A partir dos estudos de Napoleão, o imperador brasileiro teria buscado:

> *Preparar um campo econômico do Brasil no Oriente, de modo que aquela região fosse ao mesmo tempo um campo de ensino para a lavoura brasileira, no que diz respeito aos produtos cultivados em ambas as regiões, e um consumidor forçado, um freguês necessário para os gêneros que produzimos, mas que o Oriente não produz. Deste modo, encarando as causas sob o ponto de vista*

117 *O Estado de S. Paulo*, 21/3/1918.

> *brasileiro, o Oriente devia ser o suplemento da nossa experiência em agricultura tropical e o complemento da nossa produção agrícola, como consumidor do que produzíssemos*[118].

Em seus diários, D. Pedro II não trata especificamente desta questão, mas, em diversas fontes, é possível achar referências a brasileiros que se dirigiam ao Egito a fim de aprender sobre suas estradas de ferro e obras de represamento, bem como de irrigação e mesmo cultivo, sobretudo, de algodão[119]. Por terem posição geográfica subtropical comum, havia interesse em saber como lá se davam ainda culturas como do café, do algodão e do fumo.

Ao que parece, porém, a ideia de aproximação com o Império Otomano via diplomacia ficava assim mais numa ligação tênue, não se materializando as intenções iniciais de maior interação comercial via uma marinha mercante ou vendas diretas de café ou qualquer outro produto. O consulado em Alexandria, porém, recebeu o imperador brasileiro, que visitou por duas vezes o Egito, mais, sobretudo, em função de seu interesse intelectual pessoal pelo Egito Antigo do que por uma política ativa de aproximação com o Império Otomano[120].

118 *O Paiz*, 3/12/1925.

119 *O Estado de S. Paulo*, 17/7/1907.

120 Em 1873 era publicada no *Almanak Laemmert* a existência de um vice-cônsul em Ismailia, Constantino Betroz. Aparentemente, este se manteve no cargo até 1879. Em 1877 passam a figurar representantes brasileiros em cidades egípcias como Mansourah (Michel Joseph Debbane), Damielti (Selim Salomé) e Suez (B. Caury). Neste ano surge pela primeira vez a figura de um vice-cônsul honorário no Cairo, G. H. Pandelidis, substituído em 1880 por N. D. Comanos. Em 1878 surge um vice-cônsul em Tantah, Elias Dibo. Esses vice-consulados, provavelmente abertos quando da segunda visita de Dom Pedro II, se mantiveram ativos nos anos 1880. N.D. Comanos também servia ao governo dos Estados Unidos nesta mesma época, como vice-cônsul geral no Cairo. HR TO 79/54, BOA.

4.3. Os novos súditos do califa no Brasil

Abdurrahman bin Abdullah Al-Baghdadi, como seu sobrenome indica, era originário de Bagdá, mas cresceu em Damasco, e encontrou serviço como imã em Constantinopla durante o sultanato de Abdul Aziz (r. 1861-1876). Em setembro de 1865, a serviço da Marinha Otomana, partiu em um dos dois vapores que iam da capital otomana para Basra, seguindo o longo caminho pelo Mediterrâneo e Atlântico Sul, uma vez que na época ainda não existia o Canal de Suez. Questões técnicas forçaram as duas embarcações a parar no Rio de Janeiro e, na então capital do Império do Brasil, o sacerdote e toda a tripulação otomana se surpreenderam ao se deparar com escravos negros muçulmanos que ali viviam, os malês. Al-Baghdadi resolveu então abandonar o vapor "a fim de instruir os muçulmanos que vivem nesse país, enquanto calculava a recompensa do semblante do Senhor do Universo" e acabou por viver cerca de três anos em terras brasileiras (1865-1867) (Farah: 2007). Em 1871 uma tradução do árabe para o turco-otomano de suas impressões de viagens foi publicada com o título de *Tercume-i Seyahatname-i Brezilya*, e uma outra versão intitulada *Brezilya'da Ehl-i Islam* apareceu em 1889 em Bahçesaray, na Crimeia, publicada pela gráfica do jornal *Tercüman*, de Ismail Gasprinski.

Várias são as versões recentes da narrativa em questão, em inglês, alemão, turco moderno e até mesmo em português[121]. Da mesma forma que o relato de Francisco de Miranda foi o primeiro do Império Otomano feito por um nativo do continente americano, aquele elaborado por Al-Baghdadi foi provavelmente o primeiro a tratar de impressões diretas de um súdito otomano

121 AL-BAGDADI, Abd al-Rahman, *The Amusement of the Foreigner,* trans. Yacine Addoun and Renne Soulodre-La France (Toronto: Nigerian Hinterland Project, York University, 2001) Disponível em: <www.yorku.ca/nhp/shadd/baghdadi.pdf>; Rosemarie Quring-Zoche. Bei Den Male Bresilien Das Reisebuch des Abdarrahmman al Bagdadi. Die Welt des Islams (40),2000, p. 196-273.

muçulmano sobre o Brasil. Uma pesquisa mais aprofundada sobre as edições publicadas na segunda metade do século XIX, bem como sobre a movimentação de navios otomanos em portos brasileiros, faz-se ainda necessária, mas vale resumir algumas das impressões que o religioso muçulmano teve das províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, bem como indicações que dá sobre as relações entre os dois impérios.

Sobre a chegada na então capital brasileira, Al-Baghdadi fala de cerimônias oficiais, disparos de canhões e demonstrações de honra militar aos militares otomanos. No dia seguinte, quando de inspeções da tripulação pela cidade, o grupo despertou imensa curiosidade na população local – e aparentemente atitudes hostis por parte da mesma população –, mas mesmo assim o comandante permitiu que europeus visitassem as embarcações a fim de dar-se a conhecer.

Tendo logo ouvido falar na existência de cerca de cinco mil muçulmanos entre os escravos do Brasil, Al-Baghdadi enfrentou resistência do comandante ao decidir ficar no país a fim de ali ensinar a religião. Temendo complicações políticas entre os dois impérios, disse ao sacerdote:

> *Saiba que o que se espera entre os Estados é que cada país possa controlar a religião em seu território, entre suas regiões e seus vales. Depois que eu permiti que você fosse com eles, arrependi-me porque eu temi que o governo constatasse sua presença, tirasse minha estabilidade e dissesse: "As embarcações otomanas chegaram ao nosso país e corromperam a religião que nós herdamos dos nossos pais e dos nossos avós. E eis que [os otomanos] lhes enviaram um sacerdote que ensina às pessoas a religião e o modo de vida deles". Talvez isso provoque uma grande intriga como consequência e minha noite*

> *seja sombria porquanto eu sou por isso responsável (apud Farah: 2007).*

Diante da decisão definitiva de Al-Baghdadi ficar, o capitão disse então às autoridades brasileiras que o sacerdote partira a fim de melhor conhecer o país e que não poderia esperá-lo por conta de seus compromissos. O governo brasileiro respondeu então que tão logo este fosse encontrado, seria enviado de volta. Al-Baghdadi trata então de temas como conversão ao Islã em terras brasileiras, a compra de exemplares de Alcorão para uso na conversão[122], e tenta explicar para seus leitores o que seria exatamente o distante e desconhecido Brasil:

> *É um território que pertence à América do Sul. Foi conquistado pelos filhos de Portugal, que despenderam um grande esforço para erguer e embelezar suas construções e sua arquitetura. Depois disso, nomearam um dos filhos de seus reis para governar o país. Mas ele se apoderou [do governo do Brasil], opôs-se ao pai e tornou-se independente dele. Os outros Estados firmaram tratados com ele, e o país foi denominado Brasil. Esse é o nome daquele primeiro jovem rei. [À margem do texto] Eu acredito que o motivo da denominação Brasil é que este é o nome de uma árvore da qual se extrai uma tinta vermelha chamada Brazuh no idioma dos estrangeiros. Com ela, pinta-se a lã – e Deus sabe mais. A primeira vez em que essa região foi descoberta e passou a ser conhecida foi no ano de 1500 da era cristã. Conta-se que, antes disso, o povo de Djín já a conhecia – e Deus, o Excelso, sabe mais. E*

122 Em 1869, em relatório ao Ministério das Relações Exteriores da França, o Conde de Gobineau, falava em cerca de cem exemplares do Alcorão vendidos pelos livreiros franceses Fauchon e Dupont primordialmente a escravos e ex-escravos, que faziam grandes sacrifícios para pagar por eles (Silva, 2003: 177-186).

> *esse Estado tornou-se independente no final dos anos 1800 da era cristã... Eles possuem aproximadamente 40.000 militares do Exército e da Marinha e cerca de 85 vapores, navios de guerra e navios mercantes. Possuem instituições, escolas e ciências industriais. O Estado utiliza papel-moeda por causa da escassez de ouro e de prata. A princípio, eles tinham esses dois metais, mas se diz que eles se esgotaram. E [o Brasil] possui uma quantidade enorme de dívidas. Extrai-se diamante daqui (...) Eles são muito civilizados, mas não alcançaram o nível de refinamento da Europa.*

Al-Baghdadi relatava ainda as dificuldades de se praticar o Islamismo no império em questão, não só pelo segredo que este envolvia, como pela "ignorância" existente entre os fiéis sobre os rituais e afins. Sobre Bahia e Pernambuco falava da comum ignorância ao do Rio de Janeiro, embora no primeiro caso houvesse uma peculiaridade:

> *(...) quando o homem quer casar, escolhe dentre as moças próximas alguma que lhe agrade. Leva-a para casa e passa assim algum tempo até que ela lhe dê filhos. Depois disso, caso fique evidente que ela sabe guardar seus segredos e cuidar de suas coisas e que sente afeição por ele, une-se oficialmente a ela, que passa a ser chamada de sua esposa. Eu permaneci nesta cidade aproximadamente um ano e não tinha outra ocupação além de ensinar os muçulmanos e retificar sua conduta de acordo com minha capacidade e possibilidade.*

Depois de três anos atuando junto aos negros muçulmanos nas principais capitais do Império do Brasil, o imã diz ter sentido "saudade de ouvir o chamado à oração e de ver as mesquitas e os amigos". Despediu-se da comunidade islâmica local, que o sustentou

por todo o tempo e pagou sua passagem de volta, prometendo retornar se o governo otomano o enviasse novamente à região. Empreendeu então uma extensa viagem por localidades islâmicas ou relacionadas ao Islã, concluindo com a peregrinação à cidade santa de Meca. Iniciou o caminho de volta pela Andaluzia espanhola, passou por Gibraltar, Marrocos, Argélia, Malta, Alexandria, Cairo e Jidda, antes de chegar a Meca e Medina, completando o *hajj*, um dos pilares da fé muçulmana. Visitou então a Damasco de sua infância, retornando finalmente a Constantinopla, onde pôs no papel suas experiências até então inéditas.

Como dito anteriormente, resta analisar com atenção as traduções contemporâneas de sua obra e a repercussão que certamente tiveram, levando em conta tanto sua importância como precedente das relações Brasil-Império Otomano, bem como seu papel na política pan-islamista do sultão seguinte, Abdul Hamid II (r. 1876--1908). Não resta dúvida, porém, o quão interessante deve ter sido aos otomanos tomarem ciência da existência de inúmeros escravos negros muçulmanos no longínquo Império do Brasil.

Enquanto Al-Baghdadi fazia seu *hajj* a Meca, o engenheiro mineiro Christiano Benedito Ottoni se embrenhava pelo Egito a fim de melhor conhecer as obras de construção do Canal de Suez (Ottoni, 1983: 135). Ottoni, conhecido como o "pai das estradas de ferro no Brasil", por ter sido o primeiro diretor da Estrada de Ferro Dom Pedro II, lá esteve em 1868 e buscou também se inteirar das obras ferroviárias em curso no Egito de então. Aparentemente, foi o primeiro brasileiro de destaque a visitar a então província otomana, buscando aprender com a experiência local para replicar sucessos ou evitar fracassos no Brasil. A primeira autoridade do império a lá estar, porém, foi a autoridade máxima do Brasil: o imperador.

4.4. O imperador tropical orientalista

O ano de 1876 foi um dos mais agitados da fase final da história do Império Otomano e, em meio a tantos acontecimentos, D. Pedro II (r. 1840-1889) e comitiva passaram cerca de quatro meses em terras otomanas, duas semanas na sua capital[123]. Não foi o primeiro nem o último monarca a visitar Constantinopla, tendo a imperatriz da França, Eugenie, estado lá em 1869 quando de seu caminho para a inauguração do Canal de Suez, no Egito, e, como já dito, tendo o kaiser alemão Guilherme II visitado a capital e diversas províncias em 1889 e 1898 (Mansel, 2006: 274, 339). Destas visitas ficaram marcos físicos, como o quarto ocupado pela imperatriz no Palácio Beylerbeyi, na margem asiática do Bósforo, ou a fonte oferecida por Guilherme II na praça do Hipódromo, em Istambul, além de inúmeros conhecidos relatos. Nenhum monumento ou algo de palpável ficou, porém, da visita feita pelo imperador do Brasil em outubro de 1876. Tentemos entender o porquê deste silêncio, bem como se desenrolou os preparativos de tal curiosa viagem, a viagem em si e o que ficou dela.

Uma das principais características políticas do período conhecido na história otomana como *Tanzimat* (1839-1876)[124] foi o domínio da Sublime Porta – a burocracia otomana, centralizada no Ministério das Relações Exteriores – sobre o palácio do sultão. Com o falecimento do último dos homens fortes do *Tanzimat*, Aali Paxá – o mesmo que negociou inicialmente o tratado com o Brasil – em 7 de setembro de 1871, o sultão Abdul Aziz (r. 1861-

123 Machado de Assis, em sua crônica de 1° de setembro de 1876 na *Ilustração Brasileira*, tratava das trocas de sultões no Império Otomano fazendo interessante analogia com a vizinhança brasileira: "Assim, a Turquia está em risco de perder seu atual sultão, ou o sultão, de perder a Turquia. Há pouco mais de um mês governava o tio deste; este cede o passo a um irmão. *É uma peça mágica com música e pancadaria*. A Turquia está a macaquear a Bolívia de um modo escandaloso: muda de sultões como a Bolívia, de presidentes e o leitor, de camisas".

124 Há quem entenda o período do sultanato de Abdul Hamid II (r. 1876-1908) como parte do *Tanzimat*, que significa ao pé da letra "Reorganizações", estendendo-o, portanto, até 1908.

-1876) procurou montar um grupo político forte e recuperar o poder perdido. Uma das principais táticas foi a mudança constante de grão-vizires e ministros para que não construíssem bases de poder (Shaw & Shaw, 1977: 153). Caos financeiro, fome, crises em diversas províncias e diversos problemas internos levaram a um clamor por parte da oposição do regime por uma constituição. Em 30 de maio de 1876, Abdul Aziz foi deposto e seu sobrinho Murad V assumiu o sultanato. Quatro dias depois Abdul Aziz foi encontrado morto e até hoje perduram as especulações se de fato foi suicídio ou assassinato.

No dia 15 de junho, outro evento traumático: Çerkez Hasan, o irmão de uma das concubinas do sultão Abdul Aziz e membro da equipe do príncipe Yusuf Izzeddin, interrompeu uma reunião ministerial e assassinou Huseyin Avni e o então ministro das Relações Exteriores Rashid Paxá, além de ter ferido várias pessoas, por conta de uma ofensa pessoal que teria sofrido do chefe militar (*serasker*) e em vingança pela morte do sultão. Ele foi julgado, condenado e enforcado alguns dias depois. O evento, porém, potencializou problemas emocionais que já eram apresentados pelo sultão Murad V, que acabou sendo declarado incapaz de se manter no trono. Em 7 de setembro, seu irmão Abdul Hamid II assumiu então como sultão. Recebia um governo extremamente fragilizado, em especial por conta de revoltas separatistas cristãs nos Bálcãs, a exigência interna e externa por uma Constituição e os preparativos para uma nova guerra contra a Rússia.

Foi sob este pano de fundo político, e durante o mês do Ramadã, que D. Pedro II e comitiva chegavam ao Império Otomano. Mas o que levava um monarca de um império tão distante a tal jornada? D. Pedro há muito se interessava pelo dito "Oriente", buscando estar atualizado com a literatura a respeito, colecionando fotografias que pedia para que os diplomatas brasileiros na Europa

comprassem ou se correspondendo com renomados estudiosos da área, como Ernest Renan. Como já vimos, em 1871 o imperador nascido em terras brasileiras, mas descendente das dinastias dos Habsburgo, Bourbon e Bragança, saiu do Brasil pela primeira vez. O motivo oficial foi o tratamento de saúde da imperatriz Teresa Cristina, mas o principal moto foi o falecimento de sua filha Leopoldina, na Áustria. Era desejo de o imperador encontrar o genro e os netos e levá-los com ele de volta para o Brasil. Em meio ao luto, porém, encontrou tempo e forças para realizar sua primeira visita ao Egito, onde encontrou o cônsul Debanné citado acima. Aparentemente as negociações quanto a esta visita se deram diretamente com o quediva Ismail Paxá, o governante local, sem passar pela sede do poder que ainda dominava o Egito então, Constantinopla. Não deixava, porém, de ser a primeira visita de uma autoridade brasileira a território otomano.

De 3 a 13 de novembro de 1871, D. Pedro II e sua comitiva visitaram várias instituições, sítios históricos e pontos turísticos de Alexandria e do Cairo. D. Pedro II e Ismail Paxá encontraram-se duas vezes em visitas protocolares e o quediva facilitou sua estadia, chegando a permitir que a imperatriz Teresa Cristina visitasse um harém real, conforme era seu desejo. O imperador travou relações então com os reputados egiptólogos Auguste Mariette e Heinrich Brugsch e com eles visitou o museu do Boulaq, as pirâmides[125], várias ruínas e o Instituto do Egito. Neste último foi nomeado membro honorário e fez um rápido discurso de agradecimento "para mostrar que sabia algo sobre o Egito em minha terra natal e viajei por este com espírito de observação"[126]. O imperador também visitou as obras da barragem no Nilo, diversas mesquitas

125 Dom Pedro II escreveu orgulhosamente em seu diário em 13 de novembro de 1871 que somente três imperadores subiram nas pirâmides: o então imperador austríaco, o romano Adriano e ele próprio. Bediaga, 1999. De agora em diante, *Diários*.

126 *Diários*, 10 de novembro de 1871.

– Al-Azhar entre elas –, uma escola local e também assistiu a apresentações de dança do ventre e cerimônias de circuncisão e dervixes rodopiantes. Pareceu um tanto desapontado pelo fato de o Egito de então ter tão pouco do Egito Antigo, mas ao mesmo tempo mostrava-se realmente maravilhado pelos encontros com pesquisadores como Mariette e Brugsch. Nesta ocasião ainda conheceu o Barão Gustave Schreiner, que servia como cônsul austríaco no Cairo e o convidou para se mudar para o Rio de Janeiro e tornar-se então seu professor particular de árabe[127].

Em 1876, nova viagem para fora do Brasil, oficialmente também para tratar da saúde, devidamente autorizada pela Assembleia. A princesa Isabel ficou como regente e a família imperial partiu para uma volta ao mundo, começando pelos Estados Unidos, onde o imperador participou da inauguração e de diversos festejos na Exposição Universal da Filadélfia, comemorativa do centenário da independência daquele país.

Como já tratado anteriormente, quando de sua estada em terras norte-americanas fez boa figura junto à população local e alguns estrangeiros em função de seu genuíno interesse pelo país, suas instituições e inventos. Além da exposição em si, que visitou com vagar e atenção, fez questão de conhecer bibliotecas, prisões, escolas, obras públicas e diversas outras instituições em praticamente todo lugar que passou (Cribelli, 2009: 223-54). A própria legação imperial otomana em Washington liderada pelo grego J. Aristarchi Bey acompanhou com atenção, e certo entusiasmo, esta boa impressão que D. Pedro deixava nos Estados Unidos[128]. O chefe da legação chegou a recomendar ao ministro das

127 Schreiner serviu no Rio de 1875 a 1882 e durante este tempo ensinou árabe ao imperador. Além de Schreiner, Leonhard Akerblom, Ferdinand Koch, Karl Henning e Christian Seybold ensinaram árabe e outras línguas orientais como hebraico, turco, sânscrito e persa a D. Pedro II, até, literalmente, seus últimos momentos de vida.

128 HR.SYS. 75/9. Washington, 18/2/1876. BOA.

Relações Exteriores otomano, Rachid Paxá, a concessão da ordem Osmaniye em brilhantes ao monarca brasileiro[129].

A partir de abril de 1876, começava uma ávida troca de correspondência entre as embaixadas otomanas na Bélgica, Rússia, Áustria e Alemanha e a Sublime Porta, em Constantinopla, a respeito do desejo do monarca brasileiro visitar aquela capital no segundo semestre do mesmo ano, seguindo então para Síria, Palestina e Egito[130]. Tão logo chegou à Europa, D. Pedro deixou a imperatriz em Gastein, cuidando de sua saúde, e seguiu para os Reinos Unidos de Suécia e Noruega, onde encontrou seu amigo Conde de Gobineau, que ali representava o governo da França, e em sua companhia, não só visitou estes reinos, como também a Rússia, incluindo a Crimeia, região então de inúmeros contenciosos entre os impérios russo e otomano. Mesmo na Rússia D. Pedro II procurou visitar instituições ligadas ao Oriente como o Instituto Lazarev de Línguas Orientais em Moscou. Enquanto visitava São Petersburgo participou do Terceiro Congresso de Orientalistas (Fig 23). Na Crimeia, encontrou-se com o czar Alexandre II.

O intuito era seguir de Odessa para Constantinopla, onde a imperatriz já o aguardaria e de lá, ainda na companhia de Gobineau, seguir para a Grécia, onde se separariam. Da Grécia, tornada independente em 1830, D. Pedro passaria novamente ainda por terras otomanas, seguindo para Esmirna, e de lá para o Líbano, Síria, Palestina e novamente Egito. Os embaixadores otomanos frisavam a parte europeia da viagem e ressaltavam o desejo da família imperial de passar incógnita. Ediem Paxá, que servia em Berlim, porém, ressaltava que o governo brasileiro não contava com representação formal em Constantinopla e como a

129 HR.SYS. N. 75/8. Washington, 28/4/1876. BOA.

130 HR.SYS. N. 75/8. São Petersburgo, 6/4/1876. Bruxelas, 1/8/1876. São Petersburgo, 4/8/1876. Berlim, 7/8/1876. Constantinopla, 23/8/1876. Viena, 28/8/1876. BOA.

capital não contava com um hotel "digno do augusto visitante", o sultão deveria oferecer uma habitação governamental.

Quando o imperador estava na Rússia, o ministro das relações exteriores Safvet Paxá escreveu para os embaixadores em São Petersburgo e Berlim, Cabouly e Ediem Paxás, que o sultão Murad V passava por sérios problemas de saúde, a ponto de não poder nem mesmo receber em audiência representantes das potências europeias, pedindo para que insinuasse ao monarca brasileiro que iniciasse a visita pelo Egito e Palestina[131]. No final do mesmo mês de agosto, porém, mandava telegramas pedindo para que os mesmos desconsiderassem a correspondência anterior e desejando que não tivesse sido cumprido o que pediu. No início de setembro a legação brasileira em Viena era informada da aceitação otomana da visita da família imperial a Constantinopla.

Em setembro a embaixada otomana em Viena e o consulado em Odessa passavam a acompanhar mais de perto os movimentos da imperatriz e do imperador do Brasil, respectivamente, a fim de melhor recebê-los em terras otomanas. O embaixador em Viena informava por meio de telegramas a partida da imperatriz de Pesth, sua parada em Roustchouk, sua chegada a Varna e, daí, sua ida de navio para Constantinopla[132]. O cônsul otomano Halil, em Odessa, enviava telegramas falando da passagem de D. Pedro II por aquela cidade em seu caminho para a Crimeia e que no retorno desta, em 18 de setembro pegaria o barco russo "Wladimir" naquela cidade para Constantinopla[133].

Teresa Cristina chegou à capital otomana em 20 de setembro de 1876, no vapor austríaco Urano. O dragomano do Divan Imperial, Munir Bey, e um camarista do sultão foram a bordo

131 HR.SYS. N. 75/8 Constantinopla, 9/8/1876, 19/8/1876. BOA.

132 *Le Levant Herald*, 4/10/1876.

133 HR.SYS. N. 75/8. Odessa, 11 e 14-16/9/1876. BOA.

cumprimentá-la e colocar-se as suas ordens, ressaltando que o Palácio das Águas Doces da Ásia estava preparado pelo governo para recebê-la. Esta recusou delicadamente ressaltando o caráter incógnito da visita e se instalou no Hotel Royal, então bastante popular entre viajantes, no lado europeu do Bósforo. Ainda sem a companhia de D. Pedro, mas junto à Condessa de Barral, fez um passeio de barco pelas águas doces da Ásia, visitou os jardins e o palácio de Beylerbeyi, algumas mesquitas e foi ouvir missa na capela da legação francesa.

D. Pedro II chegou em 1° de outubro e foi recebido pelo embaixador da Áustria, Conde Zachy, pelo diretor da companhia de navegação russa, Barão Steiger, além de autoridades otomanas. Embaixadores estrangeiros e ministros otomanos foram saudá-lo no Hotel Royal. No dia 4 de outubro, os soberanos brasileiros foram ao palácio de Dolmabahçe pela manhã visitar o sultão Abdul Hamid II. No mesmo dia, acompanhado de seu ministro dos negócios estrangeiros, Safvet Paxá, retribuiu a visita, indo ao hotel em que se hospedavam[134]. Estes foram os únicos encontros entre os soberanos.

No mesmo dia dos encontros com o sultão, D. Pedro II e comitiva foram assistir cerimônia ligada ao Ramadã na então mesquita de Hagia Sophia. A condessa registrou em seus diários: "A mesquita estava toda iluminada e cheia de homens orando e caindo de joelhos como se fossem um só, com um barulho extraordinário, era muito impressionante" (*apud* Achcar & Barbosa, 2011).

Além dos lugares turísticos normalmente visitados por viajantes de então, como a mesquita de Hagia Sophia citada, o museu de Santa Irene e a floresta de Belgrado, D. Pedro manteve

134 *Jornal do Commercio*, 2/11/1876. *Le Levant Herald*, 11/10/1876. Ver também citações do diário da Condessa de Barral pertencentes à coleção José e Guita Mindlin em Achcar & Barbosa, 2010: 192-6.

em Constantinopla o hábito que desenvolvia em suas viagens de visitar instituições do país em questão. No dia 5 de outubro, acompanhado do barão do Bom Retiro, visitou o Observatório Imperial otomano pedindo para que este estabelecesse troca de correspondência com seu congênere no Rio de Janeiro[135]. Visitou ainda a escola turca de meninos Dar-el-Founoun e a escola de meninas Valide-Mektebi, o ministério da guerra, o tesouro imperial otomano e os reservatórios de água da capital[136].

Alguns dias foram reservados para uma visita à cidade de Bursa, partindo de vapor de Constantinopla até Mudania, no mar de Mármara, e de lá de carruagem até a primeira capital otomana. Diversas mesquitas e túmulos de sultões foram visitados pelos soberanos e comitiva, bem como um tradicional banho turco[137]. Passaram mais alguns dias em Constantinopla e nesta ocasião a imperatriz e a condessa de Barral encontraram mais uma vez o sultão, ao visitarem seu harém. Foram apresentadas a uma tia deste e à sua "favorita", que embora não fosse bela, era charmosa, segundo as recordações da condessa. Nesta segunda estada foram ainda à Mesquita de Eyüp, no fundo do Chifre de Ouro, normalmente com acesso proibido aos infiéis.

É digno de nota esse interesse do imperador e sua comitiva em visitar lugares caros aos otomanos muçulmanos, fugindo dos roteiros óbvios seguidos por europeus. D. Pedro II também buscou se encontrar com as comunidades grega, armênia e levantina residentes em Constantinopla. Com os primeiros através do encontro com membros do Silogeu Literário de Pera, com os últimos em apresentação teatral (Figs 30 e 31).

135 *Le Levant Herald*, 11/10/1876; *Jornal do Commercio*, 10/11/1876.

136 HR.SYS. N. 75/8. BOA. *Le Levant Herald*, 11/10/1876; *Jornal do Commercio*, 8/11/1876.

137 *Jornal do Commercio*, 10/11/1876.

É interessante notar que em sua coleção de fotografias, consta somente uma imagem de Constantinopla, do interior da mesquita de Hagia Sofia (Fig. 27), mas dezenas de fotografias dos túmulos de sultões em Bursa (Figs. 28 e 29) e de algumas ruínas históricas da região de Esmirna. Esta última, então largamente habitada por europeus e cristãos, foi visitada por D. Pedro II e seu séquito quando do retorno da Grécia. Em carta ao conde de Gobineau, que se despedira do grupo em Atenas, o imperador falava de seu interesse pelo passado helênico da região e diz ter ali visitado o museu local recém-inaugurado, a acrópole da velha cidade, além das ruínas de Sardes e Éfeso. Ficou profundamente impressionado pela última:

> *Mr. Wood cometeu desgastes imperdoáveis e quis encontrar rapidamente peças para o Museu Britânico. No local do Templo de Diana, não há mais do que uma grande depressão repleta de detritos. Nós vemos muito bem a imensa gravidade, este espaço da vila sagrada, assim como aquela da profana Odeon onde pregou São Paulo se reconhece bem, mas não reconhecemos lugar nenhum ao qual deu origem, por assim dizer, a terra, o teatro de Baco em Atenas. Que lembranças indeléveis me deixaram esta cidade de toda minha excursão helênica!*[138].

Infelizmente, os diários certamente escritos por D. Pedro II quando de sua estadia em Constantinopla e na Grécia parecem perdidos, não sendo encontrados nos arquivos do Museu Imperial de Petrópolis como os relativos às demais viagens. Dos Estados Unidos, passaram para o início da segunda fase na região hoje conhecida como Oriente Médio, então parte do Império Otomano: Líbano, Síria, Palestina e Egito. Não tratava de seu período em

138 64.02.002 nº 003 – FBN.

Beirute[139], indo direto para Baalbeck e de lá Damasco. Aqui e ali D. Pedro II comentava, porém, sobre o governo otomano como quando trata da obra na estrada para Baalbeck, ressaltando o método de se usar a mão de obra de "cada homem durante quatro dias do ano e em época diferente da das ocupações agrícolas"[140]. Na Síria, comentava de uma aldeia que visitou com terras concedidas pela Turquia a imigrantes circassianos[141]. Estes eram muçulmanos e fugiam de massacres perpetrados pelos russos em sua expansão pelas bordas do Mar Negro. Na Palestina comenta daqueles que identifica como beduínos que faziam a segurança de peregrinos, sendo seu xeique uma espécie de senhor feudal da região, tolerado pelos turcos em troca de dinheiro, acrescentando que muitos fugiam do recrutamento otomano[142].

Em 6 de dezembro de 1876, D. Pedro II e comitiva chegavam a Jaffa, na Palestina, onde o navio "Áquila Imperial" os aguardava para leva-los até Port Said, no Egito. Chegava ao fim a peregrinação pela chamada Grande Síria. Antes de embarcar, porém, o barão do Bom Retiro enviou um telegrama para o ministro das Relações Exteriores otomano, a pedido do imperador, de agradecimento pelos esforços para que fossem bem atendidos[143].

139 Segundo Roberto Khatlab (1999:74-5), uma vez instalado no Hotel Belle Vue, em Beirute, o imperador fez caminhadas pela cidade. Visitou a igreja grega ortodoxa de São Jorge, a igreja de São Luis, os frades capuchinhos e a mesquita do Serraglio. Passou por Jounieh, indo então para Bkerke – sede do patriarcado da igreja maronita –, onde visitou o patriarca Boulos Mass´ad. D. Pedro II também visitou o Colégio Protestante Sírio, o Colégio dos Jesuítas Franceses, entre outras instituições. Encontrou ainda o gramático de árabe Ibrahim al-Yazigi e o professor Cornelius Van Dyck, tanto em sua residência como em uma aula sua na universidade, assistindo-a como aluno comum. O imperador também encontrou o governador-geral Rouson Paxá Mariani em Ba´abda e chegou à cidade de Chtaura, no Vale do Bekaa. Passando por Zahle chegou ao local que mais atraíra sua atenção ao visitar a Moutassarrifat do Líbano: Baalbeck.

140 Diários, 14/11/1876.

141 Diários, 19/11/1876.

142 Diários, 28/11/1876.

143 HR.SYS. N. 75/8. Jaffa, 6/12/1876. BOA. *A Província de São Paulo*, 7/12/1876.

Da correspondência encaminhada pelo cônsul brasileiro, Georges Nacouz, em Alexandria ao ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, sabe-se que a família imperial e comitiva chegaram ao Egito no dia 7 de dezembro e logo seguiram para o Cairo, fazendo parte do trajeto em um trem especial posto à disposição pelo quediva. Constantino Bertroz, cônsul do Brasil em Ismailia, os acompanhou[144]. Naquela cidade também recusaram a hospitalidade oficial do quediva, se hospedando no Hotel Neuf, porém, trocando visitas com o governante local nos dias 9 e 10 de dezembro. A família imperial seguiu para o Alto Egito logo em seguida também em um transporte ofertado pelo governante local, no caso o vapor "Ferouz"[145].

D. Pedro II certamente pode ser entendido como um orientalista, mais nos termos usados por Robert Irwin, como um intelectual verdadeiramente devotado, do que por Edward Said, como dono de interesses políticos mais amplos. Era mais um diletante, certamente influenciado pela moda intelectual europeia, do que um governante interessado em se impor ao Oriente. Várias poderiam ser as explicações possíveis para esse interesse pela região: herdou o interesse e a biblioteca "orientalista" de sua mãe, a imperatriz Leopoldina; tinha interesse em fazer parte da moda intelectual de seu tempo; ou foi ainda influenciado pelo Conde de Gobineau. Sua ligação com os cristãos da região parece antiga, porém, remontando aos seus primeiros anos de reinado, em 14 de setembro de 1846, recebia a Grã Cruz da Ordem Militar do Santo Sepulcro e Hospício de São João de Jerusalém[146].

Como dito anteriormente, o imperador acalentava um vivo interesse por tudo relacionado à região, estudando suas

144 *Le Levant Herald*, 27/12/1876; *Almanak Laemmert*, 1878, p. 215. 237/1/19 AHI.

145 237/1/18. AHI. *A Província de São Paulo*, 12/121876.

146 D. A. 1.5.41, AIHGB.

línguas, comprando livros e fotografias, correspondendo-se com especialistas e mantendo-se atualizado sobre as principais discussões que se davam no âmbito dos congressos orientalistas de então. Seu interesse parece ser, sobretudo, intelectual e suas viagens devem ser entendidas mais sob este prisma do que sob um interesse político maior por parte do Império do Brasil. Sua visão pessoal sobre a política das grandes potências para o Império Otomano, a chamada Questão do Oriente, porém, pode ser vislumbrada em sua correspondência e aponta para uma posição pouco simpática aos turcos. Em julho de 1878 escrevia ao conde de Gobineau:

> *Pela Questão do Oriente, o arranjo velado de pelo menos alguns anos, pouco a pouco a Turquia será dividida na Europa e parcialmente na Ásia entre nações que as instituições sociais não carregam o germe da destruição, como na Turquia, embora elas também sofram enormemente de padrões muito graves*[147].

De suas visitas a terras otomanas, ficaria, além de imenso acervo de fotografias e obras impressas hoje na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, basicamente a troca de correspondência protocolar com o "muito caro e perfeito amigo" o sultão Abdul Hamid II, comunicando de seu retorno seguro ao Brasil, do nascimento de netos ou de nova viagem ao exterior, deixando a princesa Isabel como regente[148].

147 64.02.002 nº 003 –3 1/7/1878, FBN.

148 Y.EE.00059 (Dosya n. 59 Gomlek n. 20; Y.EE 00060 (Dosya n. 60 Gomlek n. 28 Tarih 1298 Z 06); HR TO 79/71, BOA. Segundo Mary del Priore (2008: 119, 122), D. Pedro II chegou a aventar uma nova visita ao Egito quando de sua terceira estada no exterior, em 1888, mas esta só "ficou no tinteiro". Em seus diários comenta várias vezes sobre interesse da Princesa Isabel realizar mesma viagem.

4.5. Observações finais

Nos séculos XVI e XVII o Império Otomano e as Américas eram regiões basicamente sem contato mútuo. Sabiam da existência uma da outra, usavam-na em seu imaginário, mas inexistiam relações práticas. No final do século XVIII, pela primeira vez um viajante nascido no continente americano, Francisco de Miranda, passava por terras otomanas legando um olhar diferente da região, daquele retratado pelos europeus. Era, porém, no século XIX, no contexto de uma necessária abertura do Império Otomano para o mundo, seja em virtude de pressão ocidental ou de buscas por alternativas a este poder, que o Brasil – que se conformava como uma entidade independente de fato – buscou travar contato com ele.

O envio recíproco de cônsules, a negociação e a assinatura de um tratado de comércio, nos mesmos moldes daqueles firmados com potências europeias, funcionaram como um prólogo de relações políticas e comerciais que de fato só se concretizariam no século seguinte. A visita de um viajante otomano ao Brasil, no caso o imã Al-Baghdadi, dava a conhecer "novos súditos do califa", muçulmanos que ali viviam, carentes de um melhor conhecimento dos preceitos religiosos. Tal existência teve algum peso no discurso pan-islamista do sultão Abdul Hamid II (r. 1876-1909). Por fim, o interesse "orientalista" de D. Pedro II e suas viagens para a região não necessariamente expressavam uma política do Império do Brasil de uma relação mais próxima, mas primordialmente um interesse intelectual do monarca, mas com algumas potencialidades de se aprender sobre experiências agrícolas e tecnológicas parecidas.

As relações mais próximas se deram, porém, no início de uma importante fase, a de movimentos migratórios do Império Otomano em processo de fragmentação para o Império do Brasil, em sua fase final, e início da fase republicana. Ao visitar

Damasco, em 1876, D. Pedro II parecia ainda impressionado com os massacres de cristãos perpetrados em 1860 e narrados pelo cônsul Antonio Machado em seus relatórios. Fez questão de visitar o "argelino" Abd-el-Kader e pessoalmente lhe agradecer por ter salvado muitas vidas de cristãos na ocasião e de percorrer locais da cidade relacionados a este. Ao visitar uma muralha onde estavam enterrados ossos dos cristãos então assassinados, escrevia: "Falam de 4 a 600 e ainda agora passam alguns a noite assustados e temem que a vitória dos Serbas [Sérvios] seja motivo para outra matança. Até querem emigrar para o Brasil segundo ouvi"[149]. Começava justamente uma nova fase das relações Brasil-Império Otomano, com inúmeras repercussões até os dias atuais, a ser tratada no próximo capítulo.

149 *Diários*, 16 de novembro de 1876.

CAPÍTULO 5
O IMPÉRIO OTOMANO, O BRASIL E A IMIGRAÇÃO

Os contatos esporádicos e as relações incógnitas entre o Brasil e o Império Otomano começaram a ganhar mais intensidade na virada do século XIX para o XX. O motivo principal para tanto foi o da imigração de súditos otomanos para o Brasil. A partir da década de 1870, árabes da Grande Síria começaram a se aventurar pelos oceanos em direção ao continente americano. Estados Unidos, Argentina e Brasil foram, nesta ordem, os principais destinos, embora México, Chile e outras repúblicas sul-americanas também contassem com significativo número de imigrantes. Estes contaram com uma breve precedência de gregos e foram seguidos mais tarde por armênios da Anatólia Oriental, vindos em duas fases: a primeira na década de 1890 e a segunda após os massacres de 1915. Os judeus otomanos por sua vez também se dirigiram aos trópicos, vindos de diversas cidades otomanas (inclusive da Grande Síria), mas, sobretudo, de Esmirna e pequenas aldeias próximas como Urlá, Aydin e Magnésia, na região do Mar Egeu.

Este capítulo trata do desenvolvimento das conexões entre o Brasil e o Império Otomano que, com o advento da imigração, ganhava importante ímpeto. Busca-se aqui tratar dos

acontecimentos internos e externos do Império Otomano que explicam a alteração de *status* e a saída de milhares de súditos, ressalta-se a especificidade de cada grupo étnico/confessional, mas, sobretudo, atém-se à nova tentativa de formalizar as relações bilaterais tendo a imigração por pano de fundo. Sem ser oficialmente impulsionada numa ponta, nem bem-vinda na outra, a imigração de súditos otomanos para o Brasil configura como um exemplo de como o processo de adesão do Brasil e do Império Otomano à sociedade internacional europeia trouxe conexões não esperadas e importantes no processo de se fazer global.

5.1. O Império Otomano e as migrações

Julgou-se útil neste tópico esclarecer o desarranjo populacional interno por que passou o Império Otomano ao longo da segunda metade do século XIX a fim de contextualizar e esclarecer o pano de fundo no qual se insere a saída dali de imigrantes que acabaram por aportar no Brasil. Assim, deve-se ter em mente que desde seus primórdios, o Império Otomano, uma entidade teocrática muçulmana-sunita, aceitou e permitiu autonomia, desde que houvesse pagamento de impostos, dos "povos do Livro", cristãos e judeus. Foram instituídos os chamados *millets*, primeiramente com os cristãos ortodoxos gregos, depois com os cristãos ortodoxos armênios e por fim com os judeus.

Stanford Shaw contextualiza historicamente e detalha melhor tal instituição, lembrando que ela já era presente no que hoje chamamos de Oriente Médio, muito antes do advento do Islã, e que foi continuada pelos impérios clássicos islâmicos assim como pelos otomanos. A tradição era que uma pequena elite governante existia somente para defender e expandir o estado, manter a ordem e a segurança, e explorar a riqueza do império para si e seus membros:

> *Todo o resto ficava a cargo dos súditos, muçulmanos, judeus e cristãos, para que lidassem como quisessem com suas próprias comunidades. Seja na religião ou na regulação econômica, justiça, educação ou segurança social, ou limpeza e iluminação de ruas e controle de incêndios, os súditos cuidavam destas questões através de entidades autogovernadas dirigidas por seus líderes religiosos em todas as esferas, menos a econômica, que era dominada por guildas de artesãos e de mercadores. Dentro destas comunidades, membros de cada grupo religioso maior eram autorizados a manter suas crenças e a se autogovernar de acordo com suas próprias leis e tradições, usando suas próprias línguas. Os líderes dos millets eram responsáveis em fazer com que seus seguidores cumprissem seus deveres com o sultão e com a classe governante, o que significava que deveriam manter a paz e pagar impostos. Enquanto o fizeram tiveram muito pouco contato com o governo, que só intervinha quando estas obrigações não eram cumpridas (Shaw, 1991: 43).*

Este sistema dos *millets* sobreviveu até a Primeira Guerra Mundial e, portanto, até o colapso final do Império Otomano, mas os acontecimentos internos deste nos séculos XIX e XX repercutiram em grande parte no funcionamento dos *millets* e em suas relações com o poder central otomano. Estas mudanças explicam em parte a decisão pela emigração. O afluxo de cerca de um milhão e meio de refugiados muçulmanos de terras anexadas pelos russos, conquistadas por potências europeias ou tornadas independentes, modificava a antiga organização religiosa, social, política e econômica de algumas províncias[150]. A crescente

150 Vale notar que por volta da década de 1850 o Império Otomano chegou a tentar atrair imigrantes europeus através de métodos como isenção fiscal e distribuição de terras, devido à falta de gente,

ingerência de potências europeias em determinadas áreas do Império Otomano reforçava por vezes conflitos com o poder central, como foi o caso da França na Grande Síria[151], e subdivisões internas, o que acabou acontecendo com a chegada de missões protestantes e católicas que conseguiram converter parte dos ortodoxos cristãos (primordialmente os armênios), subdividindo ainda mais seus *millets*; e a concorrência de outros estados orientais por vezes esvaziava atividades econômicas tradicionais como foi o caso da seda na Grande Síria em face da concorrência japonesa (Baycar, 2008)[152].

Como ressalta Kemal Karpat (1985: 175), as guerras entre o Império Otomano e o Império Russo, iniciadas em 1806 e ocorridas com intervalos ao longo de todo o século, deslocaram grandes grupos de pessoas, predominantemente muçulmanos da Crimeia, do Cáucaso, dos Bálcãs e de ilhas mediterrâneas. Desenraizados de suas terras ancestrais, estes se assentaram na Anatólia, na Grande Síria e no Nordeste do Iraque. Após 1830 ondas migratórias também vieram da Argélia e da Tunísia, tomadas pelos franceses e instalando-se principalmente em Damasco.

A chegada aos domínios otomanos especificamente dos refugiados circassianos – termo usado para designar vários povos do Norte do Cáucaso – também implicou em maior ferocidade nos conflitos com os russos e com os cristãos associados a estes, como os búlgaros. O capitão do exército britânico e viajante profissional Frederick Burnaby empreendeu viagem a cavalo pela Anatólia em

morta em guerras ou pela fome, para cultivar as terras. (Acehan, 2005: 8). Henri Nahum (1997: 40-2) chama atenção para o fato de que judeus fugidos de *pogroms* perpetrados pelos russos também se abrigavam no Império Otomano, em especial em Esmirna e arredores. Em 1892 passaram a contar com um *irade* do sultão permitindo sua instalação oficial no Império Otomano.

151 A guerra entre drusos e cristãos no Líbano em 1860 matou cerca de doze mil cristãos. Tropas francesas ali desembarcaram para proteger a comunidade cristã maronita.

152 A abertura do Canal de Suez em 1869 também gerava alterações nas formas de comércio.

1876. Interessado em melhor compreender a ameaça representada aos interesses britânicos pelo expansionismo russo na Ásia, decidiu partir de Constantinopla até a fronteira oriental do Império Otomano com o Cáucaso. Durante o trajeto manteve conversa com um turco sobre os massacres perpetrados por muçulmanos contra cristãos búlgaros e a má impressão que haviam causado em sua Grã-Bretanha natal e ele lhe dera a seguinte explicação:

> *O que poderíamos fazer? Nossos soldados regulares estavam servindo em outro lugar. Isto se devia às intrigas da Rússia; nós fomos obrigados a usar os circassianos. Os circassianos odeiam os russos, e eles têm razão de fato para odiá-los. Aqueles cujas próprias mães e irmãs foram violadas e massacradas não podem esperar que amem seus opressores. Os circassianos olharam para os búlgaros como russos e por isso o banho de sangue (Burnaby, 1996: 61)*[153].

Em uma conversa com os próprios refugiados circassianos, em um momento que se preparavam para se juntar aos turcos em nova guerra contra os russos, estes lhe explicaram seu arranjo com o Império Otomano:

> *Nós não pagamos nenhum imposto ao sultão; ele nos deu nossa terra, e nós devemos a ele um débito de gratidão. Não só isso (...) mas nós podemos ter a oportunidade de cortar algumas gargantas moscovitas! (...) Eles mataram nossos velhos, cortaram nossas mulheres grávidas em pedaços, e lançaram as crianças nas baionetas, enquanto os soldados satisfizeram sua luxúria em nossas esposas, e as queimaram até a morte depois! (Burnaby, 1996: 122).*

153 Mark Mazower (2007: 188) ressalta que enquanto os europeus se concentravam nas vítimas cristãs da guerra "o influxo de refugiados que acompanhou o declínio do poder otomano estava a pleno vapor". Uma Comissão para o Assentamento de Refugiados foi criada e segundo suas cifras, mais de meio milhão chegou ao império somente entre 1876 e 1879.

Como se apreende destes relatos, os circassianos muçulmanos foram logo engajados no exército otomano, mas o mesmo não aconteceria com cristãos e judeus no final do século XIX. Pela legislação de 1843, no âmbito do *Tanzimat*, que já visava igualdade entre todos os súditos não muçulmanos, estes já deveriam servir, mas na prática os membros dos *millets* se mantiveram isentos do serviço militar desde que pagassem uma taxa, a chamada *cizye*. Foi com a ascensão dos Jovens Turcos em 1908 que cristãos e judeus deixavam de ser isentos de fato do serviço militar. Em 1909 uma alteração constitucional dizia que todos os membros dos *millets* estariam sujeitos ao recrutamento. Justamente então quando soldados passaram a ser requisitados para as Guerras Balcânicas, não muçulmanos passaram a fugir das terras otomanas (Acehan, 2008: 17-8). Não são poucos os relatos que falam de jovens escondidos meses a fio em porões ou outros lugares insalubres para não serem levados à força ou de pais que alteravam deliberadamente documentos com as idades dos filhos[154]. Como já ressaltado, de 1911 a 1922 o Império Otomano esteve ininterruptamente envolvido em guerras, na maior parte das vezes em diversas frentes concomitantes.

É importante dizer, contudo, que a migração não era exatamente uma novidade para os otomanos não muçulmanos. A necessidade econômica, entre outros motivos, já havia feito um número expressivo de gregos, "sírios", armênios e judeus procurarem melhores oportunidades em cidades como Alexandria, Cairo e Marselha. Georges Nacouz, que assumiu o consulado geral honorário brasileiro em Alexandria quando do falecimento de seu sogro em 1872, o conde Michel Debanne, era aparentemente um destes casos, uma vez que era cristão natural de Alepo, na Síria[155].

154 "Alguns já nasciam com quatro anos e meio, porque em adiando o registro havia uma chance de sair do país antes de ser convocado". Depoimento do judeu Moise Hemsi (Freideson & Becker, 2003: 109).

155 Lata 981 / Pasta 29, AIHGB. Alguns alepinos no Egito migraram também em busca de novos mercados.

Tratava-se oficialmente de uma imigração proibida, uma vez que desde a década de 1880 o Império Otomano expressamente vetava a saída de seus súditos. Medo de perda de impostos e de homens e temor de que sua imagem no exterior fosse manchada pela figura do imigrante pobre estavam entre os motivos por trás de tal decisão. Juntava-se ainda a preocupação do governo com emigrados que pudessem levar a cabo planos revolucionários no exterior, em especial em função de um movimento separatista armênio (Acehan, 2008: 15). A imigração passou a ocorrer cada vez em maior intensidade, porém, tanto por conta da corrupção de funcionários otomanos que fechavam os olhos para a saída de imigrantes desde que recebessem propinas como por toda uma ação de agentes (*simsars*) e funcionários de companhias de vapor que trabalhavam "para derrubar a proibição"[156].

No período que vai da década de 1870 ao fim da Primeira Guerra Mundial, cerca de setenta mil ou oitenta mil súditos otomanos imigraram para o Brasil, sendo a quase totalidade cristã[157]. É importante frisar que entre estes súditos também se encontravam muçulmanos sunitas, muçulmanos xiitas, drusos e protestantes, mas não em grande número. A imigração muçulmana para o Brasil só se daria de maneira expressiva após a década de 1940, em outro contexto político (Truzzi, 2008). Vale desde já ressaltar também que mesmo entre os árabes da Grande Síria, os armênios da Anatólia Oriental e os judeus do mar Egeu, havia diferenças internas. Os árabes eram em sua maioria cristãos, mas seguiam linhas diferentes dentro do cristianismo, podendo ser ortodoxos, melquitas, maronitas ou protestantes.

156 Os certificados de viagem (*mürur tezkeresi*) que funcionavam como passaportes custavam caro por conta da propina paga para recebê-los (Acehan, 2008: 21-7).

157 Os números de imigrantes são imprecisos. Kazim Baycar (2012: 3) fala em 71 870 imigrantes entre 1870 e 1914. Jeffrey Lesser (2001: 26) soma 69 468 no período que vai de 1890 a 1919. João do Rio (1976:26), em 1904, falava da presença de 80 000 "sírios" no Brasil.

Há inclusive casos de "casamentos mistos", como o de Rizkallah Jorge, da famosa Casa da Boia em São Paulo. Rizkallah era árabe neto de armênio e casado com uma armênia (Grün, 1992: 22)[158]. Os armênios eram em sua grande maioria ortodoxos, mas havia entre eles significativos grupos de católicos e protestantes, fruto da ação missionária europeia e norte-americana. Já os judeus eram em sua maioria *sefaraditas*, mas existiam alguns descendentes de *romaniot*, de fala grega, *mizrahis*, de fala e cultura árabe, e mesmo *ashkenazitas*.

5.2. O Brasil e a "imigração exótica"

Para que se tenha em mente como se deu a chegada de imigrantes otomanos no Brasil, vale ressaltar as longas discussões existentes a respeito da imigração como alternativa à mão de obra escrava e as especificidades do tipo de imigrante desejado pelo governo e pelas elites ao longo de todo o século XIX.

Ainda antes da independência do Brasil, se iniciaram as discussões sobre a possibilidade de se importar mão de obra chinesa, buscando contornar a proibição do tráfico de escravos imposta pelos ingleses e também de transformar o chá em um importante produto de exportação. As tentativas do uso desta mão de obra durante o período joanino foram consideradas fracassadas, mas ao longo de boa parte do século XIX a "questão chinesa" (Lesser, 2001: 37-70), assim como a questão da imigração de uma maneira geral, esteve sempre em pauta.

Ainda no contexto das negociações do reconhecimento da independência do Brasil por parte das potências europeias, o representante do Brasil em Londres Felisberto Caldeira Brandt tratava do envio de estrangeiros tanto para servir às forças armadas

158 Ver também: <www.casadaboia.com.br>. Abrahão Anauate diz ter sido este também o caso de sua esposa, Anita Abdissian Anauate, filha de mãe árabe e pai armênio (Greiber, 1998: 400).

em formação como para colonizar a terra. Ao comentar sobre as revoltas e a miséria por que passava a Irlanda em meados de 1822, mostrava-se empolgado com a possibilidade de que alguns naturais de lá se transferissem para o Brasil:

> *Que feliz momento para exportar gente para o Rio Grande, São Paulo e Minas! Não é preciso fazer-lhes melhor partido, basta adiantar a despesa da passagem (...) cuja despesa os irlandeses se obrigam a pagar com seu trabalho ficando, portanto, hipotecados como servos ad glebam acddicti*[159].

A discussão e os esforços práticos em relação à imigração estiveram presentes em diversas esferas e envolviam tanto a solução de um problema de mão de obra para a agricultura quanto se inscrevia em uma discussão mais ampla sobre como a entrada de determinados grupos étnicos viria a afetar a identidade nacional brasileira em construção. Como mostra Jeffrey Lesser (2001:24), a legitimidade buscada pela elite brasileira passava pela ideia de se criar uma identidade nacional semelhante à europeia "que viria esmagar com sua superioridade, as populações nativas e africana". O esforço para atrair imigrantes, portanto, centrava-se na Europa[160].

As primeiras colônias de imigrantes foram instaladas ainda no contexto da América Portuguesa e do Primeiro Reinado, em localidades como Nova Friburgo (entre 1819-20, com suíços) e São Leopoldo (1824, com alemães). A partir de cerca de 1850, quando se tornou claro que a escravidão não perduraria por muito tempo, a imigração passou a desempenhar um papel de fato central nas

159 216/1/1, AHI.

160 Embora a imigração de cerca de dez mil confederados norte-americanos para o Brasil no contexto da Guerra Civil dos Estados Unidos aparentemente agradasse ao governo por ser de "euro-americanos" em sua maioria (Holder, 2010: 283-315).

políticas públicas do Império. Ao longo do Segundo Reinado, leis e esforços de propaganda no exterior para atrair imigrantes também estiveram presentes. Alemães, suíços, italianos, poloneses, ucranianos, espanhóis e, principalmente, portugueses, passaram a contar com política específica para sua vinda e instalação[161].

A imigração de não europeus ocorria, portanto, ao largo da política oficial. É bastante recorrente nos depoimentos concedidos por imigrantes oriundos da Grande Síria que estes quando começaram a chegar na década de 1870 vinham por conta própria e que quando já contavam com certa estabilidade financiavam a vinda de parentes. Trata-se de uma imigração que em momento algum contou com o apoio oficial do governo brasileiro.

> *(...) todo sírio em geral, (...) todos vieram por conta própria. Alguns, que não tinham posses, pediram dinheiro emprestado para a passagem. Mas ninguém veio por conta do governo daqui como, por exemplo, os que vieram trabalhar na agricultura: poloneses, italianos, portugueses, espanhóis. Não. Tudo por conta própria. Espontânea, particular*[162].

Durante as décadas de 1860 e 1870, os diplomatas otomanos em capitais europeias já demonstravam acompanhar os debates e estranhamentos que ocorriam entre o Império do Brasil e alguns estados europeus a respeito da imigração de súditos dos últimos para o primeiro. Em fevereiro de 1862, Aristarchi Bey, então embaixador otomano em Berlim, encaminhava breve

161 A bibliografia sobre o tema é das mais ricas, valendo destacar FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000. GOMES, Ângela Maria (Org.). *História e imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Migração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001. SEYFERT, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

162 Depoimento de Mussa Chacur (Greiner, 1998: 29). Ver também: Truzzi: 1992:12; Khatlab, 2002:33. Armênios e judeus também não contaram com uma política pública de incentivo à imigração. Sobre estes, ver: Loureiro, 2010: 4; Fausto, 1997: 34-41.

relatório sobre as diferenças entre a Prússia e o Brasil por conta do tratamento recebido pelos cerca de cinquenta mil colonos alemães em terras brasileiras[163]. Em 30 de junho de 1872, o embaixador otomano em Londres, Constantino Musurus, encaminhava à Sublime Porta o famoso relatório "Emigration to Brazil" elaborado por Mr. Phipps, segundo-secretário da legação britânica no Rio de Janeiro[164]. O chanceler otomano acusava recebimento, mas não comentava nada mais a respeito.

A documentação otomana não dá pistas de ver vinculação entre a estada de D. Pedro II em algumas de suas províncias e o início da imigração de súditos para o Brasil. E este, mesmo ao constatar em seu diário o interesse de cristãos árabes buscarem refúgio no Brasil, não comenta mais nada a respeito. Ao que consta, esse tipo de imigração não se coadunava com o projeto de imigração europeia e preferencialmente latina.

Aparentemente, porém, a repercussão da estada de quatro meses do imperador em terras otomanas, por meio de seus encontros com personalidades locais, seu genuíno interesse por tudo e as informações que forneceu sobre o Brasil serviram de atração para a vinda em especial de árabes e armênios. Ainda em seu reinado encontrou, por acaso, alguns dos primeiros imigrantes árabes e armênios. Victoria Miguel Feres, imigrante libanesa fundadora da Brasserie Victoria em São Paulo, conta em suas memórias a história de uma tia que, vivendo em uma modesta casa de palha próxima à Campinas, recebeu a visita do imperador, atraído pelo aroma do "café árabe" que preparava (Greiner *et alii*, 1998: 539).

163 HR.SYS 75/5 (1862.4.17), BOA.

164 Report by Mr. Phipps on Emigration to Brazil, Presented to Both Houses of Parliament by Command of her Majesty, June 1872. HR.SYS 75/7 (1872.7.3), BOA.

O Brasil do final do XIX procurava imigrantes que fossem agricultores, colonos e artesãos e que aceitassem viver em colônias, tendo como foco a pequena propriedade agrícola, em especial nos estados do Sul, e as fazendas de café do interior paulista. O ideal era o de imigrantes que também ajudassem o branqueamento da sociedade (Lippi, 2002: 10-15). Data de 1883 a criação da Sociedade Central da Imigração cuja tese era de que o país necessitava da "imigração europeia muito mais por matizes culturais e civilizatórios do que apenas como mão de obra, apoiando a todas as diretrizes que facilitassem a vida do imigrante europeu no Brasil, bem como a sua naturalização" (Lima, s.d.). Esta teve uma atuação bastante ativa contra a entrada de "imigrantes que outros países rejeitavam", no caso os súditos otomanos (Lesser, 2001: 101).

O Decreto 528 de 28 de junho de 1890 regularizava "o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil". Seu primeiro artigo dizia ser inteiramente livre a entrada nos portos da República

> *dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem então estipuladas (Lesser, 2001: 101).*

Nos três artigos seguintes, o decreto frisava que os diplomatas brasileiros deveriam impedir por todos os meios a vinda de imigrantes da Ásia e da África para o Brasil e, caso falhassem, a polícia dos portos impediria seu desembarque "bem como dos mendigos e indigentes". Por fim, ressaltava que os comandantes dos navios que trouxessem os imigrantes indesejados ficariam sujeitos a multas, perdendo os privilégios que gozavam em casos de reincidência.

Não especificavam o que se entendia por "indígenas da Ásia". Em 1892, porém, uma lei assinada por Floriano Peixoto passava a permitir a livre entrada no Brasil de imigrantes chineses e japoneses contanto que não fossem "indigentes, mendigos, piratas, nem sujeitos à ação criminal em seus países" e que fossem "válidos e aptos para trabalhos de qualquer indústria"[165].

5.3. Os gregos

Antes de tratarmos da imigração mais expressiva de súditos otomanos para o Brasil, vale abrir um parêntese e falar brevemente da vinda de súditos otomanos gregos para o Brasil no período em tela. Lembra-se, porém, que os gregos chegados ao longo do século XIX provinham tanto de territórios otomanos, como da Grécia já tornada independente em 1830 ou ainda de territórios gregos sob domínio europeu em determinados períodos.

As primeiras famílias gregas a se estabelecerem no Brasil, aparentemente, foram os Calógeras e os Ralli, no Rio de Janeiro. A primeira era oriunda de Corfu e a segunda de Chios, e ganharam certo destaque tanto no serviço público brasileiro como no comércio internacional do café, citado no capítulo anterior. João Batista Calógeras chegou a diretor da Secretaria de Estado dos Negócios do Império e primeiro-oficial do Gabinete dos Negócios Estrangeiros. Seu neto, João Pandiá Calógeras (1870-1934), cuja mãe pertencia à família Ralli, ocupou dois ministérios na Primeira República.

Ao visitar o mosteiro do Caraça, em abril de 1881, D. Pedro II faz menção em seu diário a um professor de história e geografia ali residente, que era grego de Constantinopla[166]. Nessa mesma década ainda se percebe a presença de gregos tanto na Amazônia

165 Lei n. 97 de 5/10/1892.

166 *Diários*, 11/4/1881; 12/4/1881.

como em Santa Catarina. Na primeira, surge o nome do negociante David Tadros, que para lá se dirigiu no contexto do *boom* da borracha, envolvendo-se em negócios de exploração da mesma, como navegação, importação e exportação. Sua empresa ainda hoje está em funcionamento. Já em Florianópolis, o capitão Savas Nicolau Savas (1858-1926), proveniente da ilha de Kastelorizo, sob domínio otomano até o início do século XX, é tido como o fundador de uma colônia grega no local, originária inicialmente da tripulação de navio comandado por ele[167].

Por fim, a família Diakopoulos, oriunda de Esmirna, instalou-se inicialmente no Mato Grosso, ali explorando o comércio de madeira no início do século XX e depois em São Paulo lidando com comércio de importação/exportação.

Othon Leonardos, cônsul otomano no Brasil no final do século XIX, como se verá mais adiante, também se inclui no rol destes primeiros gregos em solo brasileiro.

5.4. Os "sírios"

Os registros de entrada de imigrantes na base *online* do Arquivo Nacional se iniciam em janeiro de 1885, mas sabe-se que ainda na década de 1870 chegaram os primeiros imigrantes da então província otomana da Grande Síria. Os navios vinham em sua grande maioria do porto de Marselha, na França, e se chamavam "Bretagne", "Bourgogne", "Bearn", "Aquitaine", "La France", "Pleyades", "Savoie", "Poitou" e "Provence". "Equateur" e "Medoc" vinham de Bordéus, também na França, e "Ville de Ceará", "Ville de Maceió", "Ville de Pernambuco" e "Ville de Bahia" saíam de Le Havre para o Rio de Janeiro. Alguns imigrantes vinham ainda do porto de Gênova na Itália em navios como o "Città di Roma"

167 O governador de Santa Catarina de 1956 a 1958, Jorge Lacerda, era filho de Komninos Giorgis Lakierdis e Anastácia Joanides Lakierdis, imigrantes desse grupo.

e de Liverpool, na Inglaterra, no "Ligúria", "Cotopaxi", "Potosi" e "Britannia". Existiam ainda aqueles que reimigravam de Buenos Aires fazendo o caminho de volta de alguns navios provenientes da Europa como o "Provence" e "Pleyades"[168].

Alguns imigrantes se declaravam "turcos", outros "sírios" e outros ainda "libaneses", "árabes" e "egípcios". São poucos os casos daqueles que foram identificados no porto do Rio como simplesmente "otomanos". A quase totalidade não declarava sua religião. A viagem durava cerca de quarenta dias e normalmente envolvia estada de alguns dias em alguma cidade europeia a fim de se obter o visto necessário para entrar no Brasil. Alguns a faziam por etapas, parando para trabalhar em uma ou mais cidades da Europa a fim de completar o valor da passagem. Outros foram ludibriados achando que tinham comprado de agentes a passagem inteira até o Brasil, mas descobriam que só a tinham até a Europa. Muitos destes passavam a mendigar nas ruas, para desgosto do governo otomano, preocupados em especial com a imagem degradante que faziam do Império Otomano na Europa.

Como ressalta Paulo Pinto (2010: 23), é comum encontrar em obras escritas no Brasil por intelectuais árabes referências ao período de dominação otomana na Grande Síria como uma época de anarquia, opressão política e contínuo declínio econômico e intelectual. Essas representações da história otomana eram formadas por visões elaboradas no início do século XX pelos representantes do nacionalismo árabe, que tentavam afirmar seus projetos políticos como uma ruptura com o passado imperial. Havia na verdade um histórico de acomodação hierárquica, como já indicado na organização dos *millets,* e na realidade o século XIX foi o período em que as minorias cristãs foram muito beneficiadas

168 Entrada de Estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro. Disponível em: <www.an.gov.br/rvbndes/menu/menu.php>. Acesso em 15 dez. 2010.

por suas relações com os europeus, seja através de declarações por parte da Rússia ou da França de "protetores" dos cristãos do Império Otomano e da consequente instalação de inúmeras instituições de ensino e saúde, ou da concessão de cidadania europeia e consequente direito a capitulações a membros dos *millets* cristãos. Justamente esta situação gerou desconforto e conflitos com muçulmanos por diversas regiões do Império Otomano.

Roberto Khatlab (1999: 23) localizou em fontes depositadas no Líbano indicações de que quando da passagem de D. Pedro II pela Grande Síria, este contou com grande visibilidade junto à população cristã local. Artigos foram publicados em jornais e revistas em locais como o Líbano não só sobre a visita do monarca em si, mas sobre o Brasil em geral[169]. Consta que a boa imagem projetada por D. Pedro II em sua participação na Exposição Universal da Filadélfia, meses antes, também influenciou o interesse no império dos trópicos, sobretudo por parte de comerciantes palestinos que ali participaram negociando objetos religiosos da Terra Santa[170].

Khatlab não esclarece, mas parece provável que a insegurança sentida pelos cristãos em função dos conflitos com drusos e muçulmanos foi a razão da ideia de emigrar. O fato de D. Pedro II ter visitado diversas instituições de ensino cristãs por toda Grande Síria e ter depositado quinze mil francos no Banco Otomano de Beirute para custear os estudos de crianças cristãs pobres de Jerusalém[171] teria também repercutido na região "fazendo assim

169 Aparentemente o imperador deu obras sobre o Brasil a pessoas que teria encontrado em sua estadia na Grande Síria como o padre Liévin de Hamme (Anais da Biblioteca Nacional 1933, v. LV). Salomão Jorge (1948: 81-3) data como o início da "grande imigração" entre os anos de 1860 e 1870 e diz que "Dom Pedro II deu todo o seu amparo e interessou-se enormemente a favor da arrojada gente libanesa". Não constatou-se empiricamente tal fato, porém.

170 Adnan A. Musallam. *Palestinian Diaspora in Latin America: The Formative Stages, 19th Century to early 20th century.* Bethlehem University. Acesso em: 11/5/2012.

171 Diários, 4/12/1876.

que muitos o admirassem e simpatizassem com este país tão distante, mas que se mostrou tão amigo através de seu imperador".

Em 1879, poucos anos após a estada de D. Pedro II em terras otomanas, veio ao Brasil o Visitante Apostólico Oriental do Vaticano Dom Basílio Hajjar. Esta visita, que durou seis meses, é entendida por muitos como um marco importante no movimento imigratório que se iniciava da Síria para o Brasil (Khatlab, 2002: 21-4; Safady, 1972: 88)[172]. Hajjar era um bispo melquita "libanês" nascido em Jezzine e encontrou o imperador no Rio de Janeiro, bem como foi condecorado pelo mesmo. Em seu retorno ao Líbano, foi nomeado arcebispo de Saida e Deir al-Kamar e a partir de lá manteve ampla correspondência com o clero brasileiro. Através de seus contatos do Brasil também conseguiu angariar várias doações para ajuda social e para a construção de igrejas no Oriente[173].

Nesta época já se encontravam no Brasil imigrantes de sobrenome Miziara, Estefno, Maluf e Jafet, entre outros, percorrendo o interior de todo o país como mascates ou já se estabelecendo com pequeno comércio na região da Rua 25 de Março, em São Paulo, e na Rua da Alfândega, no Rio. Vinham inicialmente em pequenos grupos familiares, mas em 1895, Abrahão Anauate já fala em grupos vindos de sua Homs natal (Greiner *et alii*, 1998: 394)[174]. Em novembro deste mesmo ano, surgiu o primeiro jornal árabe, em Campinas, chamado "Al-Faihá" e em menos de seis meses depois surgia em Santos o "Al-Brasil"

172 Verifica-se em algumas fontes ainda referências à vinda de irmãos da família Zakharyia, do bairro Taramaj, da cidade palestina de Belém, que chegaram ao Brasil em 1874 como negociantes de objetos religiosos da Terra Santa, como rosários, cruzes e ícones, feitos de madrepérola. Agradeço a Jacob Norris, da University of Cambridge, pelo envio destas informações.

173 Doações esporádicas de brasileiros para cristãos orientais bem como algumas viagens de peregrinos brasileiros pelo roteiro da Terra Santa existiam em pequena medida neste período.

174 A fama do Brasil de ter febre amarela teria levado à opção pela imigração pelos Estados Unidos nesta época. Ver depoimentos de Alexios Jafet e Ângela e Eduardo Jafet (Greiner *at alli*, 1998, 547, 555).

(Lesser, 2001: 103)[175]. Inicialmente tratava-se de uma imigração temporária e os sírios dedicavam-se, sobretudo, à mascateação que contava com inúmeras vantagens:

> *Em primeiro lugar, dispensava qualquer habilidade ou soma de recursos significativos. Os mascates começavam carregando caixas e malas enormes para os já "estabelecidos" e, mal aprendendo as palavras e frases suficientes para efetuar a venda, saíam por conta própria. Ela não exigia mais que um conhecimento rudimentar da língua portuguesa, e o próprio trabalho é que os treinava no novo idioma. Além disso – o mais importante – havia grande probabilidade de, após não muitos anos de trabalho árduo, acumular algum capital, coisa que nunca foi muito segura na época ou para colonos ou para operários. O desemprego, por exemplo, um dos fantasmas perseguidores destes últimos, nunca os ameaçou (Truzzi, 2000: 322).*

Muitos foram os que acumularam recursos e voltaram à sua terra natal, inicialmente para ficar. Entretanto, foi difícil permanecer na Síria ao lá chegar e perceber que não havia tantas possibilidades para se prosperar como no Brasil. Muitos constituíam então família lá e retornavam para o Brasil, se estabelecendo aqui de forma definitiva[176]. A amedrontadora possibilidade de convocação para o exército otomano e a realidade das inúmeras guerras também servia de motivo para não ficar no Líbano ou na Síria, como se vê destes trechos de alguns dos

175 Os tipos árabes foram adquiridos na Alemanha e Al Faihá era o "nome pelo qual são designadas as cidades de Trípoli, Basra e Damasco". Seu proprietário era Salim Bálich, originário de Zahlé, no Líbano (Safady, 1972: 82)

176 A revista *O Malho*, 2 de novembro de 1907, p. 9, traz uma charge intitulada "Casamentos de turcos na Bahia", dando a entender que muitos dos imigrantes "turcos", já casados em sua terra natal, contraíam novo matrimônio no Brasil.

depoimentos respectivamente de Nabih Salama, Emílio Boduki e Minerva Abdelnour Jafet a respeito:

> *Todo mundo que conseguia fugir, fugia, ninguém queria ser soldado porque era para tirar de um domínio para outro, qual era a diferença? (...) Ninguém ia com vontade para a guerra, todo mundo procurava se esconder em cavernas, dentro de casa, dentro do poço. Todos se escondiam quando os soldados vinham procurar. Nós éramos crianças, nosso serviço era ficar nos telhados; quando víamos que os soldados estavam chegando, dávamos o alarme para eles desaparecerem – um ficava na caverna, outro ficava em qualquer lugar, até no armário, para não aparecer (Greiner et alii, 1998: 506).*
>
> *A mocidade de lá, que salvou a própria vida por não ter ido para a frente de batalha, achou que o único caminho era vir para a América, procurar ganhar a vida, porque não tinha o que procurar por lá. (...) morreram mais de fome do que de outra coisa. (...) Os turcos entravam de casa em casa, batiam na porta, quebravam a porta, entravam para ver se havia moços escondidos dentro de casa e levavam a muque. Naquela época, foi um sofrimento (Greiner et alii, 1998: 370-1).*
>
> *Os homens eram catados na rua, eles não esperavam chamada nenhuma, nem idade, não respeitavam nada (Greiner et alii, 1998: 571).*

Aos poucos, os imigrantes árabes "deixaram de ser turcos vendedores de chita para uma coletividade social marcada" (Greiner *et alii*, 1998: 685). Ainda no final do século XIX começaram a construir instituições humanitárias, de benemerência, recreativas e afins, organizando-se como comunidade. A Sociedade Maronita de Beneficência data de 1897, a Sociedade Mocidade Homcie,

de 1908, a Sociedade Beneficente "A Mão Branca", de 1912, a Sociedade Beneficente das Damas, de 1918, etc. Eram fundadas e desenvolviam-se de acordo com as subcomunidades espirituais (maronitas, melquitas, ortodoxos, muçulmanos, etc). Da mesma forma ocorria com escolas, asilos e hospitais, como o Colégio Oriental, de 1912, Colégio Sírio-Brasileiro, de 1917, etc. (Truzzi, 2009: 113)

5.5. Os armênios

Kherlakian, Vartanian, Necerssian, Balabanian e Gasparian são alguns famosos sobrenomes que vemos com frequência em revistas de moda, créditos de programas televisivos e ligados ao ramo editorial[177]. Pertencem aos descendentes de armênios que se dirigiram para o Brasil em duas levas imigratórias, uma por volta de 1890 e outra após os massacres perpetrados em terras otomanas em 1915 (Grün, 1992: 21-2). As duas "levas" somam cerca de vinte e cinco mil imigrantes e devem ser entendidas no contexto dos conflitos que se estabeleceram entre o estado otomano e o *millet* armênio na fase final de sua existência[178].

Os armênios estavam presentes naquela região desde a Antiguidade e dizem que a religião cristã foi adotada por eles em 301 d.C., levada pelos apóstolos Bartolomeu e Tadeu, sendo, portanto, "pioneiros" da Cristandade (Kechichian, 200: 15). A Armênia teve momentos de independência como o Reino Armênio da Cilícia de 1080 a 1375, mas acabou dividida entre os Impérios Otomano e Persa no século XV. Em 1828 parte de seu território foi anexado à Rússia e durante a segunda metade do

177 O "ian" no final indica "filho de" e é característico dos sobrenomes armênios.

178 O programa "Chegados" do Canal Futura (2007) sobre os armênios fala em quarenta mil descendentes de armênios no Brasil. Os números são imprecisos.

século XIX seus problemas dentro do Império Otomano ganhavam contornos de crise internacional[179].

Encorajado pelas declarações de igualdade entre todos os súditos do Império Otomano divulgadas no âmbito do *Tanzimat*, o patriarca armênio, em nome da comunidade, passou a se dirigir à Sublime Porta em especial queixando-se de maus tratos em províncias remotas. Só no período de 1850 a 1870, foram enviadas quinhentas e trinta e sete notas detalhando casos de depredações, abduções, assassinatos, taxas confiscatórias e fraudes. Estas foram ignoradas em geral e por vezes vistas como sinais de rebelião (Dadrian, 2002:63).

Como tratado no início deste trabalho, a assinatura de tratados por parte do Império Otomano com as potências europeias, incluía cláusulas que interferiam em sua política interna e este foi o caso de questões relativas aos armênios ao longo do século XIX. Os tratados de San Stefano e de Berlim bem como a Convenção do Chipre (entre a Grã-Bretanha e o Império Otomano), assinados em 1878, contavam com artigos específicos que previam a proteção dos armênios, fazendo com que a chamada "questão armênia" se tornasse diplomática e internacionalizada. Falavam especificamente em garantia por parte do Império Otomano aos armênios em face dos curdos e circassianos[180].

Foi com este pano de fundo na década de 1880 que se iniciou um período revolucionário armênio, em parte resultado do fracasso do movimento de reforma dentro do Império Otomano e que acabou servindo para agravar mais do que aliviar o sofrimento dos armênios. Dois partidos foram criados fora de terras otomanas,

179 Stanford e Ezel Kural Shaw (1977:31) datam então o início da "Questão Armênia", relatando que armênios auxiliaram os russos em guerra contra o Império Otomano.

180 *Memorandum* sobre a questão armênia apresentado ao conselho dos ministros das Relações Exteriores. 7/3/1947. OA-348-f. CPDOC/FGV.

mas visando-as: o *Hinçak* em Genebra, em 1887; e o *Taşnak* na Geórgia, em 1890. Ambos os grupos usavam táticas terroristas como arma, contavam com uma mistura de ideal nacionalista e socialista e tinham o objetivo de atrair a atenção do mundo através de ataques a muçulmanos e também a armênios que não os apoiassem.

Como resposta do sultão Abdul Hamid II foram criados os "Regimentos Hamidiye", regimentos militares formados por curdos para reprimir os armênios que levaram a violência em massa, conflito intercomunal, e aos massacres de 1894-6 na Anatólia e Constantinopla[181]. As fontes indicam entre cem e trezentos mil mortos ao todo. Os massacres representaram fim da hegemonia do *Hinçak* e da sua "socialdemocracia" fazendo do *Taşnak* grupo líder armênio. O problema armênio ganhava projeção internacional que se desenrolou nos primeiros anos do novo século em profunda polarização e levou a opção por parte do governo dos Jovens Turcos pela deportação e massacres no âmbito da Primeira Guerra Mundial[182].

É tendo como pano de fundo o sultanato de Abdul Hamid II e os conflitos acima narrados que chegaram ao Brasil os primeiros imigrantes armênios. Mihran Latif é considerado um dos primeiros a se estabelecer no Brasil. Nascido em Constantinopla em 1856, chegou aqui em 1879 a convite de D. Pedro II, casando-se com uma senhora local, das famílias Breves e Monteiro de Barros. Tentou voltar a viver na capital otomana acompanhado da esposa ao ser informado que seu parente Dadian Paxá tinha importante cargo na

181 Philip Mansel (2009: 333) fala em seis mil mortos em Constantinopla em 1896 por conta dos confrontos com os armênios. A desordem na cidade levou à ameaça de invasão austríaca e russa a fim de "remediá-la".

182 Sobre este tema dois importantes livros foram traduzidos para o português recentemente: Ver Power, 2007; Morgenthau, 2010.

corte do sultão[183], mas a experiência não foi bem-sucedida, voltando então para o Brasil. Latif era engenheiro formado na Bélgica e foi responsável pela construção de algumas estradas de ferro como a de Barbacena e de Santa Lúcia e auxiliado na remodelagem da cidade do Rio de Janeiro na gestão de Pereira Passos (Kechichian, 2000: 36-37).

Entre os imigrantes armênios que chegaram ao Brasil ainda no final do século XIX fugindo dos massacres perpetrados pelos pelotões "Hamidiye", estavam principalmente homens com sobrenomes como Gasparian, Chahbazian, Haleplian, Hovhannes, Dermidjian, Nazarian, Korukian, Israelian e Kalaidjian. Vinham principalmente de Deort-lol, Urfa, Constantinopla, Hadjin e Kharpet. Adentraram o Brasil inicialmente através do Uruguai e se estabeleceram em um primeiro momento no Rio Grande do Sul, antes de se dirigirem para São Paulo como destino final. Foram as notícias dos massacres perpetrados pelos Jovens Turcos no âmbito da Primeira Guerra Mundial que mobilizou as poucas famílias já assentadas em São Paulo e as fez criar aquela que parece ser a primeira instituição armênia no Brasil, a "Cruz Vermelha Armênia" (Kechichian, 2000: 23, 40)[184].

Com uma mobilização local conseguiram amealhar recursos e enviar para a Delegação Nacional Armênia de Paris a fim de ajudar refugiados na França. Algum dinheiro foi também enviado para financiar soldados resistentes na Anatólia, e tão logo ficou claro que o Brasil participaria das negociações de paz do pós-guerra, decidiu se dirigir ao governo pedindo para que "defendesse a causa armênia na Conferência de Paz". A Delegação Nacional Armênia de Paris trabalhava arduamente para inserir os refugiados em países

183 Artin Paxá Dadian viveu em Paris como estudante e diplomata. Serviu como subsecretário de estado do Ministério das Relações Exteriores otomano em 1875-6, 1883-5 e 1885-1901 (Mansel, 2009: 334).

184 Em 1918 se transformou na Sociedade Armênia de Sobrevivência tendo como presidente Elias Naccach.

que pudessem ou quisessem aceitá-los e para este fim buscava insistentemente informações sobre o Brasil e a Argentina.

As motivações que levaram os turcos a expulsar e eliminar os armênios, bem como o número exato de mortos, não são objeto deste estudo e fazem parte de um dos mais longevos e apaixonados debates historiográficos e políticos ainda em curso[185]. Ainda hoje o tema envolve sérias controvérsias no meio político turco e internacional, sendo um dos mais importantes casos de "passado que não passa", de tamanha sensibilidade que levou o assassinato de historiadores e jornalistas e a condenação moral de dois grandes escritores turcos da atualidade, Orhan Pamuk e Elif Şafak, por suas declarações de reconhecimento da existência de um genocídio armênio.

Não há pretensão de se aprofundar nesta polêmica, só ressaltando que de fato houve massacres de armênios em 1915 e que muitos dos sobreviventes destes foram agrupados em campos de refugiados ou em orfanatos mantidos em geral pelas igrejas cristãs protestantes. Estes viveram alguns anos em situação precária, esperando pela oportunidade de emigrar (Grün, 1992: 17). Egito, Grécia, França e Síria (já sob mandato francês) foram os países que serviram de parada intermediária entre o Império Otomano e o Brasil. Alguns tentaram voltar a suas regiões de origem na Anatólia, mas acabaram se vendo em meio a disputas políticas entre a Turquia, Inglaterra e a França que não lhe davam segurança de vida.

A segunda leva de imigrantes armênios vinha em grande parte da região da Cilícia. Eram originalmente agricultores, pequenos pecuaristas ou artesãos especializados em trabalhos com cobre e

185 Sobre essa questão, e as relações dos armênios com o Brasil de uma maneira geral, ver LOUREIRO, Heitor de Andrade Carvalho. *Pragmatismo e Humanitarismo: a Política Externa Brasileira e a Causa Armênia (1912-1922)*. Franca: Unesp, 2016 (Tese de Doutorado).

sapatos. A escolha pelo Brasil se deu em grande parte por conta das informações sobre o país que tinham escutado entre os árabes de Alepo, Damasco e Beirute, onde muitos tinham se refugiado em primeira instância. No Brasil, também atuaram como mascates em seus anos iniciais, mas acabaram se especializando na área de calçados populares[186].

No curto período de duração da existência de uma república armênia autônoma, de 1919 a 1921, esta se fez representar no Rio de Janeiro através de uma legação encabeçada por Etienne Brasil. Em seu período inicial de atuação, ela reclamava da pretensão de uma delegação síria em Zurique de representar a região da Cilícia, vital para que tivesse uma saída ao mar; e da forma como era tratada na Conferência de Paz: incapaz de se autogovernar, podendo, portanto voltar ao domínio "selvagem" turco. A questão da fugaz república armênia foge da periodização final proposta neste trabalho, por estar profundamente ligada às discussões no âmbito da Conferência de Versalhes e da Liga das Nações, mas é válido destacar que a documentação trata em grande parte de seus esforços em ser reconhecida justamente como independente e legítima pelo Brasil, considerados por seus diplomatas como "voz desinteressada (...) muito acatada nesses assuntos, pelas potências europeias", juntamente com os Estados Unidos[187].

186 Durante o breve período de existência de uma república autônoma da Armênia, chamada por muitos como "República *Taşnak*", entre 1918 e 1920, Etienne Brasil apresentou-se como representante diplomático desta. Ele procurava acima de tudo a partir do Rio de Janeiro chamar atenção para a questão armênia publicando livro sobre a história do povo. Chegou a realizar grande baile de comemoração pelo seu segundo aniversário da independência nos salões do "Clube dos Diários". Em 29 de novembro de 1920, porém, a Armênia passou a ser uma das repúblicas soviéticas. Dias depois o *New York Times* informava a opção do Brasil e da Espanha em se juntar aos Estados Unidos no âmbito da Liga das Nações em uma mediação entre kemalistas e armênios "para acabar com a situação armênia de sofrimento".

187 281,2,4, AHI.

5.6. Os judeus

Quando da expulsão dos judeus da Península Ibérica na década de 1490, muitos foram para os Países Baixos e de lá vieram para a América Portuguesa quando aquela potência ocupou o Nordeste no século XVII. Outros se transferiram para o Império Otomano com o auxílio do então sultão Bayezid II (r. 1481-1512)[188]. Juntaram-se aos *romaniot*, judeus de fala grega que já viviam sob o jugo bizantino; aos *karaítas*, seita judaica que rejeitava a autoridade da tradição pós-bíblica incorporada no *Talmud* e nos trabalhos rabínicos posteriores; aos mizrahis, judeus de fala e cultura árabes; e aos *ashkenazitas* que de tempos em tempos refugiavam-se em território otomano[189]. Os *sefaraditas,* porém, acabaram por impor sua cultura e, principalmente, seu dialeto, o ladino, à comunidade judaica otomana. Cidades como Constantinopla, Bursa, Edirna, Salônica e Esmirna contaram com considerável número de judeus. Algumas migrações internas dos judeus otomanos já tinham se dado no contexto do *sürgün*[190] e de províncias tornadas independentes, mas o verdadeiro movimento emigratório por parte dos judeus otomanos se deu a partir das sérias modificações

188 Joseph Eskenazi Pernidji (2002) descendia de judeus que expulsos da Península Ibérica foram para o Império Otomano no século XV e de lá para o Brasil na virada do século XIX para o XX e escreveu livro de memórias a respeito.

189 Judeus expulsos da Hungria em 1376 e da França em 1394 já haviam procurado abrigo em terras otomanas. (Nahum, 1997: 25). Durante o sultanato de Murad II (1421-51) judeus expulsos do reino da Bavária também se dirigiram para o Império Otomano (Levy, 1992: 4). Quando dos *pogroms* russos de 1891, Abdul Hamid II sondara o rabino-mor sobre os méritos de assentar judeus em massa no império (Mazower, 2007: 294).

190 Judeus de cerca de quarenta cidades e aldeias nos Bálcãs e na Anatólia Ocidental, incluindo a maioria dos judeus de Edirna, foram transferidos para Constantinopla após sua tomada pelos turcos em 1453 a fim de revitalizar e repovoar a cidade. As sinagogas e congregações que estes fundaram na nova capital receberam os nomes das cidades e aldeias de origem como Gelibolu (Galípoli), Inoz, Dimetoka, Üsküp, Salônica e Tiro. Ainda hoje é possível, mediante agendamento prévio, visitar a sinagoga de Ahrida, no bairro de Balat, que deve seu nome à cidade de Ohrid, na Macedônia, origem dos fundadores da mesma.

ocorridas na virada do século XIX para o XX, em especial após a ascensão dos Jovens Turcos em 1908.

A sorte dos judeus otomanos seguiu em grande parte a sorte do próprio Império Otomano como um todo. Sua época áurea foram os séculos XV e XVI, seguida por um longo período de dificuldades[191]. Ao longo do século XIX, foram seriamente atingidos por todas as transformações pelas quais passava o império diante de seus conflitos com potências europeias, uma vez que os súditos otomanos cristãos passaram a contar em sua maioria com facilidades permitidas através das capitulações.

No caso dos *millets* cristãos, em especial o armênio, o missionarismo europeu e norte-americano bem como o interesse direto das potências começaram a alterar suas organizações internas desde o início do século XIX. No caso dos judeus é possível usar a data de 1840 como um marco importante de alterações sofridas pelo *millet* judaico como um todo.

No dia 5 de fevereiro de 1840, na Síria otomana então ocupada pelos egípcios, sob circunstâncias até hoje obscuras, um frade capuchinho sardenho e seu servo muçulmano sumiram sem deixar rastros. Como foram vistos pela última vez no bairro judaico de Damasco, logo começaram circular rumores de que foram ali assassinados em mais um caso de "morte ritual". Instigado pelo cônsul francês na cidade que desejava reforçar a responsabilidade francesa sobre os cristãos de Damasco, o governador egípcio prendeu e torturou judeus. Um dos presos era um mercador judeu que também era súdito austríaco, o que acabou transformando o ocorrido em incidente internacional, envolvendo também o cônsul austríaco em Paris, James Rothschild (Ferguson, 1998: 395-9; Bernant, 1971: 51-8.).

191 No século XVII contariam com mais uma nova "subdivisão" no *millet* com o advento dos *Dönmes*, seguidores do pretenso messias Shabetai Zevi.

A agitação de Damasco atraiu a atenção dos judeus da Europa Ocidental e levou a diversas iniciativas destes de tentar melhorar as condições dos judeus orientais. Os banqueiros Rothschild, baseados na Europa, e Camondo, baseado em Constantinopla, bem como alguns judeus europeus de forma individual financiaram a construção e a implementação de várias escolas na década de 1850. A instituição, porém, que de fato atuou neste sentido de maneira sistemática e por todo o Império Otomano foi a *Alliance Israélite Universelle* formada na França em 1860 por profissionais judeus e homens de negócio. O objetivo era de "regenerar" e transformar judeus orientais na imagem dos judeus emancipados ocidentais (Shaw, 1991: 164). Uma *Anglo-Jewish Association* e uma associação judaica alemã também seriam criadas com a mesma finalidade, todas elas com o interesse comum de melhorar a vida dos judeus dentro das fronteiras otomanas, a princípio sem incentivar emigração para a Europa ou o sionismo então nascente. Por conta da nova ênfase na educação e mudanças internas do Império Otomano, judeus voltavam a atuar no comércio internacional, melhorando consideravelmente suas condições de vida.

A questão da obrigatoriedade de um longo e provavelmente fatal serviço militar foi o principal motivo que levou à saída de judeus otomanos primeiramente para o Cairo ou para a Europa, antes de seguir para o Brasil. Alguns contavam também com outras cidadanias que não a otomana e se viram assim no meio de confusões políticas que levaram à opção de sair de terras otomanas, em especial os donos de passaportes gregos. Para outros tantos a ascensão do nacionalismo turco significava o fim da vida comunitária independente, uma vez que grassava forte movimento de turquificação[192].

192 É digno de nota, porém, que muitos judeus não só participaram do nacionalismo turco como tiveram papel de destaque nele, como foi o caso de Alexander Israel Helphand, o Parvus.

Nos últimos anos do século XIX, se iniciou a imigração por motivos econômicos, inicialmente das pequenas aldeias próximas a Esmirna tendo como principais destinos Cairo, Paris e Buenos Aires. Uma vez instalados, os jovens mandavam vir seus parentes e amigos. O sentimento de perseguição religiosa aparentemente não constava no rol de motivos que levaram à opção pela saída do Império Otomano[193]. Dos inúmeros depoimentos registrados em livros e tomados no âmbito desta pesquisa, se percebe que a saída dos jovens da família para que não servissem ao exército acabou por fazer com que demais membros da família optassem pela imigração para se manterem unidos. A América do Sul, tendo a Argentina em primeiro lugar, se mostrava destino preferido por estes por conta do idioma, já que o ladino que falavam nada mais era do que um dialeto nascido do espanhol (Nahum, 1997: 71).

O historiador Boris Fausto, a escritora Tatiana Salem Levy e o empresário e apresentador Silvio Santos (Senor Abravanel) são alguns dos que compartilham a origem comum *sefaradita* otomana.

193 "Na Turquia não existe antissemitismo porque lá a religião muçulmana é quase igual à judaica. Todos viviam bem"; "Meus avós eram muito ricos, eles tinham agência de navio em Esmirna. Eram agentes de uma companhia inglesa que se chamava Khedivial Mail Line de 1885 até 1931. Havia três navios que vinham por semana, e a principal viagem deles era a que pegava os muçulmanos na Turquia e os levava para Meca"; "Mataram milhares de gregos e armênios, sobretudo, e não tocaram num só judeu, num só não tocaram... porque havia o grande rabino Haim Nahum Effendi"; (Depoimento de Moise Hemsi. In: Freideson & Becker: 108, 110). "Nós espanhóis *sefaradins* vivíamos muito bem lá na Turquia no tempo dos sultões"; "E tinha um sinal para não atacar os judeus: um lampião na porta"; "Eu vim para o Brasil em 1922. Naquele ano eu tinha dezessete anos. (...) Porque quando eu tinha onze anos minha mãe tirou o papel de nascimento como seu eu tivesse oito anos por causa que havia este perigo: quando se chegava a uma certa idade, tinha que fazer o serviço militar. Então, por causa disto eu vim para cá com a idade de quatorze anos, pela papelada"; "Eu tive que mandar dinheiro para duas passagens porque minha mãe gastou num advogado lá para resgatar meu irmão do serviço militar"; (Depoimento de Abraham Alberto Hanna, In: Freideson & Becker: 112, 115); "Quando viemos para cá paramos na França e a mamãe viu (...) a vida como viviam os que saíam da Turquia e iam viver lá na França. Lavavam a roupa no rio, e mal vestidos se sentavam todos na escadaria de Marselha. Tem uma escadaria numa igreja. Todo mundo sentava aí. Ela ficava abismada, ficava assustada, falava: - Meu Deus, nós vamos no Brasil... será que vamos sofrer igual como estão sofrendo aqui?" (Depoimento de Regina Hanna, In: Freideson & Becker: 121). "E despues meu futuro marido veio até a Grécia, nos encontramos lá. Na Turquia ele não podia ir, porque saiu sem fazer serviço militar – tinha muitos que fugiam para não fazer serviço militar. Lá ele não podia entrar, se entrava era 'pegado'" (Depoimento de Aimeé Algranti, In: Freideson & Becker: 129).

Seus antepassados vindos de Urlá, Esmirna e Salônica instalaram-se principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, também optando pela profissão de mascates em um primeiro momento. Na década de 1920, já se organizavam em instituições com a criação de sociedades *sefaraditas* de originários de Esmirna e outras cidades turcas em São Paulo e no Rio de Janeiro, a Sociedade Sionista Bene Herzl.

João do Rio (1976:81) diz que os judeus otomanos no Rio de Janeiro do início do século XX ligavam-se "aos turcos maometanos, aos gregos cismáticos e a outras religiões e ritos degenerados, que pululam nos quarteirões centrais". Ao que parece, porém, com o avançar dos anos, sua inserção no Brasil foi muito mais ligada à comunidade judaica maior já presente no país, como os marroquinos e os *ashkenazitas* já instalados, distanciando-se em geral da representatividade oficial do governo otomano (Sochaczewski, 2014).

5.7. As relações Brasil-Império Otomano no contexto das levas imigratórias

Foi na década de 1870 que se iniciou de forma esporádica e errática a chegada dos primeiros imigrantes otomanos para o então Império do Brasil. O Império Otomano acompanhava de longe as questões ligadas à imigração de europeus para o Brasil, mas o tema ainda não fazia exatamente parte da agenda de ambos os países.

A correspondência entre autoridades brasileiras e otomanas neste período tratava mais de amenidades, como o comunicado ao "querido e perfeito amigo" sultão Abdul Hamid II do nascimento de um novo neto a D. Pedro II. A nova viagem que o imperador brasileiro empreendeu à Europa em 1887 e 1888 era também anunciada ao sultão desta vez pela princesa Isabel, que explicava que por conta desta estava investida novamente do poder de regente do Império do Brasil e ressaltava que durante seu governo

"todos os meus esforços tenderão a manter e afirmar os felizes relações existentes entre os dois países" (Baycar, 2008: 155)[194].

Foi justamente em outubro de 1887, na última viagem de D. Pedro II à Europa como imperador que este encontrou com o embaixador otomano na Bélgica em um evento reportado de forma animada pelo último:

> *Apresso-me a acrescentar que o Imperador e a Imperatriz perguntaram com o mais vivo interesse sobre as notícias de Sua Majestade Imperial o Sultão e não deixaram de me exprimir seu reconhecimento pela acolhida simpática que lhes tinha feito há alguns anos em Constantinopla por nosso Augusto e muito gracioso Soberano e Governo. O imperador me fez a honra de conversar longamente comigo. Dom Pedro II é um admirador apaixonado do Bósforo e de seus esplendores, e do Oriente em geral. Eu fiquei verdadeiramente impressionado pelos conhecimentos entendidos sobre a história e as línguas de nosso país que encontrei no Soberano Brasileiro. Esta admiração pelo Oriente é compartilhada em todos os pontos com a imperatriz e Suas Majestades contaram que não gostariam de voltar para casa sem fazer uma segunda visita a Constantinopla e aos países orientais*[195].

A embaixada otomana em Washington passava a enviar neste período informações mais detalhadas sobre a política hemisférica nas Américas, dando conta em especial da organização da primeira conferência pan-americana e da busca por "uma união política e comercial com exclusão da Europa". Achava também espaço para

194 HR.SYS. 75/7, n. 3; YEE 60/28/1298.Z.06; Y.EE.00059, BOA.

195 HR.SYS. 75/9, BOA.

dar conta de um acidente doméstico sofrido pela imperatriz Teresa Cristina em 1885[196].

Com o fim do Império no Brasil em novembro de 1889, a família imperial se refugiou na Europa e não mais voltou ao Oriente, mas D. Pedro II até a véspera de sua morte não abandonou as aulas de árabe, turco, hebraico e persa com Christian Friedrich Seybold e continuou a acompanhar os debates entre orientalistas em periódicos e congressos e as notícias sobre o Oriente de uma maneira geral. A chancelaria otomana acompanhava de perto as informações sobre sua deposição, exílio, doença e falecimento, enviando inclusive um representante para os funerais em Paris.

No Brasil, o novo regime republicano que se impusera logo recebeu uma visita do Oriente. Em 1891 os padres maronitas Mikhail Bitar e Kirilus Kur, autoridades eclesiásticas da Grande Síria, estiveram no Rio de Janeiro e foram recebidos pelo presidente Floriano Peixoto (Pinto, 2010: 112). No ano seguinte um comerciante otomano sediado no Brasil, só identificado como Nikolaki, enviava uma petição ao governo otomano pedindo "franquia para a estrada de ferro de Alexandria a Alepo e de lá para Bagdá. Em troca, prometia declarar dividendo (*temettü*) de um milhão de *liras* a cada ano" (Baycar, 2008: 53).

Em julho de 1897, a imprensa paulistana dava conta de um préstito cívico a respeito do 14 de julho, data nacional francesa, que conjugava a "colônia síria" naquela capital com a colônia francesa. Um certo senhor José Rizkallah chegou a ser apresentado como "presidente da colônia síria", mas imediatamente várias cartas chegaram ao jornal *O Estado de S. Paulo* protestando tanto contra a participação de eventos do tipo como do nome de Rizkallah como líder[197].

196 HR.SYS 48/41/6. HR. SYS 49.26/4; HR.SYS 59/27/1, BOA.

197 *O Estado de S. Paulo*, 11/7/1897, 13/7/1897.

Essa tentativa ostensiva de envolvimento da "colônia síria" em evento francês, entre diversos incidentes em que aparentemente a França buscava arrogar o direito de cuidar de assuntos "sírio--libaneses", maronitas em particular, serviu de motivo para que um diplomata realmente otomano, o Emir Amin Arslan Bey[198], fosse enviado por Constantinopla ao Brasil. Servindo então em Bordeaux, justamente na França, foi enviado pela Sublime Porta em uma missão entre os meses de maio e agosto de 1898 e provavelmente foi o responsável pelo arranjo para que Othon Leonardos Filho, comerciante e filho do cônsul da Grécia no Rio de Janeiro, fosse designado cônsul honorário otomano na capital da República já em julho daquele ano[199]. Ainda em dezembro de 1898, Leonardos Filho buscava frisar para o governo brasileiro a "incompetência das legações e consulados franceses para protegerem súditos otomanos". Era encaminhada correspondência enviada pela Sublime Porta que esclarecia que a proteção francesa a súditos otomanos não se baseava "nem em um tratado nem no uso reconhecido pelo Governo Imperial". O governo republicano brasileiro respondia então estar ciente da questão[200].

198 Amin Arslan Bey, um Jovem Turco, tornou-se cônsul-geral em Buenos Aires em 1910 servindo naquela cidade até 1915 quando foi destituído por criticar publicamente a aliança do Império Otomano com a Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Foi então chamado de volta a Constantinopla e o consulado alemão na capital argentina passou a responder pelos interesses otomanos. Recusou-se a retornar, porém, sendo julgado e condenado à morte *in absentia*. Resolveu passar o resto de seus anos em Buenos Aires, atuando junto à comunidade árabe local, onde faleceu em janeiro de 1943. (Klich, 1993: 182-3; Keraiem, 1943).

199 289/4/12 AHI. Roberto Khatlab (2002: 33) cita a data de 1887 para a (re)abertura do consulado otomano no Rio, mas que não é correta. Em outubro de 1876, D. Pedro II encontrou-se em Constantinopla com o embaixador grego no Império Otomano, Sr. Condeiriotis, bem como com o vice-cônsul grego naquela cidade, A. Leonard, "irmão de Orhan Leonard, representante da Grécia no Rio de Janeiro" (*Jornal do Commercio*, 8/11/1876; Klich, 1993: 181). Othon Leonardos lidava com comércio de cristais, porcelanas e afins, com loja na Rua do Ouvidor, 30 (*O Malho*, 20/9/1902, p.20).

200 Em novembro de 1898, consta que o missionário maronita Luis Chidiali veio ao Brasil "no desempenho de tarefa que se prende ao seu sacerdócio". *O Estado de S. Paulo*, 42/11/1898.

Um outro possível motivo que levou à decisão de ter um diplomata no Brasil eram os inúmeros casos de crimes aparentemente não solucionados cometidos contra súditos otomanos. Em *O Estado de S. Paulo* é possível encontrar diversas notas sobre assassinatos de imigrantes otomanos recém-chegados a cidades do interior paulista como foi o caso da "síria" Catarina Feres, em Botucatu, em março de 1895; do "turco" Pedro Antônio João, em Bragança Paulista em janeiro de 1897; e de Gabriel Bitu, em Batatais, em maio do mesmo ano, entre tantos outros. A correspondência encaminhada à Secretaria das Relações Exteriores no final de 1898 até 1908 por Othon Leonardos Filho[201] lida quase que primordialmente com esse tema, mas já em escala nacional. É grande o número de casos de perseguição, furtos e, sobretudo, assassinato de súditos otomanos em pequenas cidades do Brasil. Tubarão (SC), Patrocínio de Muriaé (MG), Ponte Nova (MG), Itapemirim (ES), Diamantino (MT) e Campinas (SP) são algumas das cidades em que ocorreram estes casos, imediatamente reportados com pedidos de providência aos chanceleres do período. O secretário Olyntho de Magalhães em especial procurava responder a todas as reclamações dando conta da troca de informações que estabelecia com presidentes de província e chefes de polícia para esclarecer os casos. No geral, porém, estes parecem ter ficado sem solução.

A chancelaria brasileira aproveitava a presença de um cônsul otomano na capital e pedia então para que se "transmitisse ao alto destino" correspondência em que notificava a eleição de Campos Salles para presidente do Brasil em 1898. De fato, a documentação foi encaminhada e dizia querer persuadir o sultão de que nenhum

201 Durante as licenças que Othon Leonardos tirou de poucos meses em 1900, 1902 e 1904 passou para o cônsul-geral do Peru no Rio de Janeiro, João Miranda Pinheiro da Cunha, os cuidados com o consulado otomano. Em 1907 Thomas Francis Leonardos, irmão de Othon, assumia o consulado quando da licença deste. Aparentemente, durante um período Othon Leonardos Filho também atuou como cônsul-geral da Grã-Bretanha no Rio de Janeiro (*O Estado de S. Paulo*, 31/3/1909).

esforço seria poupado "para que se mantenham e se tornem mais íntimas as relações de amizade que felizmente existem entre os nossos países"[202].

Além de comunicar os casos de perseguição, roubo e assassinato pedindo providências para seu esclarecimento, o cônsul também se via às voltas por vezes com casos de imigrantes falecidos no Brasil sem herdeiros no país. Este foi o caso de Miguel José Masserie, morto em Ponte Nova, e de João Zattar, assassinado em Diamantino. A maioria dos súditos otomanos com que lidava era árabe, mas por vezes se via às voltas com armênios também, como foi o caso da reclamação que encaminhou à Secretaria das Relações Exteriores por conta de roubo sofrido em hotel da capital por parte do armênio Krikas Bedros (Pedro Gregório) em outubro de 1899.

Ignácio Klich ao tratar dos cinco anos em que o mesmo Emir Amin Arslan Bey respondeu pelo consulado honorário em Buenos Aires, de 1910 a 1915, relata casos bastante parecidos de perseguição, roubos e assassinatos a súditos otomanos em diversas províncias argentinas. Arslan teria até tentado reclamar oficialmente e resolver alguns casos, mas no geral não foram solucionados, sendo ostensivos casos de relapso da Justiça argentina. Seu foco na realidade parece ter sido justamente de direcionar os imigrantes otomanos espalhados por todo o país e em sua quase totalidade dedicados a mascateação para a agricultura. Compartilhava com a elite argentina a insatisfação com a má figura que os mascates faziam e chegou a pedir ajuda diretamente à chancelaria argentina para que licenças fossem tiradas dos vendedores. Seu objetivo maior era tentar barrar a imigração otomana, por conta dos principais incômodos que infringiam à Sublime Porta: 1) imagem indigna que projetavam;

202 289/4/11, AHI; YA 98/39, BOA.

2) peso econômico que representavam para o Império pelos que não prosperavam e pediam repatriação, às custas do governo; 3) tentativa de esconderem sua cidadania original, processo facilitado pelos franceses; 4) esforços para não servir no exército otomano quando eram tão necessários (Klich, 1993: 194)[203].

Othon Leonardos Filho, diferente de Emir Arslan, procurava de fato denunciar e resolver os inúmeros casos que lhe eram relatados pelos imigrantes otomanos, viajando a cidades onde os crimes ocorreram a fim de melhor se inteirar e sendo totalmente enfático em suas cartas à Secretaria das Relações Exteriores. Por vezes anexava à correspondência encaminhada inquéritos feitos pelo "Consulado Imperial Otomano do Rio de Janeiro", contendo dezenas de depoimentos colhidos junto aos súditos otomanos nas localidades problemáticas. No final de 1899, um caso de assassinato e expulsão dos sírios da cidade de Itapemirim, com claro envolvimento de inúmeras autoridades locais, em especial elevou os ânimos do cônsul otomano. Este encerrava longa carta dizendo:

> *Não acho necessário dizer que meu governo veria com o maior prazer a boa vontade que o Governo Federal pusesse em resolver esta desagradável questão, para assim serem assegurados a tranquilidade e garantias de vidas e de bens dos quarenta ou cinquenta mil colonos e súditos otomanos que ordeiros e trabalhadores coparticipam do progresso do trabalho pelo Brasil*[204].

203 Arslan conta em suas memórias que insistiu junto aos Jovens Turcos para que fosse nomeado para o cargo em Buenos Aires, considerado em Istambul "o fim do mundo", por temer o que normalmente acontecia em revoluções: que como o deus Saturno, comessem os próprios filhos (Kuraiem, 1943: 79-80).

204 289/4/11. AHI.

O chanceler brasileiro respondia de forma apaziguadora:

> *Quanto à situação da colônia otomana na terra brasileira, cabe-me dizer-lhe que ela acha-se eficazmente amparada pelas leis da República, que garantem aos estrangeiros nela residentes a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade*[205].

O fato é que Leonardos Filho parecia levar a sério seu trabalho de zelar pelos interesses dos imigrantes otomanos. Talvez pela questão do serviço militar não ser um tema grave neste período, diferente do que ocorreria com Arslan na Argentina anos depois, era também amplamente procurado pelos súditos otomanos, sírios em sua maioria, no Brasil. Deste período até 1908, portanto, lidou principalmente com questões de herança relacionadas a súditos otomanos falecidos no Brasil, além dos maltratos e perseguições citados. A Secretaria das Relações Exteriores passou a lhe encaminhar sistematicamente informações sobre as mortes destes súditos em cidades como Além Paraíba (MG), Manaus (AM), Amparo (SP), Santo Antônio de Diamantina (MG), Curvelo (MG), Palmeira (PR) e Recife (PE) e Leonardos Filho encarregava-se de obter informações sobre herdeiros junto ao governo otomano[206].

205 289/4/11. AHI.

206 As próprias "colônias sírias" procuravam se articular neste período e demandar justiça de alguma forma. Em novembro de 1900, imigrantes da cidade de Bragança, em São Paulo, reclamavam de notícia injusta, que generalizava como desordeiros da cidade os árabes locais, publicada no jornal da cidade e que não puderam responder. Publicavam então em jornal da capital uma nota ao público dizendo que "toda a população desta hospitaleira terra sabe perfeitamente que os sírios aqui residentes, pacatos e observadores das leis do país, entregam-se com afinco ao trabalho e sempre têm mantido severa correção no seu proceder. Além de que é grande injustiça quererem responsabilizar todos pelos atos mais ou menos insensatos de alguns dos membros da colônia, pois é máxima popular não há trigo sem joio". *O Estado de S. Paulo,* 11/11/1900. A colônia de Sorocaba agradecia providências tomadas pelo assassinato dos mascates Elias e Miguel Pedro naquela cidade em fevereiro de 1901. O *Estado de S. Paulo,* 21/2/1901. Em agosto do mesmo ano, a colônia "síria" de São Paulo se organizava e pedia satisfações do governo do Paraná pelos assassinatos de Camilo José e João Simão perpetrado por autoridade policial em localidade chamada colônia Mineira, naquele estado.

Em abril de 1908, Othon Leonardos Filho encaminhava para o Barão do Rio Branco nota dando conta da criação de um consulado em São Paulo por parte do governo otomano, sendo indicado para tal posto Fuad Bey Mouzzaffer, e pedindo o necessário *exequatur*. O *firman* imperial dizia que o cônsul em questão se reportaria à embaixada otomana em Washington e que esta:

> *Fará todos os esforços para proteger em todas as circunstâncias os comerciantes súditos otomanos ou outros de passagem dentro desta circunscrição e para manter todos os privilégios a que eles têm direito. Para facilitar por todos os meios possíveis suas transações comerciais e a examinar e levar a bom termo suas negociações de acordo com as regras vigentes*[207].

Em maio de 1908, o *exequatur* foi concedido pelo governo brasileiro e neste mesmo mês Fuad Bey Mouzzaffer desembarcava em Santos. Tratava-se de um diplomata de carreira, que acabara de servir como cônsul-geral em uma cidade na Romênia. Poucos meses depois de sua chegada, realizou viagem pelo interior de São Paulo a fim de contatar diretamente as "colônias sírias" de cidades como Itapetininga, Sorocaba, Avaré e Piraju[208]. Foi recebido em boa parte delas com pompa e circunstância, com direito a discursos de membros de destaque das "colônias sírias" e de autoridades locais. Em sua curta "gestão" se deram sessões cívicas em comemoração à restauração da constituição otomana pelos Jovens Turcos, em julho de 1908[209].

O governo respondia que medidas para resolver o caso estavam sendo tomadas e que os "outros sírios que estejam refugiados podem volver as suas residências". O *Estado de S. Paulo,* 7/8/1901.

207 289/4/9, AHI.

208 *O Estado de S. Paulo*, 3/11/1908; 9/12/1908; 24/2/1909.

209 Sobre uma outra "conexão" entre o Brasil e o Império Otomano nesse período, é digno de nota o caso dos militares de baixa patente (tenentes e capitães) que participaram de treinamento na Alemanha, de forma um tanto quanto análoga dos militares otomanos que integravam o movimento dos

Em fevereiro de 1909, Fuad Bey Mouzzaffer já dizia ter que partir para Constantinopla, passando então para o comerciante Jemil Bey Maluf a responsabilidade pelo consulado em sua ausência. Jemil Bey foi responsável por enorme festividade em função do primeiro aniversário da restauração da constituição otomana que envolveu "passeata" acompanhada de banda de música pelo centro da cidade de São Paulo e conferência sobre "A Nova Turquia" proferida por José Feliciano e assistida por membros da "colônia síria, representantes da imprensa e autoridades"[210]. Fuad Bey Mouzzaffer dizia ter sido chamado pelo governo de seu país, mas que a princípio só permaneceria longe do Brasil por alguns meses. Acabou, porém, não retornando e foi substituído em outubro de 1910 por Munir Sureyya Bey, que recebeu seu *exequatur* da legação brasileira em Roma[211]. Este esteve no Rio de Janeiro em 11 de outubro onde foi recebido pelo presidente da República e secretários de estado, além de receber visita de súditos otomanos ali residentes[212]. Ainda na capital federal, em junho de 1909, a "colônia síria" local se fizera representar nos funerais do presidente Afonso Pena com uma numerosa comissão e "riquíssima" coroa de flores que ostentava as armas e a bandeira brasileira e o pavilhão do Império Otomano, "cobertas de rigoroso luto"[213].

Jovens Turcos, e que voltariam para o Brasil com visão modernizadora "com tendências a extrapolar os limites da caserna, os oficiais reunidos em torno de [a revista] A Defesa Nacional foram apelidados pejorativamente de jovens turcos por uma parcela de militares e por membros das oligarquias locais que temiam o fortalecimento do Exército e preferiam ver fortalecidas as polícias estaduais e a Guarda Nacional, a fim de que essas forças pudessem atender os seus interesses políticos em detrimento dos interesses nacionais, ligados ao poder central". (Luna, 2011: 208). Lutavam com afinco por reforma no Exército e entendiam este como "volante da nação", com função educativa e organizadora.

210 Na imprensa paulista Jemil Bey Maluf aparece como Cesário Bey Maluf. *O Estado de S. Paulo*, 25/7/1909.

211 *O Estado de S. Paulo*, 15/2/1909. Decreto N. 8699 de 30/4/1911.

212 *O Estado de S. Paulo*, 12/10/1910.

213 A comissão era liderada pelos senhores Kabil Zarzer e Fares Hondot. *O Malho*, 26/6/1909.

Em março do ano seguinte, Munir Sureyya Bey esteve novamente no Rio de Janeiro, declarando pretender viajar por diversos estados do Brasil a fim de se inteirar do "desenvolvimento da colônia árabe aqui"[214]. Neste mesmo mês o Itamaraty esclarecia para o cônsul otomano que segundo o cerimonial brasileiro um cônsul não deveria se corresponder diretamente com o chanceler, mas com o diretor-geral da instituição, mas se propunha a abrir uma exceção e convidava-o a encontrar o Barão do Rio Branco em sua residência de Petrópolis. Aparentemente Munir Bey não atendeu ao convite e em maio seguinte pedia autorização para que fosse ao Rio visitar o ministro a fim de tratar, entre outros temas, de comércio, e encaminhava de antemão o projeto de um novo tratado de amizade, comércio e navegação. Ele viajou, porém, para o Império Otomano no mês seguinte, aparentemente não se efetuando o tal encontro. Desta vez o comerciante George Bassila respondeu pelo consulado quando de sua ausência.

Em dezembro de 1911, o ministro das Relações Exteriores otomano Assim Bey escrevia para o Barão do Rio Branco comunicando que Munir Sureyya Bey logo retornaria para São Paulo e pedia para que considerasse a opção de instalar em Constantinopla, como ato de reciprocidade, um consulado de carreira como estava sendo feito em São Paulo. Ainda lidando com inúmeras burocracias concernentes a sua instalação em São Paulo, Munir Sureyya viu-se logo às voltas com uma questão jurídica ligada a um imigrante judeu otomano[215]. O Barão parece ter acatado a sugestão de Assim Bey e em abril de 1911 o governo brasileiro decretava finalmente a criação de uma legação no

214 *O Estado de S. Paulo*, 31/3/1911.

215 Sureyya Bey retornou ao Brasil em fevereiro de 1912 e foi recebido a bordo, em Santos, por uma "comissão de seus patrícios". Antes de seguir para a capital do estado, visitou alguns pontos da cidade como a sucursal do jornal *O Estado de S. Paulo* (1/3/1912), onde demonstrou "o quanto é amigo do Brasil, admirando o seu progresso moral e intelectual".

Império Otomano regida por um ministro residente. Em junho do ano seguinte divulgava-se que Luiz Martins de Souza Dantas seria promovido por decreto para tal posto, mas aparentemente este não quis assumir o posto preferindo permanecer em Buenos Aires[216]. Munir Sureyya, ao saber pela Sublime Porta da abertura desta legação, apressava-se em dizer que para seu aceite era importante a assinatura de novo tratado de amizade, comércio e navegação. Assim como com Antônio Machado em 1860 parece ter ficado na vontade o interesse brasileiro em se fazer representar diretamente na capital otomana e quem passou a cuidar dos interesses brasileiros no Império Otomano a partir de 1913 foi a legação brasileira na Grécia, regida por Carlos Magalhães de Azeredo.

Não se confirmou se Sureyya Bey de fato viajou pelo país, mas sabe-se que realizou evento de vulto comemorativo por ocasião do aniversário da restauração da constituição otomana, em julho de 1912. Esta contou com representantes do governo estadual, do prefeito, de membros do corpo consular, de membros da "colônia otomana" ali residentes e representantes da imprensa. Uma festa patriótica seguiu a recepção, e nesta foram exibidos "filmes de costumes característicos da Turquia", e personalidades da colônia local como Nagib Trand, Nami Jafet e Sami Racy discursaram ou proclamaram poesias[217]. O arcebispo melquita de Tyro, Elias Dib, visitou São Paulo em março de 1913 e foi na companhia de Sureyya Bey que encontrou o presidente do estado, Rodrigues Alves[218]. Em julho de 1913, Sureyya partiu para viagem à Europa sendo novamente substituído por George Bassila.

216 Decreto n. 8699, de 30/04/1911.

217 *O Estado de S. Paulo*, 24/7/1912.

218 Elias Dib estava em visita aos "cristãos de rito grego" no Brasil. *O Estado de S. Paulo,* 24/2/1913; 19/3/1913, 16/5/1913; 9/7/1913; 12/7/1913.

Othon Leonardos Filho manteve-se como cônsul no Rio de Janeiro até dezembro de 1912, quando pediu demissão. Foi substituído em maio seguinte pelo comerciante estabelecido na capital Rizcalla Haddad, que assim como o consulado em São Paulo, se reportava à embaixada otomana em Washington.

Se, por um lado, as conversas entre os consulados otomanos e a chancelaria brasileira estavam basicamente focadas na questão dos bens deixados por súditos otomanos sem herdeiros falecidos no Brasil, por outro, a correspondência trocada com Constantinopla dava conta de outras apreensões. Havia um verdadeiro temor do que consideravam propaganda prejudicial projetada a partir de periódicos publicados em São Paulo entre os anos de 1912 e 1915 como "Al Istiklal", "Al Efkar", "Al Ahram" e "Al Manzur". A Sublime Porta temia que o acesso a ideias árabes nacionalistas ameaçassem a soberania otomana na Grande Síria e assim proibia expressamente a entrada em seus territórios destes periódicos, bem como livros e outras formas de publicação com conteúdos semelhantes.

Esta proibição mostrava-se, porém, infrutífera, uma vez que a exportação de propaganda para esta região se dava através de cartas privadas enviadas a parentes na Grande Síria por súditos otomanos em São Paulo e também na Argentina. Ao constatar tal realidade, o cônsul otomano no Brasil argumentava que o Império Otomano só conseguiria lidar de forma mais eficaz com este problema ao desenvolver uma política externa específica para a América Latina. Ele declarava que a maior parte dos súditos otomanos nesta região era rica e que poderia usar seu dinheiro para desprestigiar o Império Otomano no exterior. Dizia ainda que grande parte destes "era ignorante" e poderia ser facilmente manipulada por "pessoas malvadas". Justamente para controlar e ganhar a confiança de seus

súditos nesta região tão distante, a Sublime Porta deveria enviar mais representantes diplomáticos.

A questão da imigração ganhava também reflexões mais aprofundadas. Em relatório de abril de 1913, Munir Sureyya Bey traçava um panorama geral da imigração para o Brasil ressaltando a necessidade do trabalho nas plantações de café para a economia do país, e as iniciativas do governo brasileiro, em especial a propaganda, para atrair estrangeiros. Tratava ainda das instituições oficiais brasileiras estabelecidas em algumas cidades portuárias para lidar com estes imigrantes e das dificuldades econômicas pelas quais estes passavam no Brasil. Como ressalta Kazim Baycar (2008: 155-6), o que é interessante, sobretudo, em seu relatório é a constatação de que a imigração otomana fazia parte de um quadro maior da imigração no Brasil, estimando seu número em mais de cem mil pessoas, a maioria com significativa influência em atividades comerciais. Apontava que assim como muitos outros europeus, otomanos da Grande Síria se juntaram à campanha imigratória do Brasil e predizia que em anos vindouros seria possível que mais otomanos dos Balcãs, desconfortáveis com a instabilidade política, seguissem pelo mesmo caminho.

Em maio de 1914, Sureyya comunicava ao Itamaraty a sua transferência para Tiflis (atual Tbilisi), na Geórgia, que era então parte do Império Russo e região bastante sensível no contexto dos conflitos que vivenciava o Império Otomano. Ele foi substituído em São Paulo pelo Emir Sami Arslan, que em julho do mesmo ano já se mostrava ativo, oferecendo recepção na sede do consulado pelo aniversário da restauração da constituição otomana[219].

É digna de nota a mudança que ocorre em relação à "comunidade síria" no Brasil com o Império Otomano. Se anteriormente

219 *O Estado de S. Paulo,* 22/7/1914. Nesta ocasião consta como endereço do consulado a Rua Florêncio de Abreu, n. 10 (sobrado). Em evento no ano de 1912, o endereço era Rua de São Bento, 27.

comemorava de forma ostensiva os aniversários da constituição otomana, publicava opinião favorável "à Jovem Turquia" e buscava arrecadar recursos para as famílias dos mortos e feridos na guerra da Tripolitânia[220], a partir de 1914 a coisa muda de figura. Inicialmente foram publicadas na imprensa algumas notas de protesto contra a perseguição de cristãos no contexto da guerra. Em nota de 10 de setembro de 1914 n'*O Estado de S. Paulo*, chegava-se a comunicar o desejo de "enviar um telegrama ao senhor Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos, pedindo que faça todos os esforços para que não continue essa perseguição".

Comitês de membros da "comunidade síria" em todo o Brasil foram criados a fim de angariar fundos a serem doados à Cruz Vermelha brasileira no contexto da guerra, com forte ênfase após a entrada do Brasil na guerra contra a Alemanha em 1917, à qual o Império Otomano se aliara. Buscava-se ainda dinheiro para a compra de um aeroplano a ser doado ao Aeroclube Brasileiro[221]. Aparentemente ocorreu um forte empenho em não serem vistos como súditos de um país aliado do inimigo, ressaltando mesmo estarem entre suas vítimas, além de serem amigos do Brasil:

> *A colônia síria telegrafou ao presidente da República oferecendo o seu sangue em defesa da honra e da integridade do Brasil, assim como telegrafou a "O Estado de S. Paulo" protestando contra as barbaridades da Alemanha e Turquia na Síria e Armênia*[222].

Ainda em 1917, começa-se a divulgar largo esforço da comunidade em arrecadar recursos para monumentos a serem

220 É interessante a "concorrência" com a "colônia italiana" que angariava donativos para italianos no mesmo contexto. *O Estado de S. Paulo*, 8/12/1911; 13/2/1912. *A Noite*, 6/10/1911.

221 *O Estado de S. Paulo*, 3/9/1918.

222 *O Estado de S. Paulo*, 23/4/1917.

erguidos por ocasião do centenário da independência, que se comemoraria em 1922. É também em 1917 que aparece na imprensa a primeira menção à comunidade sírio-libanesa, e não mais somente síria, dando conta da fundação de uma sociedade com essa nomenclatura em Paris[223].

Como relatado acima, data do contexto da Primeira Guerra Mundial o massacre de armênios em terras otomanas. A imigração de sobreviventes armênios para o Brasil levaria um tempo para acontecer, com estes vivendo alguns anos em acampamentos e orfanatos. A pequena comunidade armênia local já procurava influenciar a política brasileira e internacional para que houvesse pressão sobre o Império Otomano pelo fim dos massacres. Em julho de 1917, o consulado otomano em Barcelona reportava que armênios no Brasil, Argentina e Uruguai apelaram para o monarca espanhol para que influenciassem os turcos pelo fim do massacre de armênios na Anatólia. A Sublime Porta se viu envolvida em uma contraofensiva diplomática em relação à propaganda armênia, correspondendo-se com colegas no exterior. Na Espanha, o "lobby" otomano conseguiu persuadir o jornal *Iberia* de Madrid a publicar relatórios oficiais otomanos que refutavam as assertivas armênias de massacres.

A documentação diplomática não dá conta, porém, de um curioso evento das relações entre o Brasil e o Império Otomano neste período: a venda por parte do Brasil do encouraçado *Rio de Janeiro*. O governo otomano preparava-se para novo conflito com a Grécia e uma ampla coleta pública foi feita para angariar recursos e comprar o encouraçado brasileiro ainda em construção no estaleiro britânico Armstrong, Withworth & C (Morgenthau, 2010: 50-1). Este foi renomeado para *Sultan Osman* e ficou um tempo no estaleiro para adaptações. Quando de vinte e quatro horas de

223 *O Estado de S. Paulo*, 22/4/1917; 9/11/1917.

seu prazo de entrega em 1914, acabou confiscado pelo governo britânico, que alegava que o navio seria necessário na guerra eminente contra a Alemanha. O navio teve seu nome alterado então pela terceira vez, desta vez para *HMS Agincourt*. A não entrega por parte dos britânicos deste e de outro encouraçado, o *Medili*, feriu enormemente o orgulho turco, como ressaltou o então embaixador norte-americano em Constantinopla, Henry Morgenthau:

> *Aqueles navios não eram empreendimentos exclusivamente governamentais; sua aquisição representava o que, na superfície, aparentava ser o entusiasmo popular dos turcos. Eles seriam os instrumentos por meio dos quais a Turquia atacaria a Grécia e recuperaria as ilhas do Egeu, e o povo turco havia angariado o dinheiro para construí-lo por meio de uma subscrição popular. Agentes foram de casa em casa, coletando com dificuldade pequenas somas; houve espetáculos e feiras e, em sua avidez pela causa, as mulheres turcas haviam vendido seus cabelos para o benefício do fundo comum. Portanto, aqueles dois navios representavam um surto espetacular de patriotismo incomum na Turquia; na verdade, tão incomum que muitos detectavam sinais que o governo o havia instigado (Morgenthau, 2010: 69).*

A opção do lorde do almirantado inglês, Winston Churchill, de não entregar os encouraçados serviu de desculpas para a Alemanha fazer chegar a Constantinopla os navios *Goeben* e *Breslau* que, como declarou Morgenthau, talvez fossem os cruzadores que mais influenciaram a história. A passagem do estreito de Dardanelos por estes navios alemães acabou tornando praticamente inevitável a união do Império Otomano com a Alemanha no momento em que

os alemães desejassem tal assistência e também selou o destino do Império Otomano.

> *Pois esse foi o acontecimento que separou a Rússia de seus aliados e que, em menos de um ano, levou à sua derrota e colapso, o que, por sua vez, foi o motivo que tornou a Revolução Russa possível. (...) Era através daquele estreito portão que os produtos excedentes de 175 milhões de pessoas chegavam à Europa e nove décimos de todas as exportações e importações da Rússia seguiam havia anos. Ao fechá-lo subitamente, a Alemanha destruiu a Rússia como potência tanto econômica quanto militar. Ao obstruir as exportações de trigo russo, a Alemanha privou a nação inimiga do poder financeiro essencial para o sucesso da guerra. E o que talvez tenha sido ainda mais fatal: impediu que a Inglaterra e França enviassem munição em quantidade suficiente para a frente russa a fim de deter o ataque furioso dos alemães (Morgenthau, 2010: 94).*

O episódio do encouraçado se inscrevia no ambiente de crescente tensão e hostilidade que levaria à Primeira Guerra Mundial e o envolvimento do Império Otomano ao lado da Alemanha. Como já dito, o Brasil manteve-se neutro até 1917, quando se uniu ao campo oposto. Nada foi encontrado a respeito de embates diretos entre ambas as entidades no contexto da guerra.

5.8. Observações finais

Do que foi dito aqui, apreende-se que foi a partir de meados da década de 1870 que se iniciou a vinda de levas imigratórias de súditos otomanos para o Brasil. Estes inicialmente até podem ter sido influenciados pela estada de D. Pedro II em terras otomanas, mas definitivamente não contaram com apoio oficial brasileiro

para integrar o projeto de colonização existente no Brasil. Não tinham intenção de trabalhar com agricultura e não eram tidos como brancos e ocidentais, portanto, aptos a participar do projeto de civilização e embranquecimento que também existia. Da mesma forma, o Império Otomano não tinha interesse em que abandonassem o cultivo de terras, não servissem seu exército ou fizessem má imagem nas ruas europeias. Percebe-se assim que a imigração primordialmente de cristãos – gregos, sírios e armênios – e também judeus e muçulmanos não foi estimulada nem lá nem cá, mas mesmo assim acabou se impondo e forçando nova tentativa de relações diplomáticas. Primeiro com um cônsul no Rio de Janeiro que, apesar de bastante atuante e empenhado, pertencia à colônia local. Quando da abertura do consulado em São Paulo, a diplomacia formal otomana procurava lutar mais abertamente contra a tentativa de influência francesa sobre seus súditos, intermediar a questão dos bens deixados por otomanos no Brasil e também supervisionar e mesmo lutar contra os incentivos aos nacionalismos que partiam daqui. Esta pró-atividade, porém, não vai muito adiante, pois adveio a Primeira Guerra Mundial e com ela o fim do Império Otomano.

Estas levas imigratórias passaram pela Europa para chegar ao Brasil. Era basicamente através de navios europeus que se dava e era em cidades europeias que se conseguia o visto para imigrar. A Europa serviu de mediadora desta conexão não intencional travada entre os impérios periféricos. Ao mesmo tempo que sua sociedade internacional se expandia, incluindo entidades não europeias, viabilizava as relações formais entre estas e conexões que em muito marcariam as composições dos estados nacionais que se configuravam.

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou contribuir para a história da expansão da sociedade internacional europeia durante o século XIX, levando a sério o papel de duas entidades não europeias que aderiram ao processo mediante uma bateria de negociações e, no processo, iniciaram um relacionamento mútuo que fugiu ao controle governamental.

Em que pesem as diferenças marcantes entre os impérios brasileiro e otomano naquele período – e o fato da primeira entidade consolidar-se e crescer, enquanto a outra desapareceria –, governantes no Rio de Janeiro e Constantinopla instrumentalizaram regras, rituais, práticas e instituições da diplomacia europeia com vistas a sobreviver, consagrar-se como entidades soberanas e aceder ao clube dos países reconhecidos como tais. Este livro mostrou que o processo foi marcado pela brutal assimetria de poder e influência entre essas entidades e as potencias europeias, mas isso não levou a uma prostração diante do inevitável. Tanto no Rio como em Constantinopla houve espaço de manobra, capacidade de escolha e mesmo protagonismo. Os embates do Brasil com a Grã-Bretanha em torno da questão do tráfico e a querela do Império Otomano para manter liderança muçulmana em vasta área de características multiétnicas ilustram o ponto.

A operação de ambas as entidades buscava mitigar possíveis avanços europeus tanto quanto fortalecer os respectivos governos centrais em sua tentativa de reprimir e reverter revoltas internas, já fosse no Sul, no Norte e no Nordeste brasileiros, ou no Egito, então parte do Império Otomano.

O processo de negociação da entrada à sociedade internacional de cunho europeu confundiu-se com o processo de modernização de uma e outra entidade. Foi nesse contexto que o Brasil voltou-se para o pan-americanismo e se aproximou dos Estados Unidos, enquanto o Império Otomano levantou a bandeira do panislamismo e encetou relações com a Alemanha recém-unificada. Foram justamente essas relações que prevaleceram quando da Primeira Guerra Mundial e viabilizaram a manutenção ou desmoronamento dessas entidades, em função da vitória ou da derrota no conflito mundial.

Por fim, justamente quando as diplomacias brasileira e otomana lidavam com a busca de reconhecimento, suas respectivas populações começavam a relacionar-se entre si. Tratados multilaterais foram assinados visando confirmar a participação do Brasil e do Império Otomano nas ligações globais que se estabeleciam via uso de correios, telégrafos, cabos submarinos e respeito à propriedade industrial, e da mesma forma tomava-se parte em convenções deste tipo, como as convenções de Haia de 1899 e 1907. Nestes palcos já se percebe, porém, um Brasil, agora republicano, mais proativo e seguro de si, embora ainda aspirante a membro, e um Império Otomano cambaleante diante dos inúmeros separatismos e guerras. É digna de nota ainda justamente essa percepção do Brasil como ascendente justamente em contraposição a outras entidades periféricas como o próprio Império Otomano.

O trabalho também levou a sério os importantes elementos intangíveis inerentes ao processo de adesão à sociedade internacional, tais como as exposições universais então em voga e

as reformas urbanísticas e arquitetônicas que fizeram em suas capitais visando enfraquecer ou livrar as conexões não europeias antes existentes e abundantes.

A pesquisa explorou, portanto, interações formais e informais entre Brasil e Império Otomano. Essa interação se deu inicialmente via Londres, com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 1858. Foi lá, e em outros portos europeus, que parava o café vindo do Brasil para o Império Otomano e eram também agentes europeus que o negociava. As legações e embaixadas dos impérios periféricos em Londres serviam de "postos avançados" das respectivas chancelarias, sobretudo a brasileira, reencaminhando informes, correspondência e salários. A imigração de súditos otomanos passava pela Europa e isso, inclusive, foi um ponto importante para o Império Otomano não querê-la. Ela causava má imagem sua junto aos governos locais, já que muitos imigrantes, ludibriados por agentes que lhes entregavam metade do trajeto apesar de terem pago por inteiro, ou simplesmente sem recursos, mendigavam pelas ruas de cidades portuárias como Marselha.

No que diz respeito às conexões, em um primeiro momento percebemos as "relações incógnitas": esparsas, incertas, sem maiores ênfases, mas seguindo o receituário europeu de tratados e diplomacia. Se D. Pedro II tinha uma agenda mais consistente de busca por aprender com as experiências de agricultura egípcias, não foi possível confirmar ainda com a empiria. Com a imigração, porém, as relações se alteraram. E isto aconteceu a despeito do interesse ou dos esforços das elites governamentais brasileiras ou otomanas. O crescente número de crimes contra súditos otomanos e a intervenção francesa em nome dos cristãos sírios levaram os otomanos a agirem, nomeando um novo cônsul no Brasil. Esse esforço diplomático reflete, porém, o movimento interno dos

Jovens Turcos – que contava inicialmente com certo entusiasmo da "colônia síria" no Brasil – e os diplomatas otomanos que aqui serviam foram chamados a tomar parte dos acontecimentos no núcleo otomano e acabam sendo substituídos por imigrantes, sem mais aquela ênfase que aparentemente se pretendia dar, e com isso enfraquecendo as relações.

Já em relação à imigração, o Brasil apesar de ostensivamente não buscar os não europeus, crescentemente entende mistura racial e "boa convivência" entre diferentes como um diferencial seu. Inflaciona número de árabes a cada governo, se orgulha do grande número de descendentes de armênios em seus quadros diplomáticos, se gaba de ter a maior comunidade de japoneses fora do Japão, etc. Como um exemplo deste discurso oficial e também comercial de um Brasil "rico em sua diversidade étnica", vale chamar atenção ao anúncio publicado em 2012 pela Abicalçados (Fig. 32) que junta descendente de árabes, japoneses e alemães para vender a ideia de que "somente uma nação feita de tal diversidade étnica poderia ser especialista em fazer calçados para o mundo inteiro". O Império Otomano, apesar de não querer a imigração, ao ter a saída de cristãos e judeus, obteve uma ajuda na engenharia demográfica que levaria à concepção de uma etnia turca e a uma homogeneização religiosa em seu âmago – um "melting pot" islâmico -, até então inexistentes.

A Primeira Guerra Mundial, na qual Brasil e Império Otomano estiveram em campos opostos, embora nunca tenham declarado beligerância direta, marca o fim das conexões "otomanas" da imigração, que passam a ter cada vez mais caráter nacional: armênia, síria e libanesa. A partir de então, a imigração ganhava cada vez mais caráter permanente e cada vez mais se passava a distinguir sírios de libaneses, tendo esta diáspora instalada no Brasil papel bastante importante na "invenção" do Líbano.

Armênios procuraram se organizar de forma oficial também, inclusive contando com representação diplomática quando de sua curta existência como estado independente. E os judeus, que no geral tinham um histórico de boa convivência no Império Otomano, passaram a temer a conscrição obrigatória no contexto das guerras finais otomanas, mas, acima de tudo, perdiam sua independência comunitária com a ascensão de um nacionalismo turco. Ironicamente, este último é o único grupo étnico oriundo de terras otomanas que não guardam ressentimento de terem sido maltratados ou perseguidos quando lá viviam.

O trabalho é ainda relevante por notar as diferentes concepções que o Brasil e o Império Otomano tinham a respeito de si próprios na hierarquia global. Apesar da iniciativa do tratado de 1858, esse não se concretizou porque a Sublime Porta não aceitou um cônsul em Constantinopla, já que lá albergava inúmeras embaixadas das potências europeias ou porque o cônsul otomano em Londres ficou incomodado com a comenda de pequena monta concedida por D. Pedro II. Por outro lado, D. Pedro II sabia do interesse de otomanos imigrarem para o Brasil, escreveu inclusive sobre isso em seu diário pessoal, mas não fez nada de concreto a seu respeito, já que apesar de ser simpático a eles, não se enquadravam em um projeto de nação civilizada e embranquecida. E como já dito, ao ver o Brasil colocado abaixo da Turquia na Convenção de Haia, de 1907, a grita é geral por se ver "abaixo da Turquia dos massacres, das opressões, das tragédias, do fetichismo e da orgia"[224]. Mesmo a "periferia" desenvolve desigualdades, percepções de hierarquias. Algumas influenciadas pela Europa, outras totalmente autóctones.

A pesquisa deixa elementos que mereceriam trabalho aprofundado no futuro. Não foi o intuito tratar aqui disto, mas é digno de nota que o Brasil e Império Otomano perseguiram

224 *O Malho*, 1907, 24/8/1907, p. 6.

também a melhoria de seus posicionamentos militares, buscando para tanto, sobretudo, ajuda alemã, não sendo fortuito que o grupo de militares brasileiros treinados em Berlim fossem também chamados de "Jovens Turcos". Assim, quanto aos contrastes entre o Brasil e o Império Otomano, vale ainda reforçar a empiria e adentrar em detalhes sobre questões como as relações de ambos em termos militares com a Europa, tendo a Grã-Bretanha como modelo de Marinha comum e a França e a Alemanha como modelos concorrentes entre si para seus exércitos.

Percebe-se ainda a relevância de se debruçar sobre as outras conexões entre as entidades periféricas: Brasil com China, Brasil com Japão e Brasil com Pérsia, sobretudo. Já existem relevantes estudos sobre as relações do Império Otomano com o Japão e com a Pérsia, mas sobre este com a China ainda são também incipientes. Novas fontes vêm sendo digitalizadas e disponibilizadas ao público quase que mensalmente, permitindo essa pesquisa "intraperiférica" que antes parecia impensável. Trazem luz interessante sobre conexões não óbvias que se estabeleciam enquanto a sociedade internacional se expandia na direção de ser global, mas também alguns importantes subsídios para relações que hoje em dia ganham grande importância na agenda internacional do Brasil, sobretudo, com a China.

REFERÊNCIAS

1. Fontes Primárias

1.1. Documentais

Ofícios de Alexandria. Período: 1852-1880; 237/1/17. Arquivo Histórico do Itamaraty

Ofícios de Alexandria. Período: 1863-1871; 237/1/18. Arquivo Histórico do Itamaraty

Ofícios de Constantinopla. Período: 1853-1930; 244/3/14,15,16. Arquivo Histórico do Itamaraty

Ofícios de Paris: 1856; 255/1/16. Arquivo Histórico do Itamaraty

Ofícios de Londres; 1822-1825; 216/1/1, 2; Arquivo Histórico do Itamaraty

Atos Internacionais – Turquia. P19 M14, N. 3, Série 31. Arquivo Histórico do Itamaraty

Recortes de jornais da Coleção Rui Barbosa relativos à Turquia, 1867-1922. Fundação Casa de Rui Barbosa

Arquivo da Casa Imperial do Brasil março 29 doc. 1045 - catB-Roteiro das viagens – Museu Imperial de Petrópolis

COSTA, Josefina da Fonseca, DVC-11.10.1876-Cos.c. Constantinopla, 11/10/1876. Museu Imperial de Petrópolis

Raimundo Magalhães Júnior. *D. Pedro II e a condessa de Barral*. Museu Imperial de Petrópolis

DL 1419.053. *D. Pedro em visita à Turquia. Artigo para o Jornal do Commercio*. (Arquivo Helio Vianna) – AIHGB

DL 1369.016. *Carta inédita do Egito de D. Pedro II à Condessa de Barral*. (Arquivo Helio Vianna) – AIHGB

DL 1449.015. *Carta de Knowles & Foster ao barão de Mesquita (...) sobre despesas de S. M. o Imperador (Viagem ao Oriente)*. (Arquivo Helio Vianna) – AIHGB

Lata 981. Pasta 74 Documento referente a Antonio de Summerer, *dragoman* que serviu ao Brasil em Constantinopla – AIHGB

Dossiês referentes à Bab-ı Ali (Sublime Porta), embaixadas otomanas em Paris e Londres e Yıldız Palace (Residência do sultão Abdul-Hamid II) – BOA

FO 566/90 – Consular 1834 a 1849

FO 566/91 – Consular 1848 a 1857

FO 566/92 – Consular 1850 a 1864

FO 84/1020 – Slave Trade Jan-Dec 1857

OA-348-f. CPDOC/FGV

1.2. Iconográficas

Coleção Teresa Cristina – Fundação Biblioteca Nacional

Coleção *O Malho* – Fundação Casa de Rui Barbosa

Abdul Hamid Collection – Library of Congress

Fotografias de Abdul Hamid – Istanbul Üniversitesi

Diabo a Quatro, Ilustração Brasileira e *Revista Illustrada* – Coleção Samuel Gorberg

Antoine Ignace Melling. *Voyage pittoresque de Constantinople et des rives du Bosphore*. Istanbul, 1969 – Halil Inalcık Collection (*Bilkent University*, Ancara)

1.3. Periódicos

A Noite

Almanak Laemmert

Gazeta do Rio de Janeiro

Jornal do Commercio

Le Levant Herald

O Estado de S. Paulo

O Malho

O Paiz

The New York Times

The Times

1.4. Impressos

Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa. Rio de Janeiro: Typ Nacional, 1850.

Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856.

Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857.

1.5. Livros, Teses, Dissertações e Artigos

ACEHAN, Işil. *Outposts of an Empire: Early Turkish migration to Peabody, Massachusetts*. Ankara: Bilkent University, 2005 (Dissertação de Mestrado).

ACHCAR, Dalal; BARBOSA, Kátia Mindlin Leite. *Istambul: uma cidade fascinante*. Rio de Janeiro: Adresses, 2010.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, *1850-1872*. In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 21, 1988.

_____. Vida privada e ordem privada no Império. In: Fernando Novais (Coord.). *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo--Brasília: Senac-SP-FUNAG, 2005.

AMADO, Jorge. *A descoberta da América pelos turcos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Benedict *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARI, Bülent. Early Ottoman Diplomacy: Ad Hoc Period. In: A. Nuri Yurdusev (Ed.). *Ottoman Diplomacy: Conventional or Unconventional?* Palgrave Macmillan, 2003, p. 37-59.

ARMITAGE, David. *The Declaration of Independence: a global history*. Harvard: Harvard University Press, 2007.

ATASOY, Nurhan. Sultan Abdulhamid II's Photo-Collections in Istanbul. In: GAVIN, Carney (Ed.). *Imperial self-portrait: The Ottoman Empire as revealed in the sultan Abdul-Hamid II's Photographic Albums*. The Harvard Semitic Museum, 1989.

AUBENAS, Sylvie *Des photographes pour l'empereur. Les albums de Napoleon III*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 2004.

AUWERS, Michael. Ambition and ambivalence: Peter Paul Rubens as a diplomat. In: *The age of Rubens: diplomacy, dynastic politics and the visual arts in early seventeenth-century Europe*. Turnhout: Brepols, 2016.

BANDEIRA, Julio; LAGO, Pedro Correa do. *Debret e o Brasil: Obra completa*. Rio de Janeiro: Capivara, 2007.

BARCHARD, David. Putting the World to the Rights: the Congress of Paris, 1856. *Cornucopia*, Issue 35, 2006.

BASHFORD, Alison. *Medicine at the border: disease, globalization and security. 1850 to the present*. London and New York: Palgrave, 2006.

BAYCAR, Kazim. *Ottoman Emigration to Argentina, 1870-1914*. Bosphorus University, 2008. (Dissertação de Mestrado).

_____. *Ottoman-Arab Transatlantic Migrations in the Age of Mass Migrations (1870-1914)*. Oxford University, 2015. (Tese de Doutorado).

BEDIAGA, Begonha, (Org.). *Diário do Imperador D. Pedro II*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999. (CD-Rom.)

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes*. São Paulo: Metalivros; Salvador: Fundação Emilio Odebrecht, 1994.

BENNISON, Amira K. The Ottoman Empire and its precedents from the perspective of English School Theory. In: BUZAN, Barry; GONZALEZ-PELAEZ. *International Society and Middle East: English School at the Regional Level*. New York: Palgrave Macmillan, 2009, p.45-69.

BERMANT, Chaim *The Cousinhood. The Anglo-Jewish Gentry*. London: Eyre & Spottiswood, 1971.

BERRIDGE, G.R.; JAMES, Alan. *A dictionary of diplomacy*. New York: Palgrave, 2001.

BESOUCHET, Lidia. *Exílio e morte do imperador*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.

BETHELL, Leslie. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade: Britain, Brazil and the slave trade question, 1807-1869*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civlização Brasileira, 2003.

BIRDAL, Murat. *The Ottoman Public Debt Administration and its role in the peripheralization of the Ottoman Empire*. University of Southern California, 2006 (Tese de Doutorado).

BOJADSEN, Angel (Org.). *D. Leopoldina. Cartas de uma Imperatriz*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

BONAFÉ, Luigi. *Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República*. Niterói, UFF, 2008 (Tese de doutorado).

BORDEWICH, Fergus M. *Washington: the making of the American capital*. New York: Amistad, 2008.

BUENO, Clodoaldo. *A República e sua Política Exterior (1899 a 1902)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu – de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica*. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____; WATSON, Adam. *Expansion of international society*. New York: Claredon Press/Oxford, 1984.

BURNABY, Frederick. *On horseback through Asia Minor*. Oxford/ New York: Oxford University Press, 1996.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Brasília: Senado Federal, 2001.

_____. TYRWHITT, Drake. *Unexplored Syria*. London: Robson & Sons, 1872.

CÁLOGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império*. Brasília: Senado Federal, 1998. 3 vols.

CANNADINE, David. Contexto, Execução e Significado do Ritual: a Monarquia Britânica e a "Invenção da Tradição", c. 1820 a 1977. In: Eric Hobsbawm e Terence Ranger (Org.), *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CARDIM, Carlos Henrique. *A Raiz das Coisas. Rui Barbosa: O Brasil no Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *D. Pedro II. Ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ÇELIK, Zeynep, *The remaking of Istanbul. Portrait of an Ottoman City in the Nineteenth Century*. Seattle and London: University of Washington Press, 1986.

CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores, 1826-1889*. Brasília: Editora da UnB, 1981.

_____; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: UnB, 2000.

CLARK, Ian. *Legitimacy in the International Society*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

CORDINGLY, David *Cochrane: The Dauntless. The Life and Adventures of Thomas Cochrane*. London: Bloomsbury, 2007.

CRIBELLI, Teresa. A Modern Monarch: Dom Pedro II's Visit to the United States in 1876. *The Journal of the Historical Society* IX: 2 June 2009.

CROSSLEY, Pamela Kyle. *O que é História Global?* Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

DADRIAN, Vahakn N. The Armenian Question and the Wartime Fate of the Armenians as Documented by the Officials of the Ottoman Empire's World War I Allies: Germany and Austria--Hungary. *International Journal of Middle East Studies*, v. 34, no. 1 (Feb. 2002).

DANIEL, Robert L. American Influences in the Near East before 1861. *American Quarterly*, v. 16, no. 1 (Spring, 1964), p. 77-80.

DAVISON, Roderic. The Modernization of Ottoman Diplomacy in the Tanzimat Period. In: *Ankara Üniversitesi Siyasal Bilgiler Fakültesi Dergisi*, (Çev.) Durdu Mehmet Burak, Sayı. 11, Ankara, 2000.

_____. *Nineteenth Century Ottoman Diplomacy and Reforms*. Istanbul: Isis Press, 1999.

De volta à luz: fotografias nunca vistas do Imperador. São Paulo: Rio de Janeiro: Banco Santos; Fundação Biblioteca Nacional, 2003.

DERINGIL, Selim. *The Well-Protected Domains: ideology and the legitimation of power in the Ottoman Empire, 1876-1909*. London: I. B. Tauris, 1999.

DIMOND, Frances; TAYLOR, Roger. *Crown & Camera. The Royal Family and Photography, 1842-1910*. London: Viking, 1987.

DOĞAN, Kuban. *Istanbul, an urban history: Byzantion, Constantinopolis, Istanbul*. Istanbul: Economic and Social History Foundation of Turkey, 1996.

DUMONT, Paul. Le periode de Tanzîmât (1839-1878). In: Robert Mantran (Dir.). *L'Histoire de L'Empire Ottoman*. Paris: Fayard, 1989.

EMIRALIOĞLU, Mevhibe Pınar. *Cognizance of the Ottoman World: Visual and Textual Representations in the Sixteenth Century Ottoman Empire (1514-1596*). University of Chicago, 2006 (Tese de Doutorado).

FAINGOLD, Reuven. *D. Pedro II na Terra Santa. Diário de Viagem – 1876*. São Paulo: Sêfer, 1999.

FARAH, Paulo Daniel Elias. *Deleite do Estrangeiro em Tudo o que é Espantoso e Maravilhoso: estudo de um relato de viagem bagdali*. Bibliaspa, FBN, BNA, BNC, 2007.

_____. As conexões entre o Império do Brasil e o Império Otomano no Século XIX e utilização de fontes para além do espaço da eurofonia. In:. Lorenzo Macanjo *et alii. Histórias conectadas e dinâmicas pós-coloniai*s. Fundação Araucária, Curitiba, 2008, p.75--95.

FAUSTO, Boris. *Negócios e Ócios: Histórias da Imigração.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERGUSON, Niall. *The House of Rothschild: Money's prophets 1798--1848.* New York: Penguin Books, 1998.

_____. *Empire: The Rise and Demise of the British World Order and the Lessons for Global Power.* London: Penguin Books, 2002.

_____. Empires with Expiration Dates. *Foreign Policy*, N. 156 (Sep-Oct. 2006), p. 46-52.

_____. *Colossus. The rise and fall of the American Empire*. London: Penguin Books, 2004.

FIELD, JR, James A. Trade, Skills, and Sympathy: The First Century and a Half of Commerce with the near East. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 401, America and the Middle East (May 1972).

FINDLEY, Carter V. *Turkey, Islam, Nationalism and Modernity*. New Haven: Yale University Press, p. 111.

_____ The Foundation of the Ottoman Foreign Ministry: The Beginnings of Bureaucratic Reform under Selim III and Mahmud II. *International Journal of Middle East Studies*, v. 3, no. 4 (Oct. 1972), pp. 388-416.

FLETCHER, James Cooley; KIDDER, Daniel Parish. *Brazil and the Brazilians portrayed in historical and descriptive sketcher.* Philadelphia: Childs & Peterson, 1857.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FONSECA JÚNIOR, Gelson. *A Legitimidade e Outras Questões Internacionais: Poder e Ética entre as Nações*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FRANK, Alison. The Children of the Desert and the Laws of the Sea: Austria, Great Britain, the Ottoman Empire, and the Mediterranean Slave Trade in the Nineteenth Century. *American Historical Review* 117, no. 3 (April 2012), p. 410-444.

FREELY, John. *Istanbul: the imperial city*. London; New York: Viking, 1996.

FREIDENSON, Marília; BECKER, Gaby. *Passagem para a América: relatos da imigração judaica em São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.

FREYRE, Gilberto. *China Tropical e outros escritos sobre a influência do Oriente na cultura luso-brasileira*. São Paulo: Global, 2011.

_____. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

From an Eastern Embassy: memoirs of London, Berlin and the East with Illustrations. Philadelfia: J. B. Lippencott Company, 1920.

FROMKIN, David. *Paz e guerra no Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GARCIA, Eugênio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações*: *Vencer ou Não Perder, 1919-1926*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

_____. (Org.). *Diplomacia brasileira e política externa: documentos históricos (1493-2008)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GAVIN, Carney. E. S. *The Image of the East: photographs by Bonfils from the Harvard Semitic Museum*. Chicago, Londres: The University of Chicago Press, 1982.

GÖL, Ayla. *The requirements of European international society: modernity and nationalism in the Ottoman Empire*. Canberra: Department of International Relations of University National of Australia, 2003. (Tese de Doutorado)

GÖK, Necdet. The European travelogue of Sultan Abdülaziz summarized from Halimi Efendi Notes. *Turkish Area Studies Review* – Bulletin of the Turkish Area Study Group, II, (Autumn 2003), London, p. 28-33.

GONÇALVES, Williams da Silva. Hedley Bull e a Sociedade Internacional. In: BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de S. Paulo, 2002.

GONG, Gerrit. *The standard of "civilization" in international society*. Oxford: Claredon Press, 1984.

GOODRICH, Thomas D. Tarihi-i Hind-i Garbi: An Ottoman Book on the New World. *Journal of the American Oriental Society*, v. 107, no. 2 (Apr. - Jun., 1987).

GOUVÊA Fernando da Cruz. *O Imperador Itinerante*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Cultura, 1978.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e a modernização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GRANDIN, Greg. *Fordlandia: Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

GRANN, David. *Z, a cidade perdida. A obsessão mortal do coronel Fawcett em busca do Eldorado brasileiro.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GREIBER, Betty Loeb *et alii*. *Memórias da imigração: libaneses e sírios em São Paulo*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

GRÜN, Roberto. *Negócios e famílias: armênios em São Paulo*. São Paulo: Sumaré, 1992.

GUIMARÃES, Argeu. *Dicionário Bio-bibliobrasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional.* Rio de Janeiro: edição do autor, 1938.

HALLIDAY, Fred. The Middle East and conceptions of international society. In: BUZAN, Barry; GONZALEZ-PELAEZ. *International Society and Middle East: English School at the Regional Level*. New York: Palgrave Macmillan, 2009, p.1-23.

HAMDANI, Abbas. Ottoman Response to the Discovery of America and the New Route to India. *Journal of the American Oriental Society*, v. 101, no. 3 (Jul. - Sep., 1981).

HANNAVY, John (Ed.). *Encyclopedia of Nineteenth-Century Photography*. New York: Routledge, 2007, v. 1.

HILLEMAN, Ulrike. *Asian Empire and British Knowledge: China and the Networks of British Imperial Expansionism*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HORNE, Gerald. *O sul mais distante – Os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOURANI, Albert *O pensamento árabe na era liberal: 1798-1939*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____ *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HUE, Sheila Moura. Ingleses no Brasil: relatos de viagem 1526 – 1608. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. v. 126, 2006. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

ILICH, Niles Stephan. *German Imperialism in the Ottoman Empire: a comparative study,* 2007. p. 76.

JASANOFF, Maya. *Edge of Empire: Lives, Culture and Conquest in the East, 1750-1850*. New York: Alfred A. Knopf, 2005.

JÖNSSON, Christer; HALL, Martin. *Essence of diplomacy*. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

JORGE, Salomão. Álbum da colônia sírio-libanesa no Brasil. São Paulo: Sociedade Impressora Brasileira, 1948.

KAFADAR, Cemal. *Between Two Worlds: The Construction of the Ottoman State*. Berkeley: University of California Press, 1995.

KARPAT, Kemal. The Ottoman Emigration to America, 1860-1914. *International Journal of Middle East Studies*, v. 17, no. 2 (May 1985), p. 175.

_____. "The Stages of Ottoman History: A Structural Comparative Approach". In: KARPAT, Kemal (Ed.), *The Ottoman State and Its Place in World History* (Leiden: E. J. Brill, 1974), 79-98.

KAYAOĞLU, Turan. *Legal imperialism: sovereignty and extraterritoriality in Japan, the Ottoman Empire, and China*. Cambridge University Press, 2010.

KECHICHIAN, Hagop. *Os sobreviventes do genocídio: Imigração e integração armênia no Brasil. Um estudo introdutório (Das origens à 1950*). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000 (Tese de doutorado).

KEENE, Edward. *Beyond the Anarchical Society: Grotius, Colonialism and Order in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

KERAIEM, Mussa. *Recordações do Emir Amin Arslan*. São Paulo, 1943.

KHATLAB, Roberto. *Brasil-Líbano: Amizade que desafia a distância*. Bauru, SP: Edusc, 1999.

_____. *Mahjar. Saga libanesa no Brasil: Sociologia iconográfica*. Zalka (Líbano): Mokhtarat, 2002.

KLICH, Ignacio. Argentine-Ottoman Relations and Their Impact on Immigrants from the Middle East: A History of Unfulfilled Expectations, 1910-1915. *The Americas*, v. 50, no. 2 (Oct. 1993).

KODAMAN, Bayram. *Les Ambassades de Moustapha Rechid Pacha a Paris*. Ankara: Imprimerie de la Societe Turque d'Histoire, 1991.

KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas Trevas*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KURAN, Aptullah. A spatial study of three Ottoman capitals: Bursa, Edirne, and Istanbul. *Muqarnas*, v. 13 (1996).

KUTLU, Mehmet Necati. Reflexiones sobre el viaje de Francisco de Miranda al Imperio Otomano. In: *Espacio, Tiempo y Forma*. Serie IV, Historia Moderna, t. 20, 2007.

LEVY, Avigdor. *The Sephardim in the Ottoman Empire*. Princeton: The Darwin Press, 1992.

LEWIS, Bernard. *From Babel to Dragomans: Interpreting the Middle East*. New York: Oxford University Press, 2004.

_____. *Istanbul and the civilization of Ottoman Empire*. Norman: University of Oklahoma Press, 2004.

_____. *O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

_____. *The Emergence of Modern Turkey*. New York: Oxford University Press, 2002.

LIEVEN, Dominic. The Russian Empire and the Soviet Union as Imperial Polities. *Journal of Contemporary History*, v. 30, 1995.

LIMA, Silvio Cesar de Souza. *Os filhos do império celeste: a imigração chinesa e sua incorporação à nacionalidade brasileira, s.d.*

LIMA, Valeria, J.-B. *Debret, historiador e pintor: a viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1839)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

LIPPI, Lucia. *O Brasil dos Imigrantes*. Rio de Janeiro: JZE, 2002.

LOUREIRO, Heitor de Andrade Carvalho. Comunismo, Nacionalismo e Política na Diáspora: os armênios em São Paulo (1930-1964). In: *XX Encontro Regional de História: História e Liberdade, 2010, Franca. Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*. Franca: ANPUH-SP, 2010.

_____. *Pragmatismo e humanitarismo: a política externa brasileira e a causa armênia (1912-1922)*. Franca: Unesp, 2016 (Tese de Doutorado).

LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. *O desenvolvimento do Exército e as relações militares entre Brasil e Alemanha (1889-1920)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011 (Tese de doutorado).

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa do Brasil (1808-1912*). São Paulo: Editora da Unesp-Moderna, 1997.

MAKDISSI, Ussama Samir. *Fantasies of the possible: community, history and violence in the 19th century Ottoman Empire*. Princeton, 1997 (Tese de Doutorado).

_____. Ottoman Orientalism. *The American Historical Review*, v. 107, no. 3 (Jun 2002), p. 768-796.

MALATIAN, Teresa. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru: Edusc; São Paulo: Fapesp, 2001.

MANELA, Erez. *The Wislonian Moment: Self-Determination and the International Origins of Anticolonial Nationalism*. NY: Oxford University Press, 2007.

MANSEL, Philip. Art and Diplomacy in Ottoman Constantinople. *History Today*, v. 46, Issue 8.

_____. *Constantinople: City of the World's Desire, 1453-1924*. London: John Murray, 2004.

MANTRAN, Robert (Dir.). *Histoire de l'Empire Ottoman*. Paris: Fayard, 1989.

MARTINS, Luciana Lima, *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 181-230.

MAXWELL, Kenneth. *Mais Malandros: Enasios Tropicais e Outros*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MAZOWER, Mark. *Salônica. Cidade de fantasmas: cristãos, muçulmanos e judeus. 1430-1950*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MCINTOSH, Gregory C. *The Piri Reis Map of 1513*. Athens & London: The University of Georgia Press, 2000.

MCMEEKIN, Sean. *The Berlin-Baghdad Express*. *The Ottoman Empire and Germany Bid for World Power*. London: Penguin Books, 2010.

MELO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MENDONÇA, Renato. *Um diplomata na corte da Inglaterra. O Barão de penedo e sua época*. Rio de Janeiro: Bloch, 1968.

MENEZES, Pedro da Cunha e. *O Rio de Janeiro nos Mares do Sul*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2007.

MINDLIN, José E. *Viajantes no Brasil: viagens em torno de meus livros*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 1991.

MONTEFIORE, Simon Sebag. *Os Romanóv: 1613-1918*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MONTEIRO, Tobias. *O sr. Campos Salles na Europa: notas de um jornalista*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

MORGENTHAU, Henry. *A história do embaixador Morgenthau*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

MOTADEL, David. Qajars shahs in Imperial Germany. In: *Past & Present*, n. 213 (Nov. 2011), p.191-235.

MOURA, Cristina Patriota de. *Rio Branco, a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MOTTA, Marly Silva da. *1922: em busca da cabeça do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1994.

_____. *Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

NABUCO, Joaquim. *Diários*. 1873-1888. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2005. v. 1.

NAFF, Thomas. Reform and the Conduct of Ottoman Diplomacy in the Reign of Selim III, 1789-1807. *Journal of the American Oriental Society*, v. 83, no. 3 (Aug-Sep. 1963), p. 295-315.

NAHUM, Henri. *Juifs de Smyrne XIXe-XXe siècle*. Paris: Aubier, 1997.

O Conselho de Estado e a política externa do Império: Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1858-1862. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005.

OLSTEIN, Diego. *Thinking History Globally*. London: Palgrave Macmillan, 2015.

ORTAYLI, Ilber, The Greeks and Ottoman Administration During the Tanzimat Period. In: Charles ISSAWI and D. GONDICAS (Eds.), *The Greeks in the Ottoman Empire, From the Tanzimat to the Young Turks*, [in press].

OTTONI, Cristiano Benedito. *Autobiografia*. Brasília: Editora UnB, 1983.

ÖZENDES, Engin. *Photography in the Ottoman Empire (1839-1919)*. Istanbul: İletişim Yayınları, 1995.

PAMUK, Orhan. *Istambul: memória e cidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PAMUK, Şevket. *Foreign trade, foreign capital and the peripheralization of the Ottoman Empire*. University of California, Berkeley, 1978 (Tese de Doutorado).

PERNIDJI, Joseph Eskenazi. *Das fogueiras da Inquisição às Terras do Brasil. A viagem de 500 anos de uma família judia*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. *Árabes no Rio de Janeiro: uma identidade plural*. Rio de Janeiro: Instituto Cidade Viva, 2010.

PITTS, Jennifer. *A Turn to Empire: The Rise of Imperial Liberalism in Britain and France*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

PORTO, Pedro Boghossian. *Construção e reconstrução da identidade armênia no Brasil (RJ e SP)*. Niterói: UFF, 2001 (Dissertação de mestrado).

POWER, Samantha. *Genocídio: A retórica americana em questão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império – relatos de viagem e transculturação*. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

PRICE, Tekla Sylvia Doris. *The vice-sultan: A. Henry Layard, ambassador to Constantinople, 1877-1880*. University of Calgary, Alberta, 1997 (Tese de Doutorado).

PRIORE, Mary Del. *Condessa de Barral: a paixão do imperador.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

_____. *O príncipe maldito.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

PURYEAR, Vernon John. *International Economics and diplomacy in the Near East: a study of British Commercial policy in the Levant, 1834-1853*. Archon Books, 1969.

QATAERT, Donald. *O Império Otomano: das origens ao século XX*. Lisboa: Edições 70, 2000.

RAEDERS, George. *D. Pedro II e o Conde de Gobineau (Correspondências inéditas*). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

_____. *O Conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Recueil de cent estampes representant differentes nations Du Levant, tirées sur lês tableaux peints d'aprés nature en 1707 et 1708 par les orders de N. de Ferriol ambassadeur du roi a la porte et gravées en 1712 et 1713 par les soins Mr. Le Hay. Ce recueil se vend a Paris... avec privilege du roi, 1714.

REIS, João José Reis. *Rebelião Escrava no Brasil – A história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Os símbolos do poder.* Brasília: Ed. UnB, 1995.

RICE, Edward. *Sir Richard Burton*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

RICUPERO, Rubens. *Rio Branco: o Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto/Petrobras, 2000.

_____. O Brasil no mundo. In: Alberto da Costa e Silva. *Crise Colonial e Independência. 1808-1830*. RJ: Fundacion Mapfre/ Objetiva, 2011.

RIO, João. *As religiões do Rio.* Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.

SAFADY, Jorge S. *A imigração árabe no Brasil (1880-1971).* São Paulo: USP, 1972 (Tese de doutorado).

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). *Cidades capitais do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHULZ, Carsten-Andreas. *On the standing of states: Portuguese America and the "expansion" of international society in the early nineteenth century*. University of Oxford, 2011 (Dissertação de Mestrado).

SHAW, Stanford J. *The Jews of the Ottoman Empire and the Turkish Republic's.* New York: New York University Press, 1991.

SHAW, Stanford; SHAW, Ezel Kural. *History of the Ottoman Empire and Modern Turkey*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, 2 vols.

SILVA, Alberto da Costa e. Comprando e vendendo Alcorões no Rio de Janeiro do Século XIX. In: *Um rio chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Editora da UFRJ, 2003.

_____. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na Africa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

SOCHACZEWSKI, Monique. Para lá de Marrakesh: imagens e textos orientais no acervo da Biblioteca Nacional. In: *Pesquisa na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010, p. 73-92.

_____. From Syria to São Paulo. The role of Middle East immigrants in Brazil's International Relations. *Cairo Review of Global Affairs*, 12/2014, p. 101-107.

SOUCEK, Svat. Piri Reis and Ottoman Discovery of the Great Discoveries. *Studia Islamica*, no. 79 (1994).

SOUZA, Iara Liz Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. São Paulo: Unesp, 1999.

SUZUKI, Shogo. *Civilization and Empire. China and Japan's Encounter with European International Society*. London: Routledge. 2009.

Tarih-i Hind-i Garbî veya Hadîs-i Nev (A History of Discovery of America). Ankara/Istanbul: Ministry of Culture and Tourism of the Turkish Republic/The Historical Research Foundation, 1987.

TEMEL, Mehmet. *XIX. ve XX. Yüzyılda Osmanlı-Latin Amerika İlişkileri*. İstanbul: İnceleme Araştırma Dizisi, 2004.

TOPIK, Steven. *Comércio e canhoneiras: Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TRACHTENBERG, Marc, *The Craft of International History: A Guide to Method*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

TRUZZI, Oswaldo. *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Sumaré, 1992.

_____. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América*, 2000.

_____. Sociabilidades e valores: um olhar sobre a família árabe muçulmana em São Paulo. *Dados*, v. 51, n. 1, Rio de Janeiro, 2008.

TURAZZI, Maria Inez *Poses e Trejeitos: a fotografias e as exposições na era do espetáculo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

TWISS, Travers Sir. *The law of nations considered as independent political communities on the right and duties of nations in time of peace*. Oxford: Oxford University Press; London: Longman, Green, Longman, and Roberts, 1891.

Voyage Pittoresque de Constantinople et des Rives du Bosphore d'apres les dessins de M. Melling, architecte de l'Empereur Selim III, et desinateur de la sultane Hadidge sa soeur. Publié par MM. Treuttel et Würtz. A Paris Chez Les Editeurs, Rue de Bourbon, n. 17, F. S. G; A Strasbourg, Rue des Serruriers; A Londres, 30 Soho-Square. De L'Imprimerie de P. Didot, l'Aine, Imprimeur du Roi. MDCCCXIX.

WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional*. Brasília: Editora UnB, 2004.

_____. *Diplomacy: The dialogue between states*. Routledge, 2005.

WIGHT, Martin. *A política do Poder*. Brasília: Ed. UnB, IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

WORRINGER, Renée. *Comparing perceptions: Japan as Archetype for Ottoman Modernity, 1876-1918*. Chicago: University of Chicago, 2001 (Tese de doutorado).

YALÇINKAYA, Mehmet Alaaddin. *Mahmud Raif Efendi as the chief secretary of Yusuf Agah Efendi, the first permanent Ottoman-Turkish ambassador to London*. Disponível em: <http://dergiler.ankara.edu.tr/dergiler/19/1151/13525.pdf>.

YASAMEE, F.A.K. *Ottoman Diplomacy: Abdülhamid II and the Great Powers 1878-1888*. Istanbul: Isis Press, 1998.

YEE, Raquel da Silva. *O processo criativo de Manuel Odorico Mendes através dos manuscritos da tradução da Ilíada, s.d.*

YURDUSEV, A. Nuri (Ed.). *Ottoman Diplomacy: Conventional or Unconventional*? Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.

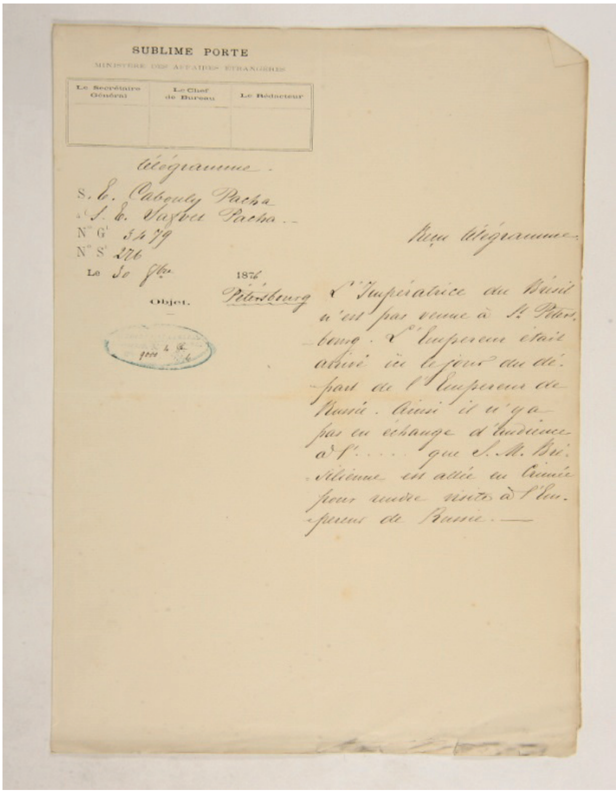
_____. The Middle East encounter with the expansion of European International Society. In: BUZAN, Barry; GONZALEZ-PELAEZ. *International Society and Middle East: English School at the Regional Level*. New York: Palgrave Macmillan, 2009, p.70-91.

ZENHA, Celeste. Imagens do Brasil civilizado na imprensa internacional: estratégias do Estado Imperial. In: *Cadernos do CHDD*, ano I. n. 2. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília: Centro de História e Documentação Diplomática, 2003.

ZÜRCHER, Erich Jan. *Turkey: a modern history*. London, New York: I. B. Tauris, 2005.

ANEXO DE IMAGENS

Fig. 1 – Sublime Porta, Sultanahmet, Istambul, Turquia. Março de 2010. Foto: Monique Sochaczewski. Construída no século XVIII como residência dos grão-vizires, passou a ser o centro político e administrativo do governo otomano em 1844. Sofreu diversos incêndios e alterações e quando da pesquisa para a tese que originou esse livro, abrigou os Arquivos do Primeiro-Ministro, recentemente removidos para novo endereço.



SUBLIME PORTE

MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES

Le Secrétaire Général	Le Chef de Bureau	Le Rédacteur

Télégramme.

S. E. Cabouly Pacha
à S. E. Safvet Pacha.

N° G¹ 3479
N° S¹ 276

Le 30 7bre 1876

Objet.

Reçu télégramme.

Pétersbourg L'Impératrice du Brésil n'est pas venue à St. Pétersbourg. L'Empereur était arrivé ici le jour du départ de l'Empereur de Russie. Ainsi il n'y a pas eu échange d'audience à l'.... que S. M. Brésilienne est allée en Crimée pour rendre visite à l'Empereur de Russie. —

Fig. 2 – Correspondência enviada pela embaixada otomana em São Petersburgo para a Sublime Porta, em Constantinopla, dando conta dos passos do imperador em território russo, antes de seguir para sua visita à capital e algumas províncias otomanas. HR. SYS 75/8/37-38. Arquivos do Primeiro--Ministro, Istambul. Como o Brasil não conta com tradição de pesquisa em arquivos otomanos, julgou-se útil ter aqui um exemplo de documento otomano citado neste trabalho.

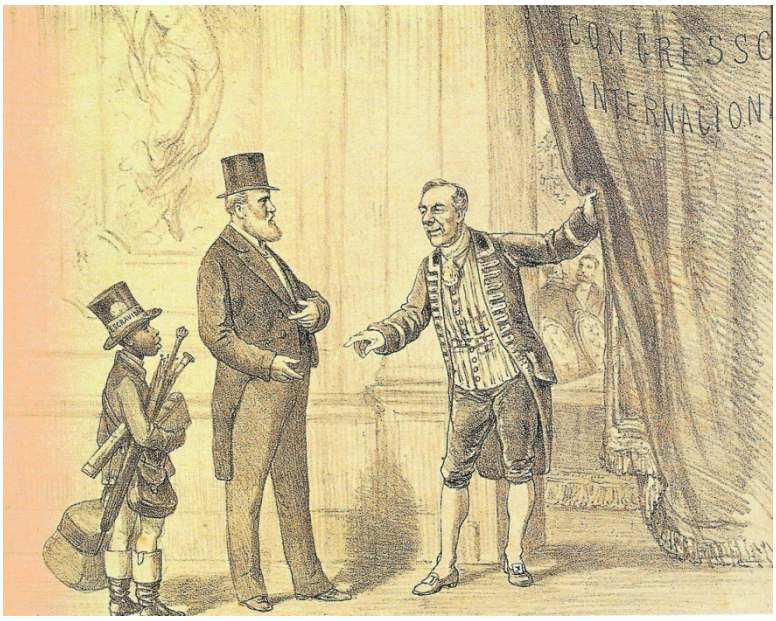


Fig. 3 – *Revista Illustrada*, ano 8, nº 347, 30/06/1883. Coleção Samuel Gorberg. Um importante "padrão de civilização" não seguido pelo Brasil por boa parte do século XIX foi a ausência de escravidão. O imperador era bem quisto e fizera boa imagem na Europa quando de suas três viagens ao exterior por conta de seu interesse em "tudo ver, tudo conhecer", mas a escravidão ainda era um entrave importante à demanda de *membership* na sociedade internacional europeia. A legenda da charge feita por Ângelo Agostini dizia: "Queira perdoar, mas... com aquele negrinho não pode entrar. Mas é que eu não posso separar-me dele: é quem me veste, quem me dá de comer, quem... me serve em tudo, afinal! Qualidades pessoais de tão sábio soberano, creio que as nações civilizadas não duvidarão em admiti-lo".

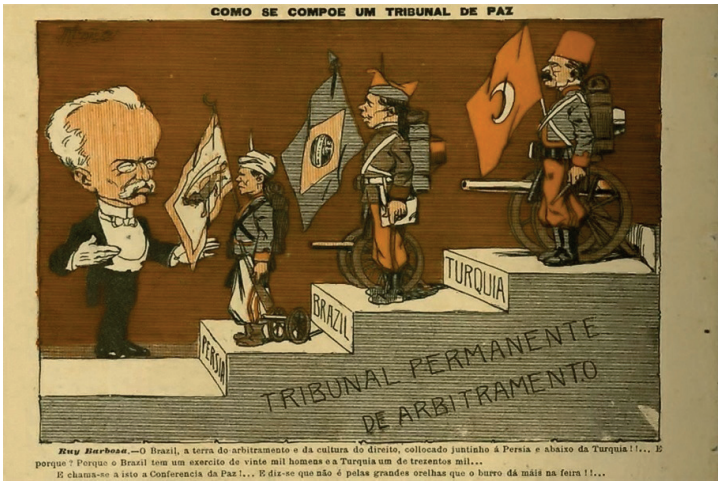


Fig. 4 – *O Malho*, 24/8/1907 – Acervo Fundação Casa de Rui Barbosa. Charge sobre o ultraje brasileiro, na figura de Ruy Barbosa, por ser colocado abaixo da Turquia no Tribunal Permanente de Arbitramento negociado na Conferência de Haia em 1907.

Fig. 5 – *O Malho*, 19/10/1907 – Acervo Fundação Casa de Rui Barbosa. Charge sobre a insistência de Rui Barbosa em falar de soberania e igualdade entre os Estados no âmbito da Conferência de Haia. Diz o texto: "Rui Barbosa: Dá licença que cumpra o dever de bom músico, entrando por esta porta? Porteiro: É um pouco difícil pelo que exige o *choate*. Não vejo no seu repertório os canudos da metralha e dos canhões, para a harmonia que vai lá dentro. Rui: Bem. Nesse caso entrarei pela outra porta a exemplo do Japão! Zé Povo: Bravo! Bravo. Seu barão transmita os meus aplausos ao grande Rui e toque o hino".

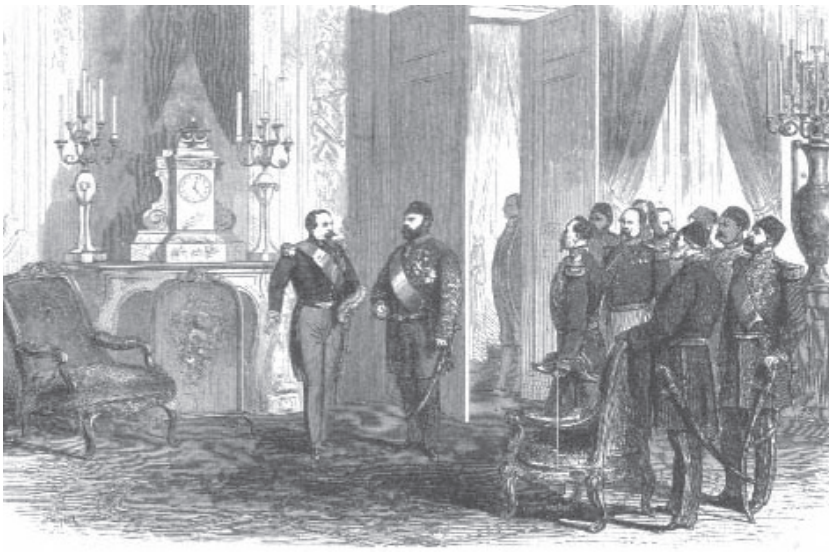


Fig. 6 – In: ÇELIK, Zeynep. *Displaying the Orient. Architecture of Islam at Nineteenth Century World's Fairs.* Berkeley: University of California Press, 1992. O Sultão Abdul Aziz encontra Napoleão III no Palácio do Elyseu, por ocasião de sua visita à França, em 1867.

Fig. 7 – In: ÇELIK, Zeynep. *Displaying the Orient*...Berkeley: University of California Press, 1992. Café turco na Exposição Universal de Paris, em 1867.

Fig. 8 – W. & D. Downey. Sultão Abdul Aziz quando de sua visita a Londres, em 1867. National Portrait Gallery, Reino Unido.

Fig. 9 – Seção brasileira na Exposição Universal de Londres, em 1862. In: TURAZZI, Maria Inez. *Poses e Trejeitos* RJ: Rocco, 1995.

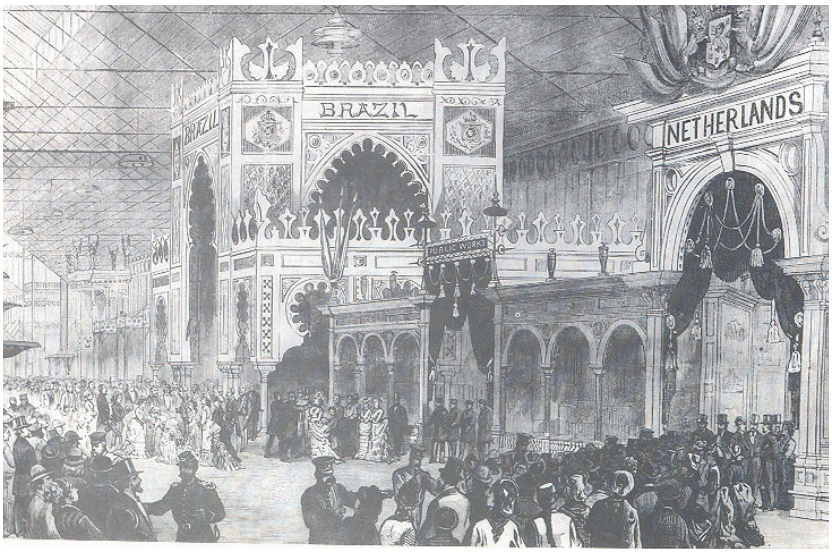


Fig. 10 – O imperador e a imperatriz do Brasil na abertura oficial da Exposição do Centenário na Filadélfia, 1876. In: TURAZZI, Maria Inez. *Poses e Trejeitos*. RJ: Rocco, 1995.

Fig. 11 – Estampa de Vanmour retratando o sultão em seu palácio, acompanhado de um subordinado. In: *Recueil de cent estampes*..., 1714. Coleção Real Biblioteca. Acervo FBN – Brasil.

Fig. 12 – Um dos *millets* com poder de "autogoverno" era o dos judeus. Na estampa de Vanmour, apreende-se o tipo de vestimenta usado por estes. In: *Recueil de cent estampes...*, 1714. Coleção Real Biblioteca. Acervo FBN – Brasil.

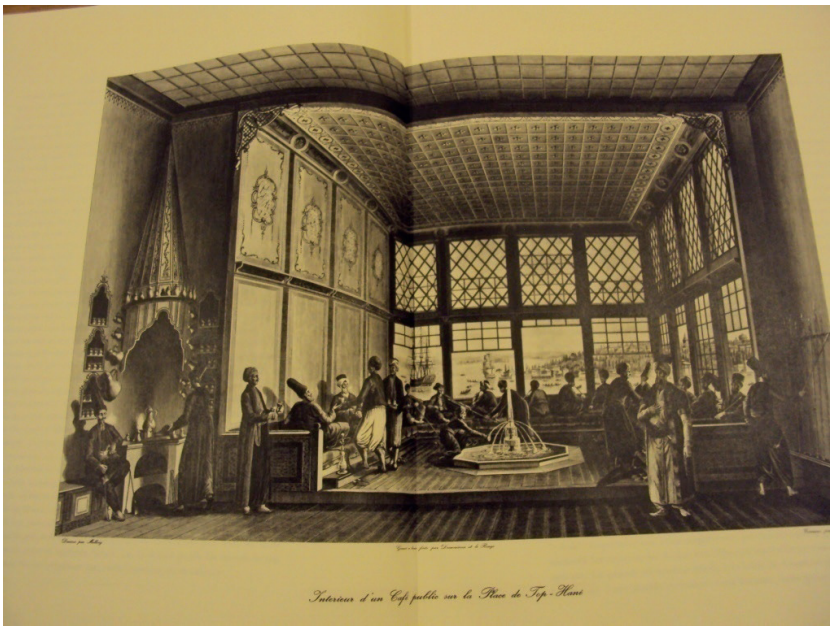


Fig. 13 – Antoine Ignace Melling. Interieur d'um Café public en la Place de Top-Hane. *In: Voyage pittoresque de Constantinople et des rives du Bosphore*. Istanbul, 1969 (HIC-BU). Do alto de Tophane, com vistas para o Bósforo e Sarayburnu, a gravura de Melling apresenta frequentadores e funcionários de um típico café de grande porte de Constantinopla da virada do século XVIII para o XIX.

Fig. 14 – Antoine Ignace Melling. *Vue de la Fontaine de Top-Hane,* 1969 (HIC-BU). Como diz Orhan Pamuk, nas paisagens de Melling "é quase como se não houvesse um centro". Há o destaque da arquitetura da fonte e da mesquita, mas indícios variados da vida cotidiana na capital otomana, como os vendedores de melancia, o carregador típico (hamal) e grupos de soldados.

Fig. 15 – J. B. Debret. *Viagem pitoresca...* Debret procurou divulgar o Rio de Janeiro na Europa e elaborou um projeto intelectual a respeito do Brasil. Suas imagens retratam ainda algumas marcas de influências antigas do Oriente no Brasil esvaziadas em função da centralização de suas relações com a Europa, como os muxarabis nas janelas das casas e os telhados como pagodes orientais.

Fig. 16 – J. B. Debret. *Viagem pitoresca...* A imagem do palácio de São Cristóvão, residência da família imperial, parte do esforço do artista francês em apresentar o novo estado como na trilha do avanço da civilização.

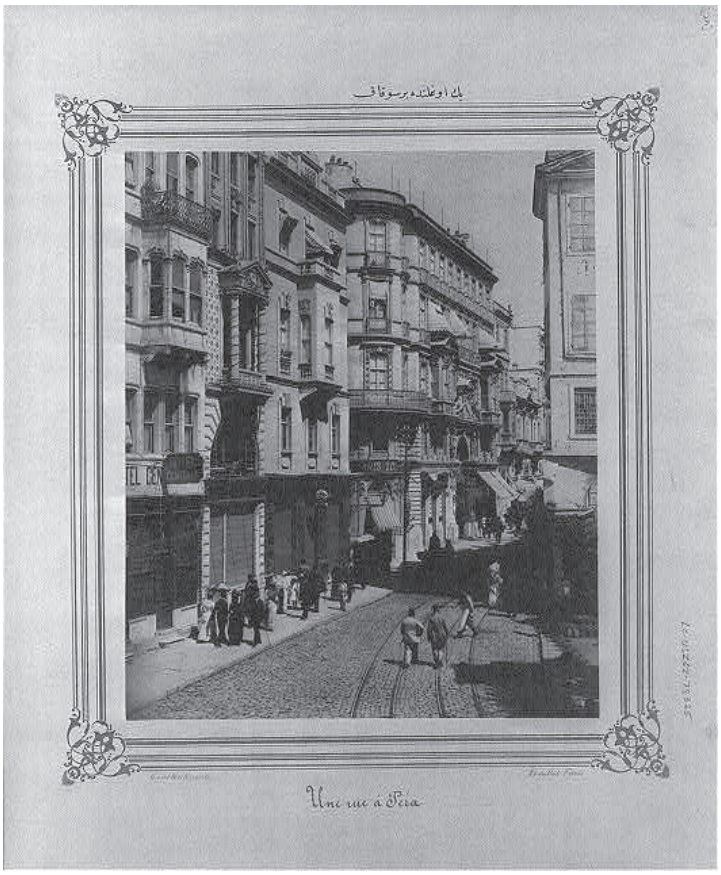


Fig. 17 – Abdullah Frères. *Uma rua em Pera*. [1880-1893]. Coleção Abdul Hamid II. Biblioteca do Congresso – EUA. Fotografia da Grande Rue de Pera, atual Istiklal Caddesi, em Beyoğlu, Istambul, sede de muitas embaixadas europeias na cidade. Trilhos de bonde, fachadas, letreiros e trajes europeus mostravam para norte-americanos e britânicos aspectos modernos de Constantinopla no final do século XIX.

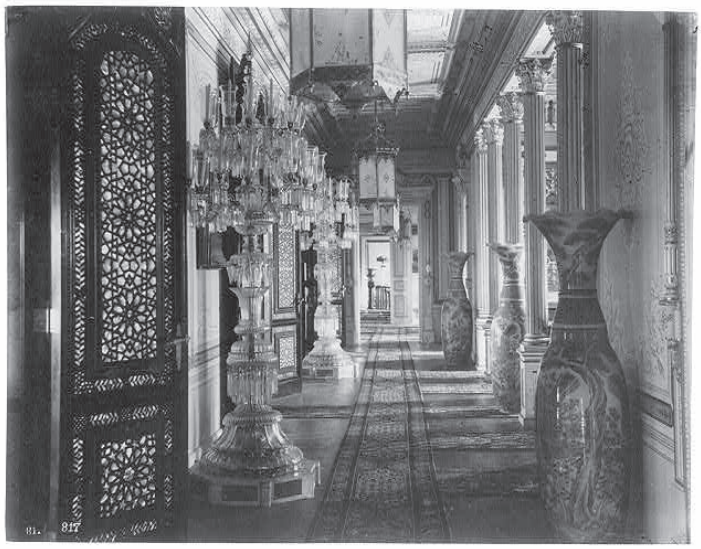


Fig. 18 – Abdullah Frères. Palácio Yıldız. [1880-1893]. Coleção Abdul Hamid II – Biblioteca do Congresso, EUA. O sultão Abdul Hamid II mudou-se para este palácio em 1877 e lá viveu praticamente enclausurado até o fim de seu reinado. Essa fotografia mostra a ala cerimonial, onde dignitários estrangeiros eram recebidos.

Fig. 19 – Sebah & Joillier. Estudantes de Ensino Médio de Üsküdar. [1880-1893]. Coleção Abdul Hamid II – Biblioteca do Congresso, EUA. Entre as imagens enviadas por Abdul Hamid II para os Estados Unidos e Grã-Bretanha constam centenas de retratos de estudantes não só de Constantinopla, como de todas as províncias do Império, dando uma ideia de empenho na educação visando o progresso.

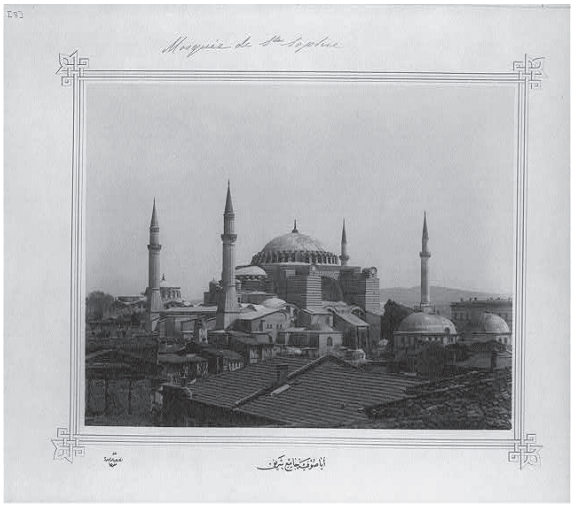
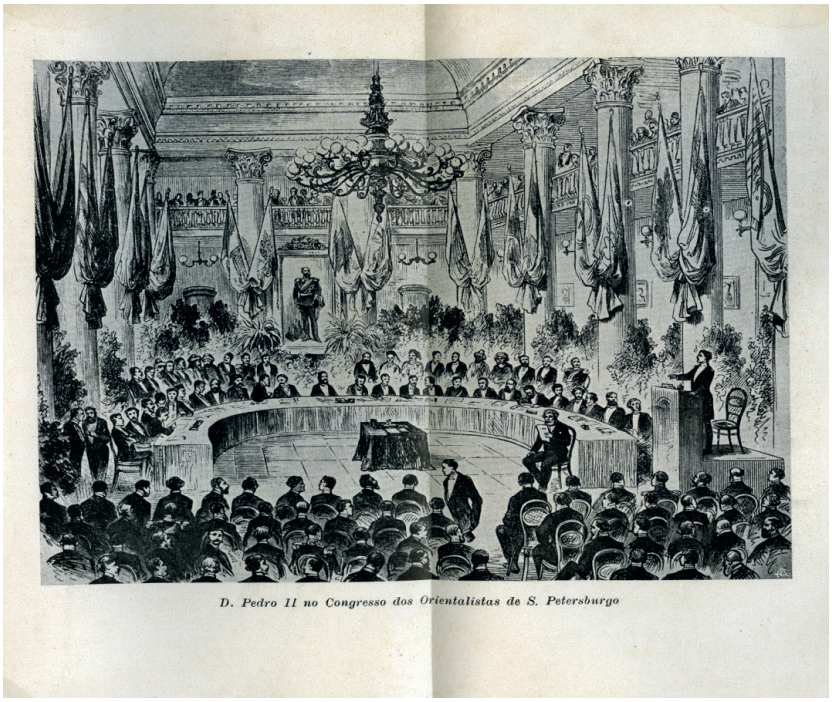


Fig. 20 – Ali Riza Paxá. A mesquita de Santa Sofia [1880-1893]. Coleção Abdul Hamid II – Biblioteca do Congresso, EUA. A fotografia feita pelo fotógrafo turco Ali Riza apresenta a então mesquita de Santa Sofia, ponto de extremo interesse para visitantes cristãos como o próprio D. Pedro II, que lá esteve em uma cerimônia durante o Ramadã.

Fig. 21 – Marc Ferrez. *Brazil: Templo da Vitória*, 1870. Coleção Teresa Cristina – Fundação Biblioteca, Brasil. Campo da aclamação, atual Praça da República, no Rio de Janeiro, com pavilhão de madeira (aparentemente inspirado no Capitólio de Washington) mandado construir para comemorações por conta do fim da guerra do Paraguai.

Fig. 22 – Marc Ferrez. Rua do Ouvidor. Coleção Teresa Cristina – Fundação Biblioteca, Brasil.



D. Pedro II no Congresso dos Orientalistas de S. Petersburgo

Fig. 23 – Imagem de D. Pedro (sentado ao centro) na sessão inaugural do Congresso de Orientalistas de São Petersburgo, em setembro de 1876. Poucas semanas após ter participado deste congresso, o imperador partiu para Constantinopla e outras províncias otomanas perfazendo quatro meses nos domínios do sultão Abdul Hamid II. (In: Argeu Guimarães. *Pedro II na Escandinávia e na Rússia*. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1950, p. 99. Coleção George Ermakoff.

Fig. 24 – Joaquim Insley Pacheco. *Dom Pedro II*. Coleção George Ermakoff.

Fig. 25 – *Sultão Abdul Hamid II*. In: *Illustração Brasileira*. Coleção Particular.

Fig. 26 – O imperador D. Pedro II, parte de sua comitiva e os egiptólogos Mariette Bey e Brugsch Bey no Cairo, quando de sua primeira visita a terras otomanas, em 1871. Coleção Teresa Cristina – Fundação Biblioteca Nacional.

Fig. 27 – Fotografia do interior da então mesquita de Santa Sofia, em Constantinopla, visitada por d. Pedro II e comitiva quando do Ramadã de 1876, B. Kargapoulo. *Interieur de Saint Sophie*. Coleção Teresa Cristina – Fundação Biblioteca Nacional.

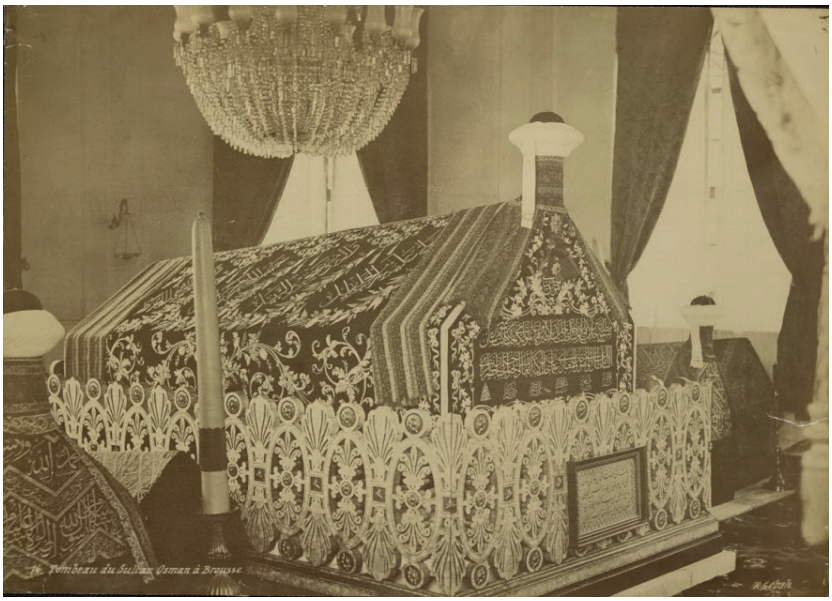


Fig. 28 – Fotografia da tumba do sultão Osman, iniciador da dinastia otomana, visitada por D. Pedro II em 1876. Pascal Sebah. *Tombeau du Sultan Osman a Brousse*. Coleção Teresa Cristina – Fundação Biblioteca Nacional.

Fig. 29 – Fotografia da tumba do sultão Cem, em Bursa, visitada pelo imperador em 1876. Pascal Sebah. *Interieur du tombeau de Gem Sultan a Brousse*. Coleção Teresa Cristina – Fundação Biblioteca Nacional.

Fig. 30 – Charge publicada em periódico pernambucano sobre a visita de D. Pedro II a Troia, no Império Otomano (In: *O Diabo a Quatro*, 1876. Coleção Particular).

Fig. 31 – Charge publicada em periódico pernambucano sobre encontro do imperador D. Pedro II e o sultão Abdul Hamid II em Constantinopla, em outubro de 1876. (In: *O Diabo a Quatro*, 1876. Coleção Particular).

Fig. 32 – Anúncio publicado pela Abicalçados e Apex Brasil em número especial da revista Vogue sobre calçados, em 2011. Texto: "Brasileiros. Somente uma nação feita de tal diversidade étnica poderia ser uma especialista em fazer calçados para o mundo inteiro".

Formato	**15,5 x 22,5 cm**
Mancha gráfica	**10,9 x 17cm**
Papel	**pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)**
Fontes	**AaronBecker 16/22, Warnock Pro 12 (títulos); Chaparral Pro 11,5 (textos)**